



PERÍODO:
SEGUNDO SEMESTRE 2007
PRIMEIRO SEMESTRE 2008



Setor de Integração e Comércio
Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe - BID-INTAL

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Informe MERCOSUL N° 13. Novembro, 2008





PERÍODO
SEGUNDO SEMESTRE 2007 - PRIMEIRO SEMESTRE 2008

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Setor de Integração e Comércio

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe - BID-INTAL
Esmeralda 130, andares 11 e 16 C1035ABD, Buenos Aires, República Argentina
Tel: (54 11) 4323-2350 Fax: (54 11) 4323-2365
E-mail: pubintal@iadb.org <http://www.iadb.org/intal>

*As idéias e opiniões expostas nesta publicação são de responsabilidades dos autores,
as quais não refletem necessariamente as políticas e/ou a posição do BID e do INTAL.*

Impresso na Argentina

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe - BID-INTAL

Informe MERCOSUL 13

1ª ed. - Buenos Aires: BID-INTAL. Novembro 2008.

184 p.; 28 x 21 cm.

ISBN: 978-950-738-279-6

1. Desarrollo Económico. 2. MERCOSUR
CDD 338.9

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Susana Filippa
EDIÇÃO: Julieta S. Tarquini

APRESENTAÇÃO

As conquistas e os desafios compreendidos por esta ambiciosa iniciativa do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) - constituído pelo Tratado de Assunção, assinado em 1991 - vêm sendo avaliados por relatórios anuais. O trabalho aqui apresentado está inserido em um marco mais amplo de atividades do que o BID-INTAL - como unidade pertencente à Vice-Presidência de Países e que coordena suas tarefas com o Setor de Integração da Vice-Presidência de Setores e Conhecimento do Banco - vem cumprindo com relação aos processos de integração da América Latina e do Caribe.

O intuito do BID-INTAL ao publicar esta série anual é facilitar o acesso à informação a um universo de potenciais leitores interessados no MERCOSUL, que compreende o setor público, privado, acadêmico e a comunidade em geral da sub-região. E ainda, com o propósito de transcender o interesse que o MERCOSUL desperta no âmbito local à comunidade internacional, difundimos a publicação do relatório em inglês, além de nos idiomas oficiais do bloco, espanhol e português.

Este Informe N° 13 abrange o período entre o segundo semestre de 2007 e o primeiro semestre de 2008. A versão inicial do documento foi elaborada por uma equipe de economistas, liderados por Ricardo Markwald e contando com a colaboração de Lucia Maduro, Fernando Ribeiro e Sandra Rios. O capítulo macroeconômico foi elaborado no INTAL através da colaboração de Rosario Campos, Romina Gayá e Alejandro Ramos. O Setor de Integração e Comércio, cuja gerencia é exercida por Antoni Estevadeordal, também colaborou para o desenho e conteúdo do trabalho. A coordenação e edição do relatório final estiveram a cargo de Ricardo Carciofi e Uziel Nogueira, respectivamente Diretor e Economista Sênior de Integração do INTAL, que receberam a colaboração de Rosario Campos, Romina Gayá e Alejandro Ramos.

Com o objetivo de satisfazer as expectativas geradas pela publicação dos relatórios anteriores, convidamos os leitores a enviar seus comentários e/ou sugestões a fim de melhorar continuamente o alcance e o enfoque do conteúdo que produzimos.

GLOSÁRIO DE ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

a.a.	Ao ano
ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ABICALÇADOS	Associação Brasileira da Indústria de Calçados
ABIMAQ	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção
ACE	Acordo de Complementação Econômica
ADB	<i>Asian Development Bank</i>
ADEFA	<i>Asociación de Fábricas de Automóviles de la Argentina</i>
ADIMRA	<i>Asociación de Industriales Metalúrgicos de la República Argentina</i>
AFJP	<i>Administradora de Fondos de Jubilaciones y Pensiones</i>
ALADI	Associação Latino-americana de Integração
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
AMPIP	Agência MERCOSUL de Promoção da Integração Produtiva
ANCAP	<i>Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland</i>
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações
BADLAR	<i>Buenos Aires Deposits of Large Amount Rate</i>
BCB	Banco Central do Brasil
BCP	Banco Central do Paraguai
BCRA	Banco Central da República Argentina
BCU	Banco Central do Uruguai
BCV	Banco Central da Venezuela
BEA	<i>Bureau of Economic Analysis</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BID-INTAL	Instituto para a Integração da América Latina e o Caribe
BIT	Bem de Informática e de Telecomunicações
BK	Bem de Capital
BRACELPA	Associação Brasileira de Celulose e Papel
BsF	<i>Bolívares Fuertes</i>
CADIVI	<i>Comisión de Administración de Divisas</i>
CAF	Corporação Andina de Fomento

CAIARA	<i>Cámara Argentina de Industrias de Refrigeración y Aire Acondicionados</i>
CAM	Código Aduaneiro do MERCOSUL
CAN	Comunidade Andina de Nações
CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
CCM	Comissão de Comércio do MERCOSUL
CCPTC	Certificado de Cumprimento da Política Tarifária Comum
CCROM	Certificado de Cumprimento de Regime de Origem do MERCOSUL
CEB	<i>Centro de Estudios Bonaerenses</i>
CEB	Coalizão Empresarial Brasileira
CEP	<i>Centro de Estudios de la Producción</i>
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIC	Câmara da Indústria do Calçado
CINDES	Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento
CMC	Conselho do Mercado Comum
CNCE	<i>Comisión Nacional de Comercio Exterior</i>
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COF	Convênio para o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL
CPC	Comissão Parlamentar Conjunta
CRB	<i>Commodity Research Bureau</i>
CRPM	Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL
Dec.	Decisão
DGEEC	<i>Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos</i>
DI	Documento Interno
DIN	<i>Dirección Nacional de Industrias</i>
DINAPYME	<i>Dirección Nacional de Artesanías, Pequeñas y Medianas Empresas</i>
DLG	<i>Decreto Legislativo</i>
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
DNCN	<i>Dirección Nacional de Cuentas Nacionales</i>
DT	Documento de Trabalho
€	Euro
EE.UU.	Estados Unidos
ELC	Espaço de Livre Comércio
ELETROS	Associação Nacional de Produtos Eletroeletrônicos
ESRI	<i>Economic and Social Research Institute</i>

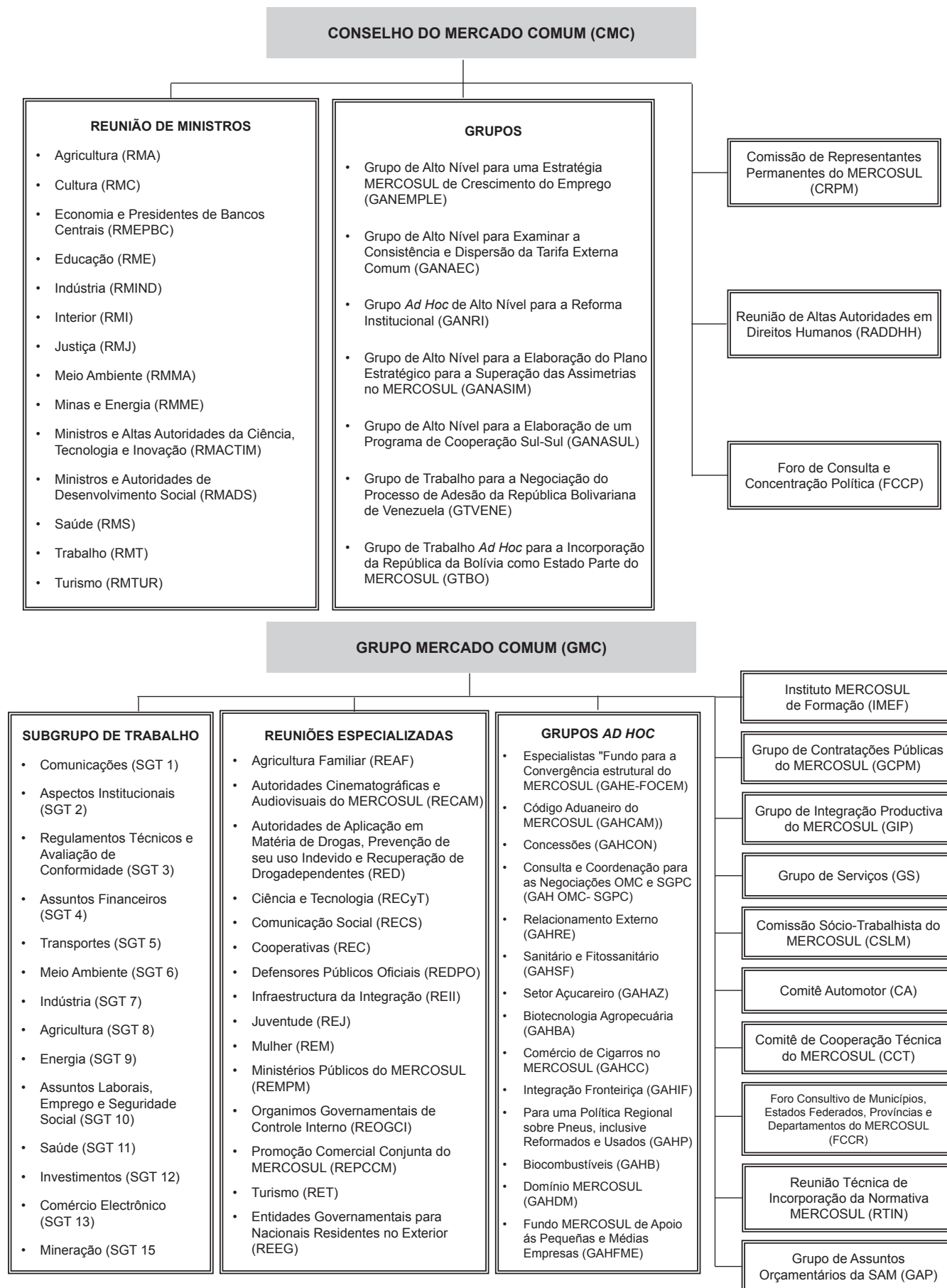
EUROSTAT	<i>Statistical Office of the European Communities</i>
EVE	<i>Expectativas de Variables Económicas</i>
Ext.	Extraordinária
FAO	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FCES	Foro Consultivo Econômico-Social
FED	<i>The Federal Reserve System</i>
FFR	<i>Federal Funds Rate</i>
FLIR	<i>Facilidad de Liquidez de Corto Plazo con Reporte de Instrumentos de Regulación Monetaria</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
FOGADE	<i>Fondo de Garantía de Depósitos y Protección Bancaria</i>
FONDEN	<i>Fondo de Desarrollo Nacional</i>
FONPLATA	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
FUNCEX	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
GAHB	Grupo <i>Ad Hoc</i> sobre Biocombustíveis
GAHIP	Grupo <i>Ad Hoc</i> da Integração Produtiva
GANASIM	Grupo de Alto Nível para a Superação das Assimetrias
GANRI	Grupo <i>Ad Hoc</i> de Alto Nível para a Reforma Institucional do MERCOSUL
GANTEC	Grupo de Alto Nível para Examinar a Consistência e Dispersão da Tarifa Externa Comum
GEIPA	Grupo Executivo para Integração Produtiva da Cadeia Automotiva
GIP	Grupo de Integração Produtiva
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
GMC	Grupo do Mercado Comum
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
i.a.	interanual
IAPC	<i>Índice Armonizado de Precios de Consumo</i>
ICOME	<i>Impuesto a la Compra de Moneda Extranjera</i>
ICONE	Instituto de Estudos de Comércio e Negociações Internacionais
IED	Investimento Estrangeiro Direto
II	Imposto de Importação
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana
INAN	<i>Instituto Nacional de Alimentación y Nutrición</i>

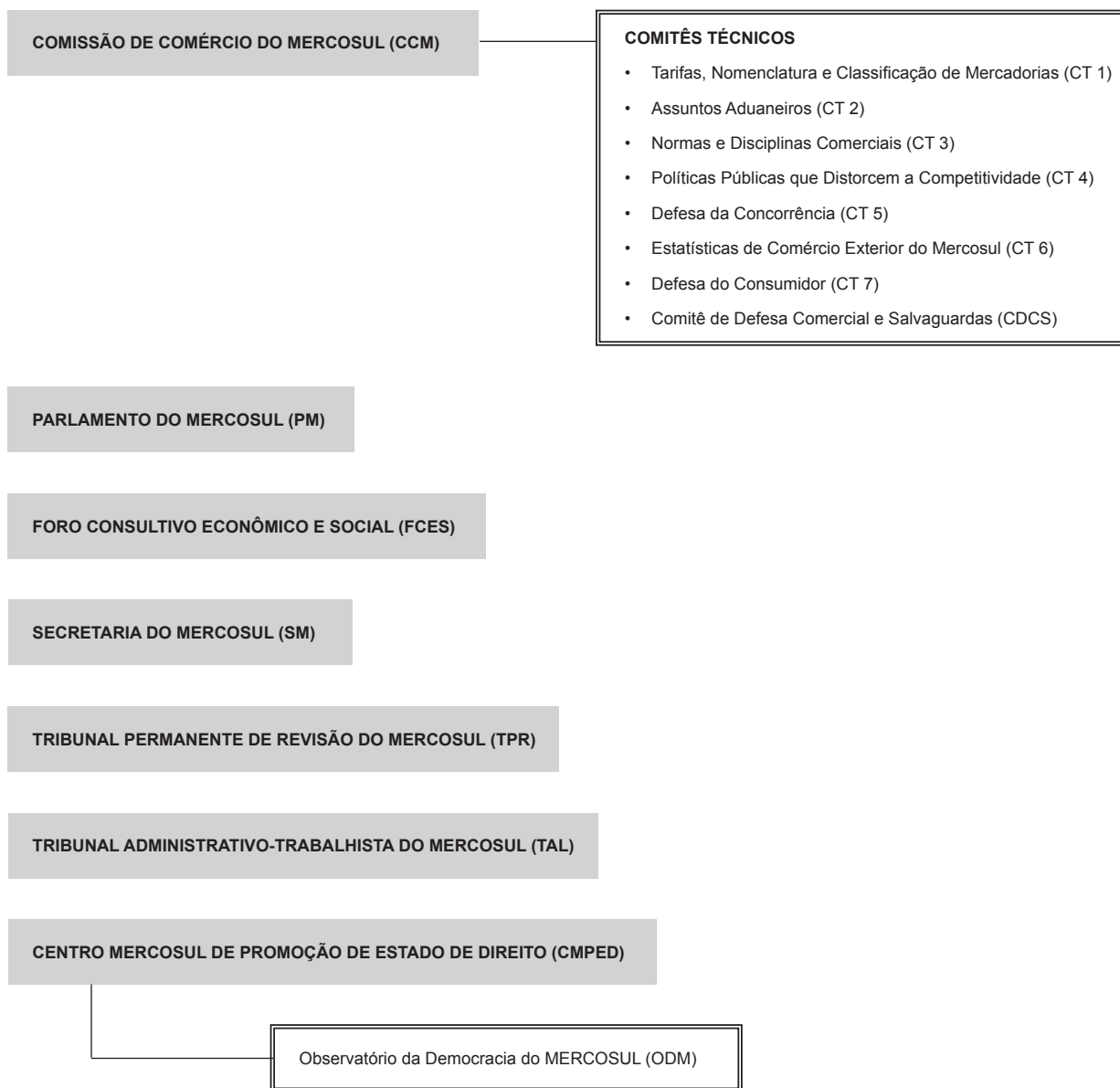
INDEC	<i>Instituto Nacional de Estadísticas y Censos</i>
INDIRA	[Sistema de] Intercâmbio de Informações de Registros Aduaneiros
INE	<i>Instituto Nacional de Estadística</i>
INPC	<i>Índice Nacional de Precios al Consumidor</i>
INTN	<i>Instituto Nacional de Tecnología, Normalización y Metrología</i>
IOF	<i>Impuesto sobre las Operaciones Financieras</i>
IPC	<i>Índice de Precios al Consumidor</i>
IPCA	<i>Índice de Precios al Consumidor Amplio</i>
IPC-GBA	<i>Índice de Precios al Consumidor de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y el Gran Buenos Aires</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVA	Imposto ao Valor Agregado
IVSS	Instituto Venezolano de los Seguros Sociales
LEBAC	<i>Letras del Banco Central</i>
MAC	Mecanismo de Adaptação Competitiva
MDIC	Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MEyP	<i>Ministerio de Economía y Producción</i>
MECON	<i>Ministerio de Economía y Producción</i>
MERCOSUL	Mercado Común do Sul
MOA	Manufaturas de Origem Agropecuária
MOI	Manufaturas de Origem Industrial
NAFTA	Tratado Norte-americano de Livre Comércio
NAMA	<i>Non-Agricultural Market Access Negotiations</i>
NBS	<i>National Bureau of Statistics of the People's Republic of China</i>
NOBAC	Notas del Banco Central
n.d	não disponível
OCDE	<i>Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico</i>
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONCyT	Organismos Nacionales de Ciência e Tecnologia
ONIP	Organização Nacional da Indústria do Petróleo
ONU	Organização das Nações Unidas
ORPIP	Observatório Regional Permanente sobre Integração Produtiva no MERCOSUL
OTDS	<i>Overall Trade-Distorting Support</i>

PAC	Política Automotiva Comum
p.b.	pontos básicos
PCPM	Protocolo Constitutivo do Parlamento MERCOSUL
PCRPM	Presidência da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL
PDS	Países Desenvolvidos
PDVSA	<i>Petróleos de Venezuela</i>
PEDS	Países em Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PICE	Programa de Integração e Cooperação Econômica Argentina - Brasil
PIPM	Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL
PMEs	Pequenas e Médias Empresas
p.p	Ponto percentual
PPT	Presidência <i>Pro Tempore</i>
PROMINP	Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás
PTC	Política Tarifária Comum
RAMs	<i>Recently-Acceded Members</i>
REACH	<i>Registration, Evaluation, Authorisation and Restriction of Chemical Substances</i>
RECyT	Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia
Res.	Resolução
S&P	<i>Standard & Poor's</i>
SACU	<i>South African Customs Union</i>
SAGPyA	<i>Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos de la República Argentina</i>
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX	Secretária de Comércio Exterior
SELIC	<i>Sistema Especial de Liquidación y Custodia</i>
SENACSA	<i>Servicio Nacional de Calidad y Salud Animal</i>
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAVE	<i>Servicio Nacional de Calidad y Sanidad Vegetal y de Semillas</i>
SEPYME	<i>Subsecretaría de la Pequeña y Mediana Empresa y Desarrollo Regional de la República Argentina</i>
SH	Sistema Harmonizado
SICA	Sistema de Integração Centro-Americana
SGT	Sub-Grupo de Trabalho
SM	Secretaria do MERCOSUL

SML	Sistema de Pagamentos em Moedas Locais
SSG	Salvaguardas Especiais para Agricultura
TEC	Tarifa Externa Comum
TRP	Tribunal Permanente de Revisão
UE	União Européia
UN	<i>United Nations</i>
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
UT	Unidade Técnica
WESP	<i>World Economic Situation and Prospects</i>
WTA	<i>World Trade Atlas</i>

ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL





Fonte: Portal Oficial do MERCOSUL <http://www.mercosur.int/msweb/>.

ÍNDICE

RESUMO EXECUTIVO	i
CAPÍTULO I. PANORAMA MACROECONÔMICO	1
A. Cenário internacional	1
B. Evolução das balanças de pagamentos	7
C. Evolução macroeconômica do MERCOSUL	10
D. Política econômica: instrumentos e resultados	13
E. Renda e empregos	23
F. Conclusões	24
ANEXO I	i
CAPÍTULO II. EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO E DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO	25
A. Comércio total do bloco	25
B. Comércio dos países	36
C. O comércio MERCOSUL-Venezuela	57
D. Investimentos estrangeiros diretos no MERCOSUL	61
CAPÍTULO III. A AGENDA INTERNA	67
A. Tratamento das Assimetrias	67
B. Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)	71
C. Tarifa Externa Comum	77
D. Iniciativas em matéria de fortalecimento da integração produtiva regional	84
E. Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML)	91
F. Parlamento MERCOSUL	95
G. Outros temas da agenda interna	98

CAPÍTULO IV.	CONFLITOS SETORIAIS E NEGOCIAÇÃO DE CONTENCIOSOS COMERCIAIS	105
A.	Panorama Geral	105
B.	Evolução da Política Automotiva Comum entre Brasil e Argentina: últimos entendimentos	106
C.	Comércio de produtos sujeitos ao sistema de licenciamento prévio e a acordos de restrição voluntária - calçados, linha branca e papel	112
D.	Comércio de produtos sujeitos a medidas <i>antidumping</i> e de salvaguardas na Argentina	113
E.	Setor Têxtil	116
F.	O contencioso dos pneus usados ou remoldados	118
G.	Os reflexos do contencioso das "papeleras"	119
H.	Comentários finais	119
CAPÍTULO V.	A AGENDA EXTERNA	121
A.	O ambiente internacional e as estratégias dos países-membros do MERCOSUL	121
B.	A Rodada Doha: movimentos recentes e impactos para o MERCOSUL	124
C.	Integração latino-americana	132
D.	A agenda de negociações extra-regionais	140
E.	Perspectivas para a agenda externa do MERCOSUL	146

BIBLIOGRAFIA

RESUMO EXECUTIVO

Apesar do contexto internacional afetado pela crise financeira e creditícia originada no mercado imobiliário dos Estados Unidos, o processo de integração do Mercado Comum do Sul continuou avançando, incluindo a agenda interna onde foi alcançado alguns acordos. No período coberto por este informe, Junho de 2007 - Junho de 2008, cresceu o volume de comércio em um contexto expansivo das economias do bloco. No setor externo a dinâmica negociadora conseguiu resultados menos tangíveis. O recrudescimento da crise financeira internacional no ultimo trimestre de 2008 cria um contexto adverso para as economias do bloco em relação ao ano próximo. Tal contexto contempla uma desaceleração do crescimento mundial e contração dos principais mercados de consumo como Estados Unidos, União Européia e Japão. A seguir, as principais conclusões deste Informe MERCOSUL 2007 - 2008.

Desempenho Macroeconômico: O produto interno bruto dos cinco países membros do bloco cresceu em media 7,3% em 2007 e deve alcançar 6,9% em 2008, segundo as ultimas projeções disponíveis. Junto com importações em ritmo acelerado, o crescimento das cinco economias (Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela) foi apoiado pelo dinamismo do setor exportador que, por sua vez, foi favorecido por forte demanda e alto preço das *commodities*. O crescimento do produto foi sustentado por um aumento de investimentos nos setores produtivos e consumo privado robusto, resultado de aumento da renda e disponibilidade de credito, principalmente no caso do Brasil. A expansão das economias ocorreu num contexto macroeconômico de balanço fiscal positivo, exceto no caso venezuelano e superávit na balança comercial brasileira, argentina e venezuelana.

A taxa de desemprego diminuiu nos cinco países, alcançando uma taxa media de 8,1% da população economicamente ativa. Também no plano social foram feitos avanços na diminuição dos níveis de pobreza. A taxa de inflação foi o principal desafio para a autoridade monetária devido o forte aumento ocorrido nos preços de alimentos e energia. Assim, a inflação media dos cinco países foi de 10% em 2007* e com expectativas de situar-se acima deste patamar ate o final de 2008.

Para 2009, o panorama de crescimento está sujeito a muitas incertezas. Desta maneira, a profundidade e extensão da desaceleração da economia global será a principal variável a definir as possibilidades de crescimento do MERCOSUL. As economias do bloco serão afetadas negativamente via comércio e acesso ao credito internacional, o qual já começa a restringir o financiamento do intercambio comercial. Quanto às exportações, será sentido o duplo efeito causado pela caída da demanda e preços das principais *commodities*: produtos agrícolas, minerais e petróleo.

Resta saber se desaceleração do crescimento global pode ser compensado nos cinco países do bloco através de políticas monetárias e fiscais anticíclicas. Os governos irão tratar de manter o nível de emprego-renda, consumo e investimentos. O menor protagonismo da pressão inflacionaria, que caracterizou o final de 2007 e a primeira parte de 2008, será um fator importante para atingir este propósito. As projeções de taxas de crescimento do bloco de 4% ao ano em 2009 revelam as premissas mencionadas acima.**

Comércio e Investimento Estrangeiro Direto: Em 2007-2008, a balança comercial continuou sendo um setor dinâmico do bloco, sendo que as exportações globais alcançaram US\$ 129,1 bilhões no primeiro semestre de

* Media simples da variação interanual dos índices de preços ao consumidor em Dezembro de 2007.

** A projeção é uma media simples da mediana das Expectativas de Mercado na Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. No caso da Venezuela corresponde a projeções da CEPAL. Projeções mais recentes do FMI (6/11/08) indicam um crescimento menor de 4% para media simples das cinco economias.

2008, 27,5% de taxa de crescimento em relação ao semestre de 2007. As importações alcançaram US\$ 115,8 bilhões, 50,7% de taxa de crescimento. O comércio intrazona também experimentou um crescimento robusto com importações totalizando US\$ 19,8 bilhões no primeiro semestre de 2008. O ritmo de dinamismo comercial foi acompanhado por investimentos estrangeiros diretos no bloco que totalizaram US\$ 41,5 bilhões em 2007. O ritmo de investimentos no primeiro semestre de 2008 totalizou US\$ 19,3 bilhões, uma redução de 13,2% em relação a 2007. Esta caída no investimento estrangeiro reflete o impacto negativo da crise financeira. Com um valor estimado de US\$ 7,1 bilhões em 2007, as empresas brasileiras continuaram investindo nas economias do bloco, principalmente na Argentina.

Agenda Interna: Uruguai (segundo semestre de 2007) e Argentina (primeiro semestre de 2008) ocuparam a Presidência *Pro Tempore* do bloco, respectivamente. Refletindo as prioridades destes países, no caso do Uruguai a ênfase foi colocada na implementação da segunda etapa da resolução CMC N° 54/04 cujos principais objetivos são de estabelecer o Código Aduaneiro do MERCOSUL e definir um mecanismo para a distribuição da renda aduaneira. Apesar do esforço diplomático das autoridades uruguaias, não foi possível alcançar o objetivo buscado. No caso da Argentina, foi alcançado o objetivo de definir um Programa de Integração Produtivo, assunto de particular importância para o fortalecimento das cadeias produtivas regionais que visam a superar as assimetrias existentes no bloco. Para o 2009, a agenda interna do bloco deverá seguir com os esforços nas duas áreas mencionadas acima assim como ativação dos vários mecanismos de consulta para evitar conflitos comerciais intrabloco.

Conflitos Setoriais e Negociação de Contenciosos Comerciais: No que diz respeito a conflitos setoriais e negociação de contenciosos comerciais, apesar do aumento do superávit comercial do Brasil com os demais sócios do bloco, o período foi de relativa tranquilidade. Isto pode ser explicado pelo crescimento das cinco economias, apreciação do Real brasileiro com respeito às moedas dos outros parceiros do bloco (principalmente o Peso argentino), aumento dos investimentos brasileiros na região e um trabalho eficiente das Comissões Bilaterais de Monitoramento. A Política Automotiva Comum, com a definição de um horizonte de tempo para o livre comércio entre Brasil e Argentina, foi o principal logro da agenda de integração industrial do bloco. A resolução satisfatória do conflito causado pela instalação de uma fábrica de papel, na margem uruguaia de Fray Bentos, continua sendo um grande desafio para a diplomacia uruguaia e argentina em 2009.

Agenda Externa: A agenda externa do MERCOSUL apresentou escassos progressos durante o período de análise, apesar das diversas frentes de negociações abertas pelo bloco nos últimos anos. Além do ambiente internacional mais desfavorável a movimentos de liberalização comercial, o bloco encontra dificuldades no que diz respeito à convergência de interesses entre seus sócios no que se refere aos projetos de inserção internacional. De um lado, Uruguai busca autorização para avançar em negociações bilaterais, independentes do MERCOSUL. De outro lado, Argentina tem pouco incentivo para engajar em novos movimentos de liberalização comercial porque afetaria, principalmente, seu setor de manufaturas. Brasil, por sua vez, concentrou esforços na negociação multilateral da Rodada Doha, que continua estancada. Com relação a 2009, a agenda externa deverá ser ainda mais defensiva em função do cenário internacional adverso. Grande parte do esforço externo deverá estar concentrada na OMC, tratando de manter o acesso aos mercados globais.

CAPÍTULO I. PANORAMA MACROECONÔMICO

A. Cenário internacional

O novo contexto econômico mundial¹

A explosão de uma séria crise financeira com epicentro nos países desenvolvidos durante meados de 2007² aumentou a incerteza sobre a solidez e a continuidade dos fatores que vinham dinamizando o crescimento e o comércio mundial desde 2003. Inicialmente, a turbulência afetou apenas alguns segmentos do mercado hipotecário dos Estados Unidos, depois que a bolha imobiliária estourou, no começo de 2007. No entanto, a crise se propagou até se tornar uma ameaça sistêmica, bloqueando mercados-chave de crédito, aumentando a volatilidade das bolsas de valores e do câmbio, e gerando tendências tanto inflacionárias quanto de retração da economia (Quadro A). O cenário recente indica que, durante 2008, o PIB e o comércio mundiais terão crescido 2,7% e 4,9%, respectivamente, enquanto em 2007 a expansão foi de 3,7% e 7,2%. Para 2009, prevê-se uma desaceleração substancial, já que o comércio aumentaria 4,1% e a atividade econômica apenas 1,9%; os Estados Unidos e a região do euro cresceriam apenas 0,1% e 0,2% enquanto o ritmo da China se reduziria em menor escala (de 9,7% em 2008 para 9,3% em 2009). Estas projeções estão, entretanto, marcadas por um alto grau de incerteza.³ Vale destacar que, embora a profundidade da crise que começou em meados de 2007 seja inédita nos tempos atuais, a repercussão inicial foi fraca no crescimento mundial. Isto se explica por dois fatores principais. Por um lado, até meados de 2008 as economias emergentes - entre elas, as do MERCOSUL - mantiveram ritmos de expansão intensos enquanto o peso da desaceleração recaía sobre as economias desenvolvidas (Gráfico 1). Por outro lado, as autoridades dos países desenvolvidos implementaram um conjunto de medidas para conter as tendências recessivas e deflacionárias, tais como grandes injeções de liquidez, redução das taxas de juros e estímulos fiscais. Nos Estados Unidos, o crescimento do PIB em 2007 foi de 2% (2,8%, em 2006), e de 2,3% no primeiro semestre de 2008. Deve-se destacar, entretanto, que estes incrementos combinam uma notável queda no agregado formado pelo consumo de bens duráveis e pelos investimentos residenciais (6,1%, no primeiro semestre de 2008), com um forte crescimento das exportações de bens e serviços (10,5%, no mesmo período), estimuladas pela depreciação real do dólar verificada até meados de 2008.⁴ As importações de bens e serviços estadunidenses, por sua vez, foram se retraindo durante 2007 e se caíram 1,4% no primeiro semestre de 2008. Embora essa situação tenha contribuído para corrigir um dos desequilíbrios que afetam a economia mundial, ela também gera a redução de uma das suas fontes de dinamismo. As dificuldades da economia norte-americana ficam mais evidentes na demanda de trabalho: enquanto em 2006-2007 foram criados, em média, 133 mil postos de trabalho por mês, entre janeiro e setembro de 2008 foram fechadas 85 mil vagas de empregos mensalmente.

¹ Texto concluído em 20 de outubro de 2008.

² Ver *Informe MERCOSUL N° 12* [2007], p. 3.

³ A taxa de crescimento mundial corresponde a uma agregação mediante tipos de câmbio de mercado. FMI [2008c], p. 2. Ver também as projeções da ONU em UN [2008], que inclui uma série de cenários, e as da UNCTAD [2008], p. 2. A taxa de crescimento mundial corresponde a uma agregação por meio de tipos de câmbio de mercado.

⁴ Entre janeiro de 2007 e junho de 2008, o dólar se depreciou 9,0% em termos reais efetivos; a tendência se reverteu entre junho e setembro, com uma valorização de 4,0%. Entretanto, em um panorama a médio prazo, vale destacar que entre janeiro de 2002 e setembro de 2008 a depreciação registrada foi de 19,9%.

QUADRO A
DESTAQUES DA CRISE FINANCEIRA 2007-2008

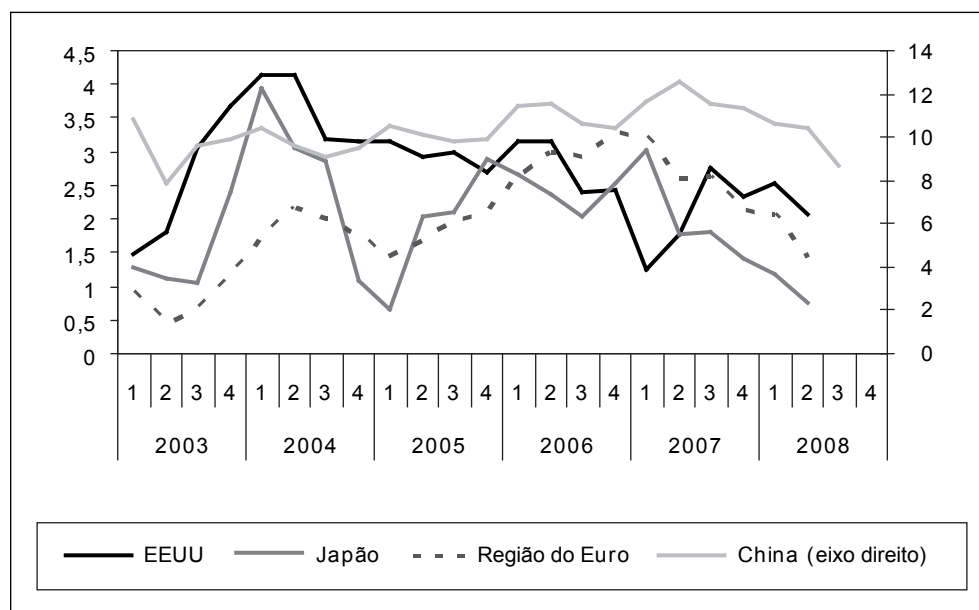
Data	Fato
2007	
17-07	É anunciada a quebra de um fundo de hipotecas <i>subprime</i> do Bear Stearns.
19-07	O índice Dow Jones atinge um máximo relativo de 14.000 pontos, antes de iniciar uma etapa de quedas.
03-08	O Bear Stearns qualifica a situação do mercado como a pior em 22 anos.
09-08	O BNP Paribas anuncia o congelamento de "fundos dinâmicos" expostos às hipotecas subprime. O Banco Central Europeu, o FED e outras autoridades monetárias iniciam operações de emergência para injetar liquidez no mercado financeiro.
16-08	O índice Dow Jones atinge um mínimo relativo de 12.846 pontos como resultado do pânico desencadeado pela crise <i>subprime</i> ; o Countrywide, um grande operador hipotecário dos Estados Unidos, necessita empréstimos de liquidez.
17-08	Em um comunicado de emergência, o FED amplia as facilidades de liquidez para entidades em dificuldade, reduz uma das suas taxas de desconto em 50 pontos básicos (p.b.) mas mantém a taxa de fundos federais (FFR) em 5,25%.
18-09	O FED reduz a FFR em 50 p.b., ficando em 4,75%.
09-10	O índice Dow Jones atinge um máximo histórico de 14.165 pontos, consequência de uma política monetária mais flexível, e depois inicia uma queda escalonada que terá mínimos relativos em janeiro, março e outubro de 2008.
31-10	Corte na FFR de 25 p.b.: 4,5%.
01-11	O Citigroup anuncia que deverá levantar capital extra de 30 bilhões de dólares; suas ações despencam.
27-11	O fundo soberano de Abu Dhabi anuncia investimentos no Citibank.
11-12	O FED anuncia um corte de apenas 25 p.b. na FFR, que chega a 4,25%.
12-12	O FED anuncia a implementação da <i>Term Auction Facility</i> , destinada a aliviar os problemas de liquidez dos bancos de depósito; os leilões começam em 17 de dezembro.
2008	
17-01	Aumentam os temores de recessão nos EE.UU. após a publicação de um relatório desanimador do FED.
22-01	Mínimo relativo do índice Dow Jones de 11.971 pontos. Corte de emergência na FFR de 75 p.b.: 3,50%. O Banco Société Générale anuncia grandes perdas, atribuídas a um operador.
30-01	Corte adicional na FFR de 50 p.b.: 3,00%, que estimula o mercado bursátil.
27-02	O índice Dow Jones atinge um máximo relativo de 12.694 pontos, antes de começar abruptamente a cair de novo.
10-03	Mínimo relativo do índice Dow Jones de 11.740.
11-03	O FED anuncia a implementação da <i>Term Securities Lending Facility</i> , que permite que bancos de investimento e outros " <i>primary dealers</i> " troquem papéis vinculados ao mercado hipotecário por bônus do Tesouro; os leilões começam em 27 de março.
14 a 17-03	O FED anuncia uma operação de resgate do Bear Stearns que inclui facilidades de crédito para que seja adquirido pelo J.P. Morgan Chase e reduz uma das suas taxas de desconto em 25 p.b.
18-03	Corte na FFR de 75 p.b.: 2,25%. As bolsas respondem favoravelmente.
30-04	Corte na FFR de 25 p.b.: 2,00%; segundo dados provisórios, no primeiro trimestre o PIB dos EEUU registrou uma moderada taxa positiva de crescimento.

QUADRO A (CONTINUAÇÃO)

Data	Fato
07	Durante o mês de julho os preços de diversos produtos básicos alcançam um máximo e depois começam a cair; com isto termina a "fase inflacionária" da crise.
07-09	O governo estadunidense assume o controle das instituições hipotecárias Freddie Mac e Fannie Mae, cuja dívida tem uma importância sistêmica.
15-09	O banco Lehman Brothers vai à falência.
17-09	Resgate da seguradora American International Group (AIG) junto com intervenção.
21-09	O Goldman Sachs e o Morgan Stanley se transformam em bancos comerciais.
28-09	Nacionalização do grupo financeiro belga-holandês Fortis e do banco hipotecário britânico Bradford & Bingley.
29-09	O Congresso dos Estados Unidos rejeita o plano de resgate maciço do sistema financeiro; o índice Dow Jones cai 777 pontos, 4,8%.
03-10	O Congresso aprova um resgate financeiro de 700 bilhões de dólares, mas as bolsas continuam caindo.
06-10	O índice Dow Jones fecha abaixo de 9.000 pontos.
08-10	Redução da FFR em 50 p.b.: 1,50%.
10-10	O índice Dow Jones fecha em 8.451 pontos depois de oito sessões encerradas em baixa em que perdeu um total de 2.399 unidades (22,1%); trata-se de um <i>crash</i> histórico.
14-10	Depois de uma reunião do G7 é anunciado que, para recapitalizar uma ampla gama de instituições financeiras, o Tesouro estadunidense realizará "compras voluntárias" de ações preferenciais; a proteção aos depósitos é ampliada e detalha-se o plano para fornecer liquidez em troca de papéis a três meses.

No caso de outras economias desenvolvidas, a nova conjuntura imposta pela crise financeira gerou uma desaceleração mais pronunciada do que nos Estados Unidos. As taxas de crescimento do PIB do Japão e da região do euro atingiram apenas 1,0% e 1,7%, no primeiro semestre de 2008, enquanto em 2007 esses índices ficaram em 2,0% e 2,6%, respectivamente. O esfriamento dessas economias está vinculado, em primeiro lugar, a uma deterioração do desempenho das exportações - relacionada à já mencionada depreciação real do dólar - e, em segundo lugar, a um enfraquecimento da formação de capital. Em alguns países, como Japão e Alemanha, a expansão das exportações registrada desde 2003 tinha induzido uma arrancada dos investimentos em maquinaria e equipamentos, que perdeu impulso na nova conjuntura. Em outros países, como Espanha e Irlanda, o dinamismo dos investimentos em construção estava ligado a uma inflação de ativos imobiliários, situação que se reverteu quando o mercado de crédito sofreu um enrijecimento. Por outro lado, no âmbito do processo firme de acumulação de capital da China, nos primeiros nove meses de 2008 o crescimento do PIB caiu para 9,9%, abaixo dos 11,8% de 2007. Mais notória ainda é a deterioração dos mercados a que as exportações chinesas se destinam, o que se reflete em uma redução do seu ritmo de expansão de 30%, no primeiro semestre de 2007, para 21% no mesmo período de 2008. Em contraste, nesses mesmos períodos, as importações aumentaram 18,2% e 30,9%, respectivamente, refletindo principalmente a considerável alta dos preços das matérias-primas.

GRÁFICO 1
CRESCIMENTO DAS PRINCIPAIS ECONOMIAS, 2000-2008
 (Índice de variação do PIB real em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior - em %)^{a/}



Notas: ^{a/} 2008: Dados preliminares. Os números da região do euro correspondem a uma agregação em dólares com paridades de poder aquisitivo.

Fonte: Elaboração própria com dados de BEA (Estados Unidos), OCDE, EUROSTAT, ESRI (Japão), ADB e NBS (China).

O desenvolvimento da crise financeira internacional

O fator desestabilizador primordial da crise financeira foi a desvalorização dos ativos imobiliários nos Estados Unidos. Os preços dos imóveis começaram a subir menos em 2006 - quando a política monetária se endureceu - e a cair, no início de 2007. Em julho de 2008, o nível de um índice representativo do preço das residências estava 17,5% abaixo do mesmo mês de 2007.⁵ Este processo deflacionário exerceu fortes pressões nos balanços dos devedores hipotecários e de diversas entidades financeiras. Esses dois agentes começaram a enfrentar problemas crescentes de falta de pagamento e de desvalorização dos ativos de respaldo, com um conseqüente aumento abrupto da carga relativa dos passivos. Em meados de 2007, a descapitalização registrada em diversos "veículos de investimento" pertencentes a grandes instituições financeiras internacionais encerrou as suas possibilidades de endividamento em mercados de curto prazo e interbancários, que entraram em uma situação de crise. Desde então ocorreram três episódios de pânico nas bolsas de valores⁶ - em agosto de 2007 e nos meses de março e setembro-outubro de 2008 - desencadeados pelos sinais de enfraquecimento ou insolvência de instituições financeiras chaves. A depreciação de ativos bursáteis, que passou a acompanhar a desvalorização de ativos imobiliários, acrescentou um segundo fator

⁵ Índice S&P/Case-Shiller (20 áreas metropolitanas) de preços de imóveis residenciais; trata-se de médias móveis trimestrais.

⁶ Em uma situação de pânico, grande parte do mercado não assume apenas uma tendência de baixa e vendedora ("os preços futuros serão inferiores aos presentes"), mas também acredita que se produzirá uma interrupção de pagamentos generalizada. Isso conduz a uma venda em massa de ativos e à restrição do crédito, cuja finalidade é elevar a liquidez individual. Historicamente, foram registradas muitas ocasiões em que o pânico chegou ao sistema bancário, gerando corridas de saques e quebra de entidades financeiras, fenômeno atenuado depois de 1929 nos países desenvolvidos. Entre outros textos clássicos sobre estes fenômenos, pode-se consultar: Bagehot [1968], Pigou [1927] e Kindleberger [2000].

deflacionário à crise: o nível do índice Dow Jones de 30 ações industriais na primeira metade de outubro de 2008 era de 30,5% menor do que em julho de 2007. Por outro lado, os fluxos privados de financiamento do déficit da conta corrente dos Estados Unidos, embora permanecessem positivos, apresentaram uma redução significativa. Enquanto entre 2003 e o terceiro trimestre de 2007 representaram em média 2,6% do PIB, do quarto trimestre de 2007 ao segundo trimestre de 2008 foram de apenas 0,6%. Este indício de desconfiança quanto aos ativos estadunidenses despertou maior disponibilidade para colocar capitais em outros mercados, entre eles os emergentes, apesar do aumento geral da incerteza. Esse fator foi muito relevante para a evolução da balança de pagamentos de vários países do MERCOSUL.

A resposta das autoridades monetárias mundiais passou por três níveis. A primeira onda de pânico, em agosto de 2007, desencadeou fortes injeções de liquidez em vários países desenvolvidos, levou à redução da taxa de juros pelo FED, o banco central dos Estados Unidos, e à implementação de um estímulo fiscal nos Estados Unidos, equivalente a cerca de 1,1% do PIB. A segunda onda, em março de 2008, foi contida por uma operação de resgate específica: a venda do Bear Stearns, organizada pelo FED. O terceiro episódio - que envolveu o controle governamental de entidades fundamentais do mercado hipotecário e a eliminação ou reorganização dos principais bancos de investimento estadunidenses - exigiu a aprovação legislativa de um plano sistêmico de resgate dos ativos hipotecários depreciados por meio da permuta por instrumentos governamentais de boa qualidade em uma quantia que representava em torno de 5% do PIB do país. A insuficiência deste enfoque, manifestada por meio do *crash* da bolsa em outubro⁷ e da fragilidade do mercado de crédito, levou o governo estadunidense a abrir a possibilidade de compra das ações de entidades financeiras; a Grã-Bretanha já tinha implementado esta forma de recapitalização, estendida a outros países europeus.

Os canais de transmissão da crise ao MERCOSUL

Do ponto de vista da evolução do preço das matérias-primas chaves para os países do MERCOSUL, a crise se desenvolveu em duas fases diferentes. Entre agosto de 2007 e junho de 2008, os preços de vários desses produtos subiram significativamente (principalmente petróleo, alguns cereais e sementes oleaginosas). Esta primeira fase da crise - em que predominaram traços inflacionários - teve consequências diretas sobre as variáveis da balança de pagamentos dos países do MERCOSUL, e indiretas sobre os seus indicadores de preços internos, como ocorreu também nas economias desenvolvidas (Gráfico 2 e Quadro B). Entre julho de 2007 e o mesmo mês de 2008, os preços dos bens exportados pela América Latina e pelo Caribe⁸ aumentaram 40,3%, com exceção do petróleo; este último teve alta de 86,3%. Os preços da soja e do milho subiram durante esse período 80,2% e 81,2%, respectivamente. O pânico das bolsas em agosto de 2007 e as medidas destinadas a suavizar as condições monetárias incentivaram o mercado de ações a se redirecionar para ativos mais seguros (como os títulos do Tesouro dos Estados Unidos),⁹ mas também para os ativos dos países emergentes e, primordialmente, para os produtos básicos. A depreciação do dólar,¹⁰ moeda em que estes bens são cotados, contribuiu para o aumento dos preços, assim como o fato de que a economia mundial continuava mantendo um ritmo positivo de crescimento.

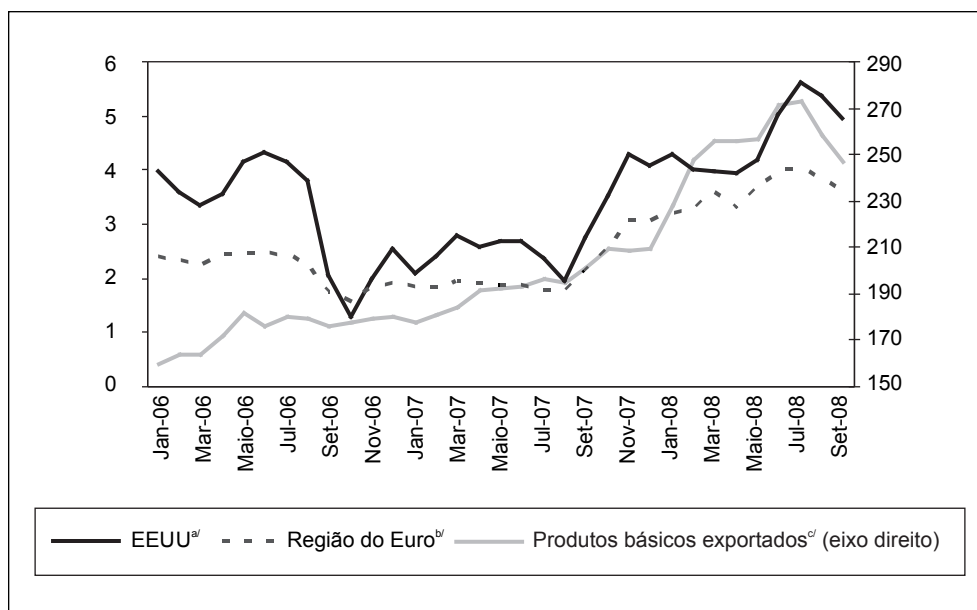
⁷ Entre 1º e 10 de outubro de 2008, o nível do índice Dow Jones caiu 22%.

⁸ Índice estimado pela CEPAL com base em uma cesta representativa de produtos exportados pela região.

⁹ O rendimento do título a 10 anos passou de 5,10%, em junho de 2007, para 3,51% em março de 2008.

¹⁰ Ver nota 4.

GRÁFICO 2
DINÂMICA MENSAL DE INDICADORES DE PREÇOS SELECIONADOS, 2006-2008
 (Índice de variação em comparação com o mesmo mês do ano anterior - em % - e níveis)



Notas: ^{a/} IPC, ^{b/} IAPC e ^{c/} Índice dos Produtos Básicos Exportados pela América Latina e pelo Caribe, excluindo petróleo e derivados; média 2000=100.

Fonte: Elaboração própria com dados de BEA, Eurostat e CEPAL.

Em julho de 2008, no entanto, a tendência de vários desses fatores se alterou e, conseqüentemente, os mercados de produtos básicos começaram a enfraquecer. Por um lado, o esfriamento da atividade na região do euro e no Japão se refletiu em uma alta do dólar, que tinha começado a partir do "efeito de confiança" produzido pelo resgate do Bear Stearns.¹¹ Embora a implementação da ajuda fiscal nos Estados Unidos tenha mantido o nível de atividade, as pressões inflacionárias começaram a gerar redução da demanda, assim como em outros países desenvolvidos. Em julho se começou a ver um enfraquecimento significativo da demanda de petróleo nos países da OCDE, com impacto no preço. Em setembro, o preço dos produtos básicos exportados pela região (com exceção do petróleo) caiu 8,9% em relação ao nível de junho.¹² A evidência de uma maior deterioração de indicadores de atividade e a persistente desvalorização dos ativos imobiliários levaram ao pânico das bolsas de setembro e outubro, quando o fluxo de capital não se dirigiu para os produtos básicos, e sim acabou se concentrando nos bônus do Tesouro dos Estados Unidos e em outros ativos de maior liquidez com repercussões diretas sobre os mercados cambiais da região.¹³ Assim, o desenvolvimento da fase iniciada em julho terminou se emendando com o terceiro episódio da crise financeira destacada acima, que levou a uma saída repentina de capitais, afetando as economias do MERCOSUL, especialmente do Brasil. Desta maneira, o circuito do crédito doméstico sentiu o impacto e somou um fator negativo à deterioração dos preços dos produtos de exportação. Esses são parâmetros que certamente condicionarão a atividade econômica nos meses restantes de 2008 e em 2009.

¹¹ Efeito que também se reflete nos indicadores das bolsas (o Índice Dow Jones subiu 6% entre o fim de março e meados de maio) e no rendimento do bônus do Tesouro a 10 anos (passou de 3,51% em março para 4,10% em junho).

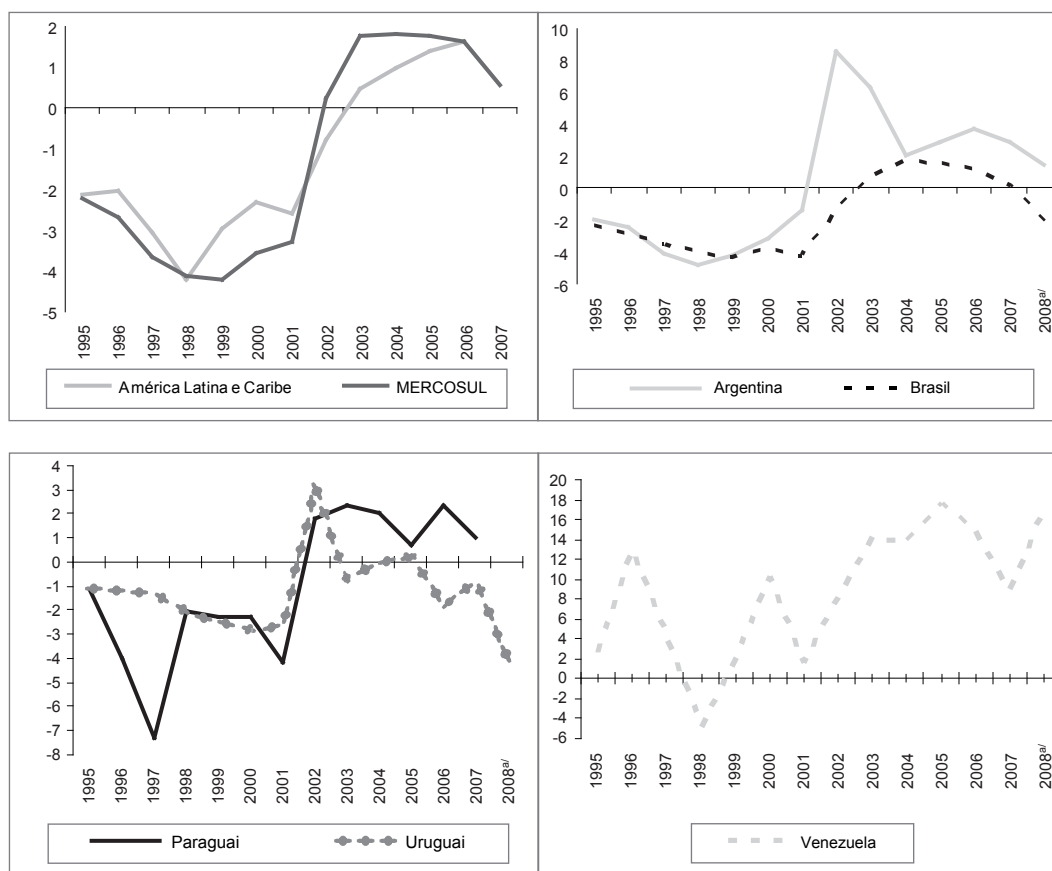
¹² International Energy Agency [2008], p. 4.

¹³ Por exemplo, em 8 de outubro, o real foi cotizado em 2,39 por dólar, o que representa 53,5% acima do câmbio de 1º de agosto.

B. Evolução das balanças de pagamentos

A crise financeira internacional causou impactos de forma bastante heterogênea na balança de pagamentos dos países do MERCOSUL. A evolução dos preços das exportações e importações e a disponibilidade de capitais financeiros compuseram de maneira desigual as tendências dominantes nas transações internacionais desses países. Em relação ao ano anterior, em 2007 o saldo credor da conta corrente da balança de pagamentos do bloco (com exceção da Venezuela) diminuiu de 1,6% para 0,6% do PIB. Esse resultado se assemelha ao conjunto formado pela América Latina e pelo Caribe (Gráfico 3). Houve redução do superávit na Argentina, Brasil, Paraguai e Venezuela, enquanto o Uruguai registrou um déficit menor nesse mesmo ano. No primeiro semestre de 2008, as tendências de 2007 se mantiveram na Argentina e no Brasil, provocando neste último um déficit de conta corrente, enquanto no Uruguai o saldo negativo aumentou e na Venezuela cresceu o superávit. Não há informações recentes sobre o Paraguai.

GRÁFICO 3
MERCOSUL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA CONTA CORRENTE
(Em % do PIB, a preços correntes)



Nota: ^{al} Estimativa do primeiro semestre do saldo da conta corrente e do PIB nominal.

Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL e de fontes oficiais.

- Argentina -

No caso da Argentina, a queda no saldo da conta corrente de 3,7% para 2,7% do PIB entre 2006 e 2007 pode ser explicada por diferentes causas ao longo do período. O ponto de inflexão se situa em meados de 2007. Até esse momento, as importações de bens cresceram mais do que as exportações, provocando uma significativa erosão do saldo dessa balança.¹⁴ A partir daí, produziu-se uma aceleração relativa das exportações devido ao aumento do preço dos produtos básicos durante a fase inflacionária da crise internacional. Estas tendências se estenderam durante o primeiro semestre de 2008, quando a Argentina se viu favorecida por uma melhora de 14,4% nas suas relações de troca. Enquanto a média móvel de 12 meses do crescimento das vendas externas de bens foi de 14,7% em junho de 2007, um ano depois chegou a 31,6%; deste modo, a "inflação de alimentos" internacional beneficiou as contas externas argentinas. Embora as importações também tenham experimentado uma grande aceleração, o resultado líquido dessa movimentação foi um crescimento do excedente da balança comercial que contribuiu para sustentar o superávit da conta corrente. A deterioração no primeiro semestre de 2008 nasceu, inicialmente, de um grande crescimento das remessas líquidas de lucro e, em um segundo momento, de um aumento no déficit de serviços. Durante a primeira metade de 2008, a Argentina registrou uma saída de capital financeiro¹⁵ equivalente a 2,9% do PIB, em um cenário de maior incerteza gerado por um conflito tributário entre o governo e o setor agropecuário, e no contexto de aumento dos preços internacionais de algumas matérias-primas.¹⁶

- Brasil -

O Brasil viveu uma aceleração persistente das importações a partir de meados de 2007 devido ao aumento do seu ritmo de atividade e à valorização da própria moeda. Em junho desse ano, a média móvel de 12 meses da taxa de crescimento das compras externas já chegava a 26,5%, e alcançou 44% um ano depois. Como as exportações não registraram uma dinâmica similar (apesar de terem crescido em taxas em torno de 19% durante esse período), o excedente da balança comercial se reduziu significativamente. Esta deterioração no comércio de mercadorias, somada ao expressivo aumento das remessas de lucro fez com que o país começasse a registrar um déficit de conta corrente a partir do quarto trimestre de 2007; no conjunto desse ano, o superávit foi de 0,1% do PIB (1,3%, em 2006). O saldo negativo se ampliou no primeiro semestre do 2008 e representou 2% do PIB. Foi muito rápido a velocidade em que aconteceu a mudança da tendência. Além das causas internas já mencionadas, esse resultado está relacionado com a crise financeira internacional, que gerou uma forte entrada de capitais no Brasil. Em 2007, a entrada líquida de capital financeiro e de investimentos estrangeiros diretos líquidos equivaleu a 6,8% do PIB: 4,6% do PIB corresponderam ao primeiro item.¹⁷ No primeiro semestre de 2008, estas cifras foram 4,3% e 3,3%, respectivamente. O impacto da instabilidade financeira internacional foi, portanto, inicialmente favorável para o Brasil nesse período. Apesar de os episódios de pânico terem implicado saídas específicas de capital, o país continuou sendo destino de investimentos financeiros, devido ao grande diferencial de taxas de juros e à tendência, até então dominante, de apreciação do real, em meio a um contexto de redução da disponibilidade do capital privado

¹⁴ Para mais detalhes sobre o comércio nos países do MERCOSUL, ver o Capítulo II.

¹⁵ Para todos os países, o conceito de capital financeiro inclui o saldo líquido da balança de capital, da balança financeira (exceto o investimento estrangeiro direto) e os erros e omissões.

¹⁶ Desencadeado pela adoção de impostos variáveis sobre as exportações em função dos preços internacionais ("retenções móveis") de alguns produtos agrícolas; a resolução foi rejeitada pelo Senado em julho.

¹⁷ O conceito de Investimento estrangeiro direto (IED) utilizado neste informe corresponde ao da Balança de Pagamentos do FMI [1993]; são os investimentos de uma entidade econômica operando num país (investidor direto) com o propósito de obter lucros de longo prazo numa empresa localizada em outra economia. O lucro de longo prazo implica existência de uma relação de maior duração e um grau significativo de influência deste investidor direto na administração da empresa (mais de 10% das ações ordinárias ou de poder de voto). Para maiores detalhes sobre os fluxos do IED no MERCOSUL, referir-se ao Capítulo II.

para financiar o déficit estadounidense.¹⁸ No entanto, durante o pânico de setembro e outubro de 2008, esta situação sofreu uma reversão súbita, desencadeando saídas de capital e uma rápida desvalorização do real. Mas, enquanto durou, a forte entrada de capitais no Brasil provocou um barateamento relativo das importações e reduziu o seu saldo credor na balança comercial.

- Paraguai -

Assim como na Argentina, em 2007 os preços das exportações do Paraguai aumentaram devido à "inflação de alimentos", embora o país também tenha sentido os efeitos negativos da alta no preço do petróleo. Deste modo, houve apenas uma pequena melhoria na sua balança comercial, que foi, não obstante, neutralizada pela deterioração das balanças de renda, de transferências e de serviços, principalmente no setor de transportes. Em 2007, o Paraguai teve um superávit na conta corrente equivalente a 1,1% do PIB, bem menos do que os 2,4% de 2006. Assim como no Brasil, a combinação de investimentos estrangeiros diretos e financiamentos foi muito importante em 2007, e representou 5% do PIB; 3,5 p.p. correspondem ao segundo item.

- Uruguai -

No Uruguai, o déficit da conta corrente diminuiu, passando de 1,9% do PIB, em 2006, para 1,0% em 2007. Apesar de o país ter sido beneficiado pelos preços baixos do petróleo no primeiro semestre e por uma aceleração das exportações no final do ano, o resultado anual foi um pequeno aumento do déficit da balança comercial, que foi mais do que compensado por maiores ingressos na balança de serviços e de renda. No primeiro semestre de 2008, a alta no preço do petróleo afetou fortemente o balanço de bens: as importações cresceram 82,5% em relação ao mesmo período do ano anterior e o déficit da conta corrente foi estimado em 4% do PIB. Este saldo foi coberto por expressivas entradas de investimento direto e de capital financeiro, equivalentes a 5,8% e 9,6% do PIB, respectivamente.

- Venezuela -

O saldo da conta corrente da balança de pagamentos da Venezuela ficou atrelado às grandes flutuações do preço do petróleo. Em 2007, o superávit desta conta foi de 8,8% do PIB, bem abaixo dos 14,7% alcançados em 2006. A deterioração veio da queda do preço do hidrocarboneto durante o primeiro semestre de 2007 (a média mundial do petróleo cru caiu 1,3% em comparação com o mesmo período do ano anterior), ao mesmo tempo em que as importações tiveram um crescimento sustentado o ano inteiro, em torno de 41% ao ano. No entanto, uma das consequências da crise desencadeada em meados de 2007 foi um aumento extraordinário do preço do petróleo: 76,6% no primeiro semestre de 2008, em relação ao mesmo período de 2007. O superávit da conta corrente alcançou 17,2% do PIB na primeira metade de 2008, o que se pode explicar pelo aumento do preço do hidrocarboneto e por uma desaceleração das importações, que cresceram 12,7%.

Em todos estes países os níveis de reservas internacionais permaneceram elevados e relativamente estáveis entre o segundo semestre de 2007 e o primeiro de 2008. Medidas em meses de importações, as reservas equivaleram nesse período a 11,1; 15,1; 4,5; 7,5 e 8,2 para Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela, respectivamente. Estes números representam pequenas reduções em relação ao nível do indicador do ano anterior na Argentina e no Uruguai, e uma redução mais significativa no caso da Venezuela. O indicador no Brasil e no Paraguai, pelo contrário, aumentou.

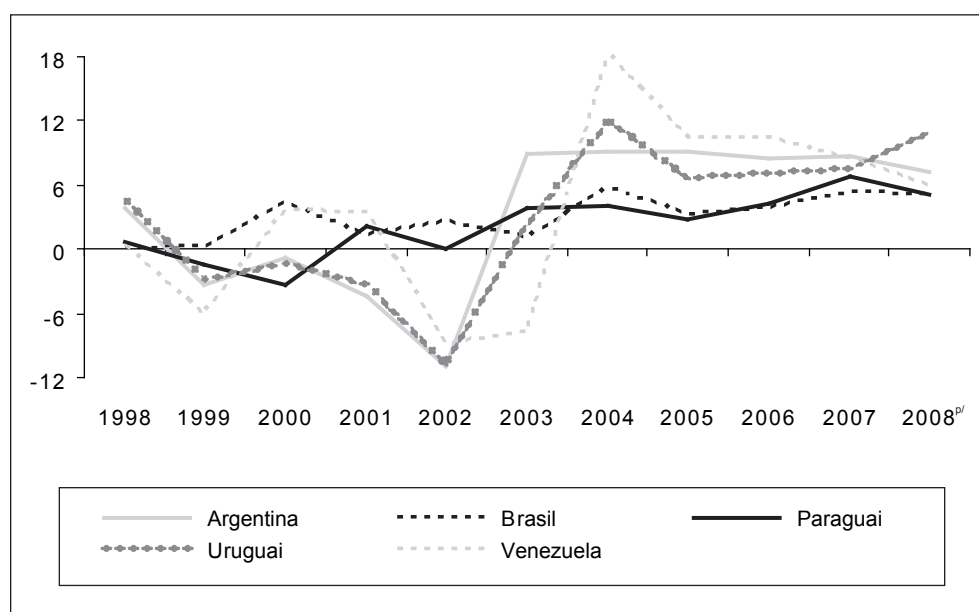
¹⁸ Nos últimos anos, o Brasil funcionou como destino do "carry trade", operações de arbitragem financeira para países com baixas taxas de juros e moedas "fracas", como o Japão.

C. Evolução macroeconômica do MERCOSUL¹⁹

PIB e elasticidades

O PIB dos países do MERCOSUL cresceu, em média,²⁰ 7,3% durante 2007.²¹ Em 2008, registra-se certa desaceleração em todas as economias do bloco, com exceção do Uruguai, que crescerá mais do que no ano anterior.²² Em 2008, o aumento do PIB deve chegar a 6,9% em média, de acordo com as projeções disponíveis (Gráfico 4). Embora a fase expansiva iniciada em 2003 se mantenha, desde 2007 algumas mudanças podem ser observadas nas fontes de crescimento. Para identificá-las, calculou-se a elasticidade produto²³ de alguns componentes dos gastos (consumo privado, investimento, exportações e importações de bens e serviços) comparando dois períodos: 2005-2006 e 2007-2008.²⁴ (Gráfico 5).

GRÁFICO 4
MERCOSUL: PRODUTO INTERNO BRUTO
(Variação real interanual - em %)



Nota: ^{P/} Projeções.

Fontes: DNCN (Argentina), BCB (Brasil), BCP (Paraguai), BCU (Uruguai) e CEPAL.

¹⁹ A menos que se indique o contrário, as projeções e estimativas dessa seção e da próxima correspondem a uma média feita entre os levantamentos das expectativas privadas realizadas pelos Bancos Centrais (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e dos cálculos da CEPAL (Venezuela). As projeções correspondem às publicações de setembro de 2008 no caso do Estudo das Expectativas de Mercado (BCRA) e da Pesquisa de Expectativas Econômicas (BCP). A Pesquisa de Expectativas Econômicas (BCU) e a Pesquisa Seletiva de Expectativas de Inflação (BCU) correspondem a outubro de 2008. A publicação Focus - Relatório de Mercado (BCB) é de 17 de outubro de 2008.

²⁰ Média simples dos cinco países.

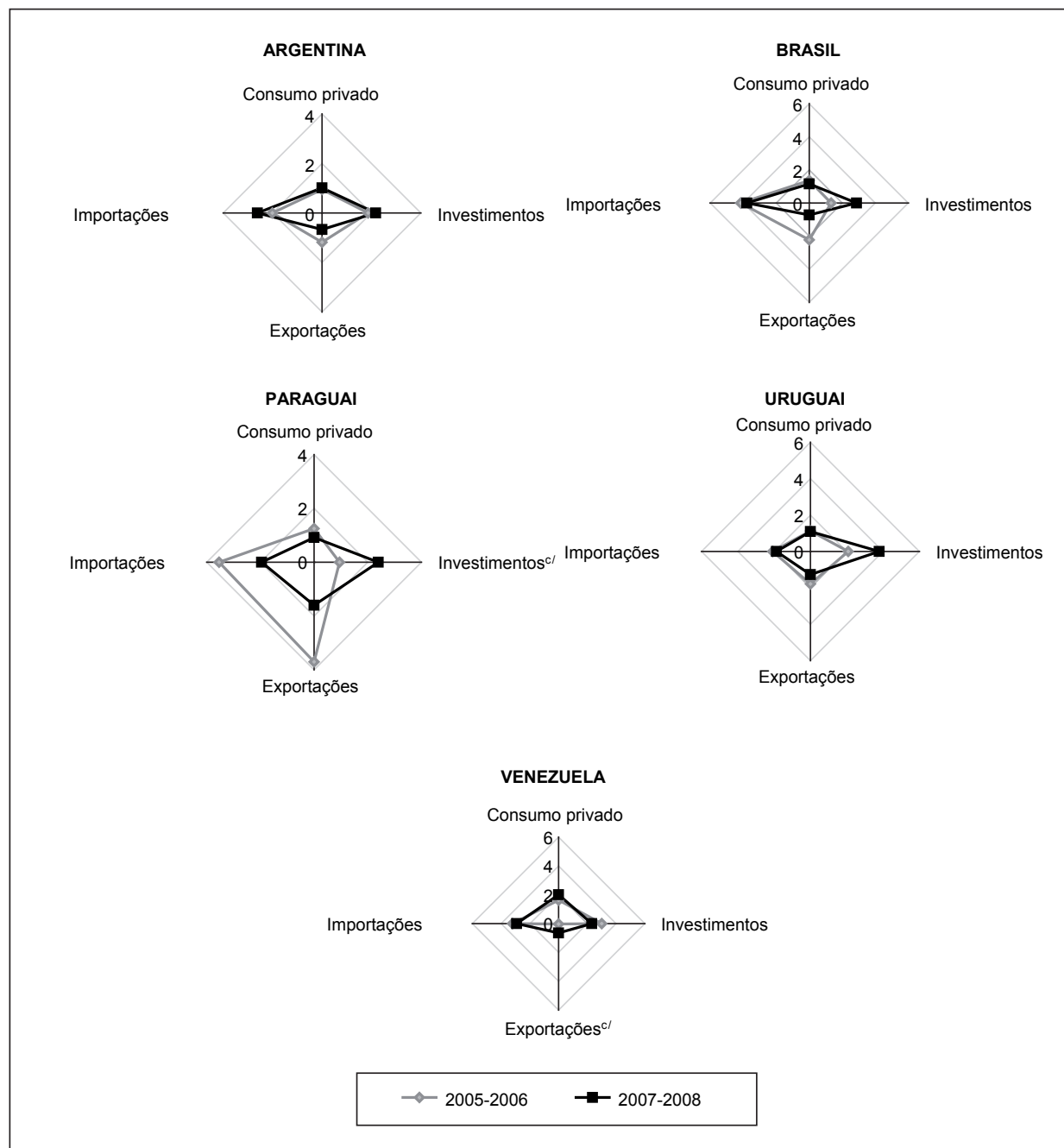
²¹ De acordo com um comunicado recente (BCP [2008]), as contas nacionais do Paraguai subestimam o valor do PIB, já que não incluem a atividade das entidades hidroelétricas binacionais (Itaipu e Yacyretá); segundo a imprensa, em 2007 teriam sido subestimados cerca de 8% do PIB.

²² Resultado que contou com a contribuição da produção da fábrica de celulose da empresa Botnia.

²³ A elasticidade produto de um agregado dado (por exemplo, o investimento) é a relação entre a taxa de variação desse agregado e a do produto no mesmo período. Mede a intensidade relativa do crescimento dos diferentes componentes dos gastos em comparação com o aumento do PIB.

²⁴ Considera-se o primeiro semestre de 2008.

GRÁFICO 5
MERCOSUL: ELASTICIDADE PRODUTO DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DO GASTO^{a/}
 (2005-2006 e 2007-2008)^{b/}



Notas: ^{a/} A elasticidade produto é a relação entre a taxa de variação do agregado e a do produto no mesmo período. Mede a intensidade relativa do crescimento dos diferentes componentes do gasto em relação ao aumento do PIB.

Investimento: Formação bruta de capital fixo + Variação de existências.

Exportações e importações: incluem bens e serviços.

^{b/} Os dados de 2008 correspondem ao primeiro semestre.

^{c/} Neste gráfico as elasticidades produto são consideradas em valores absolutos. A que corresponde a investimentos no Paraguai em 2005-2006 e a correspondente às exportações na Venezuela são negativas em ambos os períodos. Ver o Quadro A1.3 no Anexo I.

Fonte: Elaboração própria com dados do DNCN (Argentina), IBGE (Brasil), BCP (Paraguai), BCU (Uruguai), BCV (Venezuela) e CEPAL.

Com exceção da Argentina e da Venezuela, o PIB das economias do MERCOSUL cresceu mais no segundo do que no primeiro dos períodos indicados. No que se refere às fontes de crescimento, duas tendências se destacam em 2007-2008: por um lado, o aumento da elasticidade produto do investimento em todos os países, exceto na Venezuela; e por outro, a redução da elasticidade das exportações nas cinco economias. Isto significa que houve um aumento da relevância da formação bruta de capital como motor de crescimento, ao mesmo tempo em que a contribuição negativa das exportações líquidas foi maior na segunda etapa.²⁵ Na Argentina a elasticidade das importações aumentou, enquanto nos demais países sofreu redução. É preciso assinalar que no Brasil a sensibilidade das importações à variação do PIB permaneceu em um nível elevado, em torno de 3,8.

Na **Argentina**, o PIB cresceu 8,7% em 2007 e se prevê um aumento de 7,2% para 2008. A elasticidade do consumo privado aumentou levemente durante 2007-2008, mas se manteve próxima de uma unidade. Em 2007, o consumo foi impulsionado pelo aumento dos salários reais, do nível de emprego e do crédito, mas durante o primeiro semestre de 2008 sofreu uma desaceleração. Por um lado, esta evolução pode ser explicada por uma queda da confiança do consumidor relacionada com os níveis de inflação e com as repercussões do conflito entre o governo e o setor agropecuário. Por outro lado, o menor crescimento da massa salarial devido à menor criação de postos de trabalho também afetou o dinamismo dos gastos das famílias no primeiro semestre de 2008. O já mencionado aumento da elasticidade produto do investimento responde ao crescimento do equipamento durável de produção - principalmente importado -, parcialmente compensado por certa desaceleração da construção.

No **Brasil**, o PIB viveu uma aceleração em 2007 (5,4% em relação ao ano anterior) e projeta-se que será de 5,2% em 2008. Durante 2007, a economia brasileira viveu um evidente "reaquecimento". A redução do ritmo de expansão prevista para este ano se deve ao setor externo, mas a demanda interna continuaria sólida. A elasticidade do consumo privado diminuiu levemente entre os períodos analisados, mantendo-se pouco acima de uma unidade, depois do salto registrado durante o segundo trimestre de 2006. Em 2007-2008 o consumo privado cresceu em índices maiores devido ao aumento do nível de emprego, dos salários reais e do maior acesso ao crédito. A apreciação nominal do real até julho de 2008 dinamizou o consumo privado, e também contribuiu para o significativo aumento dos investimentos por meio da importação de bens de capital. O setor de construção também apresentou expansão, devido ao maior acesso ao crédito hipotecário. Deste modo, a elasticidade dos investimentos aumentou de 1,3 em 2005-2006 para 2,9 em 2007-2008.

No **Paraguai**, o crescimento do PIB viveu uma aceleração em 2007 (6,8% em relação ao ano anterior) e prevê-se um aumento de 5,1% em 2008. O principal impulso veio do setor agrícola, que cresceu 24,1% em 2007, e 11,3% no primeiro semestre de 2008, em comparação com o ano anterior. Enquanto as elasticidades do consumo privado, as exportações e as importações sofreram redução entre os períodos analisados, a dos investimentos alcançou 2,4 no período de 2007-2008.

No **Uruguai**, o PIB cresceu 7,4%, em 2007, e está previsto um aumento de 10,8% em 2008. Com exceção dos investimentos, todos os componentes dos gastos analisados mostraram uma redução da elasticidade produto durante o segundo período. Do ponto de vista da oferta, a expansão da atividade foi liderada pelos serviços (transporte, armazenamento e comunicações; comércio, restaurantes e hotéis) e pela indústria de manufatura, devido à entrada em funcionamento da fábrica de celulose da empresa Botnia, à atividade da petroleira uruguaia Ancap e ao crescimento da indústria frigorífica.

O PIB da **Venezuela** viveu uma desaceleração para 8,4% em 2007 e um aumento de 6% é esperado para 2008. Cabe destacar que uma forte redução do ritmo de crescimento foi registrada nos primeiros três meses

²⁵ A contribuição negativa do setor externo para o crescimento faz com que as importações cresçam mais do que as exportações.

de 2008, compensada parcialmente durante o trimestre seguinte. No que diz respeito às elasticidades, a do investimento e a das importações se reduziram, enquanto a das exportações, que é negativa, aumentou em valor absoluto. Por outro lado, a elasticidade do consumo privado foi de 2,0 em 2007-2008, alcançando o nível máximo dentro do bloco. A melhoria das suas relações de troca permitiu à Venezuela elevar o seu consumo e os seus investimentos muito acima do seu PIB, que teve seu correlato no forte peso negativo das suas exportações líquidas. Finalmente, destaca-se um comportamento diferenciado entre a atividade petroleira e a não-petroleira: enquanto a primeira diminuiu 4,2% em 2007 e aumentou em 3,2% no primeiro semestre de 2008, a segunda cresceu 9,5% e 6,5%, respectivamente.

D. Política econômica: instrumentos e resultados

Inflação

Entre o segundo semestre de 2007 e o primeiro de 2008, o principal problema macroeconômico dos membros do MERCOSUL foi a inflação. Este fenômeno é semelhante ao de muitos outros países e está associado a algumas características do cenário financeiro internacional explicado acima. Em 2007, o aumento dos preços no varejo ficou na média dos 10%²⁶ e para 2008 está previsto um aumento maior (Gráfico 6).²⁷ Em todos os casos, a inflação teve origem tanto em fatores internos como externos. Dentro deste último grupo, destacou-se principalmente o aumento internacional do preço dos alimentos (Quadro B) e dos combustíveis. De qualquer forma, cabe assinalar que a redução do preço das *commodities* verificada desde julho de 2008 - estimulada pelos investidores se desfazendo das suas posições em ativos reais, pelo aprofundamento da crise financeira e pelas perspectivas de desaceleração da economia mundial - começou a atenuar as pressões inflacionárias.

De acordo com os números oficiais, na **Argentina** a variação do índice de preços ao consumidor (IPC-GBA)²⁸ ficou em 8,5% durante 2007, e em 2008 chegaria a 9,1%. No entanto, outros indicadores oficiais²⁹ apontam para aumentos superiores. Entre os principais fatores internos que estimulam a inflação destacam-se, por um lado, a pressão da demanda estimulada pela política de renda e a aceleração dos gastos públicos, e, por outro, os reajustes de alguns preços regulamentados (transportes e alguns serviços públicos). Diante das fortes pressões inflacionárias externas, a Argentina adotou diversas medidas setoriais, especialmente nas áreas de energia e alimentos, na tentativa de separar o comportamento dos preços internos dos externos.

No **Brasil**, a inflação no varejo - medida pelo IPCA - ficou em 4,5% em 2007 (3,1% em 2006) e este ano subiria para 6,2%, mantendo-se ainda dentro da meta (4,5% com uma margem de ± 2 p.p.). Esta aceleração se deve em grande parte a reativação da demanda interna, favorecido pelo barateamento do crédito e pela entrada de capitais externos que prevaleceu até o mês de setembro. Por outro lado, embora a valorização do real tenha contribuído para combater a inflação por meio da ancoragem das expectativas inflacionárias e da contenção do preço dos produtos importados, também promoveu o aumento da demanda interna, exatamente pela via das importações e, de fato, o preço dos bens comercializáveis manteve a aceleração.³⁰ Outros fatores que também contribuíram para a inflação foram a expansão da

²⁶ Média simples dos cinco países.

²⁷ Argentina, Paraguai e Venezuela realizaram diferentes mudanças na metodologia de cálculo do IPC durante 2008, portanto os índices de inflação recentes podem não ser exatamente comparáveis com aos anteriores.

²⁸ Índice de Preços ao Consumidor da cidade de Buenos Aires e da Grande Buenos Aires.

²⁹ IPC nacional, preços no atacado, preços implícitos no PIB.

³⁰ O preço dos bens comercializáveis subiu progressivamente em comparação com o ano anterior entre abril de 2007 e setembro de 2007 e entre dezembro de 2007 e junho de 2008.

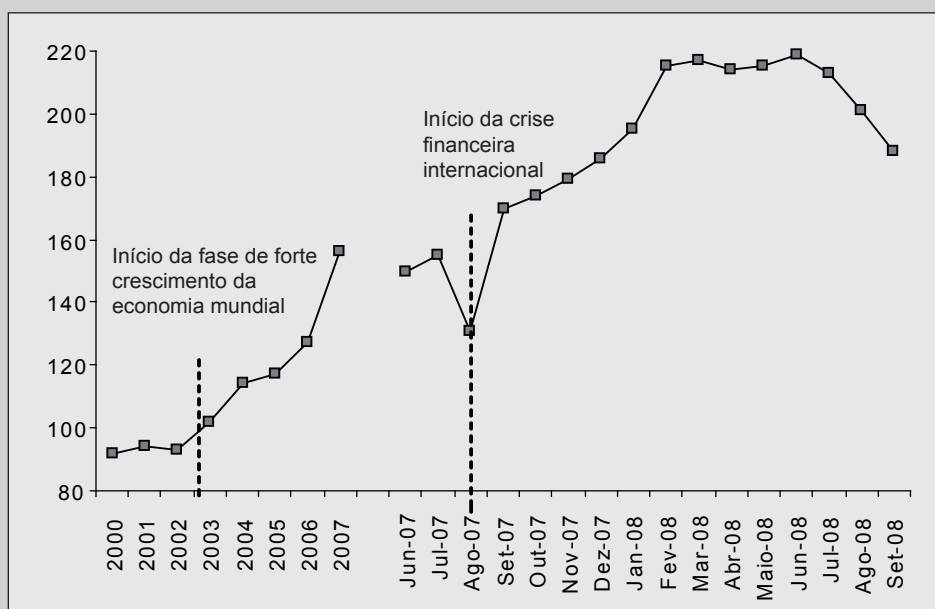
massa salarial, o aumento internacional dos preços das matérias-primas e os reajustes de alguns preços regulamentados (transportes públicos e educação).

QUADRO B

CAUSAS ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS DA INFLAÇÃO DE ALIMENTOS

Nos últimos cinco anos os preços das matérias-primas subiram de maneira significativa, como consequência da expansão da demanda mundial. Os alimentos, que tinham permanecido relativamente em segundo plano, em comparação com os combustíveis e os metais, encareceram substancialmente ao longo de 2007 e no primeiro bimestre de 2008; em junho último encontravam-se 67% acima do nível médio de 2006. No contexto da crise financeira internacional iniciada em agosto de 2007, a inflação se transformou em um grave problema macroeconômico global, pelo menos até julho de 2008, quando o preço das *commodities* começou a cair. No caso dos alimentos, os preços tiveram redução de 14% entre junho e setembro.

ÍNDICE DE PREÇOS DOS ALIMENTOS^{a/}
(Média 1998-2000=100)



Notas: ^{a/} Inclui 55 matérias-primas alimentícias.

Fonte: FAO.

Diversos fatores contribuíram para o encarecimento dos alimentos nos últimos anos. No que se refere à demanda, o principal impulso foi o rápido crescimento dos países em desenvolvimento, especialmente da China e da Índia. Além de ter interferido de maneira direta, estimulando a quantidade total de alimentos consumida, o quadro colaborou para a melhora da qualidade de vida nessas economias, por meio da incorporação de proporções maiores de proteínas na alimentação (incluídas nas carnes e nos lácteos), e ainda gerou um aumento indireto na demanda de certos grãos usados na alimentação dos rebanhos de gado.

Outro elemento relevante é a utilização de certos cultivos na produção de biocombustíveis - fomentada pelos subsídios concedidos para este fim nos países desenvolvidos em resposta aos altos preços das energias -, reduzindo a oferta disponível para a alimentação, assim como a oferta de outros cultivos que competem pela terra. Mais recentemente um importante fator de explicação do aumento dos preços é a demanda especulativa de *commodities* agropecuárias, uma das manifestações da crise financeira internacional durante a segunda metade de 2007 e o primeiro semestre de 2008.

Por outro lado, algumas questões estruturais limitaram a ampliação da oferta de alimentos. Entre elas é possível mencionar a mudança climática, o desenvolvimento urbano que restringe o uso da terra e da água e o impacto do encarecimento do petróleo sobre o preço dos fertilizantes, da energia e dos custos de transporte. As políticas protecionistas dos países desenvolvidos também contribuem nesse sentido, ao passo que as ajudas tradicionais - que estimulavam o aumento da produção - são substituídas pelos subsídios que não têm relação com a quantidade produzida. A curto prazo, a oferta também se viu afetada por condições climáticas e epidemias, além de restrições às exportações em alguns países que são grandes produtores.

QUADRO B (CONTINUAÇÃO)

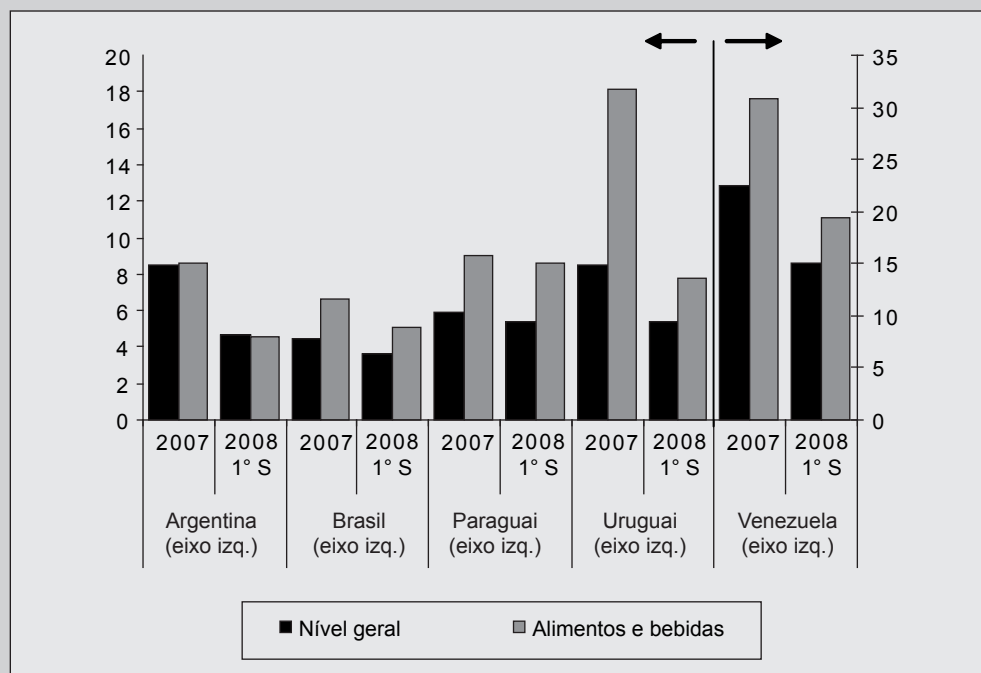
Em síntese, o aumento dos preços dos alimentos se explica por um aumento constante da demanda que supera a capacidade de resposta da oferta, dando lugar a uma redução dos estoques mundiais e gerando uma tendência de alta dos preços agravada por fatores financeiros e conjunturais.

A “inflação de alimentos” tornou-se uma preocupação da política econômica no mundo inteiro, principalmente nos países em desenvolvimento onde se gasta uma parcela maior da receita com alimentos. Enquanto nos países desenvolvidos os alimentos e as bebidas têm um peso inferior a 15% na inflação, nas economias do MERCOSUL estão por volta de 30% (exceto no Brasil, onde a ponderação alcança 22,1%). Embora desde julho de 2008 tenha havido uma redução considerável dos preços das matérias-primas - descomprimindo assim as pressões inflacionárias -, estes ainda se mantêm elevados em termos históricos.

Durante 2007 e no primeiro semestre de 2008 a inflação do setor varejista de alimentos e bebidas superou o aumento do nível geral de preços em todos os países do bloco, com exceção da Argentina, onde a variação foi praticamente idêntica. Assim, enquanto nas duas maiores economias este setor representou quase um terço da inflação total, no Paraguai e no Uruguai contribuiu com mais da metade do aumento e na Venezuela com 44,2%.

No que diz respeito à política antiinflacionária, os governos dos países do MERCOSUL adotaram diferentes medidas com o objetivo de conter especificamente os preços dos alimentos. Entre elas se destacam a liberalização e/ou simplificação de importações de alguns produtos-chave (Brasil, Paraguai e Uruguai), a redução ou suspensão do IVA ou de outros impostos sobre determinados alimentos (Brasil, Uruguai e Venezuela), os acordos e outros controles de preços (Argentina, Paraguai e Uruguai), a proibição e as restrições quantitativas às exportações de alguns produtos (Argentina), o aumento das retenções às exportações agroalimentares (Argentina) e as compensações para os produtores (Argentina). Com a finalidade de frear o aumento de preços sem reduzir as vendas externas, o Brasil lançou um programa de estímulo à produção de alimentos sensíveis por meio de créditos com taxas de juros reduzidos e prazos grandes para pagar e garantindo o pagamento de preços mínimos.

INFLAÇÃO NO VAREJO (2007 e primeiro semestre de 2008^{a/})



Notas: ^{a/} Acumulada até o mês de junho.

Fonte: INDEC (Argentina), IBGE (Brasil), BCP (Paraguai), INE (Uruguai), INE (Venezuela).

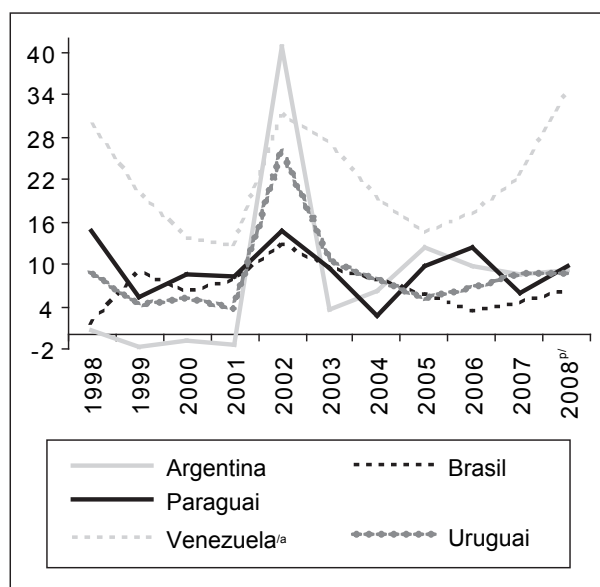
No **Paraguai**, a inflação no varejo atingiu 6% durante 2007, dentro da meta de 5% (contando com a margem de $\pm 2,5$ p.p.). Os maiores aumentos foram registrados durante o primeiro semestre, como consequência da elevação dos preços das frutas e verduras devido a certas restrições às importações. Depois de uma desaceleração na segunda metade de 2007, em 2008 a inflação voltou a subir, pressionada pelos demais alimentos. Esse fator, assim como os preços mais altos da energia, faria a inflação chegar no fim do ano a cerca de 9,7%, acima da meta de 4,5% com margem de tolerância de ± 2 p.p.

O índice de preços ao consumidor (IPC) no **Uruguai** subiu 8,5% em 2007, superando em 2 p.p. o limite superior do intervalo que tinha como meta (4,5-6,5%). Os principais fatores inflacionários tiveram origem nos bens comercializáveis, principalmente combustíveis e alimentos. Neste último caso, além do aumento internacional, a alta dos preços foi atrelada às más condições climáticas que afetaram a produção de carne, frutas e verduras. Em 2008 a inflação no varejo se manteria no mesmo nível do ano anterior, ultrapassando novamente o máximo estabelecido como meta. A fim de atenuar as tensões inflacionárias, algumas medidas fiscais foram implementadas: criou-se um fundo destinado a subsidiar o preço dos transportes coletivos urbanos e reduziram-se os reajustes de combustíveis, telefone, eletricidade, plano de saúde; eliminou-se o imposto sobre a compra de moeda estrangeira que as empresas públicas pagavam (ICOME) e isentou-se o imposto ao valor agregado (IVA) para a carne de frango.

A inflação no varejo na **Venezuela** - medida pelo índice nacional de preços ao consumidor (INPC) - se acelerou em 2007 (22,5%) e na primeira metade de 2008 (15,1% acumulados entre janeiro e junho). A projeção das autoridades monetárias para 2008 foi revista dos 11% esperados inicialmente para 19%, mas possivelmente será maior, já que entre junho e setembro de 2008 foram registradas variações superiores a 30% em comparação ao ano anterior. Entre os principais fatores de explicação se destacam o aumento dos preços dos alimentos, o desabastecimento de alguns produtos de primeira necessidade e a elevação da taxa de câmbio não oficial no segundo semestre de 2007 em um contexto de incertezas políticas.

GRÁFICO 6
MERCOSUL: ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR

(Variação interanual em dezembro de cada ano - Em %)



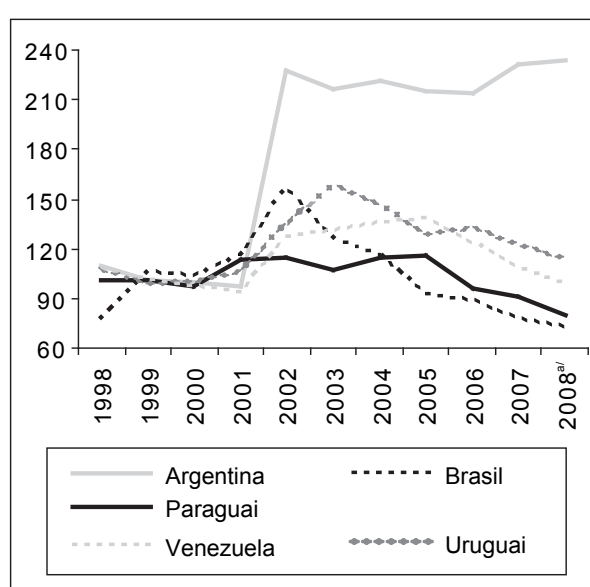
Notas: ^p Projeções.

^a Os dados de 2008 correspondem à variação no mês de setembro em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Fontes: INDEC, IBGE, BCP, BCU, INE e CEPAL.

GRÁFICO 7
MERCOSUL: TAXA DE CÂMBIO REAL EFETIVA

(Índice 2000=100
Fim do período)



Notas: ^a Junho.

Fonte: CEPAL.

Política monetária e cambial

Como foi mencionado, a aceleração inflacionária registrada durante 2007 e na primeira metade de 2008 foi o principal desafio da política monetária enfrentado pelos países do MERCOSUL. Esta respondeu de diversas formas, endurecendo as condições dos mercados monetários. Em alguns casos, o Banco Central também teve que lidar com as pressões para a valorização das moedas (Gráfico 7).

- Argentina -

Entre 2007 e 2008, a política centralizada na manutenção da competitividade cambial e na acumulação preventiva de reservas internacionais começou a sofrer certa erosão devido às pressões inflacionárias. Durante o segundo trimestre de 2008, o mencionado conflito agropecuário provocou uma deterioração das expectativas, que se traduziu em queda do preço dos títulos públicos, do nível de depósitos e da liquidez nos bancos. Para conter a perda de confiança refletida no mercado de câmbio, o BCRA vendeu divisas e promoveu a apreciação nominal do peso, ao mesmo tempo em que as taxas de juros aumentaram. Em junho de 2008, estas alcançaram o nível mais alto dos últimos cinco anos, embora se mantenham em níveis moderados e, em alguns casos, negativos em termos reais.³¹ Depois, o BCRA proporcionou liquidez aos bancos mediante instrumentos monetários variados. A intervenção cambial no momento de instabilidade representou uma redução das reservas internacionais, que passaram de US\$ 50,5 bilhões, em março de 2008, para US\$ 47,5 bilhões no fim de junho. Mesmo assim, situavam-se 10,1% acima do nível de um ano atrás. Em setembro de 2008, o governo anunciou a utilização de US\$ 6,7 bilhões das reservas internacionais para o cancelamento da dívida com o Clube de Paris. Mas em meados de outubro, no contexto da crise financeira internacional, anunciou-se que o pagamento seria realizado em etapas ainda não definidas.

Durante 2007 e no primeiro semestre de 2008 os meios de pagamento (M2)³² aumentaram, respectivamente, 17,9% e 16% em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionados pelos empréstimos ao setor privado. Em termos de oferta, a compra de divisas foi uma das fontes mais relevantes de ampliação da base monetária até o primeiro trimestre de 2008, enquanto o setor público, os depósitos a prazo e os compulsórios foram os principais fatores de retração. Como em anos anteriores, o BCRA esterilizou parcialmente a monetização originada no setor externo privado por meio da colocação de títulos LEBAC e NOBAC. No entanto, como já foi mencionado, a partir do segundo trimestre de 2008 os títulos do Banco Central contribuíram para aumentar a quantidade de dinheiro. Os depósitos continuaram crescendo (16,2% em junho de 2008, em relação ao mesmo período do ano anterior), em conta corrente e estimulados pelos investimentos a prazo fixo não indexados.

A taxa de câmbio nominal com relação ao dólar, por sua vez, se desvalorizou 2,6% em 2007. Embora a inflação tenha sido maior do que a dos seus principais sócios comerciais, a apreciação nominal da moeda brasileira até a crise de outubro contribuiu para a taxa de câmbio real efetiva subir 8,2% em 2007 e 1,1% durante o primeiro semestre de 2008.

³¹ Em junho de 2008, as principais taxas de juros se situavam em 9% (depósitos compulsórios do BCRA de sete dias), 13% (prazos fixos em pesos de 30 a 44 dias), 17,5% (Badlar de bancos privados, correspondente a operações superiores a \$1 milhão de 30 a 35 dias de prazo) e 11,8% (LEBAC de 12 meses).

³² Notas e moedas + depósitos em pesos em conta corrente + depósitos em pesos em poupança.

- Brasil -

Com o objetivo de conter a inflação, o Banco Central do Brasil (BCB) elevou gradualmente a taxa de juros de referência (taxa do sistema especial de liquidação e custódia, SELIC) de 11,25% em março de 2008 para 13,75% em setembro, e permitiu a apreciação nominal do real (16,9%, em 2007, e 9,4%, até junho de 2008), mas de qualquer forma comprou divisas. As reservas cresceram 110% durante 2007 e em meados de 2008 superavam em 36,5% o nível de junho do ano anterior.

Durante o primeiro semestre de 2008, o M2³³ subiu 27,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. A intervenção do BCB no mercado de câmbio foi a principal fonte de criação de base monetária. As operações com títulos públicos federais e a expansão dos depósitos contribuíram nesse mesmo sentido, enquanto o Tesouro Nacional funcionou como um fator de retração. A demanda de dinheiro, por sua vez, foi estimulada pelo dinamismo do crédito, explicado pela redução das taxas de juros entre o fim de 2005 e o início de 2008. Assim, em meados de 2008 os empréstimos representavam 36,6% do PIB, o nível mais alto dos últimos treze anos.

Em termos reais, a moeda brasileira se valorizou 13,5% durante 2007 e 6,6% no primeiro semestre de 2008 em relação aos seus principais sócios comerciais. Como paliativo para os efeitos negativos sobre a atividade, em 2008 o governo suspendeu a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas exportações, eliminou a repatriação obrigatória de divisas derivadas das exportações e criou um IOF para determinadas aplicações de investidores estrangeiros, a fim de desencorajar a entrada de capitais especulativos.

- Paraguai -

O Banco Central do Paraguai (BCP) permaneceu direcionado para reduzir as pressões sobre o nível de preços - por meio do sistema de metas de inflação - para conter a apreciação do guarani.

As entradas de divisas por meio das empresas binacionais (Yacyretá e Itaipu) e do aumento dos depósitos públicos e privados no sistema financeiro geraram uma valorização nominal da moeda frente ao dólar (11% durante 2007 e 15,7% no primeiro semestre de 2008), apesar do forte intervencionismo do BCP no mercado de câmbio.

A compra de divisas pela autoridade monetária representou a principal fonte de criação de base monetária, e as reservas em junho de 2008 estavam 48,5% acima do nível registrado um ano antes. Para esterilizar a monetização e conter o seu efeito inflacionário, o BCP aumentou a colocação de títulos e elevou as taxas de juros. Além disso, um novo instrumento foi aprovado: a FLIR, "facilidade de liquidez de curto prazo com contenção de instrumentos de ajuste monetário".

Em termos reais, o guarani se valorizou 5,8% durante 2007 e 12,4% no primeiro semestre de 2008. Embora a índice de inflação paraguaia seja superior à de vários sócios comerciais do país, a queda da taxa de câmbio real efetiva não foi maior devido à revalorização da moeda brasileira.

A elevação das taxas de juros chegou ao restante do sistema financeiro no início de 2008, estimulando o crescimento dos depósitos (29% em junho de 2008, em relação ao mesmo período do ano anterior), principalmente em moeda local; as colocações em divisas continuaram aumentando apesar da apreciação do guarani.

³³ Notas e moedas + depósitos em conta corrente + depósitos para investimento + depósitos de poupança + títulos privados (depósitos a prazo, letras de câmbio, letras hipotecárias e letras imobiliárias).

- Uruguai -

O Banco Central do Uruguai (BCU) decidiu alterar o eixo da política monetária, antes centrada no acompanhamento do M1, para a fixação da taxa de juros interbancária (*call*), que passou de 5% em setembro de 2007 para 7,75% em outubro de 2008. Diante das pressões inflacionárias e visto que a margem para elevar as taxas é pequena, o BCU aumentou os compulsórios para depósitos de curto prazo e ampliou o intervalo de tolerância de inflação de 4-6% para 3-7%, em 2008. Apesar disso, como já mencionado, este ano a variação do IPC seria maior do que a meta.

A intervenção do Banco Central no mercado de câmbio do Uruguai foi mais limitada do que em outros países do bloco. Assim o ingresso de capitais, decorrente do aumento das taxas de juros e das maiores entradas de divisas geradas pelas exportações, repercutiu em uma valorização nominal do peso uruguaio de 11,3% em 2007 e de 10,1% até junho de 2008. A taxa de câmbio real efetiva caiu 3,3%, durante 2007, e 7% nos primeiros seis meses de 2008.

O agregado monetário M1 cresceu 32% em 2007 e 28% em junho de 2008 em comparação com o mesmo período do ano anterior, estimulado pelo dinamismo dos depósitos à vista. Em um contexto de apreciação cambial, as colocações em pesos se expandiram continuamente enquanto os depósitos em moeda estrangeira (que ainda representam 78% do total) sofreram redução.

- Venezuela -

Desde fevereiro de 2007, a Venezuela vem implementando um programa antiinflacionário que inclui controles de preços, desaceleração dos gastos públicos e uma política monetária de retração por meio da venda de "notas estruturadas" (pacotes de ativos em dólares pagáveis em moeda local), do aumento da oferta de divisas por parte da Comissão de Administração de Divisas (CADIVI), da transferência de US\$ 1,5 bilhão das reservas para o Fundo de Desenvolvimento Nacional (FONDEN), do aumento dos depósitos compulsórios, da elevação das taxas de juros, do cancelamento em dólares de obrigações do governo, e do aumento dos limites mínimos de taxas ativas. Enquanto no primeiro semestre de 2007 as notas e moedas em circulação cresceram a uma taxa real média de 22,1%, no mesmo período de 2008 esse crescimento foi de 9,3%; entre maio e junho se produziu uma retração real média de 2,8% neste agregado. Em meados de 2008 as reservas do Banco Central eram superiores a US\$ 33,56 bilhões (10,1 meses de importações).

Em janeiro de 2008 foi instrumentada uma reconversão monetária, por meio da qual se eliminaram três zeros do bolívar e este foi substituído pelo bolívar forte (BsF). A taxa de câmbio oficial permanece fixado em 2,15 BsF por dólar, e o regime de administração de divisas e as restrições à saída de capitais se mantêm.

Política fiscal

Durante 2007 e na primeira metade de 2008, os países do MERCOSUL, com exceção da Venezuela, continuaram registrando superávits primários. No primeiro semestre de 2008, a Argentina e o Paraguai obtiveram excedentes financeiros, enquanto no Brasil e no Uruguai este resultado foi levemente negativo. Em todos os países do bloco a dívida pública continua perdendo participação no PIB, como consequência do crescimento do PIB (Quadro 1).

QUADRO 1
MERCOSUL: PRINCIPAIS INDICADORES FISCAIS
(Como % do PIB)

País	Período	Resultado primário ^{a/}	Juros ^{a/}	Resultado financeiro ^{a/}	Dívida pública ^{b/}
Argentina	2007	3,2	2,0	1,1	56,1
	2007 1º S	3,8	1,7	2,1	59,3
	2008 1º S	4,1	1,4	2,7	48,8
Brasil	2007	4,0	6,2	-2,3	42,7
	2007 1º S	5,8	6,4	-0,6	44,1
	2008 1º S	6,2	6,4	-0,1	40,4
Paraguai	2007	1,8	0,8	1,0	23,2
	2007 1º S	4,2	0,8	3,4	n.d.
	2008 1º S	4,4	0,7	3,7	20,6
Uruguai	2007	3,6	3,6	0,0	70,7
	2007 1º S	3,2	4,4	-1,1	66,7
	2008 1º S	1,3	1,4	-0,1	61,5
Venezuela	2007	-1,0	1,6	-2,6	23,2
	2007 1º S	n.d.	n.d.	n.d.	17,8
	2008 1º S	n.d.	n.d.	n.d.	18,0

Notas: n.d.: não disponível.

^{a/} Argentina: Governo Central. Devido a uma mudança de metodologia, desde 2007 são excluídos os recursos co-participáveis e os gastos que derivam deles. Brasil e Uruguai: Setor público consolidado. Paraguai: Administração Central. Venezuela: Setor público restringido.

^{b/} Argentina: Dívida bruta total do setor público nacional. Não inclui US\$ 30,612 bilhões correspondentes à dívida com os credores que não aceitaram a permuta (*holdouts*), equivalentes a 10% do PIB do primeiro semestre de 2008. Para o cálculo do PIB usou-se a média dos últimos quatro trimestres. Brasil: Dívida Líquida do Setor Público Consolidado (DLSP). Difere do relatório anterior por alteração na fonte original. Paraguai: Dívida do setor público não financeiro. O dado de 2008 é uma projeção anual do FMI com base em dados oficiais e estimativas da equipe da entidade. Uruguai: Dívida bruta do setor público global, inclui dívida do BCU. Venezuela: Dívida pública bruta.

Fontes: Elaboração própria com dados das Secretarias da Fazenda e de Finanças (Argentina), Ministério da Fazenda, IPEA (Brasil), BCP, do Ministério da Fazenda e FMI (Paraguai), Ministério de Economia e Finanças (Uruguai) e Ministério do Poder Popular para Economia e Finanças (Venezuela).

- Argentina -

Em 2007 o superávit primário na Argentina chegou a 3,2% do PIB. Os gastos primários do setor público cresceram em um ritmo superior ao da arrecadação (37,1% e 32,3% interanual, respectivamente). Excluindo-se a transferência do estoque acumulado em contas de capitalização individual como consequência da reforma da previdência realizada em 2007, o resultado primário de 2007 seria 2,2% do PIB. Durante o primeiro semestre de 2008, o superávit primário representou 4,1% do PIB, superior aos 3,8% do mesmo período do ano anterior. O aumento se explica pela antecipação de resultados pelo Banco Central em maio e junho de 2008. Para 2008, projeta-se um excedente de 3,5% do PIB.³⁴

³⁴ Excluindo-se o estoque das contas de capitalização mencionado, o resultado primário fica em 3,9% durante o primeiro semestre de 2008 (3% durante o mesmo período de 2007).

Durante a primeira metade de 2008 a arrecadação cresceu 38,3% e os gastos primários subiram 37,4%, em comparação com o mesmo período do ano anterior. Aumentou a arrecadação de todas as categorias impositivas, destacando-se o IVA, o imposto sobre o lucro - ambos vinculados ao nível de atividade e à inflação - e os direitos de exportação - impulsionados pelo aumento das alíquotas e dos preços dos produtos básicos. Por último, a maior arrecadação advinda do sistema de previdência pode ser explicada pelo maior número de contribuintes resultantes da reforma da previdência e pelo crescimento dos salários nominais. A elevação dos gastos durante o primeiro semestre de 2008 tem origem principalmente nos subsídios do setor privado (energia e transportes), que cresceram 64,9% (variação interanual), situando-se perto de 1% do PIB.

A dívida pública continuou diminuindo em proporção ao PIB durante 2007 e no primeiro semestre de 2008, quando alcançou 48,8%. Esta redução responde a um maior crescimento do PIB do que da dívida, já que esta aumentou em termos absolutos: em junho de 2008 alcançava US\$ 150 bilhões, US\$ 5 bilhões a mais do que em dezembro do ano anterior. Como já foi mencionado, em setembro de 2008 foi anunciado que a dívida com o Clube de Paris seria paga - aproximadamente US\$ 6,7 bilhões - fazendo uso das reservas do Banco Central, e que a reestruturação de bônus públicos seria reaberta - equivalente a US\$ 30,6 bilhões - para os credores que não aderiram à permuta da dívida em 2005 ("*holdouts*"). Entretanto, não foram definidos os prazos em que essas operações serão realizadas.³⁵

- Brasil -

No Brasil, o superávit primário do setor público consolidado representou 4,0% do PIB e o déficit financeiro, 2,3% do PIB durante 2007. Vale destacar o aumento do superávit primário no primeiro semestre de 2008, que chegou a cerca de 6,2% do PIB (5,8%, no mesmo período do ano anterior). Este excedente permitiu cobrir quase a totalidade dos juros, levando a um déficit nominal de apenas 0,1% do PIB. Esse aumento contribuiu para um maior superávit do governo federal, parcialmente compensado pela redução do excedente dos governos estaduais e das empresas estatais.

A arrecadação do governo federal cresceu 16,7%, enquanto o gasto primário só aumentou 9,8%. A arrecadação tributária cresceu em todas as categorias, estimulada pelo dinamismo da atividade econômica. Por um lado, subiu a arrecadação do imposto sobre a renda devido aos maiores rendimentos das empresas e ao aumento da massa salarial; aumentou o imposto sobre os produtos industrializados em função da maior produção manufatureira - em especial, a automotiva - e dos impostos sobre as importações, em decorrência do aumento das compras externas. Por outro lado, subiu a arrecadação das contribuições ao financiamento da previdência, da contribuição social sobre os lucros líquidos (cuja alíquota foi elevada) e do programa de integração social. Vale destacar que o imposto sobre operações financeiras permitiu compensar em parte a perda de arrecadação decorrente do fim da contribuição provisória sobre movimentações financeiras ("*imposto do cheque*"), em dezembro de 2007. A desaceleração dos gastos primários, por sua vez, deve-se ao atraso na aprovação do orçamento, que aconteceu em março de 2008. Os gastos de capital aumentaram em um ritmo maior do que o desembolso total, no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Em junho de 2008, a dívida líquida do setor público representava 40,4% do PIB, frente a 42,7% em dezembro do ano anterior.

³⁵ Em meados de outubro o governo anunciou uma nova reforma da previdência, que consiste na estatização do sistema privado (AFJP). Caso seja aprovada pelo Poder Legislativo, essa reforma terá um impacto positivo no curto prazo sobre as finanças públicas, uma vez que tanto os estoques acumulados nas contas de capitalização individual quanto as futuras contribuições passarão à esfera estatal.

- Paraguai -

Em 2007 a arrecadação fiscal cresceu mais do que os gastos (13,1% e 10,0% interanuais, respectivamente) e o resultado global representou 1% do PIB, dando continuidade à tendência superavitária que vem ocorrendo desde a assinatura do acordo com o FMI em 2003. Neste âmbito, a política fiscal no Paraguai mantém os traços principais dos anos anteriores: uma baixa pressão tributária - compensada em parte pela arrecadação das usinas hidrelétricas de Itaipu e Yacyretá (3,3% do PIB em 2007) - e gastos públicos em que predominam os desembolsos correntes (75% dos gastos totais em 2007).

Durante o primeiro semestre de 2008, a receita pública aumentou 16,6%, estimulada pela arrecadação do IVA e do imposto sobre a renda, decorrentes do bom desempenho do nível de atividade. A arrecadação com os direitos de importação caiu, como consequência da valorização do guarani. Os gastos totais cresceram 13,6% durante o primeiro semestre de 2008 devido ao aumento da despesa com o pagamento de pessoal.

A dívida pública representou 23,2% do PIB em 2007 e deve atingir 20,6% do PIB até o fim de 2008. Entre dezembro de 2007 e junho de 2008, houve uma pequena redução em termos absolutos.

- Uruguai -

Em 2007 o resultado primário representou 3,6% do PIB no Uruguai. Este número foi equivalente aos juros da dívida, levando a um resultado global equilibrado. Durante o primeiro semestre de 2008 a redução do superávit primário foi significativa, equivalendo a 1,3% do PIB. Este excedente menor se explica pela expansão dos gastos - principalmente pelas transferências para o setor privado - e pela ampliação do déficit das empresas públicas. Os juros, por sua vez, ficaram reduzidos a 1,4% do PIB, criando um déficit global de 0,1% do PIB.

A dívida representou 70,7% do PIB em dezembro de 2007 e caiu para 61,5% no primeiro semestre de 2008, devido ao aumento do PIB, enquanto a dívida cresceu em termos nominais.

- Venezuela -

Em 2007 o resultado primário do setor público restrito³⁶ na Venezuela sofreu um revés, registrando um déficit de 1% do PIB (em 2006, tinha registrado um superávit de 0,6%). Considerando os juros da dívida, o déficit global representou 2,6% do PIB. Vale ressaltar que a desaceleração tanto da receita quanto dos gastos totais em 2007 contribuiu para a sua redução como porcentagem do PIB. A desaceleração de entradas se explica pela redução de fluxos por lucros, dividendos e comissões, associada ao menor preço do petróleo registrado até agosto de 2007. O menor crescimento dos gastos se deve a uma queda nas compras de bens e serviços e de uma diminuição nas transferências para os organismos públicos.

A dívida pública representou 23,2% do PIB em 2007 e 18,0%, durante o primeiro semestre de 2008. A redução dessa proporção é fruto do aumento do PIB, uma vez que a dívida também cresceu em termos absolutos.

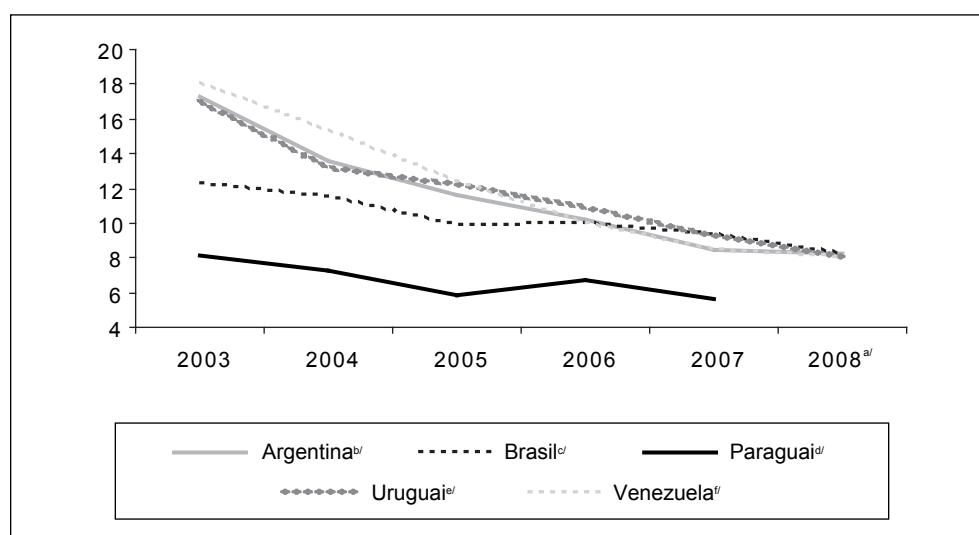
³⁶ O setor público restrito é formado pela estatal petroleira PDVSA, pela Mostra de Empresas Públicas não Financeiras, pelo IVSS (a previdência social) e pelo Fundo de Garantia de Depósitos e Proteção Bancária (FOGADE). Não inclui os programas de ação social nem "missões".

E. Renda e empregos

O PIB *per capita* dos países do MERCOSUL subiu em média 6,1% em 2007 e espera-se uma variação de 5,6% durante 2008 em termos reais.³⁷ O Uruguai deve alcançar o melhor desempenho em 2008, com um aumento de 10,7% do PIB por habitante, seguido pela Argentina (6,2%) e pela Venezuela (4,2%). No Brasil (3,8%) e no Paraguai (3,1%), o PIB *per capita* deve crescer novamente menos do que nas economias dos outros sócios, como já ocorreu em outros anos recentes (Ver Quadro AI.8 no Anexo I). Desse modo, o PIB por habitante desses dois países teria se mantido abaixo da média do MERCOSUL.

O crescimento econômico continuou estimulado pelo aumento da massa salarial nos países do MERCOSUL durante 2007 e no primeiro semestre de 2008, tanto devido à geração de novos postos de trabalho - com destaque para o desempenho do emprego formal - quanto pela alta das remunerações. A taxa de desemprego sofreu redução em todos os países do bloco e está nos níveis mais baixos dos últimos anos (Gráfico 8). Em média,³⁸ o desemprego no MERCOSUL atingia, em 2007, 8,1% da população economicamente ativa.

GRÁFICO 8
MERCOSUL: ÍNDICE DE DESEMPREGO
(Como % da população economicamente ativa)



Notas: ^{a/} Dados correspondentes ao primeiro semestre. Não disponíveis para o Paraguai.

^{b/} Áreas urbanas. Os beneficiários de planos sociais que realizam uma contraprestação de trabalho são considerados empregados.

^{c/} Seis áreas metropolitanas.

^{d/} População total (urbana e rural). Os números são divergentes do relatório anterior porque antes de 2006 as áreas rurais não eram incluídas.

^{e/} Em 2006 a Pesquisa Nacional de Domicílio foi ampliada para incluir também as áreas rurais, por isso os dados a partir desse ano não são comparáveis com os de anos anteriores (total urbano).

^{f/} Total nacional.

Fontes: INDEC (Argentina), IBGE (Brasil), INE (Uruguai), INE (Venezuela), DGEEC (Paraguai) e CEPAL.

³⁷ Média simples dos cinco países. Os dados até 2007 correspondem à medição dos preços constantes do ano 2000. Fonte CEPAL. As projeções são próprias.

³⁸ Média simples dos cinco países.

No Brasil, Uruguai e Venezuela o dinamismo do nível de atividade permitiu gerar mais postos de trabalho. A elasticidade emprego-produto³⁹ ficou em 0,6 no Brasil e na Venezuela durante o primeiro semestre de 2008, um valor levemente inferior ao registrado pelo Uruguai em 2007. No Paraguai, a elasticidade alcançou um nível próximo a uma unidade em 2007. Na Argentina, no entanto, a expansão criou menos postos de trabalho do que em anos anteriores; a elasticidade emprego-produto ficou reduzida a 0,2 durante o primeiro semestre de 2008 (Ver Quadro A.I.9 no Anexo I).

Os salários reais, por sua vez, continuaram subindo em todos os países do bloco com exceção da Venezuela, onde caíram 2% durante o primeiro semestre de 2008, em comparação com o mesmo período do ano anterior, devido ao aumento da índice de inflação. No Brasil, Paraguai e Uruguai o ritmo de crescimento das remunerações reais caiu. A Argentina, por sua vez, registrou um aumento maior dos salários reais em relação aos anos anteriores se o IPC-GBA for utilizado como deflator. Não obstante, o ajuste com base em outros índices oficiais (como o IPC nacional ou os preços implícitos no PIB) e nas estimativas privadas mostra uma desaceleração (Ver Quadro A.I.10 no Anexo I).

F. Conclusões

As economias do MERCOSUL mantiveram ritmos elevados de crescimento e continuaram apresentando queda nos seus índices de desemprego. Entre 2007 e 2008 se acentuou o deslocamento dos fatores de crescimento das exportações líquidas - que predominaram na etapa inicial de recuperação depois da crise - para a demanda interna e, principalmente, para os investimentos. Com o surgimento dos primeiros abalos financeiros durante a segunda metade de 2007 as pressões inflacionárias externas se somaram a este cenário de dinamismo interno. O aumento dos preços internacionais dos alimentos e da energia afetou todos os países do bloco e determinou em grande parte as ações de política econômica.

Entretanto, na média de 2008, o impacto da crise internacional, agora em pleno desenvolvimento, muda o foco de atenção da conjuntura macroeconômica. Em primeiro lugar, à medida que os fatores inflacionários externos foram perdendo força pela virada dos preços das matérias-primas, os principais problemas macroeconômicos passam a estar relacionados com as variáveis da balança de pagamentos e com o ritmo de atividade. No novo contexto, a demanda externa se enfraquece no que se refere tanto aos preços quanto às quantidades, ao mesmo tempo em que aumenta a concorrência originada em terceiros mercados. Em vários países do MERCOSUL, o novo cenário poderia ter também consequências negativas sobre a arrecadação fiscal a médio prazo.

Em segundo lugar, o fluxo de financiamento externo, tanto privado como público, que não sofreu em geral contrações líquidas devido à crise internacional até julho de 2008, apresentará certamente uma volatilidade maior. Por isso, as ferramentas monetárias e fiscais deverão se direcionar simultaneamente para a preservação da sustentabilidade do equilíbrio externo e do fiscal. Como ponto favorável, embora não deixe de ser motivo de atenção das autoridades econômicas dos países do bloco, vale assinalar que a posição patrimonial das respectivas instituições financeiras esteve menos exposta aos ativos "tóxicos" que afetaram as finanças globais.

O impacto de uma comoção externa generalizada é uma ocasião propícia para a coordenação macroeconômica dos países do MERCOSUL. A significativa depreciação do real brasileiro em setembro-outubro de 2008, em um contexto de superávit comercial desse país com os outros sócios, provavelmente será, entre outros assuntos, motivo de diálogo entre as autoridades.

³⁹ Variação do número de empregados em relação à variação do PIB.

ANEXO I

QUADRO AI.1
MERCOSUL: PRODUTO INTERNO BRUTO
(Variação % interanual real)

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela ^{a/}	MERCOSUL ^{b/}
1998	3,9	0,0	0,6	4,5	0,3	1,9
1999	-3,4	0,3	-1,5	-2,8	-6	-2,7
2000	-0,8	4,3	-3,3	-1,4	3,7	0,5
2001	-4,4	1,3	2,1	-3,4	3,4	-0,2
2002	-10,9	2,7	0,0	-11,0	-8,9	-5,6
2003	8,8	1,1	3,8	2,2	-7,8	1,6
2004	9,0	5,7	4,1	11,8	18,3	9,8
2005	9,2	3,2	2,9	6,6	10,3	6,4
2006	8,5	3,8	4,3	7,0	10,3	6,8
2007	8,7	5,4	6,8	7,4	8,4	7,3
2008 ^{p/}	7,2	5,2	5,1	10,8	6,0	6,9

Notas: ^{a/} As cifras de 2003-2006 diferem do relatório anterior porque houve alteração nos dados da CEPAL, que recolhe os dados oficiais da Venezuela.

^{b/} Média simples dos cinco países.

^{p/} Projeções. Nos casos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai correspondem aos estudos de expectativas de mercado realizados pelos Bancos Centrais, enquanto no caso da Venezuela foi elaborada pela CEPAL.

Fontes: DNCN (Argentina), BCRA (Argentina), IBGE (Brasil), BCB (Brasil), BCP (Paraguai), BCU (Uruguai) e CEPAL.

QUADRO AI.2
MERCOSUL: RELAÇÕES DE TROCA
(Índices 1998 = 100)

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
1998	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1999	94,0	86,8	94,1	91,9	129,1	99,2
2000	103,5	89,4	92,6	95,8	195,2	115,3
2001	102,7	89,2	92,8	99,6	160,5	109,0
2002	102,4	87,9	89,5	98,2	171,0	109,8
2003	111,8	86,7	93,9	99,1	192,7	116,8
2004	113,5	87,1	96,6	95,7	230,5	124,7
2005	111,3	87,9	90,2	86,9	301,4	135,5
2006	118,0	92,5	88,5	85,0	359,9	148,8
2007	122,3	94,5	92,7	86,6	394,6	158,1

Notas: ^{a/} Média simples dos cinco países.
n.d.: não disponível

Fonte: CEPAL.

QUADRO A1.3
MERCOSUL: ELASTICIDADE PRODUTO^{a/} DOS DIFERENTES COMPONENTES
DA DEMANDA AGREGADA
(Média do período)

País / Bloco e componente da demanda agregada	Variação interanual		Elasticidade produto	
	2005-2006	2007-2008	2005-2006	2007-2008
<i>MERCOSUL^{b/}</i>				
PIB	6,6	7,8		
Consumo privado	8,4	9,5	1,3	1,2
Investimentos ^{c/}	12,5	21,6	1,5	2,7
Exportações ^{d/}	8,6	6,0	1,8	0,7
Importações ^{e/}	18,3	19,6	3,0	2,6
Exportações líquidas ^{f/}			-1,2	-1,9
<i>Argentina</i>				
PIB	8,8	8,3		
Consumo privado	8,3	8,4	0,9	1,0
Investimentos ^{c/}	16,5	18,0	1,9	2,2
Exportações ^{d/}	10,4	5,5	1,2	0,7
Importações ^{e/}	17,8	21,6	2,0	2,6
Exportações líquidas ^{f/}			-0,8	-1,9
<i>Brasil</i>				
PIB	3,3	5,7		
Consumo privado	4,5	6,6	1,4	1,2
Investimentos ^{c/}	4,4	16,3	1,3	2,9
Exportações ^{d/}	7,4	4,1	2,2	0,7
Importações ^{e/}	13,7	21,6	4,2	3,8
Exportações líquidas ^{f/}			-1,9	-3,1
<i>Paraguai</i>				
PIB	3,6	7,5		
Consumo privado	4,5	6,9	1,3	0,9
Investimentos ^{c/}	-3,4	18,0	-0,9	2,4
Exportações ^{d/}	13,3	12,1	3,7	1,6
Importações ^{e/}	12,8	14,7	3,5	2,0
Exportações líquidas ^{f/}			0,2	-0,4
<i>Uruguai</i>				
PIB	6,8	10,3		
Consumo privado	7,7	11,2	1,1	1,1
Investimentos ^{c/}	14,1	38,9	2,1	3,8
Exportações ^{d/}	12,2	13,0	1,8	1,3
Importações ^{e/}	14,2	19,3	2,1	1,9
Exportações líquidas ^{f/}			-0,3	-0,6

QUADRO A1.3 (CONTINUAÇÃO)

País / Bloco e componente da demanda agregada	Variação interanual		Elasticidade produto	
	2005-2006	2007-2008	2005-2006	2007-2008
<i>Venezuela</i>				
PIB	10,3	7,2		
Consumo privado	16,8	14,4	1,6	2,0
Investimentos ^{c/}	31,0	16,6	3,0	2,3
Exportações ^{d/}	-0,4	-4,6	-0,0	-0,6
Importações ^{e/}	33,1	21,0	3,2	2,9
Exportações líquidas ^{f/}			-3,2	-3,6

Notas: ^{a/} Elasticidade produto: relação entre a taxa de variação média do agregado e a do PIB nos períodos 2005-2006 e 2007-2008; variáveis medidas em preços constantes do ano 2000. Os dados de 2008 correspondem ao primeiro semestre, com exceção dos relativos ao Paraguai, que correspondem ao primeiro trimestre.

^{b/} Média simples dos cinco países.

^{c/} Investimentos: formação interna bruta de capital = formação interna bruta de capital fixo + variação de existências.

^{d/} Exportações: inclui bens e serviços.

^{e/} Importações: inclui bens e serviços.

^{f/} Elasticidade das exportações líquidas calculada pela diferença entre elasticidade de exportações e de importações.

Fonte: Elaboração própria com dados do DNCN (Argentina), IBGE (Brasil), BCU (Uruguai), BCV (Venezuela) e CEPAL.

QUADRO A1.4
MERCOSUL: ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
(Variação % interanual)

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
1998	0,7	1,7	14,6	8,6	29,9	11,1
1999	-1,8	8,9	5,4	4,2	20,0	7,3
2000	-0,7	6,0	8,6	5,1	13,4	6,5
2001	-1,5	7,7	8,4	3,6	12,3	6,1
2002	41,0	12,5	14,6	25,9	31,2	25,1
2003	3,7	9,3	9,3	10,2	27,1	11,9
2004	6,1	7,6	2,8	7,6	19,2	8,7
2005	12,3	5,7	9,9	4,9	14,4	9,4
2006	9,8	3,1	12,5	6,4	17,0	9,8
2007	8,5	4,5	6,0	8,5	22,5	10,0
2008 ^{b/}	9,1	6,2	9,7	8,5	34,5	13,3

Notas: ^{a/} Média simples dos cinco países.

^{b/} Projeções. Nos casos da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai correspondem aos estudos de expectativas de mercado realizados pelos Bancos Centrais, enquanto no caso da Venezuela é a variação interanual de setembro de 2008.

Fontes: INDEC (Argentina), BCRA (Argentina), IBGE (Brasil), BCB (Brasil), BCP (Paraguai), BCU (Uruguai) e INE (Venezuela).

QUADRO AI.5
MERCOSUL: TIPO DE CÂMBIO REAL EFETIVO
(Índices 2000 = 100 - final de cada período)

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
1998	110,2	76,9	101,5	107,0	109,0	100,9
1999	100,4	105,4	101,0	98,7	100,9	101,3
2000	99,2	103,8	97,2	99,8	97,5	99,5
2001	97,2	116,1	113,2	106,0	94,0	105,3
2002	227,9	156,8	114,9	134,9	127,4	152,4
2003	216,1	126,3	107,2	158,0	130,6	147,6
2004	221,4	115,5	115,2	145,8	135,9	146,8
2005	214,9	91,9	115,7	128,8	137,9	137,8
2006	214,0	89,0	96,2	132,1	123,2	130,9
2007	230,8	77,0	90,6	121,8	108,0	125,7
2008 ^{b/}	233,4	71,9	79,4	113,3	98,6	119,4

Notas: ^{a/} Média simples dos cinco países.

^{b/} Primeiro semestre.

Fontes: CEPAL.

QUADRO AI.6
MERCOSUL: RESERVAS INTERNACIONAIS LÍQUIDAS
(Em US\$ milhões. Média em dezembro de cada ano)

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
2005	28.077	53.799	1.297	3.078	29.636
2006	32.037	85.839	1.658	3.091	36.672
2007	46.176	180.334	2.462	4.121	33.477
2008 ^{a/}	47.709	200.827	3.196	6.101	31.625

Nota: ^{a/} Média de junho.

Fontes: BCRA (Argentina), BCB (Brasil), BCP (Paraguai), BCU (Uruguai) e BCV (Venezuela).

QUADRO AI.7
MERCOSUL: PIB PER CAPITA
(Variação interanual real, a preços constantes do ano 2000)

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
1999	-4,4	-1,2	-3,6	-3,4	-7,7	-4,1
2000	-1,8	2,8	-5,3	-1,8	1,8	-0,9
2001	-5,4	-0,2	0,0	-3,6	1,5	-1,5
2002	-11,7	1,2	-2,0	-11,0	-10,5	-6,8
2003	7,8	-0,3	1,8	2,2	-9,4	0,4
2004	8,0	4,2	2,1	11,9	16,2	8,5
2005	8,1	1,5	0,9	6,6	8,4	5,1
2006	7,4	2,3	2,4	6,8	8,5	5,5
2007	7,6	4,0	4,9	7,2	6,6	6,1
2008 ^{p/}	6,2	3,8	3,1	10,7	4,2	5,6

Notas: ^{a/} Média simples da variação anual.

^{p/} Projeções.

Fontes: CEPAL e projeções próprias.

QUADRO A1.8
MERCOSUL: ÍNDICE DE DESEMPREGO
(Como % da população economicamente ativa, média anual)

Ano	Argentina		Brasil ^{b/}	Paraguai ^{c/}	Uruguai ^{d/}	Venezuela ^{e/}	MERCOSUL ^{f/}
	a1/	a2/					
2003	17,3	22,7	12,3	8,1	16,9	18,0	14,5
2004	13,6	18,1	11,5	7,3	13,1	15,3	12,2
2005	11,6	14,8	9,8	5,8	12,2	12,4	10,4
2006	10,2	12,3	10,0	6,7	10,9	10,0	9,6
2007	8,5	9,4	9,3	5,6	9,2	8,5	8,2
2008 ^{g/}	8,2	8,6	8,3	n.d.	8,0	8,0	8,1

Notas: n.d.: não disponível.

^{a1/} Áreas urbanas. Os beneficiários de planos sociais que realizam uma contraprestação de trabalho são considerados empregados.

^{a2/} Áreas urbanas. As pessoas cuja ocupação principal provém de um plano social são consideradas desempregadas.

^{b/} Seis áreas metropolitanas.

^{c/} População total (urbana e rural). Os números são divergentes do relatório anterior porque antes de 2006 as áreas rurais não eram incluídas.

^{d/} Em 2006 a Pesquisa Nacional de Domicílio foi ampliada para incluir também as áreas rurais, por isso os dados a partir desse ano não são comparáveis com os de anos anteriores (total urbano)

^{e/} Total nacional.

^{f/} Média simples dos cinco países. No caso da Argentina a taxa correspondente é obtida da nota a1/.

^{g/} Primeiro semestre.

Fontes: INDEC (Argentina), IBGE (Brasil), INE (Uruguai), INE (Venezuela) e DGEEC (Paraguai).

QUADRO A1.9
MERCOSUL: ELASTICIDADE PRODUTO DO EMPREGO
(Proporção da variação interanual da população ocupada e da variação interanual real do PIB)

Período / País	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
2006	0,5	0,6	-0,6	n.d.	0,4
2007	0,3	0,6	0,9	0,7	0,4
2008 ^{a/}	0,2	0,6	n.d.	n.d.	0,6

Notas: ^{a/} Primeiro semestre.

Fontes: Ministério da Economia (Argentina), IBGE (Brasil), INE (Uruguai) e INE (Venezuela).

QUADRO A1.10
MERCOSUL: REMUNERAÇÕES REAIS
(Variação interanual. Índice de salário nominal, deflacionado por índices de preços ao consumidor)

Período / País	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
2006	6,3	4,0	1,3	4,4	5,1
2007	10,8	3,2	0,7	4,8	1,5
2008 ^{a/}	14,3	2,3	n.d.	4,1	-2,0

Notas: ^{a/} Primeiro semestre.

Fontes: INDEC (Argentina), IBGE (Brasil), BCU (Uruguai), INE (Uruguai) e BCV (Venezuela).

CAPÍTULO II. EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO E DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

Os países do MERCOSUL continuaram apresentando um desempenho excepcional de seus fluxos de comércio exterior no ano de 2007 e no primeiro semestre de 2008. Com efeito, desde 2003 as exportações e as importações dos membros do bloco têm crescido a taxas bastante elevadas, configurando-se como o período mais próspero da região pelo menos desde que o bloco foi criado, em 1991. Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai têm se beneficiado de uma conjuntura internacional favorável, seja em termos da elevação do volume do comércio mundial, seja em termos de aumento dos preços dos bens exportados pelos países, em especial as *commodities* de origem agrícola e mineral. Mais do que acompanhar o ritmo do comércio mundial, as exportações desses países têm crescido a taxas mais elevadas, permitindo uma contínua elevação de seu *market-share* nas importações mundiais. O contexto tem sido bastante favorável também no que tange aos influxos de investimentos estrangeiros diretos.

A. Comércio total do bloco ⁴⁰

As exportações totais dos países do MERCOSUL⁴¹ alcançaram a cifra de US\$ 224,2 bilhões em 2007, o que significou um crescimento de 17,8% em relação ao ano anterior. Foi o quinto ano consecutivo de crescimento das vendas externas do bloco, período em que o valor exportado aumentou 2,5 vezes, o equivalente a uma taxa de crescimento médio anual de 20,3%. Como se destaca mais adiante, é recomendável observar a evolução do comércio do bloco, prestando atenção ao que aconteceu na década passada. O Gráfico 9 deixa claro o contraste do desempenho recente com a evolução registrada no período 1998-2002, quando as exportações do bloco cresceram apenas 1,4% a.a.

As importações vêm apresentando um dinamismo maior, com taxas mais elevadas do que as referentes às exportações. Em 2007 elas alcançaram US\$ 176,6 bilhões, com alta de 31% em relação ao ano anterior, e nos últimos cinco anos seu crescimento foi de 24,2% a.a., triplicando seu valor. Este desempenho também contrasta fortemente com a queda de 9,3% a.a. verificada no quinquênio anterior. A corrente de comércio do bloco atingiu, portanto, US\$ 400 bilhões em 2007, com crescimento de 23,3% no ano e de 21,9% a.a. nos últimos cinco anos.

O crescimento bem mais acelerado das importações em 2007, comparativamente às exportações, fez com que o saldo comercial do ano registrasse queda de 14,2% em comparação com 2006, ou seja, um declínio de US\$ 7,9 bilhões em termos absolutos. Ainda assim, o bloco registrou um superávit de US\$ 47,6 bilhões. O Gráfico 9 mostra que pela primeira vez desde 1998 registrou-se um recuo no saldo comercial do bloco.

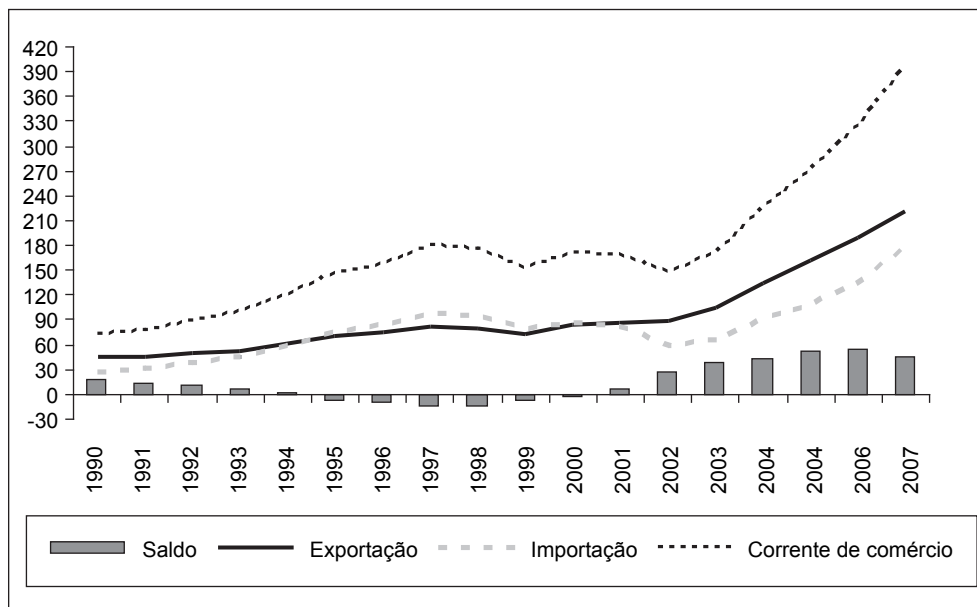
Nos últimos dez anos, a balança comercial do MERCOSUL passou por três fases distintas. A primeira vai de 1998 a 2002, período de forte instabilidade macroeconômica em todos os países do bloco, associado a um ambiente internacional também muito conturbado. Com efeito, entre 1998 e 2002 as economias do MERCOSUL atravessaram profundas crises que resultaram em estagnação ou queda do nível de atividade, desvalorização cambial e, alguns casos, grave crise social. A economia mundial atravessou, também, uma fase bastante instável, com a crise asiática e a recessão da economia americana em 2001, além dos impactos negativos gerados pelos ataques terroristas de 11 de setembro. Por conta disso, o MERCOSUL registrou uma

⁴⁰ Esclarecimento metodológico: como o processo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL ainda não foi concluído, as referências do texto aos fluxos do bloco abrangem apenas os quatro sócios originais. No entanto, são feitas observações específicas sobre a Venezuela.

⁴¹ Inclui comércio intrabloco.

virtual estabilidade das exportações e uma retração das importações, permitindo que o saldo comercial passasse de um déficit de cerca de US\$ 14 bilhões em 1998 para um superávit de US\$ 29,2 bilhões em 2002.

GRÁFICO 9
COMÉRCIO EXTERIOR TOTAL DO MERCOSUL^{a/}
(1990 -2007 - US\$ Bilhões)



Nota: ^{a/} Inclui comércio intrabloco.

Fontes: INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai) e BCU (Uruguai).

A segunda fase, que vai de 2003 a 2006, foi marcada por cenários extremamente positivos, tanto no mercado internacional como no *front* doméstico, e os países do bloco voltaram a crescer de forma consistente. As exportações cresceram a um ritmo suficientemente forte para fazer frente à expansão das importações, permitindo que o superávit comercial do bloco continuasse aumentando até alcançar um nível recorde de US\$ 55,5 bilhões em 2006.

A fase mais recente, que engloba o ano de 2007 e o primeiro semestre de 2008, tem sido marcada pela manutenção de um ritmo elevado de crescimento da demanda doméstica nos países do bloco e por um cenário internacional ainda favorável, com especial destaque para os aumentos das cotações internacionais das *commodities*, que atingiram níveis muito superiores à sua média histórica. A despeito disso, o superávit comercial reduziu-se em 2007 e voltou a declinar no primeiro semestre de 2008, registrando queda de 45,4% na comparação com o mesmo período de 2007, equivalente a uma redução de US\$ 11,1 bilhões. Ao que tudo indica, essa tendência deverá se manter no restante do ano.

A deterioração do saldo comercial dos países do MERCOSUL na primeira metade de 2008 não pode ser explicada por um fraco desempenho das exportações, que tiveram alta de 27,5% em relação ao mesmo período do ano anterior e somaram US\$ 129,1 bilhões. O motivo foi o excepcional crescimento observado nas importações nesse semestre de nada menos que 50,7% em relação ao mesmo período de 2007, alcançando US\$ 115,8 bilhões, montante superior ao que o bloco importou em todo o ano de 2005. A análise dos dados de cada país, apresentada em detalhe na próxima seção, mostra que boa parte desse

crescimento deveu-se à elevação dos preços de importação de produtos que detêm peso significativo na pauta dos países do MERCOSUL, como petróleo, adubos e fertilizantes e insumos de origem mineral. Fenômeno similar ocorreu do lado da exportação, haja vista que o crescimento das vendas externas baseou-se, em sua maior parte, nos aumentos dos preços dos produtos agrícolas, que representam parcela relevante da pauta exportadora do MERCOSUL.

Fluxos de comércio por países

O Brasil foi responsável por pouco mais de 70% das exportações totais do MERCOSUL em 2007, com um montante de US\$ 160,6 bilhões. A Argentina respondeu por 25% (US\$ 56,2 bilhões) e o Paraguai e o Uruguai juntos exportaram US\$ 7,3 bilhões, ou pouco mais de 3% do total. A Quadro 2 mostra que, em comparação com 2006, o melhor desempenho foi registrado pelo Paraguai, com alta de 46,1%, contrastando com a alta de apenas 12,9% nas vendas do Uruguai. A Argentina expandiu suas exportações em 20,8% e o Brasil teve crescimento de 16,6%, comportamento levemente inferior ao aumento das vendas externas totais do bloco.

O quadro foi semelhante no primeiro semestre de 2008, com as exportações brasileiras registrando o pior desempenho do bloco (alta de 23,8% em relação ao primeiro semestre de 2007), o que implicou uma queda de 2,1 pontos percentuais na participação do Brasil nas vendas totais do bloco. O crescimento foi mais expressivo no caso das vendas do Paraguai (85,7%) e do Uruguai (43,6%), mas que o desempenho da Argentina (34,3%) também superou o aumento das exportações totais do bloco.

A evolução recente contrasta com a observada no período 2003-2007, quando o Brasil viu sua participação nas vendas externas do bloco elevar-se em 3,7 pontos percentuais. Esse aumento se deu em detrimento da participação da Argentina, que se reduziu em 3,8 pontos percentuais. O crescimento médio anual das exportações deste país nos últimos cinco anos foi o menor entre os países do bloco: 17%. Nesse período, a participação do Paraguai aumentou ligeiramente (+0,2 p.p.) e a do Uruguai reduziu-se em 0,1 p.p.

Cabe destacar, no entanto, que o Brasil concentra 80% da população do MERCOSUL e que responde por quase 70% do PIB do bloco (excluindo a Venezuela). Para atenuar a diferença de escala entre os países, é importante analisar a evolução das exportações *per capita*, destacando os principais dados. Em primeiro lugar, a Argentina e o Uruguai tiveram os maiores coeficientes de exportação *per capita* habitante durante o período 1998-2007. Em segundo lugar, embora o Brasil tenha registrado o maior dinamismo das exportações *per capita*, este indicador mostra uma grande aceleração também para os demais sócios; entre 1998 e 2007, multiplicou-se por 2,8 no Brasil, por 2,3 no Paraguai, por 2 na Argentina e por 1,6 no Uruguai.

Com relação às importações, o Quadro 2 mostra que o Brasil respondeu por 68,3% do total das compras externas do bloco em 2007, com o montante de US\$ 120,6 bilhões. A participação da Argentina foi similar à verificada nas exportações (25,4%) e a maior diferença apareceu na participação de Paraguai e Uruguai, ambos com 3,2%. A taxa de crescimento entre 2006 e 2007 foi mais elevada no Brasil (32,1%) e na Argentina (31,1%) e inferior à média no Paraguai (24,2%) e Uruguai (17%). No primeiro semestre de 2008 as importações se aceleraram acentuadamente em todos os países do bloco, especialmente no Uruguai, onde a alta foi de nada menos que 92,6%. O Paraguai registrou crescimento de 54,9%, o Brasil, de 50,7% e a Argentina, de 45,3%.

QUADRO 2
FLUXOS TOTAIS DE COMÉRCIO DOS PAÍSES DO MERCOSUL
EM PERÍODOS SELECIONADOS
(US\$ milhões)

	1998	2002	2006	2007	Var. % 2007/2006	2007 ^{a/}	2008 ^{a/}	Var. %
Exportações	81.336	88.901	190.268	224.178	17,8	101.251	129.119	27,5
Argentina	26.434	25.651	46.569	56.246	20,8	24.751	33.237	34,3
Brasil	51.120	60.439	137.808	160.649	16,6	73.214	90.645	23,8
Paraguai	1.014	951	1.906	2.785	46,1	1.227	2.278	85,7
Uruguai	2.769	1.861	3.985	4.498	12,9	2.060	2.959	43,6
Importações	95.375	59.705	134.757	176.567	31,0	76.789	115.755	50,7
Argentina	31.379	8.988	34.150	44.781	31,1	19.346	28.113	45,3
Brasil	57.714	47.243	91.343	120.621	32,1	52.637	79.310	50,7
Paraguai	2.471	1.510	4.489	5.577	24,2	2.454	3.802	54,9
Uruguai	3.811	1.964	4.775	5.588	17,0	2.352	4.530	92,6
Saldo comercial	(14.039)	29.195	55.511	47.611	(14,2)	24.462	13.364	(45,4)
Argentina	(4.946)	16.662	12.419	11.465	(7,7)	5.405	5.124	(5,2)
Brasil	(6.595)	13.196	46.465	40.028	(13,9)	20.577	11.335	(44,9)
Paraguai	(1.457)	(560)	(2.583)	(2.792)	8,1	(1.228)	(1.524)	24,1
Uruguai	(1.042)	(103)	(790)	(1.090)	38,0	(292)	(1.571)	438,0

Nota: ^{a/} Primeiro Semestre.

Fontes: INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai) e BCU (Uruguai).

De 2002 a 2007 a participação do Brasil nas importações totais do MERCOSUL reduziu-se em 10,8 pontos percentuais, espaço que foi ocupado principalmente pela Argentina, que viu sua participação crescer em 10,3 p.p. Esse aumento refletiu um crescimento médio anual de 37,9% nas importações do país, mas vale lembrar que a base de comparação corresponde ao ano de 2002, quando as importações sofreram profunda contração em virtude da gravíssima crise econômica sofrida pela Argentina após o fim do regime de conversibilidade cambial. A rigor, a participação atual da Argentina nas importações do MERCOSUL é ainda bem menor do que a registrada em 1998, que foi de 32,9%.

O superávit comercial registrado pelo MERCOSUL em 2007 atingiu US\$ 47,6 bilhões, com o Brasil respondendo por US\$ 40 bilhões, ou seja, por mais de 80% do total. A Argentina respondeu por outros US\$ 11,5 bilhões e Paraguai e Uruguai tiveram déficits de, respectivamente, US\$ 2,8 bilhões e US\$ 1,1 bilhão. Na comparação com o ano anterior, o saldo registrou queda em todos os países, com destaque para o Brasil, cujo superávit se reduziu em 13,9% (US\$ 6,4 bilhões), e para o Uruguai, cujo déficit cresceu 38%. A tendência permaneceu no primeiro semestre de 2008, quando os saldos comerciais de todos os países se reduziram em relação ao mesmo período do ano anterior, mais uma vez com destaque para o Brasil, que experimentou redução de 44,9% no seu superávit, e o Uruguai, cujo déficit aumentou 438%.

Em síntese, a evolução recente mostra uma reversão em relação ao período 2002-2006, quando houve melhoria do saldo comercial do bloco. A exceção, nesse período, foi a Argentina, pois a crise de 2002 veio acompanhada de uma fortíssima contração das importações que resultou em um superávit anormalmente elevado naquele ano.

Evolução recente do comércio intrazona

As exportações intrazona, equivalentes, por definição, às importações intrazona, tiveram um crescimento expressivo em 2007, da ordem de 25,7%, alcançando US\$ 32,4 bilhões (Quadro 3). Na verdade, as exportações intrazona vêm registrando um comportamento mais favorável na comparação com as exportações extrazona ao longo dos últimos anos. Entre 2002 e 2007, as exportações intrazona tiveram um crescimento médio anual de 26%, taxa superior à verificada nas exportações para o resto do mundo (19,5%). Essa tendência permaneceu no primeiro semestre de 2008, quando as exportações intrazona cresceram 39% em relação ao mesmo período de 2007.

QUADRO 3
FLUXOS DE COMÉRCIO INTRAZONA E EXTRAZONA DO MERCOSUL
EM PERÍODOS SELECIONADOS
(US\$ Bilhões)

	1998	2002	2006	2007	Var. % 2007/2006	2007 ^{a/}	2008 ^{a/}	Var. %
<i>Intrazona</i>								
Exportações ^{b/}	20,4	10,2	25,8	32,4	25,7	14,3	19,8	39,0
<i>Extrazona</i>								
Exportações	61,0	78,7	164,5	191,8	16,6	87,0	109,3	25,6
Importações	75,0	49,4	109,4	144,0	31,6	62,4	95,6	53,2
<i>Total</i>								
Exportações	81,3	88,9	190,3	224,2	17,8	101,3	129,1	27,5
Importações	95,4	59,7	134,8	176,6	31,0	76,8	115,8	50,7
Saldo	(14,0)	29,2	55,5	47,6	(14,2)	24,5	13,4	(45,4)

Notas: ^{a/} Primeiro semestre.

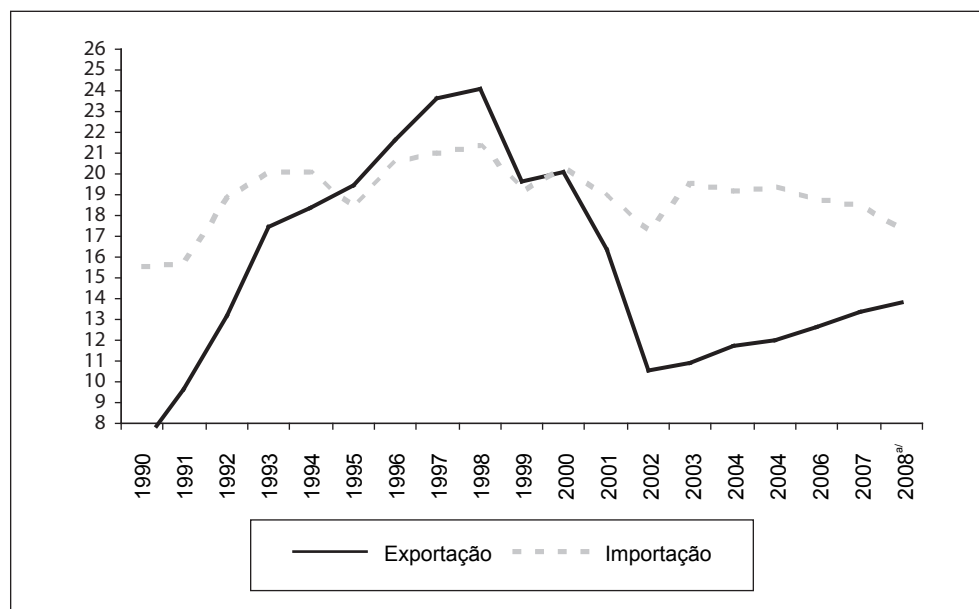
^{b/} Por definição, igual às importações intrazona.

Fontes: INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai) e BCU (Uruguai).

Como resultado, as exportações intrazona vêm aumentando sua participação nas vendas totais do bloco, passando de 11,5% em 2002 para 15,3% no primeiro semestre de 2008. Entretanto, o Gráfico 10 ilustra que esta participação ainda é bem inferior ao nível mais elevado registrado historicamente, que foi de 25% em 1998. Isso permite afirmar que, embora se verifique um efetivo aumento da integração comercial entre os países do bloco, em termos relativos isto representa apenas a recuperação de um espaço que foi perdido entre os anos de 1998 e 2002. De qualquer modo, cabe esclarecer que nas exportações extrazona as *commodities* têm maior peso em comparação com as vendas intrazona. Neste contexto, enquanto em 2008 os preços das matérias-primas apresentavam níveis altos, em 1998 elas registravam seu menor valor

histórico. Essa é a razão pela qual a participação do comércio intrazona no total está sub-representada, apesar da sua recente expansão significativa.⁴²

GRÁFICO 10
RAZÃO FLUXOS COMERCIAIS INTRAZONA / FLUXOS COMERCIAIS TOTAIS NO MERCOSUL
1990 AO 1º SEMESTRE DE 2008
(Em %)



Nota: ^{a/} Primeiro semestre.

Fontes: INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai) e BCU (Uruguai).

A evolução recente tem sido diferente do lado das importações. As compras provenientes dos países de fora do MERCOSUL tiveram alta de 31,6% em 2007, taxa superior à verificada nas importações intrazona. O Gráfico 10 mostra que a participação das importações intrazona sobre as importações totais do bloco vem se reduzindo gradativamente desde 2003, ficando em 17,4% no primeiro semestre de 2008.

O Quadro 4 apresenta a composição dos fluxos de comércio intrazona, discriminada por países. Em 2007, o Brasil exportou US\$ 17,3 bilhões para os seus vizinhos, respondendo por 53,6% das exportações totais intrazona. A Argentina exportou US\$ 12,4 bilhões (38,4% do total), Paraguai US\$ 1,4 bilhão (4,2% do total) e Uruguai, US\$ 1,2 bilhão (3,8% do total). Em relação a 2006, as vendas intrazona do Paraguai foram o grande destaque, com alta de 49,9%, taxa bastante superior à registrada pelas exportações intrazona de Uruguai (32,4%), Argentina (25%) e Brasil (24,1%).

Do lado das importações o quadro é bastante diferente: a Argentina foi o país que mais importou de seus parceiros do bloco (US\$ 16 bilhões, ou 49,2% do total), enquanto as participações de Paraguai (7,5%) e Uruguai (7,6%) foram bem mais elevadas que as verificadas no caso das exportações. O Brasil, por sua vez, foi responsável por apenas 35,7% das importações intrazona. No que tange à evolução das

⁴² Para uma estimativa da evolução do comércio na América do Sul a preços constantes, veja-se Carciofi e Gayá [2007], especialmente Seção B.

importações, Paraguai foi mais uma vez destaque, com alta de 45,7% em relação a 2006, crescimento bastante mais elevado que o registrado pelas importações intrazona de Brasil (29,7%), Argentina (27,7%) e, principalmente, Uruguai (13,4%).

QUADRO 4
FLUXOS DE COMÉRCIO INTRAZONA NO MERCOSUL, SEGUNDO PAÍSES
EM PERÍODOS SELECIONADOS
(US\$ milhões)

	1998	2002	2006	2007	Var. % 2007/2006	2007 ^{a/}	2008 ^{a/}	Var. %
<i>Exportações^{b/}</i>	20.355	10.189	25.785	32.401	25,7	14.259	19.814	39,0
Argentina	9.415	5.718	9.940	12.426	25,0	5.527	7.421	34,3
Brasil	8.877	3.311	13.986	17.354	24,1	7.596	10.459	37,7
Paraguai	531	553	917	1.374	49,9	608	1.164	91,4
Uruguai	1.532	607	942	1.247	32,4	528	770	45,8
<i>Importações^{b/}</i>	20.393	10.300	25.394	32.602	28,4	14.348	20.125	40,3
Argentina	7.930	2.895	12.555	16.037	27,7	7.167	10.103	41,0
Brasil	9.428	5.615	8.968	11.630	29,7	5.204	7.037	35,2
Paraguai	1.383	845	1.689	2.461	45,7	995	1.566	57,4
Uruguai	1.652	944	2.182	2.474	13,4	981	1.419	44,6
<i>Saldo comercial</i>								
Argentina	1.485	2.823	(2.615)	(3.611)	38,1	(1.640)	(2.682)	63,5
Brasil	(551)	(2.304)	5.018	5.723	14,1	2.392	3.422	43,0
Paraguai	(853)	(293)	(772)	(1.087)	40,8	(387)	(402)	4,0
Uruguai	(119)	(337)	(1.240)	(1.227)	(1,1)	(453)	(649)	43,2

Notas: ^{a/} Primeiro semestre.

^{b/} As exportações e importações intrabloco não coincidem por diferenças de registro de cada país.

Fontes: INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai) e BCU (Uruguai).

A elevada participação do Brasil nas exportações intrazona e sua participação relativamente mais baixa nas importações implicam, naturalmente, elevados saldos comerciais em seu favor. Na verdade, o Brasil continua sendo o único país do bloco a registrar superávits no comércio intrazona. Em 2007, o saldo alcançou US\$ 5,7 bilhões, cerca de US\$ 700 milhões acima do resultado registrado em 2006. A Argentina teve déficit de US\$ 3,6 bilhões, com aumento de US\$ 1 bilhão em relação ao ano anterior, o Paraguai teve déficit de US\$ 1,1 bilhão e o Uruguai, de US\$ 1,2 bilhão.

O quadro mudou muito em relação ao verificado há alguns anos atrás, quando a Argentina era o único país superavitário no comércio intrazona. A mudança refletiu o fato de que entre 2002 e 2007 as exportações intrabloco do Brasil cresceram quase 40% a.a., contra altas entre 15% a.a. e 20% a.a. das

exportações de Argentina, Paraguai e Uruguai. No mesmo período, as importações intrazona do Brasil cresceram 15,7% ao ano, ao passo que nos demais países esse crescimento variou entre 21,3% a.a. (Uruguai) e 40,8% a.a. (Argentina).

A tendência recente se aprofundou no primeiro semestre de 2008, pois o Brasil aumentou seu superávit com os sócios em 43%, enquanto os demais países aumentaram seus déficits, especialmente a Argentina, cujo desequilíbrio registrou um incremento de 63,5%, equivalente a cerca de US\$ 1 bilhão. O déficit intrazona da Argentina em seis meses de 2008 já é superior ao déficit verificado em todo o ano de 2006. Também o Uruguai registrou um forte agravamento de seu déficit intrazona, que aumentou 43,2%, ao passo que o saldo deficitário do Paraguai manteve-se relativamente estável.

Comércio extrazona

Os 27 países da União Européia foram o principal destino das exportações dos países do MERCOSUL em 2007, com o montante de US\$ 51,4 bilhões, ou 26,8% do total. A seguir, com participações em torno de 20% do total, vêm os países do NAFTA e os países asiáticos, ao passo que os demais países da ALADI responderam por 12,2% do total. O maior crescimento em relação a 2006 se deu justamente nas vendas direcionadas à União Européia (29%) e à Ásia (25%), sendo digna de nota a variação de apenas 0,9% das vendas destinadas ao NAFTA (Quadro 5).

Com relação às importações do MERCOSUL, quase 30% delas se originaram nos países asiáticos em 2007, cujo montante de US\$ 42,8 bilhões representou um crescimento de 35% em relação ao ano anterior. A Ásia passou a ocupar, nos últimos anos, o posto que era de União Européia, cuja participação na pauta importadora do MERCOSUL reduziu-se para 24,4%, após já ter sido de mais de 30% no início da década. Os Demais Países também tiveram uma participação importante em 2007, de 21,5%, superior ao NAFTA, que foi de 18%. Os países da ALADI tiveram participação reduzida, de apenas 6,4%.

Sendo assim, não surpreende o fato de que o MERCOSUL tenha registrado um elevado déficit comercial com os países da Ásia, que atingiu US\$ 5,3 bilhões em 2007. Em compensação, o saldo com os demais blocos permaneceu bastante superavitário, em especial com a União Européia (US\$ 16,3 bilhões) e a ALADI (US\$ 14,1 bilhões). Em comparação com 2006, o saldo com esses dois blocos cresceu, ao passo que o superávit com o NAFTA e os Demais Países se reduziu e o déficit com a Ásia aumentou consideravelmente.

Os movimentos verificados em 2007 aprofundaram-se no primeiro semestre de 2008, com as exportações crescendo mais fortemente para a União Européia (28,3%) e a Ásia (38,2%) e tendo aumento mais moderado para a ALADI (18,1%) e para o NAFTA (5,8%). As importações de todos os blocos cresceram de forma acelerada, mas a taxa foi bem mais elevada nas compras originárias da Ásia (60,7%) e dos Demais Países (84,8%), nesse último caso refletindo o forte aumento dos preços do petróleo. O superávit comercial do MERCOSUL teve pequeno aumento com a União Européia e a ALADI e diminuiu com o NAFTA e os Demais Países, enquanto o déficit com a Ásia triplicou, alcançando US\$ 5,9 bilhões, montante superior ao déficit registrado em todo o ano de 2007.

QUADRO 5
FLUXOS DE COMÉRCIO EXTRAZONA DOS PAÍSES DO MERCOSUL
SEGUNDO BLOCOS ECONÔMICOS, EM PERÍODOS SELECIONADOS
(US\$ milhões)

	1998	2002	2006	2007	Var. % 2007/2006	2007 ^{a/}	2008 ^{a/}	Var. %
Exportações	60.982	78.712	164.483	191.777	16,6	86.992	109.305	25,6
NAFTA	14.383	22.713	38.233	38.593	0,9	18.239	19.294	5,8
União Européia	20.627	21.251	39.829	51.388	29,0	23.016	29.535	28,3
ALADI ^{b/}	7.195	8.727	20.789	23.303	12,1	10.677	12.612	18,1
Ásia	9.933	13.598	30.014	37.509	25,0	16.821	23.249	38,2
Demais países	8.844	12.423	35.618	40.984	15,1	18.240	24.615	35,0
Importações	74.982	49.406	109.362	143.964	31,6	62.442	95.630	53,2
NAFTA	17.883	12.482	19.808	25.918	30,8	13.711	18.970	38,4
União Européia	27.140	16.017	26.734	35.080	31,2	15.568	21.670	39,2
ALADI ^{b/}	3.297	2.424	8.087	9.224	14,1	4.248	5.925	39,5
Ásia	13.576	9.565	31.736	42.842	35,0	18.154	29.176	60,7
Demais países	13.087	8.918	22.997	30.900	34,4	10.762	19.888	84,8
Saldo comercial	(14.001)	29.306	55.120	47.813	(13,3)	24.550	13.675	(44,3)
NAFTA	(3.499)	10.231	18.425	12.675	(31,2)	4.528	324	(92,9)
União Européia	(6.513)	5.234	13.095	16.308	24,5	7.448	7.865	5,6
ALADI ^{b/}	3.898	6.304	12.701	14.079	10,8	6.429	6.688	4,0
Ásia	(3.643)	4.033	(1.722)	(5.333)	209,7	(1.333)	(5.928)	344,7
Demais países	(4.243)	3.505	12.620	10.084	(20,1)	7.477	4.727	(36,8)

Notas: ^{a/} Primeiro semestre.

^{b/} Exceto o MERCOSUL e o México. O México está incluído no NAFTA.

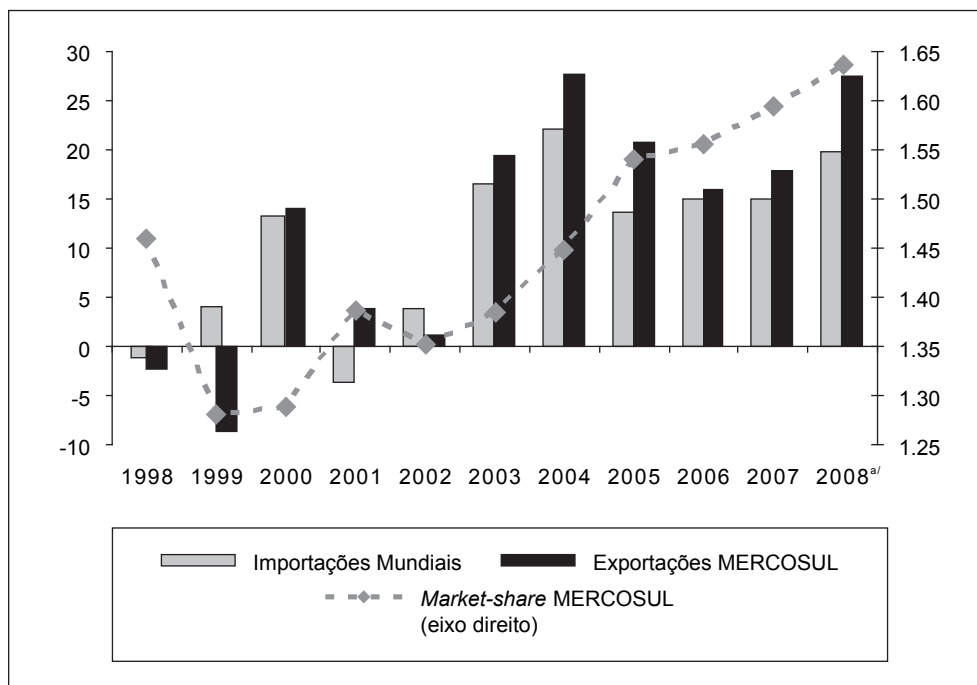
Fontes: INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai) e BCU (Uruguai).

Exportações, comércio mundial e "market-share"

As exportações do MERCOSUL têm sido claramente impulsionadas pelo forte ritmo de crescimento do comércio mundial verificado a partir de 2003, que cresceu à taxa de 16,4% a.a. no período 2003-2007 e 19,9% no primeiro semestre de 2008. Entretanto, os países do bloco têm conseguido expandir suas exportações a um ritmo ainda mais rápido, obtendo ganhos contínuos de *market-share*, conforme evidenciado no Gráfico 11. Com efeito, entre 2003 e 2007 as exportações do MERCOSUL cresceram à taxa média anual de 20,3%, ou

seja, 3,9 pontos percentuais acima das importações mundiais, sendo que no primeiro semestre de 2008 elas tiveram um incremento de 27,5%, superando em 7,7 pontos percentuais o crescimento mundial. Embora tenha havido um aumento significativo das quantidades exportadas pelo MERCOSUL no período, grande parte desse diferencial de crescimento relaciona-se ao forte aumento dos preços internacionais das *commodities* que compõem a maior parte da pauta de exportações do bloco.

GRÁFICO 11
CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL E DAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS
E EVOLUÇÃO DO MARKET-SHARE DO MERCOSUL
1998 AO 1º SEMESTRE DE 2008
 (Em %)



Nota: ^{a/} Primeiro semestre.

Fontes: FMI, INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai) e BCU (Uruguai).

O *market-share* do MERCOSUL chegou a 1,64% no primeiro semestre de 2008, um ganho de 0,3 ponto percentual em relação a 2002. Embora pouco significativo em termos percentuais, esse ganho é expressivo quando medido em valores absolutos. A valores de 2007, uma participação de 0,3% nas importações mundiais representa um montante de cerca de US\$ 42 bilhões.

QUADRO C

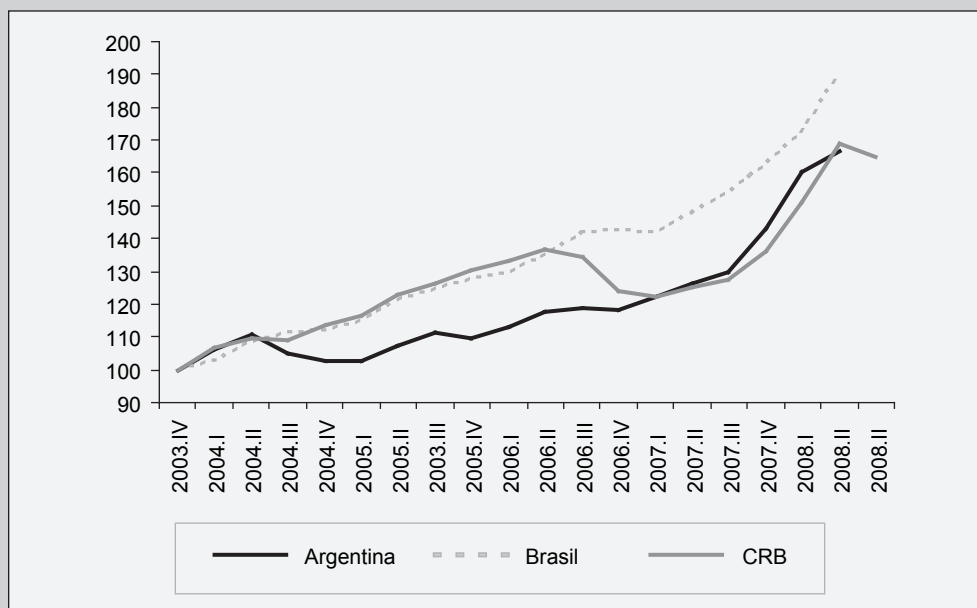
CRISE INTERNACIONAL, PREÇOS DE COMMODITIES E AS PERSPECTIVAS PARA AS EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL

A crise financeira iniciada nos Estados Unidos em meados de 2007 não trouxe nenhum prejuízo significativo para as exportações dos países do MERCOSUL até o primeiro semestre de 2008, exceto pela desaceleração das vendas direcionadas aos países do NAFTA, que cresceram apenas 0,9% em 2007 e 5,8% no primeiro semestre de 2008. Conforme foi destacado no Capítulo I, a primeira fase da crise acabou por beneficiar os países do bloco, devido à inflação dos preços das *commodities*.

O Gráfico mostra que os preços das principais *commodities* internacionais, medidos pelo índice CRB da Reuters, cresceram de forma expressiva nos últimos anos exceto no segundo semestre de 2006, influenciado por um recuo de 15% nos preços do petróleo. O crescimento foi especialmente forte, porém, a partir de 2007, acumulando-se uma alta de 34,9% entre o segundo trimestre daquele ano e o mesmo período de 2008. Esse movimento foi acompanhado de perto pelos preços de exportação da Argentina, que cresceram 32,1% no mesmo período, e de forma um pouco menos intensa pelos preços de exportação do Brasil (alta de 28,9%).

O aprofundamento da crise a partir de setembro de 2008, porém, aumentou consideravelmente a incerteza com relação ao desempenho exportador dos países do MERCOSUL. Os problemas se estenderam aos sistemas financeiros do Japão e dos países europeus, instalando um processo recessivo em todo o mundo desenvolvido e provocando uma reversão dos preços das *commodities*. Como primeiro reflexo deste movimento, o índice CRB já registrou um recuo de 2,7% no terceiro trimestre de 2008 em relação ao trimestre anterior.

**EVOLUÇÃO TRIMESTRAL DOS PREÇOS DAS PRINCIPAIS *COMMODITIES* INTERNACIONAIS
(ÍNDICE CRB) E DOS PREÇOS DE EXPORTAÇÃO DE ARGENTINA E BRASIL
(2003.IV=100)**



Fontes: INDEC (Argentina), FUNCEX (Brasil) e Reuters (CRB).

Prever o que poderá acontecer com as exportações do MERCOSUL daqui para adiante é tarefa das mais difíceis. Os números de 2008 ainda apresentarão um crescimento expressivo, não só porque o desempenho foi extremamente favorável na primeira metade do ano, mas também porque os efeitos negativos da crise internacional tendem a impactar as exportações de forma defasada. Mas o desempenho em 2009 certamente será pior, e estará condicionado por três aspectos principais: (i) a profundidade da recessão nos países desenvolvidos; (ii) o grau de resistência dos países em desenvolvimento, ou seja, até que ponto o seu crescimento será prejudicado pela crise, em especial os países asiáticos; e (iii) a magnitude da queda dos preços das *commodities*. A questão é saber qual será a intensidade da desaceleração das exportações. Nesse sentido, é possível imaginar três cenários.

QUADRO C (CONTINUAÇÃO)

Em um cenário benigno, a recessão nos países desenvolvidos será branda e a crise financeira não se alastrará para os países em desenvolvimento, que sofrerão uma desaceleração econômica, mas ainda serão capazes de crescer a taxas razoáveis, sustentados pela demanda interna. Os preços das *commodities* ainda poderão sofrer novas quedas até o início de 2009, mas voltarão a subir durante o ano, por conta da demanda ainda aquecida nos países em desenvolvimento e das restrições de curto prazo ao aumento da oferta. Nesse cenário, as exportações do MERCOSUL ainda registrariam um crescimento significativo em 2009 - embora inferior à média do período 2003-2008, de cerca de 20% a.a. -, e ainda sustentado em grande parte por aumentos de preços.

Em um cenário pessimista, a recessão nos países desenvolvidos será mais profunda do que o esperado e se alastrará para os países em desenvolvimento, que não serão capazes de sustentar seu crescimento apenas com base na demanda doméstica - a qual também se retrairá por conta de uma postura mais cautelosa dos consumidores e das empresas desses países. Como resultado, os preços das *commodities* permanecerão em queda, podendo recuar para níveis próximos ou um pouco inferiores aos verificados em 2007. Isso representaria uma queda entre 20% e 25% dos preços de exportação em relação aos níveis praticados no segundo semestre de 2008. Neste cenário, as exportações do MERCOSUL deverão sofrer uma queda significativa em 2009.

O cenário intermediário seria marcado por uma recessão relativamente branda nos países desenvolvidos e por uma desaceleração mais forte nos países em desenvolvimento, embora não uma recessão generalizada. Os preços das *commodities* não sofrerão grandes quedas adicionais em 2009, embora isso implique uma pequena redução dos preços médios praticados no ano em relação à média de 2008. Nesse contexto, as exportações do MERCOSUL sofrerão uma desaceleração mais expressiva e terão um crescimento baixo, mas não negativo, sustentado por uma expansão das quantidades exportadas.

Em quaisquer desses cenários, contudo, duas coisas parecem certas. Primeiro é improvável que as economias de Argentina e Brasil venham a sofrer efeitos tão negativos quanto os registrados nos anos que se sucederam à crise asiática, pois a situação de suas contas externas é hoje bem mais confortável do que naquela época, seja pelo menor volume de necessidades de financiamento externo, seja pela existência um bom "colchão" de reservas internacionais - US\$ 47,5 bilhões na Argentina e mais de US\$ 200 bilhões no Brasil, no final de junho. Segundo, esses países sofrerão, inevitavelmente, uma redução em seu ritmo de crescimento econômico, tanto pelo menor impulso das exportações sobre a produção doméstica quanto pela necessidade de desacelerar o crescimento das importações de modo a evitar uma deterioração muito rápida do saldo comercial.

Paraguai e Uruguai encontram-se em uma situação bem mais frágil e devem sofrer mais, devido à posição altamente deficitária de suas balanças comerciais. O efeito da crise externa também tende a se propagar de forma mais intensa por conta da maior dificuldade de compensar a desaceleração das exportações com a expansão da demanda doméstica. Entretanto, a situação será mais tranqüila caso as economias de Argentina e Brasil permaneçam em crescimento, garantindo a sustentação da demanda para uma parte expressiva de suas exportações. De qualquer modo, o Uruguai deverá enfrentar maiores dificuldades, tendo em vista a maior dependência de suas exportações em relação aos mercados dos Estados Unidos e da União Européia - cerca de 35% da pauta, contra apenas 11% no caso do Paraguai.

B. Comércio dos países

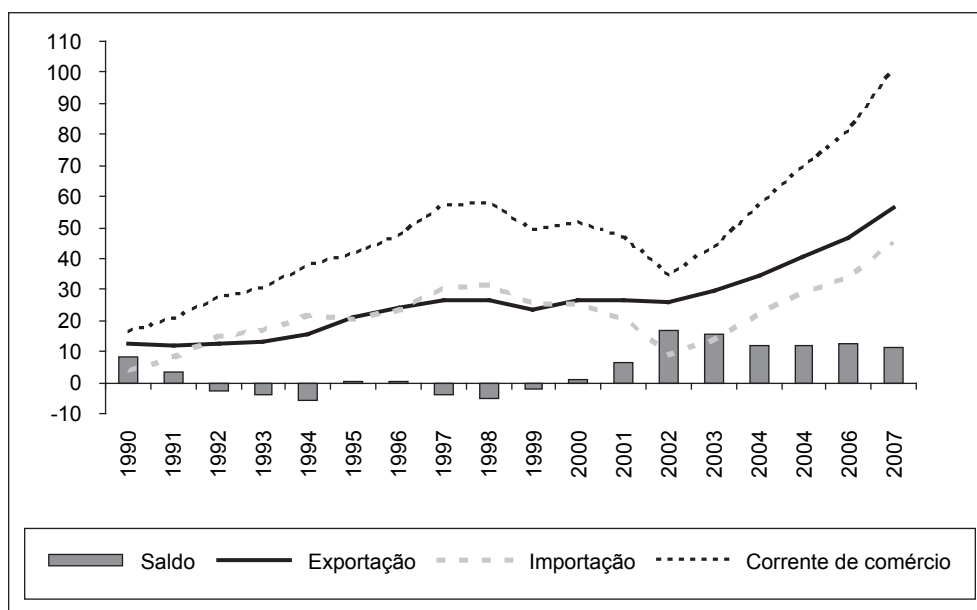
Argentina

Os fluxos de comércio exterior da Argentina em 2007 mantiveram a dinâmica extremamente positiva observada desde 2003, com forte expansão das exportações e das importações, e, portanto da corrente de comércio, e razoável estabilidade do saldo comercial.

As exportações da Argentina alcançaram o montante de US\$ 56,2 bilhões em 2007, com alta de 20,8% em relação ao ano anterior. O Gráfico 12 ilustra que este foi o quinto ano consecutivo de crescimento das vendas externas do país, período em que a taxa média anual foi de 17%. As importações cresceram de forma ainda mais rápida em 2007, à taxa de 31,1%, mantendo uma trajetória de expansão acelerada nos últimos cinco anos, período em que o crescimento médio anual foi de 37,9%. O saldo comercial ficou em US\$ 11,5 bilhões em 2007, com queda de 7,7% em relação ao ano anterior. Desde 2004 o saldo do país tem oscilado na faixa de US\$ 11 bilhões a US\$ 12 bilhões, após ter alcançado o pico de US\$ 16,7 bilhões em 2002. A corrente de comércio alcançou em 2007, pela primeira vez, a marca de US\$ 100 bilhões, com crescimento de 25,2% em relação a 2006 e de 23,9% a.a. desde 2002.

O ritmo acelerou-se no primeiro semestre de 2008, quando as exportações tiveram alta de 34,2% em relação ao mesmo período de 2007, chegando a 33,2 bilhões, e as importações cresceram 45,3%, alcançando US\$ 28,1 bilhões. O resultado foi uma pequena redução de 5,2% no saldo comercial, que ficou em US\$ 5,1 bilhões.

GRÁFICO 12
ARGENTINA: FLUXOS DE COMÉRCIO NO PERÍODO 1990-2007
(US\$ bilhões)



Fonte: INDEC.

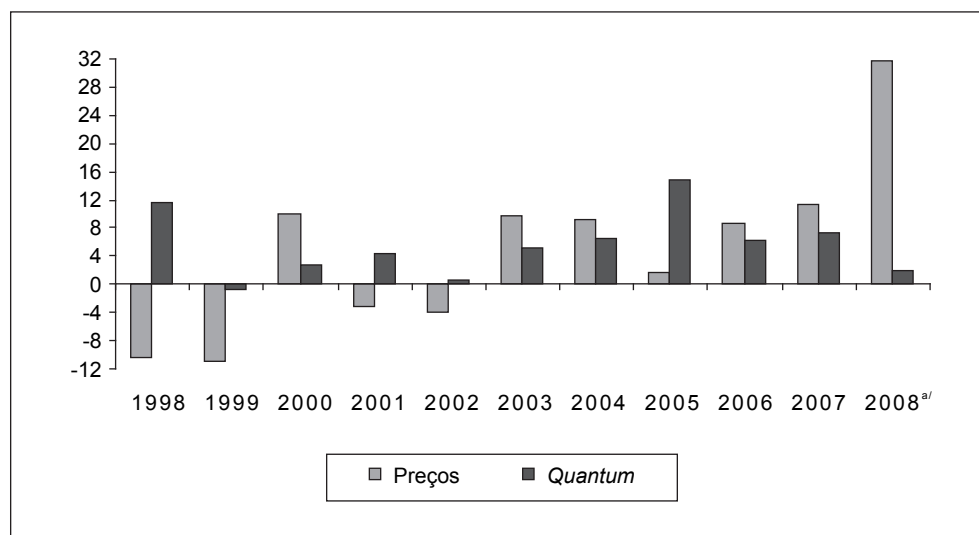
Essa tendência não é recente, pois em todos os anos desde 2003, com exceção de 2005, o aumento dos preços superou o crescimento do *quantum*. No período 2003-2007 os preços foram responsáveis por metade do aumento das exportações do país, tendência que se aprofundou no primeiro semestre de 2008, quando os preços tiveram uma alta inédita de 31,6% em relação ao primeiro semestre de 2007, devido ao boom dos preços internacionais de produtos agrícolas. Nesse mesmo semestre, o *quantum* teve alta de apenas 1,9% - ou seja, os preços foram responsáveis por 93% do crescimento das exportações argentinas no período. Esse fraco desempenho pode estar relacionado aos conflitos entre o governo e o setor agropecuário em torno das retenções sobre as receitas de exportação, que provocaram uma retração das vendas externas desses produtos durante algumas semanas.

Do lado da importação, ao contrário, a maior parte do crescimento verificado nos últimos anos relaciona-se ao aumento das quantidades importadas, com os preços respondendo por pouco mais de 10% do crescimento do valor importado. Em 2007, a alta do *quantum* de importações foi de 21,6%, ao passo que os preços cresceram 7,3%, tendo respondido por apenas 26% do aumento do valor importado. No primeiro semestre de 2008 o *quantum* acelerou-se, tendo registrado alta de 26,3%, mas os preços também aumentaram de forma mais expressiva (14,9%), respondendo por 37% do crescimento das importações.

O crescimento mais acelerado dos preços de exportação comparativamente aos preços dos produtos importados permitiu que a Argentina obtivesse ganhos expressivos de seus termos de troca ao longo dos

últimos anos. Em 2007 a alta foi de 3,7% e, somente no primeiro semestre de 2008, chegou a 14,4%. Entre 2003 e o primeiro semestre de 2008, os termos de intercâmbio acumularam um crescimento de 34,9%.

GRÁFICO 13
ARGENTINA: CRESCIMENTO DOS PREÇOS E DO QUANTUM DE EXPORTAÇÃO
1998 AO 1º SEMESTRE DE 2008
 (Em %)



Nota: ^{a/} Primeiro semestre.

Fonte: INDEC.

Os sócios do MERCOSUL foram o destino de 22,1% das exportações argentinas em 2007, o equivalente a US\$ 12,4 bilhões, tendo um crescimento de 25% em relação a 2006. Essa taxa foi superior à registrada nas vendas totais do país, fazendo com que a participação dos sócios do bloco aumentasse em 0,8 ponto percentual no período. O Quadro 6 mostra que, em 2007, o Brasil foi destino de 84,4% das exportações argentinas para o bloco, com alta de 28,6%, e continua sendo o principal receptor das vendas externas totais do país, com participação de 18,6%. No primeiro semestre de 2008 as vendas para o MERCOSUL cresceram 34,3%, um pouco acima da média geral, provocando novo aumento da participação do bloco, para 22,3%. Esse percentual é exatamente igual ao verificado em 2002.

As importações argentinas originárias dos sócios do MERCOSUL alcançaram US\$ 16 bilhões em 2007, representando 35,8% das importações totais do país. O Brasil respondeu por 90,6% das importações intrazona da Argentina (US\$ 14,5 bilhões) com crescimento de 23,6% em relação a 2006, e permanece como o principal país de origem das importações argentinas no mundo, representando 32,4% do total. No primeiro semestre de 2008 os sócios do MERCOSUL foram responsáveis por 35,9% das importações da Argentina, com queda em relação ao percentual de 37% verificado no mesmo período de 2007. A maior alta no período correspondeu às compras provenientes do Paraguai (80,7%), ao passo que aquelas oriundas do Brasil tiveram alta de 37,8%.

O saldo comercial da Argentina com os parceiros do MERCOSUL foi negativo em US\$ 3,6 bilhões em 2007, basicamente em virtude do desequilíbrio no comércio com o Brasil (déficit de US\$ 4 bilhões). Destaque-se, porém, que pela primeira vez em muitos anos houve, também, um pequeno déficit com o Paraguai. O saldo

com o Uruguai permanece positivo, embora tenha se reduzido em 2007. No primeiro semestre de 2008 o saldo negativo com os sócios aumentou consideravelmente, atingindo US\$ 2,7 bilhões. Os déficits aumentaram bastante com o Brasil (47,8%) e com o Paraguai (171,9%), mas o superávit com o Uruguai cresceu 33,2%.

QUADRO 6
ARGENTINA: FLUXOS DE COMÉRCIO COM OS PAÍSES DO MERCOSUL
EM PERÍODOS SELECIONADOS
(US\$ milhões)

	1998	2002	2006	2007	Var. % 2007/2006	2007 ^{al}	2008 ^{al}	Var. %
<i>Exportações</i>								
MERCOSUL/ total (%)	35,6	22,3	21,3	22,1		22,3	22,3	
MERCOSUL	9.415	5.718	9.940	12.426	25,0	5.527	7.421	34,3
Brasil	7.949	4.846	8.152	10.485	28,6	4.627	6.195	33,9
Paraguai	622	343	616	776	26,1	356	492	38,2
Uruguai	843	529	1.172	1.165	(0,6)	544	734	35,0
<i>Importações</i>								
MERCOSUL/ total (%)	25,3	32,2	36,8	35,8		37,0	35,9	
MERCOSUL	7.930	2.895	12.555	16.037	27,7	7.167	10.103	41,0
Brasil	7.055	2.517	11.750	14.523	23,6	6.458	8.901	37,8
Paraguai	348	255	504	1.056	109,5	522	943	80,7
Uruguai	528	122	301	458	52,2	187	259	38,3
<i>Saldo comercial</i>								
MERCOSUL	1.485	2.823	(2.615)	(3.611)	38,1	(1.640)	(2.682)	63,5
Brasil	895	2.329	(3.598)	(4.038)	12,2	(1.831)	(2.706)	47,8
Paraguai	274	87	112	(280)	(351,0)	(166)	(451)	171,9
Uruguai	316	407	871	707	(18,8)	357	475	33,2

Fonte: INDEC.

A despeito do bom desempenho das exportações para os sócios do MERCOSUL, a Argentina continua perdendo *market-share* nas importações dos parceiros. No caso do Brasil, o percentual em 2007 foi de apenas 8,6%, bem inferior ao verificado no final dos anos 1990, que chegou a ser de mais de 13%. No primeiro semestre de 2008 houve nova redução, para 7,9%. No Paraguai, a perda de *market-share* tem sido ainda mais acelerada, passando de 14,3% em 2007 para 12,3% no primeiro semestre de 2008, após já ter alcançado percentuais superiores a 25% em 1998-2000. O Uruguai, país no qual a participação das importações da Argentina é a mais elevada dentre os sócios do MERCOSUL, o *market-share* atingiu 22,1% em 2007 e cresceu para 26,7% no primeiro semestre de 2008.

As exportações da Argentina para os mercados extrazona alcançaram US\$ 43,8 bilhões em 2007, com alta de 19,6% em relação ao ano anterior. Os asiáticos consolidaram-se como o principal destino das exportações argentinas, respondendo em 2007 por 20,8% do total, contra 17,6% da União Européia, 13,8% da ALADI e 10,3% do NAFTA. É importante destacar a importância do mercado chileno para a

Argentina, visto que as vendas para esse país somaram US\$ 4,2 bilhões em 2007, montante superior ao das vendas para os Estados Unidos (Quadro 7).

QUADRO 7
ARGENTINA: FLUXOS DE COMÉRCIO EXTRAZONA SEGUNDO PAÍSES E BLOCOS ECONÔMICOS
EM PERÍODOS SELECIONADOS
(US\$ milhões)

	1998	2002	2006	2007	Var. % 2007/2006	2007 ^{a/}	2008 ^{a/}	Var. %
<i>Exportações</i>								
Extrazona/ total (%)	64,4	77,7	78,7	77,9		77,7	77,7	
Extrazona	17.019	19.932	36.629	43.820	19,6	19.224	25.816	34,3
NAFTA	2.679	3.744	5.932	5.804	(2,2)	2.733	3.232	18,3
U. Européia	4.633	5.114	8.002	9.895	23,7	4.286	6.636	54,8
ALADI ^{b/}	3.373	4.247	7.234	7.765	7,3	3.648	4.477	22,7
Ásia	4.007	4.435	8.568	11.713	36,7	5.034	6.353	26,2
Demais países	2.328	2.393	6.893	8.643	25,4	3.523	5.118	45,3
<i>Importações</i>								
Extrazona/ total (%)	74,7	67,8	63,2	64,2		63,0	64,1	
Extrazona	23.449	6.093	21.595	28.744	33,1	12.179	18.010	47,9
NAFTA	7.163	2.012	5.550	6.893	24,2	3.108	4.297	38,3
U. Européia	8.871	2.028	5.813	7.452	28,2	3.313	4.491	35,6
ALADI ^{b/}	1.138	255	1.129	1.273	12,8	574	705	22,8
Ásia	4.792	1.072	6.365	9.115	43,2	3.835	5.660	47,6
Demais países	1.485	727	2.738	4.011	46,5	1.349	2.857	111,8
<i>Saldo comercial</i>								
Extrazona	(6.430)	13.839	15.034	15.076	0,3	7.045	7.806	10,8
NAFTA	(4.484)	1.733	382	(1.089)	(385,3)	(375)	(1.065)	184,0
U. Européia	(4.238)	3.086	2.189	2.443	11,6	973	2.145	120,5
ALADI ^{b/}	2.234	3.992	6.105	6.492	6,3	3.074	3.772	22,7
Ásia	(785)	3.363	2.203	2.598	17,9	1.199	693	(42,2)
Demais países	842	1.666	4.155	4.632	11,5	2.174	2.261	4,0

Nota: ^{a/} Primeiro semestre.

^{b/} Exceto o MERCOSUL e o México. O México está incluído no NAFTA.

Fonte: INDEC.

As importações extrazona chegaram a US\$ 28,7 bilhões em 2007, com alta de 33,1%. Observa-se também uma participação predominante dos países asiáticos, que representaram 20,4% das importações totais do

país naquele ano, com alta expressiva em relação ao ano anterior (+43,2%). Ao longo dos últimos anos, os países asiáticos também tomaram da União Europeia o posto de maior fornecedor extrazona da Argentina, com um crescimento médio anual de 53,4% no período 2003-2007.

O superávit comercial da Argentina com os países de fora do MERCOSUL alcançou US\$ 15 bilhões em 2007, montante quase igual ao registrado em 2006. O saldo superavitário é expressivo com todos os blocos, exceto com o NAFTA (US\$ 1,1 bilhão). O melhor resultado é obtido com os países da ALADI (US\$ 6,5 bilhões), refletindo, em boa medida, o bom desempenho do comércio com o Chile, mas sendo preciso destacar, também, o superávit de mais de US\$ 1 bilhão no comércio com a Venezuela. A seguir destaca-se o saldo obtido com os países da Ásia (US\$ 2,6 bilhões) e com a União Europeia (US\$ 2,4 bilhões).

No primeiro semestre de 2008 as exportações cresceram de forma acentuada para todos os grupos de países de fora do MERCOSUL, com especial destaque para a União Europeia (54,8%) e os Demais Países (45,3%). No entanto, as importações cresceram de forma ainda mais acelerada, especialmente as oriundas dos Demais Países (111,8%) e da Ásia (47,6%). Mesmo assim, o saldo comercial extrazona cresceu 10,8%, elevando-se para US\$ 7,8 bilhões, com superávits mais significativos com ALADI e União Europeia, saldo menor com a Ásia e déficit crescente com o NAFTA.

A análise da composição da pauta exportadora da Argentina segundo os tipos de produtos mostra que os manufaturados de origem agropecuária (MOA) são o principal grupo, respondendo por cerca de 1/3 da pauta ao longo dos últimos anos, inclusive no ano de 2007 e no primeiro semestre de 2008. O segundo grupo mais importante refere-se aos manufaturados de origem industrial (MOI), cuja participação em 2007 foi de 31%, reduzindo-se um pouco no primeiro semestre de 2008. Desde 2003, contudo, esses produtos ganharam cerca de cinco pontos percentuais de participação na pauta. Os produtos primários representaram 22% das exportações em 2007 e 25% em 2008, revertendo um processo de gradual perda de participação registrado até 2006. Já os combustíveis e energia, que normalmente respondiam por 18% das exportações, viram sua participação reduzir-se para 11,5% em 2007 e para 10,8% no primeiro semestre de 2008.

Quanto à composição das importações, os bens de capital têm sido os principais componentes da pauta, respondendo por um percentual um pouco acima de 40% do total desde 2004 até o primeiro semestre de 2008. As matérias-primas e bens intermediários, também têm peso elevado, em torno de 35%. Os bens de consumo vêm aumentando gradativamente a sua participação, tendo representado 17,5% do total em 2007 e no primeiro semestre de 2008. Já os combustíveis têm uma participação pouco significativa, embora crescente nos últimos anos, tendo alcançado 7,5% do total no primeiro semestre de 2008.

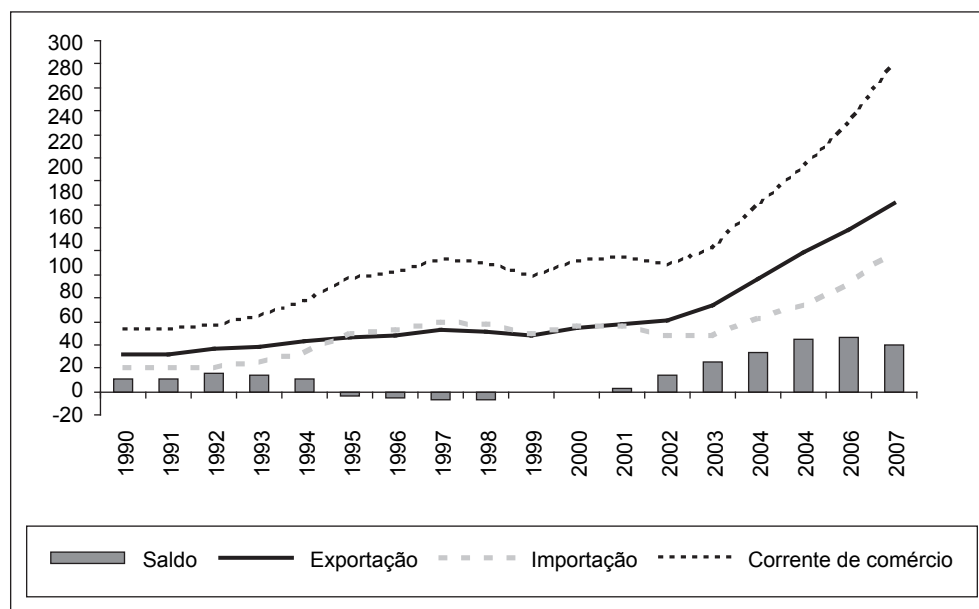
Brasil

Os fluxos de comércio exterior do Brasil mantiveram em 2007 um elevado dinamismo, completando o quinto ano consecutivo de crescimento a taxas bastante elevadas. As exportações alcançaram o montante de US\$ 160,6 bilhões, com crescimento de 16,6% em relação ao ano anterior. Embora tenha significado uma desaceleração em relação aos anos anteriores, o desempenho foi ainda bastante favorável quando comparado com a década dos anos noventa ou com os primeiros anos da década atual, como pode ser observado no Gráfico 14.

As importações, por sua vez, chegaram a US\$ 120,6 bilhões em 2007, com alta de 32,1% em comparação com o ano anterior. Foi a taxa anual mais elevada registrada pela país desde 1995, e bastante superior à média anual do período 2003-2007, que foi de 20,6%. O fato de as importações terem crescido a uma taxa quase duas vezes maior do que a das exportações fez com que o saldo comercial sofresse uma redução pela primeira vez em dez anos, embora o superávit ainda tenha se mantido em robustos US\$ 40 bilhões.

A corrente de comércio, por sua vez, atingiu o recorde de US\$ 281,3 bilhões, com alta de 22,7% no ano e crescimento médio de 21,2% em todo o período 2003-2007.

GRÁFICO 14
BRASIL: FLUXOS DE COMÉRCIO NO PERÍODO 1990-2007
(US\$ bilhões)



Fonte: SECEX-MDIC.

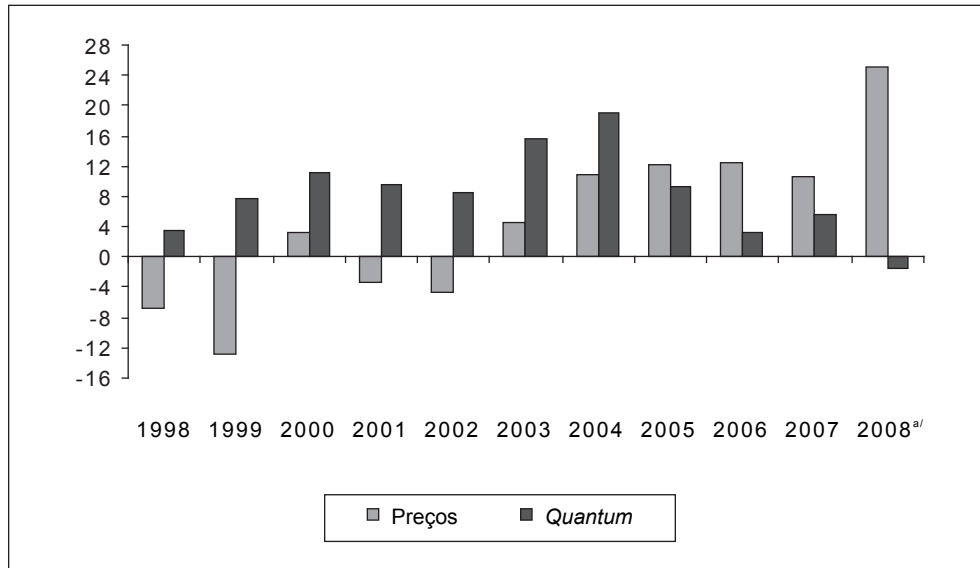
No primeiro semestre de 2008 a tendência de deterioração do saldo comercial do país aprofundou-se, não por conta de um mau desempenho das exportações, haja vista que elas cresceram 23,8% em relação ao mesmo período do ano anterior -, mas sim devido à aceleração das importações, que tiveram alta de 50,7% no período, em resposta ao maior crescimento da demanda doméstica. Com isso, o saldo comercial ficou em US\$ 11,3 bilhões, com queda de 44,9% em relação ao primeiro semestre de 2007. Dados preliminares referentes aos meses de julho e agosto dão conta de uma queda menos acentuada do saldo, mas ao final do ano ele deve reduzir-se em pelo menos 1/3 em relação a 2007.

O crescimento das exportações brasileiras em 2007 foi claramente comandado pelo ganhos de preço, que tiveram variação de 10,5% em relação ao ano anterior, ao passo que o *quantum* exportado teve alta de apenas 5,5% (Gráfico 15). Isso significa que os preços foram responsáveis por 65% do aumento do valor exportado no ano. Repete-se, assim, o que havia ocorrido em 2005 e 2006, quando os preços já haviam respondido por respectivamente, 56% e 78% do aumento das exportações. Em todo o período 2003-2007, os preços responderam por metade do crescimento do valor exportado pelo país, tendo registrado uma alta de 10,1% a.a. Esses números contrastam com aqueles registrados no período 1998-2002, quando os preços deram contribuição negativa para a variação das exportações.

O contrário vem ocorrendo com as importações, cujo crescimento em 2007 foi comandado pela expansão de 22% das quantidades importadas, embora os preços tenham dado uma contribuição significativa, com alta de 8,2%. De 2003 a 2007, a alta do *quantum* importado foi de 11,2% a.a. e os preços aumentaram 8,5% a.a.

Os preços vêm exercendo um papel ainda mais importante no primeiro semestre de 2008. Na verdade, todo o crescimento do valor exportado no período deveu-se à alta de 25,2% dos preços, visto que o *quantum* sofreu queda de 1,5%. Também do lado das importações o aumento dos preços foi bastante expressivo no período, de 22,3%, acompanhado de um crescimento do *quantum* de magnitude semelhante (22,9%).

GRÁFICO 15
BRASIL: CRESCIMENTO DOS PREÇOS E DO QUANTUM DE EXPORTAÇÃO
1998 AO 1º SEMESTRE DE 2008
 (Em %)



Nota: ^{a/} Primeiro semestre.

Fonte: FUNCEX, com base nos dados da SECEX-MDIC.

As exportações brasileiras direcionadas aos parceiros do MERCOSUL têm se mostrado bem mais dinâmicas do que aquelas voltadas aos demais países do mundo. O Quadro 8 mostra que, em 2007, elas alcançaram US\$ 17,4 bilhões, com crescimento de 24,1% em relação ao ano anterior - taxa bastante superior aos 16,6% referentes às exportações totais do país. No período 2003-2007 as vendas para os sócios registraram alta de 39,3% a.a., também muito acima da média total (21,6%), o que permitiu que a participação de Argentina, Paraguai e Uruguai crescesse até atingir 10,8% do total no último ano. Apesar disso, a participação ainda é bem inferior aos 17,4% registrados em 1998, embora, como foi mencionado anteriormente, o preço das *commodities* tenha registrado um valor mínimo histórico naquele ano.

Argentina foi o destino de 83,1% das exportações brasileiras para o MERCOSUL, participação que vem crescendo ao longo dos anos, enquanto o Paraguai respondeu por 9,5% e o Uruguai por 7,4%.

As importações brasileiras provenientes dos parceiros do MERCOSUL somaram US\$ 11,6 bilhões em 2007, com alta de 29,7%, comparando-se desfavoravelmente com a taxa de 32,1% referente às importações totais brasileiras. Em todo o período 2003-2007, as compras do MERCOSUL cresceram ao ritmo de 15,7% a.a., também abaixo da taxa média referente às importações totais (20,6%). Como resultado, a participação dos sócios na pauta brasileira vem se reduzindo continuamente nos últimos anos, ficando em 9,6% em 2007,

após já ter alcançado 16,3% em 1998. Quase 90% de tudo o que o Brasil importou do MERCOSUL em 2007 veio da Argentina, com o Uruguai respondendo por 6,8% e o Paraguai, por apenas 3,7%.

QUADRO 8
BRASIL: FLUXOS DE COMÉRCIO COM OS PAÍSES DO MERCOSUL
EM PERÍODOS SELECIONADOS
(US\$ milhões)

	1998	2002	2006	2007	Var. % 2007/2006	2007 ^{a/}	2008 ^{a/}	Var. %
<i>Exportações</i>								
MERCOSUL/ total (%)	17,4	5,5	10,1	10,8		10,4	11,5	
MERCOSUL	8.877	3.311	13.986	17.354	24,1	7.596	10.459	37,7
Argentina	6.747	2.347	11.740	14.417	22,8	6.311	8.589	36,1
Paraguai	1.249	560	1.234	1.648	33,6	699	1.112	59,2
Uruguai	881	413	1.013	1.288	27,2	587	758	29,1
<i>Importações</i>								
MERCOSUL/ total (%)	16,3	11,9	9,8	9,6		9,9	8,9	
MERCOSUL	9.428	5.615	8.968	11.630	29,7	5.204	7.037	35,2
Argentina	8.034	4.744	8.054	10.410	29,3	4.694	6.238	32,9
Paraguai	351	383	296	434	46,7	162	320	97,0
Uruguai	1.042	485	618	786	27,2	347	478	37,6
<i>Saldo comercial</i>								
MERCOSUL	(551)	(2.304)	5.018	5.723	14,1	2.392	3.422	43,0
Argentina	(1.287)	(2.397)	3.686	4.007	8,7	1.617	2.351	45,4
Paraguai	898	177	938	1.214	29,5	536	793	47,7
Uruguai	(162)	(72)	394	502	27,4	239	279	16,7

Nota: ^{a/} Primeiro semestre.

Fonte: SECEX-MDIC.

O saldo comercial brasileiro continuou extremamente positivo com todos os sócios do MERCOSUL, alcançando o recorde de US\$ 5,7 bilhões em 2007. Na comparação com o ano anterior, o superávit brasileiro cresceu tanto com a Argentina (8,7%) como com Paraguai e Uruguai (29,5% e 27,4%, respectivamente).

O quadro geral do comércio intrazona não mostrou grandes alterações no primeiro semestre de 2008. As exportações brasileiras para o MERCOSUL cresceram 37,7% (acima da média geral) e as importações tiveram alta de 35,2% (abaixo da média geral), fazendo com que o saldo comercial crescesse 43% em relação ao mesmo período de 2007. O fato mais notável é que o MERCOSUL foi o único bloco econômico com o qual o Brasil conseguiu melhorar o seu saldo comercial no período.

A despeito do bom desempenho das exportações para a Argentina, o *market-share* brasileiro nas importações do vizinho vem se reduzindo, após ter alcançado um pico de 35,5% em 2005. A participação ficou em 32,4% em 2007 e reduziu-se ainda mais no primeiro semestre de 2008, para 31,7%, o menor nível em seis anos. No caso do Paraguai, o *market-share* brasileiro já vinha em trajetória de queda há vários anos, mas cresceu um pouco em 2007, elevando-se para 28,5% e ficando em 28% no primeiro semestre de 2008. No Uruguai, a participação brasileira vem aumentando gradativamente, tendo alcançado 23,5% em 2007, mas reduziu-se para 18% no primeiro semestre de 2008.

O Quadro 9 apresenta a distribuição dos fluxos comerciais do Brasil segundo os principais blocos econômicos extra-MERCOSUL. Em 2007, as exportações alcançaram US\$ 143,3 bilhões, ou 89,2% do total vendido pelo país, com crescimento de 15,7% em relação ao ano anterior. A União Européia é o principal destino das vendas brasileiras, com participação de 25,2% no total, seguida pelo NAFTA, com 19,9% do total, pela Ásia, com 15,6%, e pela ALADI, com 9,2%. Os Demais Países responderam por 19,3%. Na verdade, o Brasil possui já há alguns anos uma pauta exportadora com um perfil bastante bem distribuído entre as diversas regiões do mundo: cerca de 25% destinam-se à União Européia, 20% ao NAFTA, 20% à América Latina (inclusive MERCOSUL), 15% à Ásia e 20% ao resto do mundo.

A despeito dessa distribuição razoavelmente estável dos fluxos extrazona, em 2007 observou-se uma grande variabilidade no crescimento das vendas direcionadas aos diversos blocos, com forte crescimento para a União Européia (30,2%) e a Ásia (20,5%), baixo crescimento nas vendas para o NAFTA (apenas 1,3%) e desempenho moderado para a ALADI e para os Demais Países. O melhor resultado referente à Europa e à Ásia relaciona-se à composição da pauta de exportações para essas regiões, mais concentradas em *commodities*, cujos preços tiveram aumentos expressivos em 2007.

Do lado das importações, a distribuição segundo os diversos blocos econômicos de origem também é bastante diversificada. Em 2007, os principais fornecedores do país foram os países da Ásia, com 25,5% do total importado pelo país, seguidos pela União Européia, com 22,2%, pelo NAFTA, com 18,7%, e pela ALADI, com 5,8%. Os Demais Países responderam por 18,2%.

A composição dos saldos comerciais do país mostrou mudanças significativas em 2007 comparativamente ao ano anterior. O superávit com o NAFTA registrou queda de 33,9% - US\$ 4,8 bilhões) e, em consequência, aquele bloco deixou de ser o destino com o qual o país detém seu maior saldo comercial. Esse lugar passou a ser ocupado pela União Européia, que em 2007 registrou um déficit com Brasil da ordem de US\$ 13,7 bilhões (+US\$ 2,8 bilhões). Houve, também, aumento do saldo favorável ao Brasil no comércio com os países da ALADI (+US\$ 809 milhões). Em compensação, o déficit com os países asiáticos mais do que dobrou, chegando a US\$ 5,7 bilhões.

No primeiro semestre de 2008 as exportações brasileiras para fora do MERCOSUL se aceleraram, com alta de 22,2% em relação ao mesmo período de 2007, principalmente por conta do melhor desempenho das vendas para a Ásia e para os Demais Países. Em compensação, as importações extrazona cresceram nada menos que 52,4%, mais uma vez com destaque para os asiáticos, cujas vendas ao Brasil cresceram 64,7%. O resultado foi uma redução de mais de US\$ 10 bilhões no saldo comercial extrazona, com piora do resultado com todos os blocos, inclusive ALADI e União Européia. A queda do superávit com o NAFTA foi de US\$ 3 bilhões e, com os asiáticos, o déficit aumentou em US\$ 3,6 bilhões.

A análise da composição da pauta exportadora brasileira segundo os tipos de produtos mostra que os produtos básicos vêm tendo um desempenho bem mais favorável comparativamente aos produtos manufaturados e semimanufaturados no período recente, de forma que sua participação na pauta passou de 29,2% em 2006 para 35,3% no primeiro semestre de 2008. Esse aumento é equivalente à perda verificada nos produtos

manufaturados, cuja participação caiu de 54,4% para 48,4% no mesmo período, ao passo que a participação dos semimanufaturados vem se mantendo razoavelmente estável. Essa rápida mudança de composição da pauta do país se deve, em grande parte, ao forte aumento dos preços internacionais das *commodities*. De fato, no período compreendido entre o primeiro semestre de 2006 e o primeiro de 2008 os preços de exportação de produtos básicos cresceu 52,6%, taxa duas vezes superior à do crescimento dos preços dos manufaturados. Adicionalmente, muitos especialistas têm destacado que a combinação de valorização cambial com aumento dos níveis de utilização da capacidade da indústria pode estar comprometendo o dinamismo das exportações de manufaturados.

QUADRO 9
BRASIL: FLUXOS DE COMÉRCIO EXTRAZONA SEGUNDO BLOCOS ECONÔMICOS
EM PERÍODOS SELECIONADOS
(US\$ milhões)

	1998	2002	2006	2007	Var. % 2007/2006	2007 ^{a/}	2008 ^{a/}	Var %
<i>Exportações</i>								
Extrazona/ total (%)	82,6	94,5	89,9	89,2		89,6	88,5	
Extrazona	42.243	57.128	123.822	143.296	15,7	65.617	80.186	22,2
NAFTA	11.411	18.687	31.512	31.936	1,3	15.074	15.852	5,2
U. Européia	15.250	15.609	31.045	40.428	30,2	18.178	22.146	21,8
ALADI ^{b/}	3.506	4.226	13.051	14.812	13,5	6.734	7.590	12,7
Ásia	5.613	8.798	20.816	25.086	20,5	11.460	16.306	42,3
Demais países	6.464	9.807	27.397	31.033	13,3	14.172	18.293	29,1
<i>Importações</i>								
Extrazona/ total (%)	83,7	88,1	90,2	90,4		90,1	91,1	
Extrazona	48.287	41.628	82.375	108.991	32,3	47.433	72.273	52,4
NAFTA	16.008	11.760	17.355	22.575	30,1	10.250	14.035	36,9
U. Européia	17.184	13.495	20.201	26.736	32,3	11.885	16.632	39,9
ALADI ^{b/}	1.959	2.033	6.020	6.972	15,8	3.195	4.566	42,9
Ásia	7.881	7.996	22.887	30.715	34,2	13.041	21.481	64,7
Demais países	5.254	6.344	15.912	21.993	38,2	9.063	15.560	71,7
<i>Saldo comercial</i>								
Extrazona	(6.044)	15.500	41.447	34.305	(17,2)	18.184	7.912	(56,5)
NAFTA	(4.597)	6.927	14.157	9.361	(33,9)	4.823	1.817	(62,3)
U. Européia	(1.934)	2.114	10.844	13.692	26,3	6.293	5.513	(12,4)
ALADI ^{b/}	1.547	2.194	7.031	7.840	11,5	3.540	3.024	(14,6)
Ásia	(2.269)	802	(2.071)	(5.629)	171,9	(1.581)	(5.175)	227,4
Demais países	1.209	3.463	11.485	9.040	(21,3)	5.109	2.733	(46,5)

Nota: ^{a/} Primeiro semestre.

^{b/} Exceto o MERCOSUL e o México.

Fonte: SECEX-MDIC.

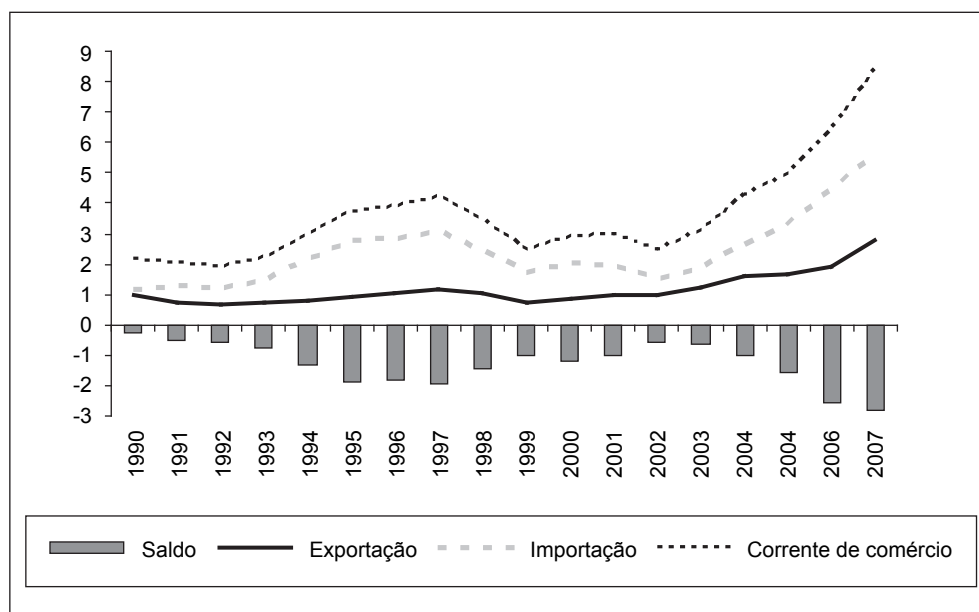
Quanto à composição das importações segundo categorias de uso econômico dos produtos, a pauta brasileira não tem registrado mudanças muito significativas no últimos anos, embora não se possa deixar de destacar a queda de participação das matérias-primas e bens intermediários e o gradual aumento dos bens de consumo e dos bens de capital. Com efeito, essas duas categorias registraram as maiores taxas de crescimento em 2007 (respectivamente, 38,1% e 35,9%) e têm tido o melhor desempenho em termos de quantidades importadas, refletindo o crescimento acelerado dos investimentos e da demanda doméstica por bens duráveis, principalmente automóveis e eletroeletrônicos, a taxas bem superiores à do crescimento do PIB.

Paraguai

Os fluxos de comércio exterior do Paraguai tiveram em 2007 um desempenho excepcional, especialmente as exportações, que registraram a maior taxa de crescimento em duas décadas (46,1%), alcançando o montante recorde de US\$ 2,8 bilhões. O Gráfico 16 evidencia que este foi o quinto ano consecutivo de expansão das exportações, um dramático contraste com a virtual estagnação das vendas externas do país entre 1990 e 2002. O bom desempenho exportador, contudo, não tem sido suficiente para melhorar o saldo comercial do país, que em 2007 atingiu um déficit recorde de US\$ 2,8 bilhões. Isso porque os últimos cinco anos também foram de rápido crescimento das importações, que alcançaram em 2007 o montante de US\$ 5,6 bilhões, com alta de 24,2% em relação a 2006.

A evolução dos fluxos foi ainda mais favorável no primeiro semestre de 2008. As exportações somaram US\$ 2,3 bilhões, com crescimento de 85,7% em relação ao primeiro semestre de 2007, e as importações chegaram a US\$ 3,8 bilhões, com alta de 54,9%. O déficit comercial ficou em US\$ 1,5 bilhão, com crescimento de 24,1%.

GRÁFICO 16
PARAGUAI: FLUXOS DE COMÉRCIO NO PERÍODO 1990-2007
(US\$ bilhões)



Fonte: BCP.

Diferentemente do que ocorreu com Argentina e Brasil, o bom desempenho recente das exportações paraguaias não pode ser explicado primordialmente pelos ganhos de preço. No período 2003-2007, o crescimento do *quantum* foi de 17,9% a.a., ao passo que os preços cresceram à taxa de apenas 5,1% a.a. Em 2007, o *quantum* aumentou 36,6%, contra um aumento de apenas 7% nos preços. O comportamento foi semelhante do lado das importações: de fato, nesse ano o *quantum* teve alta de 20,6%, contra um aumento de apenas 3% nos preços. Entre 2003 e 2007, o crescimento do *quantum* das importações foi de 24,2% a.a., enquanto os preços aumentaram ao ritmo de 4,6% a.a.⁴³

Na verdade, a evolução dos preços unitários de exportação e de importação do Paraguai mostra que o país não tem obtido ganhos significativos de termos de troca nos últimos anos. Embora em 2007 eles tenham aumentado em 3,9%, em todo o período 2003-2007 o ganho acumulado foi de apenas 2,6%. Embora em 2007 tenha havido um grande aumento dos preços da soja e do milho, a alta do preço do petróleo atenuou a melhora dos termos de intercâmbio comercial do Paraguai.

Em contrapartida, o forte crescimento das cotações dos produtos agropecuários em geral observada a partir do final de 2007 permite inferir que grande parte do crescimento das exportações paraguaias no primeiro semestre de 2008 deveu-se aos ganhos de preço. Dada a intensidade do crescimento do valor, porém, é bastante provável que o *quantum* exportado também tenha crescido a taxas elevadas.

Os países do MERCOSUL foram o destino de quase metade das exportações do Paraguai em 2007. O montante de US\$ 1,37 bilhões dividiu-se em cerca de 40% para a Argentina, outros 40% para o Brasil e os restantes 20% para o Uruguai. Desta forma, Brasil e Argentina continuam sendo os principais mercados dos produtos paraguaios, representando, juntos, 40% das vendas totais do país (Quadro 10).

Nos últimos cinco anos, a participação do MERCOSUL nas exportações paraguaias reduziu-se em nove pontos percentuais, basicamente devido ao baixo crescimento das vendas para o Brasil (9,6% a.a.) e para o Uruguai (9,9% a.a.). Não por acaso, o *market-share* do Paraguai nas importações do Uruguai reduziu-se continuamente nos últimos anos, ficando em apenas 0,5% em 2007, e no Brasil a participação das exportações paraguaias vem se mantendo estável em níveis muito baixos, em torno de 0,4%. As exportações destinadas à Argentina, ao contrário, cresceram à taxa de 73,9% a.a. no último quinquênio, após terem se reduzido a níveis ínfimos em 2002. Por conta disso, o Paraguai vem ganhando *market-share* nas importações argentinas, tendo alcançado o percentual de 2,4% em 2007, quando era de apenas 1,1% em 1998.

O crescimento das importações paraguaias em 2007 foi especialmente forte nas compras oriundas do MERCOSUL, que tiveram variação de 45,7%, contra 24,2% das importações totais, na comparação com 2006. Com isso, a participação do bloco na pauta importadora do Paraguai alcançou 44,1% em 2007, ainda inferior aos percentuais em torno de 56% registrados em 1998 e em 2002. Quase 2/3 do montante de US\$ 2,5 bilhões importado do MERCOSUL originou-se do Brasil, com a Argentina fornecendo 32,5% e o Uruguai respondendo por apenas 3%. O Brasil continuou sendo o maior fornecedor de produtos para o Paraguai, com 28,5% do total, mas a China vem crescendo rapidamente e já exportou para o país, em 2007, um montante semelhante ao brasileiro. A Argentina é o terceiro maior fornecedor.

O déficit comercial do Paraguai com os sócios do MERCOSUL voltou a subir em 2007, alcançando US\$ 1,1 bilhão, com alta de 40,8%. Este valor representa quase 40% do déficit total do país e vem crescendo de forma contínua desde 2002. Quase todo ele refere-se ao comércio com o Brasil (saldo negativo de US\$ 1 bilhão), mas o déficit também foi significativo com a Argentina (-US\$ 248 milhões). Apenas com o Uruguai o país obteve superávit em 2007 (US\$ 191 milhões), e ainda assim foi quase 50% inferior ao registrado no ano anterior.

⁴³ O índice de preço de exportação é calculado pela Cepal. O *quantum* foi obtido pelo deflacionamento dos valores exportados por este índice de preços.

QUADRO 10
PARAGUAI: FLUXOS DE COMÉRCIO COM OS PAÍSES DO MERCOSUL
EM PERÍODOS SELECIONADOS
(US\$ milhões)

	1998	2002	2006	2007	Var. % 2007/2006	2007 ^{a/}	2008 ^{a/}	Var. %
<i>Exportações</i>								
MERCOSUL/ total (%)	52,3	58,1	48,1	49,3		49,6	51,1	
MERCOSUL	531	553	917	1.374	49,9	608	1.164	91,4
Argentina	153	35	168	552	227,5	188	305	62,6
Brasil	349	353	328	558	70,1	325	495	52,4
Uruguai	29	165	420	264	(37,1)	95	364	281,0
<i>Importações</i>								
MERCOSUL/ total (%)	56,0	56,0	37,6	44,1		40,5	41,2	
MERCOSUL	1.383	845	1.689	2.461	45,7	995	1.566	57,4
Argentina	481	309	677	800	18,1	356	467	31,2
Brasil	822	478	960	1.588	65,4	610	1.064	74,5
Uruguai	80	58	52	74	42,3	29	34	19,4
<i>Saldo comercial</i>								
MERCOSUL	(853)	(293)	(772)	(1.087)	40,8	(387)	(402)	4,0
Argentina	(328)	(275)	(509)	(248)	(51,3)	(169)	(162)	(3,7)
Brasil	(473)	(125)	(632)	(1.030)	63,0	(285)	(569)	99,6
Uruguai	(51)	107	368	191	(48,3)	67	329	394,0

Nota: ^{a/} Primeiro semestre.

Fonte: BCP.

No primeiro semestre de 2008 houve um forte crescimento das exportações paraguaias para os sócios do MERCOSUL, de 91,4%, com especial destaque para a expansão de 281% nas vendas para o Uruguai. As importações provenientes do MERCOSUL também cresceram bastante no período, à taxa de 57,4%. Esses números permitiram que o déficit do Paraguai com o MERCOSUL se mantivesse quase estável em comparação com o registrado no mesmo período de 2007, na casa de US\$ 400 milhões, mas com uma composição diferente: embora o déficit com a Argentina (US\$ 162 milhões) tenha se mantido relativamente estável em comparação com o mesmo período de 2007, o déficit com o Brasil duplicou (US\$ 569 milhões). Em contrapartida, o superávit com o Uruguai cresceu significativamente (US\$ 329 milhões).

O Quadro 11 apresenta a distribuição dos fluxos comerciais do Paraguai segundo os principais blocos econômicos extra-MERCOSUL. Observa-se que, do lado das exportações, os principais destinos em 2007 foram os Demais Países (17,6% das vendas totais do país). Os países da ALADI também tiveram participação expressiva, de 15,8% do total, com especial destaque para as vendas direcionadas para Chile, Peru e Venezuela.

A maior parte das compras de mercadorias feitas pelo Paraguai fora do MERCOSUL vem dos países asiáticos, que responderam por 38,6% das importações totais do país em 2007. A China, sozinha respondeu por importações de US\$ 1,6 bilhão. O restante das importações extrazona divide-se entre NAFTA (6,2% do

total), União Européia (5,6%), ALADI (4,4%) e Demais Países (1,1%). A Ásia é também responsável por quase todo o déficit comercial do Paraguai no comércio extrazona, com um saldo negativo de US\$ 2 bilhões em 2007 (ou 71,1% do déficit total do país). Houve pequenos déficits com NAFTA e União Européia e superávits com ALADI e Demais Países.

QUADRO 11
PARAGUAI: FLUXOS DE COMÉRCIO EXTRAZONA SEGUNDO BLOCOS ECONÔMICOS
EM PERÍODOS SELECIONADOS
(US\$ milhões)

	1998	2002	2006	2007	Var. % 2007/2006	2007 ^{a/}	2008 ^{a/}	Var. %
<i>Exportações</i>								
Extrazona/ total (%)	47,7	41,9	51,9	50,7		50,4	48,9	
Extrazona	483	398	990	1.411	42,6	619	1.114	80,1
NAFTA	83	42	74	80	8,3	32	29	(10,8)
U. Européia	285	83	114	233	103,9	147	162	10,2
ALADI ^{b/}	66	99	153	441	189,0	167	331	98,7
Ásia	18	48	101	166	65,0	50	227	349,3
Demais países	31	126	548	491	(10,4)	222	366	64,6
<i>Importações</i>								
Extrazona/ total (%)	44,0	44,0	62,4	55,9		59,5	58,8	
Extrazona	1.087	665	2.800	3.116	11,3	1.459	2.236	53,2
NAFTA	282	92	375	343	(8,5)	163	210	28,6
U. Européia	284	142	243	313	29,0	139	202	44,8
ALADI ^{b/}	30	29	227	246	8,4	172	288	67,0
Ásia	449	305	1.739	2.152	23,7	952	1.444	51,7
Demais países	42	95	216	61	(71,6)	33	92	181,8
<i>Saldo comercial</i>								
Extrazona	(604)	(267)	(1.811)	(1.705)	(5,8)	(841)	(1.121)	33,4
NAFTA	(199)	(50)	(301)	(263)	(12,6)	(131)	(181)	38,3
U. Européia	1	(59)	(129)	(81)	(37,4)	7	(40)	(654,9)
ALADI ^{b/}	35	69	(75)	195	(361,1)	(6)	44	(887,4)
Ásia	(430)	(257)	(1.638)	(1.986)	21,2	(901)	(1.217)	35,1
Demais países	(11)	30	332	430	29,4	189	273	44,3

Notas: ^{a/} Primeiro semestre.

^{b/} Exceto o MERCOSUL e o México.

Fonte: BCP.

No primeiro semestre de 2008 a configuração do comércio extrazona do Paraguai não apresentou grandes alterações em relação ao padrão dos anos anteriores. O principal mercado de exportação continuou sendo o dos Demais Países, seguido pela ALADI e pelos países asiáticos, onde as vendas paraguaias tiveram alta de nada menos que 349,3% em relação ao mesmo período de 2007. Nas importações, o maior crescimento ocorreu nas importações provenientes dos Demais Países, mas a Ásia continuou respondendo por quase 40% das compras totais do país. O saldo comercial manteve-se altamente deficitário com a Ásia, que respondeu por quase 80% do déficit total do país no período.

A análise da composição da pauta exportadora do Paraguai segundo produtos mostra que esta continua fortemente concentrada em produtos agrícolas ou agroindustriais. Apenas sete produtos responderam por 80% das vendas externas do país em 2007: soja e derivados (45%), carnes (12,9%), milho (10,2%), madeiras (4,2%), couros (3%), trigo (2,5%) e algodão (2,2%). A participação desses produtos tem se mantido razoavelmente estável ao longo dos últimos quinze anos.

Quanto à composição das importações, o fato mais notável a destacar é que os bens de capital passaram a representar, nos últimos anos, o principal componente da pauta, tendo respondido por 45% do total em 2007 e também no primeiro semestre de 2008. Até há alguns anos esse posto era ocupado pelos bens de consumo, que em 2007 foram responsáveis por 25% das importações. Esses números refletem o fato de que o país vem passando por um processo mais intenso de formação de capital, com prováveis efeitos benéficos sobre o crescimento futuro da economia. As matérias-primas e bens intermediários e os combustíveis também vêm, gradualmente, perdendo participação na pauta importadora ao longo dos últimos anos, tendo sido responsáveis, juntos, por 28% das importações do país.

Uruguai

Os fluxos de comércio exterior do Uruguai tiveram em 2007 um crescimento expressivo, embora a taxas mais modestas do que as obtidas pelos demais países do MERCOSUL. As exportações alcançaram o montante de US\$ 4,5 bilhões, com alta de 12,9% em relação a 2006, o que significou uma desaceleração em relação ao ritmo verificado nos anos anteriores. No período 2003-2007, o crescimento médio anual foi de 19,3%. De qualquer modo, o Gráfico 17 evidencia que 2007 foi o quinto ano consecutivo de expansão das exportações, após a queda verificada entre 1999 e 2002.

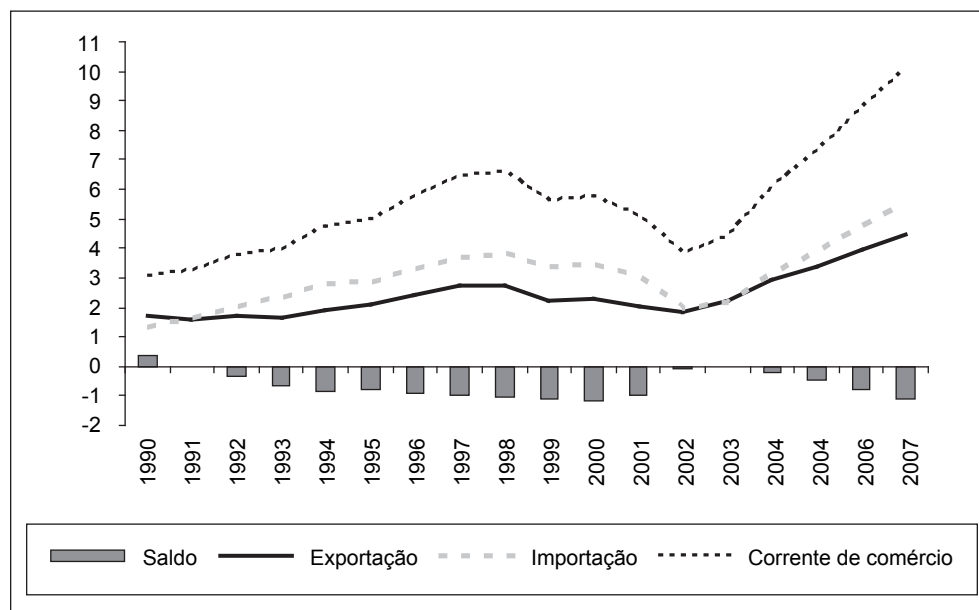
O bom desempenho exportador, contudo, não tem sido suficiente para melhorar o saldo comercial do país, que em 2007 atingiu déficit de US\$ 1,1 bilhão, o pior resultado desde o ano 2000. Isso porque as importações vêm crescendo a um ritmo sistematicamente mais elevado do que o das exportações. Em 2007 elas atingiram US\$ 5,6 bilhões, com alta de 17% em relação a 2006. Entre 2003 e 2007 o crescimento foi de 23,3% a.a. A corrente de comércio do país superou em 2007, pela primeira vez, o patamar de US\$ 10 bilhões.

A evolução dos fluxos no primeiro semestre de 2008 apresentou uma vertiginosa aceleração. As exportações somaram US\$ 3 bilhões, com crescimento de 43,6% em relação ao primeiro semestre de 2007, e as importações chegaram a US\$ 4,5 bilhões, com alta de nada menos que 92,6%. Com isso, o saldo comercial sofreu nova deterioração, registrando déficit de US\$ 1,6 bilhão, resultado pior do que o obtido pelo país em qualquer ano da série histórica.

Os preços de exportação deram uma contribuição muito importante para o crescimento do valor exportado pelo país em 2007, com um aumento de 6%, semelhante à alta de 6,5% do *quantum*. Entretanto, no período 2003-2007 o crescimento do *quantum* comandou a alta das exportações, haja vista que seu crescimento médio anual foi de 12,8%, contra um aumento de 5,8% a.a. dos preços. O mesmo tem acontecido do lado

das importações: em 2007, o *quantum* teve alta de 10,5% em comparação com o ano anterior, superando o aumento de 6% dos preços. No período 2003-2007, o *quantum* cresceu à taxa de 13,2% a.a., contra uma evolução de 8,9% a.a. dos preços.⁴⁴

GRÁFICO 17
URUGUAI: FLUXOS DE COMÉRCIO NO PERÍODO 1990-2007
(US\$ bilhões)



Fonte: BCU.

A evolução dos preços unitários de exportação e de importação mostra que o Uruguai não tem se beneficiado de ganhos de termos de troca nos últimos anos. Na verdade, eles estão em queda nos últimos anos, após atingir um nível de pico em 2003. Desde então, a perda de termos de troca já acumula 14,2%. A exemplo do Paraguai, é provável que isso resulte da pauta de exportações do país ser extremamente concentrada em poucos produtos de origem agropecuária, cujos preços não evoluíram de forma tão favorável até 2007.

Os países do MERCOSUL foram destino de pouco mais de 1/4 das exportações do Uruguai em 2007. O montante de US\$ 1,25 bilhões direcionou-se em mais da metade para o Brasil, que respondeu por 16,2% das exportações totais uruguaias. A Argentina foi o destino pouco mais de 1/3 das exportações para o MERCOSUL e 9,8% das exportações totais e o Paraguai foi o destino de menos de 2% das exportações totais do país (Quadro 12). Apesar desse bom desempenho, o MERCOSUL ainda tem uma participação nas exportações totais do país menor do que tinha em 2002 (32,6%) e muito menor do que a registrada em 1998 (55,3%).

Em termos de *market-share* nas importações dos vizinhos, o Uruguai vem mantendo, já há alguns anos, participações relativamente estáveis na Argentina (em torno de 1%) e no Brasil (0,7%), ao passo que, no Paraguai, sua participação reduziu-se sobremaneira desde o início da década, de cerca de 3,2% para apenas 1,3% em 2007.

⁴⁴ Ver nota 43.

QUADRO 12
URUGUAI: FLUXOS DE COMÉRCIO COM OS PAÍSES DO MERCOSUL
EM PERÍODOS SELECIONADOS
(US\$ milhões)

	1998	2002	2006	2007	Var. % 2007/2006	2007 ^{a/}	2008 ^{a/}	Var. %
<i>Exportações</i>								
MERCOSUL/ total (%)	55,3	32,6	23,6	27,7		25,6	26,0	
MERCOSUL	1.532	607	942	1.247	32,4	528	770	45,8
Argentina	513	113	301	441	46,3	188	254	35,1
Brasil	935	432	583	728	25,0	307	466	51,8
Paraguai	84	62	58	77	32,4	33	49	48,5
<i>Importações</i>								
MERCOSUL/ total (%)	43,3	48,1	45,7	46,2		49,9	45,2	
MERCOSUL	1.652	944	2.182	2.580	18,2	1.174	2.047	74,4
Argentina	842	541	1.079	1.235	14,5	555	1.209	118,0
Brasil	793	390	1.078	1.314	21,9	604	817	35,3
Paraguai	16	14	26	31	18,4	15	21	40,0
<i>Saldo comercial</i>								
MERCOSUL	(119)	(337)	(1.240)	(1.333)	7,5	(646)	(1.277)	97,8
Argentina	(328)	(427)	(777)	(794)	2,2	(367)	(955)	160,5
Brasil	142	42	(495)	(586)	18,3	(297)	(351)	18,2
Paraguai	67	48	32	46	43,6	18	28	55,6

Nota: ^{a/} Primeiro semestre.

Fonte: BCU.

Na pauta de importações do Uruguai, os parceiros do MERCOSUL continuam sendo os maiores fornecedores, respondendo por 46,2% do total importado pelo país em 2007. O montante de US\$ 2,6 bilhões representou uma alta de 18,2% em relação ao ano anterior, com especial destaque para o crescimento das compras provenientes do Brasil (21,9%). Este, aliás, assumiu em 2007 a posição de maior fornecedor do Uruguai, respondendo por 23,5% e superando a Argentina, que ficou com 22,1%. As compras do Paraguai representaram apenas 0,5% do total.

O déficit comercial do Uruguai com os sócios do MERCOSUL voltou a subir em 2007, alcançando US\$ 1,3 bilhões, com alta de 7,5%. A maior parte dele refere-se ao comércio com a Argentina, cujo saldo foi negativo em US\$ 794 milhões, mas o resultado também foi bastante deficitário com o Brasil (-US\$ 586 milhões). Com o Paraguai, o saldo foi levemente positivo, de US\$ 46 milhões. Na verdade, faz vários anos que o déficit comercial do Uruguai concentra-se no MERCOSUL, visto que o saldo extrazona tem sido positivo, alcançando US\$ 243 milhões em 2007.

No primeiro semestre de 2008 as exportações do Uruguai para o MERCOSUL se aceleraram, registrando crescimento de 45,8%, com variação especialmente significativa nas vendas para o Brasil (51,8%). Entretanto, as importações provenientes dos vizinhos cresceram de forma ainda mais rápida (74,4%), sendo que somente as compras oriundas da Argentina tiveram alta de 118%, fazendo com que este país voltasse a ser o mais importante na pauta uruguaia. O déficit com o bloco quase dobrou em relação ao mesmo período de 2008, chegando a US\$ 1,3 bilhões, valor próximo do registrado em todo o ano de 2007.

QUADRO 13
URUGUAI: FLUXOS DE COMÉRCIO EXTRAZONA SEGUNDO BLOCOS ECONÔMICOS
EM PERÍODOS SELECIONADOS
(US\$ milhões)

	1998	2002	2006	2007	Var. % 2007/2006	2007 ^{a/}	2008 ^{a/}	Var. %
<i>Exportações</i>								
Extrazona/ total (%)	44,7	67,4	76,4	72,3		74,4	74,0	
Extrazona	1.236	1.254	3.043	3.251	6,9	1.532	2.189	42,9
NAFTA	210	239	715	773	8,1	400	181	(54,7)
U. Européia	459	445	668	832	24,6	405	592	46,1
ALADI ^{b/}	251	156	351	286	(18,7)	128	214	67,2
Ásia	295	317	530	544	2,7	276	363	31,4
Demais países	21	98	779	817	4,8	323	839	160,0
<i>Importações</i>								
Extrazona/ total (%)	56,7	51,9	54,3	53,8		50,1	54,8	
Extrazona	2.159	1.020	2.593	3.008	16,0	1.178	2.483	110,7
NAFTA	526	200	407	516	26,9	189	428	126,3
U. Européia	802	352	477	578	21,4	230	345	49,9
ALADI ^{b/}	170	106	712	734	3,1	307	366	19,3
Ásia	454	191	745	860	15,4	326	592	81,4
Demais países	208	171	252	319	26,7	126	751	498,3
<i>Saldo comercial</i>								
Extrazona	(923)	234	450	243	(46,0)	354	(294)	(183,0)
NAFTA	(316)	39	308	256	(16,8)	211	(248)	(217,3)
U. Européia	(343)	93	191	254	32,7	175	246	41,0
ALADI ^{b/}	81	49	(360)	(449)	24,5	(179)	(152)	(15,0)
Ásia	(159)	125	(216)	(316)	46,4	(50)	(229)	358,3
Demais países	(186)	(73)	527	497	(5,6)	197	88	(55,5)

Notas: ^{a/} Primeiro semestre.

^{b/} Exceto o MERCOSUL e o México.

Fonte: BCU.

Em 2007, o comércio extrazona do Uruguai cresceu a taxas menos expressivas do que o comércio intrabloco. As exportações tiveram alta de apenas 6,9%, com desempenho especialmente ruim das vendas para a ALADI (queda de 18,7%) e para a Ásia (alta de apenas 2,7%). Para a União Européia, ao contrário, o crescimento foi bastante expressivo (24,6%), fazendo com que o bloco se tornasse o principal destino das vendas uruguaias depois do MERCOSUL, respondendo por 18,5% do total e desbancando o NAFTA, que ficou com 17,2% (Quadro 13). Os Demais Países também tiveram uma participação importantes (18,2%), com destaque para o Oriente Médio e a África.

A pauta de importações possui uma distribuição um pouco diferente. Os principais fornecedores extra-MERCOSUL são os países asiáticos, que responderam por 15,4% das compras totais do país, seguidos pelos países da ALADI, com 13,1% - onde a Venezuela tem destaque absoluto, com 87% das vendas do bloco, posicionando-se com o terceiro maior fornecedor do Uruguai. A União Européia representou 10,4% das importações do país e o NAFTA, apenas 9,2%.

O superávit comercial do Uruguai no comércio extrazona atingiu US\$ 243 milhões em 2007, com queda de 46% em relação ao ano anterior. A piora deveu-se principalmente ao aumento dos déficits registrados com os países da ALADI, que chegou a US\$ 449 milhões, e com os países da Ásia, que alcançou US\$ 316 milhões. O país é superavitário com os Demais Países (US\$ 497 milhões) e também com a União Européia (US\$ 254 milhões) e com o NAFTA (US\$ 256 milhões).

No primeiro semestre de 2008 o comércio extrazona do Uruguai também cresceu de forma acelerada, principalmente do lado das importações, que tiveram alta de 110,7%, puxadas principalmente pelas compras provenientes do NAFTA e dos Demais Países. As exportações tiveram crescimento de 42,9%, com forte alta nas vendas para a União Européia, a ALADI e os Demais Países e queda das exportações para o NAFTA. O saldo comercial tornou-se deficitário em US\$ 294 milhões, com queda de US\$ 650 milhões em relação ao saldo positivo registrado no primeiro semestre de 2007, principalmente devido à inversão do saldo com o NAFTA e ao aumento do déficit com a Ásia.

A análise da composição da pauta exportadora do Uruguai segundo produtos mostra que esta continua bastante concentrada em produtos agrícolas ou agroindustriais, que representaram cerca de 60% do total em 2007. Dentre estes, os produtos primários (carne, pescados, cereais e outros produtos agrícolas) representaram cerca de 40% da pauta e os produtos industriais de origem agrícola (principalmente alimentos e bebidas, couros e peles e produtos de madeira) ficaram com quase 20%. Entre os demais produtos industrializados destacam-se os têxteis (6,8% da pauta), plásticos e borracha (5,5%), químicos (5,3%) e material de transporte (2,7%).

Quanto à composição das importações, cerca de 45% do total em 2007 referiu-se a matérias-primas e bens intermediários, que tradicionalmente respondem por cerca de metade da pauta total. Os bens de consumo e os combustíveis e lubrificantes representaram, cada um, cerca de 20% do total, com percentuais relativamente estáveis ao longo dos últimos cinco anos. Já os bens de capital responderam por apenas 13% do total em 2007, com um pequeno aumento em relação à média verificada nos anos anteriores. Deve-se notar que a participação dos bens de capital nas importações uruguaias é bem inferior à verificada nas pautas de Argentina e Paraguai, e comparável apenas à do Brasil, mas é preciso ressaltar que este último possui uma importante produção doméstica desses bens, o que não é o caso do Uruguai. Esse dado reflete o fato de que os níveis de investimento no Uruguai permanecem relativamente baixos, em contraste com a evolução favorável dessa variável observada nos demais países do MERCOSUL.

QUADRO D

OS GRANDES SALDOS COMERCIAIS EM FAVOR DO BRASIL E A QUESTÃO DAS ASSIMETRIAS ECONÔMICAS

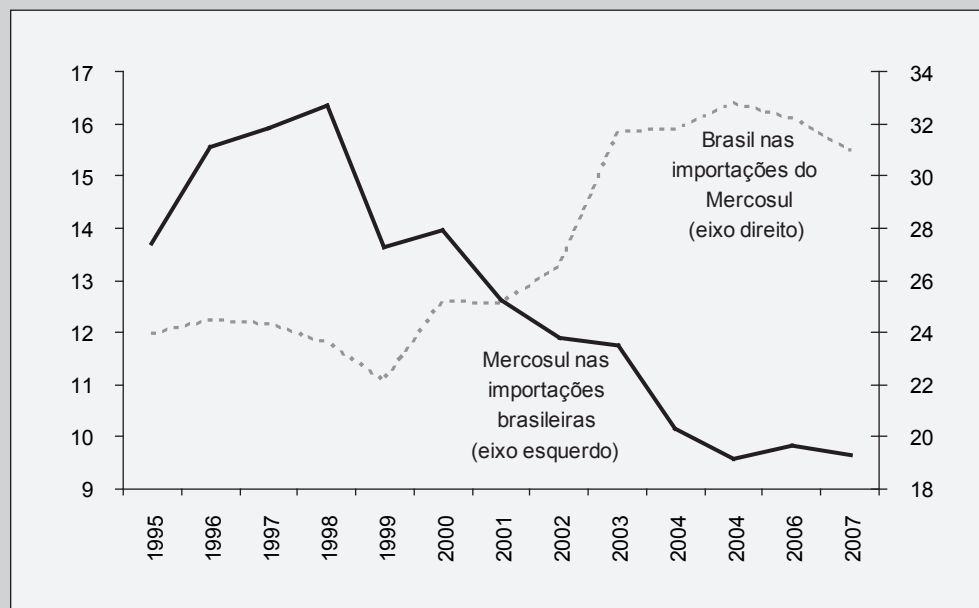
A forte aceleração das importações totais brasileiras em 2007 e no primeiro semestre de 2008 provocou uma redução acentuada do superávit comercial do país - exceto com os sócios do MERCOSUL. Na verdade, desde 2003 as exportações brasileiras direcionadas aos vizinhos do MERCOSUL vêm crescendo a um ritmo mais acelerado do que o de suas importações provenientes dos mesmos países. O conseqüente crescimento dos superávits comerciais do Brasil com cada um de seus sócios do MERCOSUL é tido como um indicador-síntese das assimetrias econômicas existentes no âmbito do bloco. Na Argentina, a preocupação relaciona-se ao risco potencial que representa, para a estratégia de revigoramento de seu setor industrial, a crescente penetração dos produtos industriais brasileiros em seu mercado. Nos casos de Paraguai e Uruguai, os déficits com o Brasil seriam um atestado de que o MERCOSUL estaria trazendo pouco ou nenhum benefício econômico para estes países. O Brasil seria, assim, o grande beneficiário da integração no bloco.

No entanto, os benefícios de uma integração comercial são medidos não apenas pela expansão das vendas para os sócios, mas também pela possibilidade de importar bens desses países a custos mais baixos, beneficiando não somente os consumidores do país, mas também as empresas que necessitam de insumos e bens de capital que muitas vezes não são produzidos no país ou o são a custos muito altos. Além disso, um superávit comercial pode refletir apenas um crescimento mais baixo da demanda doméstica do país em relação às taxas verificadas nos demais países.

Uma forma complementar de avaliar os efetivos ganhos de um processo de integração econômica diz respeito à evolução da participação das vendas de um país nas importações totais de seus sócios, ou seja, de seu *market-share*. Em teoria, seria natural que um processo de integração comercial gerasse um aumento nos fluxos de comércio intrabloco superiores aos do comércio extrabloco, justamente pelo fato de cada país obter acesso privilegiado aos mercados de seus sócios, por conta das preferências tarifárias. Nessa perspectiva, os dados indicam que há, de fato, benefícios assimétricos no MERCOSUL.

O Gráfico abaixo mostra que o *market-share* do Brasil nas importações conjuntas de Argentina, Paraguai e Uruguai aumentou consideravelmente nos últimos oito anos, alcançando percentuais superiores a 30% entre 2003 e 2007 cerca de seis pontos percentuais acima dos níveis verificados na segunda metade dos anos 1990. Já o *market-share* destes países nas importações brasileiras teve uma redução expressiva no mesmo período, de cerca de seis pontos percentuais na mesma comparação, situando-se na faixa de 9% a 10% entre 2004 e 2007. A boa notícia é que o *market-share* parece ter se estabilizado nesse patamar. A má notícia é que não há indicações de que ele possa retornar aos níveis alcançados nos anos 1990.

**PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS IMPORTAÇÕES DO DEMAIS PAÍSES DO MERCOSUL
VERSUS A PARTICIPAÇÃO DESTES NAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS**
(Em %)



Fontes: ABECEB (Argentina), INDEC (Argentina), SECEX (Brasil), BCP (Paraguai) e BCU (Uruguai).

Tão importante quanto identificar o problema é analisar os fatores que o geram. Nesse caso, a perda de *market-share* nas importações brasileiras pode dever-se a dois fatores.* O primeiro está relacionado a eventuais problemas de competitividade dos produtos exportados pelos parceiros comparativamente a terceiros fornecedores desses mesmos produtos para o Brasil, seja porque os concorrentes conseguem praticar preços mais baixos, seja porque os parceiros do bloco possuem limitações no volume de sua oferta exportadora. Como resultado, estes países sofreriam uma redução de seu *market-share* nas importações brasileiras dos respectivos produtos.

O segundo fator relaciona-se a um possível descompasso entre a estrutura de oferta das exportações de Argentina, Paraguai, e Uruguai e a estrutura da demanda de importações do Brasil, de forma que as exportações dos países estariam concentradas em produtos que estariam perdendo importância na pauta importadora brasileira - em outras palavras, produtos cujo crescimento das importações brasileiras fosse inferior ao observado pelas importações totais do país.

A análise comparativa da composição das importações brasileiras provenientes dos países do MERCOSUL em relação às suas importações totais entre os anos de 2002 e 2007 deixa claro que a perda de *market-share* ocorreu devido a uma combinação destes dois fatores, embora com graus variados de relevância em cada país. O caso mais dramático é o do Paraguai, no qual ambos os fatores tiveram grande importância. De fato, 96% das exportações paraguaias destinadas ao Brasil em 2002 relacionavam-se a produtos cujas importações brasileiras cresceram a uma taxa inferior à das importações totais entre aquele ano e 2007, e o país não foi capaz de modificar sua pauta de vendas para o Brasil, visto que estes mesmos produtos continuavam representando um percentual bastante elevado da pauta em 2007 (83%). Além disso, quase todos os produtos que tinham participação importante na pauta de exportações paraguaias para o Brasil em 2002 sofreram perdas de *market-share* nas importações brasileiras nos anos seguintes, com especial destaque para óleos vegetais, algodão e carnes.

O caso do Uruguai tem contornos semelhantes, pois quase 70% das exportações destinadas ao Brasil em 2002 relacionavam-se a produtos cujas importações brasileiras cresceram a uma taxa inferior à das importações totais nos anos seguintes. Estes mesmos produtos continuaram respondendo por quase 70% das vendas para o Brasil em 2007, o que significa que o Uruguai também não foi capaz de redirecionar suas vendas para produtos com maior dinamismo nas importações brasileiras. Além disso, nada menos que 82% das exportações realizadas em 2002 relacionavam-se a produtos que perderam *market-share* nas importações brasileiras entre 2002 e 2007.

Os dois fatores também tiveram importância significativa no caso da Argentina, embora em grau bem menor, até mesmo como reflexo da maior diversificação de suas vendas para o Brasil. Apenas metade das exportações destinadas ao Brasil em 2002 relacionava-se a produtos cujas importações brasileiras cresceram a uma taxa inferior à das importações totais, e as perdas de *market-share* atingiram produtos que representavam 55% das vendas para o Brasil em 2002.

Na verdade, a principal explicação para a perda total de *market-share* da Argentina nas importações brasileiras pode ser encontrada no desempenho das vendas de apenas dois produtos: o petróleo, cujas vendas para o Brasil tiveram queda de 90% entre 2002 e 2007, enquanto as importações totais brasileiras cresciam de forma acelerada - ou seja, o *market-share* argentino reduziu-se dramaticamente; e o trigo, item que perdeu participação na pauta total de importações do Brasil no período. Se o *market-share* argentino no petróleo tivesse se mantido constante e se a participação do trigo na pauta brasileira não tivesse mudado, o *market-share* total da Argentina nas importações teria ficado em cerca de 10% em 2007, percentual similar ao de 2002.

Em síntese, o desempenho das exportações de Argentina, Paraguai e Uruguai para o Brasil tem sido prejudicado, em grande parte, por problemas relacionados à oferta exportadora desses países. Por um lado, eles enfrentam grandes dificuldades para diversificar suas vendas na direção de bens mais dinâmicos nas importações brasileiras; por outro, eles vêm sendo deslocados pela concorrência de terceiros países, mesmo em produtos nos quais possuem vantagens comparativas. Essa é a essência do problema das assimetrias econômicas no MERCOSUL, questão que está na pauta de discussão do bloco desde a sua criação, mas que até agora tem sido enfrentada de forma tímida. O Capítulo III discutirá em maior detalhe o estado atual das discussões e das iniciativas desenvolvidas no âmbito do MERCOSUL para enfrentar este problema.

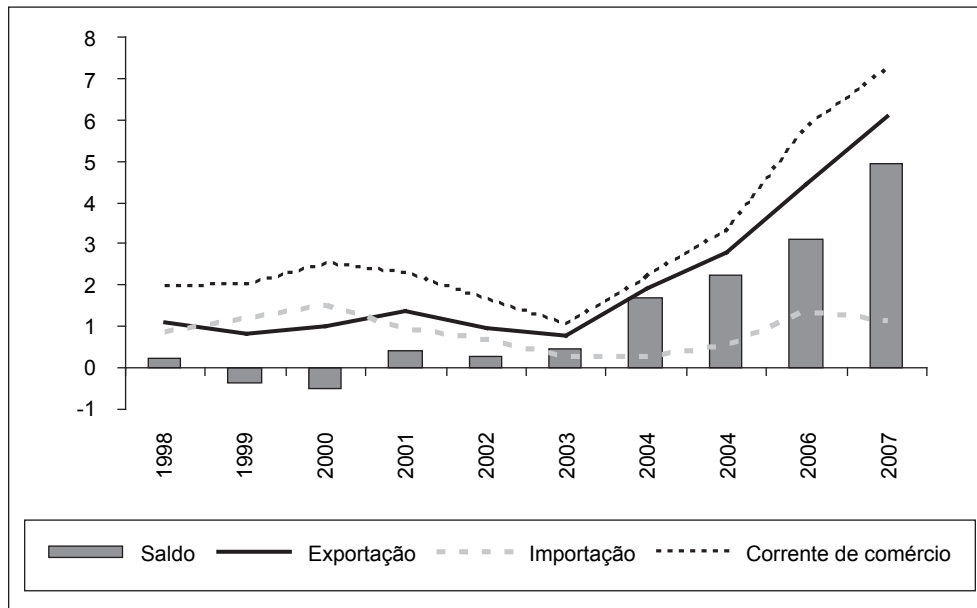
* Veja-se *Informe MERCOSUL N° 11* [2006], Capítulo II.

C. O comércio MERCOSUL-Venezuela

A corrente de comércio entre os países do MERCOSUL e a Venezuela vem crescendo de forma acelerada nos últimos anos, tendo atingido em 2007 o montante recorde de US\$ 7,2 bilhões, com alta de 24,6% em relação ao ano anterior e de 34,2% a.a. desde 2003. O Gráfico 18 evidencia que a maior parte desse aumento se deveu à expansão das exportações do MERCOSUL, que alcançaram US\$ 6,1 bilhões em 2007, com alta de 36,7% em comparação com 2006 e de 44,4% ao ano no período 2003-2007. As exportações da Venezuela para o bloco do cone sul, por sua vez, tiveram um crescimento apenas moderado entre 2003 e 2007 (10,8% ao ano) e em 2007 sofreram retração de 15,3%, situando-se em US\$ 1,1 bilhão. Como resultado, o saldo comercial em favor do MERCOSUL tem crescido bastante, atingindo US\$ 4,9 bilhões em 2007. É importante

notar que os fluxos de comércio entre o MERCOSUL e a Venezuela eram bem mais equilibrados até o início da presente década, registrando-se, em alguns casos, pequenos superávits em favor da Venezuela, como no ano 2000, quando as vendas venezuelanas ao bloco atingiram o recorde histórico de US\$ 1,5 bilhão.

GRÁFICO 18
MERCOSUL: FLUXOS DE COMÉRCIO COM A VENEZUELA NO PERÍODO 1998-2007
(US\$ bilhões)



Fontes: INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai) e BCU (Uruguai).

O Brasil foi responsável por 77,7% das exportações do MERCOSUL para a Venezuela em 2007, seguido pela Argentina, com 19,2% (Quadro 14). O MERCOSUL vem elevando continuamente sua participação nas importações da Venezuela desde o ano 2000, tendo respondido por 12,6% do total em 2007. Nesse ano, o *market-share* brasileiro nas importações venezuelanas foi de 9,5%, mais do que o dobro do percentual registrado no final dos anos 1990, conforme ilustra o Gráfico 19. O *market-share* da Argentina, por sua vez, tem se mantido na faixa de 2% a 3% nos anos recentes, nível pouco superior ao verificado no final da década de os anos 1990.

De forma inversa, o MERCOSUL vem se tornando um destino cada vez menos importante nas exportações da Venezuela, tendo respondido em 2007 por apenas 1,7% do total, contrastando com percentuais mais elevados registrados em anos anteriores, como em 1998, quando chegou a 4,8%. Este fato relaciona-se, em grande parte, ao aumento dos preços do petróleo, que inflou o valor das exportações totais do país, mas não teve o mesmo efeito sobre as vendas para o MERCOSUL, nas quais o petróleo tem baixa relevância. O principal destino das vendas venezuelanas para o MERCOSUL tem sido o Uruguai, que em 2007 representou 55,5% de tudo o que o país vendeu para o bloco. Até 2005, o Brasil era o principal destino, respondendo a cada ano por até 90% do total destino, mas o desempenho recente tem sido negativo: de 2003 a 2007 as importações brasileiras da Venezuela sofreram queda acumulada de 45,4%.

Não por acaso, a Venezuela possui um *market-share* muito reduzido nas importações dos países do MERCOSUL. Em 2007 ele ficou em 0,7%, o que representou uma queda em relação ao percentual de 1%

registrado em 2006. Ao longo dos últimos 10 anos, o maior *market-share* foi registrado em 2000, de 1,4%. Entre os países do bloco, a Venezuela possui um *market-share* muito baixo no Brasil e na Argentina (abaixo de 0,3%) e bem mais elevado no Uruguai (11,4% em 2007). Na importação do Paraguai, o *market-share* da Venezuela foi de 2,5% em 2007.

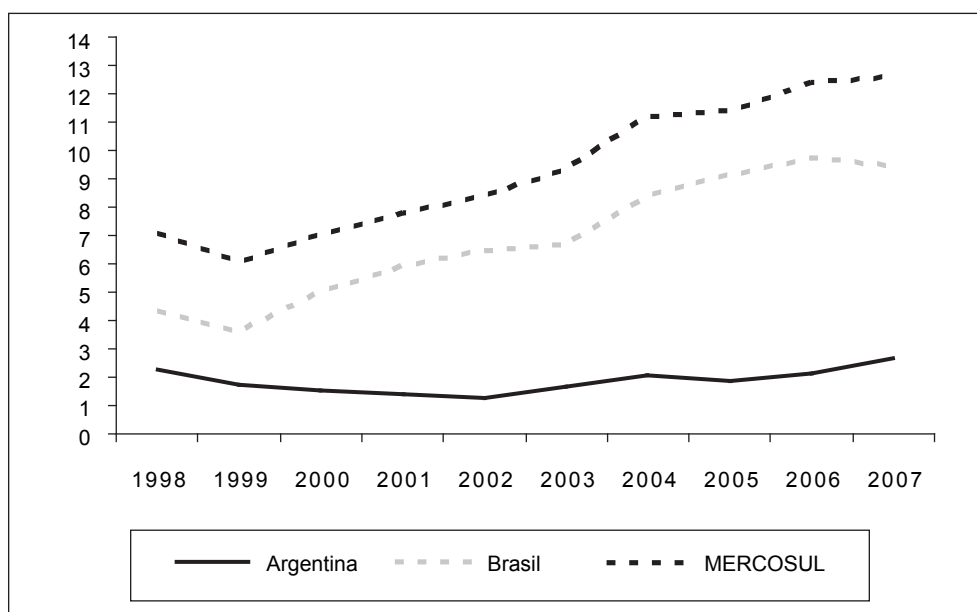
QUADRO 14
VENEZUELA: FLUXOS DE COMÉRCIO COM OS PAÍSES DO MERCOSUL
EM PERÍODOS SELECIONADOS
(US\$ milhões)

	1998	2002	2006	2007	Var. % 2007/2006	Var. % a.a. 2007/2002
<i>Exportações para a Venezuela</i>						
MERCOSUL	1.106	969	4.446	6.079	36,7	44,4
Argentina	364	149	793	1.169	47,4	51,0
Brasil	706	799	3.565	4.724	32,5	42,7
Paraguai	8	10	10	87	803,0	55,0
Uruguai	28	11	78	99	26,2	54,6
<i>Importações da Venezuela</i>						
MERCOSUL	855	689	1.356	1.149	(15,3)	10,8
Argentina	58	7	25	24	(4,9)	26,4
Brasil	756	633	592	346	(41,5)	(11,4)
Paraguai	3	5	140	142	1,3	97,2
Uruguai	38	44	599	638	6,4	70,5
<i>Saldo comercial</i>						
MERCOSUL	251	280	3.091	4.930	59,5	77,5
Argentina	305	142	768	1.146	49,1	51,9
Brasil	(49)	166	2.974	4.378	47,2	92,4
Paraguai	5	5	(130)	(55)	(57,7)	(262,0)
Uruguai	(10)	(33)	(521)	(539)	3,4	74,8

Fontes: INDEC (Argentina), SECEX-MDIC (Brasil), BCP (Paraguai) e BCU (Uruguai).

Quanto ao saldo comercial do MERCOSUL com a Venezuela, a maior parte do superávit registrado nos últimos anos é obtido pelo Brasil, cujo saldo foi de US\$ 4,4 bilhões em 2007, valor que contrasta com os números registrado apenas cinco anos antes, que mostravam superávit de apenas US\$ 166 milhões. O superávit da Argentina também cresceu sobremaneira nos últimos anos, passando de US\$ 142 milhões em 2002 para US\$ 1,1 bilhão em 2007. Paraguai e Uruguai, ao contrário, têm tido saldos negativos com a Venezuela nos anos recentes, com destaque para o déficit de US\$ 539 milhões registrado pelo Uruguai em 2007.

GRÁFICO 19
MARKET-SHARE DO MERCOSUL NAS IMPORTAÇÕES DA VENEZUELA
NO PERÍODO 1998-2007
 (Em %)



Fonte: ALADI.

A pauta de exportações do MERCOSUL para a Venezuela mostra-se razoavelmente diversificada, mas é possível identificar uma certa concentração em quatro tipos de produtos: agropecuários, alimentos, máquinas e equipamentos e automóveis, partes e peças. No caso da Argentina, esse último grupo respondeu por cerca de 20% das exportações direcionadas à Venezuela em 2007, mas houve também importante participação de produtos alimentícios (basicamente óleo de soja, carnes, produtos lácteos, cereais e malte), produtos de ferro e aço, tratores, máquinas e produtos farmacêuticos.

Nas exportações do Brasil, os produtos do setor automotivo - não somente automóveis e autopeças, mas também caminhões e ônibus - são os mais importantes, tendo respondido por 27% do total das vendas do país para a Venezuela em 2007. Mas tiveram participação significativa também os produtos alimentícios (basicamente carnes bovina e de frango, açúcar e leite), produtos eletrônicos (principalmente os telefones celulares), máquinas e equipamentos (destacadamente máquinas para construção e para uso agropecuário), produtos químicos e metalurgia básica (alumínio e laminados planos de aço). Esses cinco grupos responderam por cerca de 50% da pauta. O óleo de soja representou cerca de 90% das exportações do Paraguai, ao passo que as compras vindas do Uruguai foram principalmente de produtos farmacêuticos (40% do total), lácteos (11,5%), produtos de plásticos, niveladoras e diversos produtos de origem animal, com destaque para as carnes.

A pauta de exportações da Venezuela para o MERCOSUL é bastante concentrada em poucos produtos, a exemplo de suas exportações totais. Entretanto, enquanto estas se relacionam basicamente ao petróleo (cerca de 90% do total em 2007), as vendas para o MERCOSUL têm participação destacada de outros produtos. Apenas no caso do Uruguai o petróleo tem posição dominante (98% do total das vendas em 2007). Para a Argentina, o coque de petróleo e os produtos químicos derivados do petróleo responderam por apenas 30% das exportações, com outros produtos assumindo posição de destaque, como brocas diamantadas, aparelhos

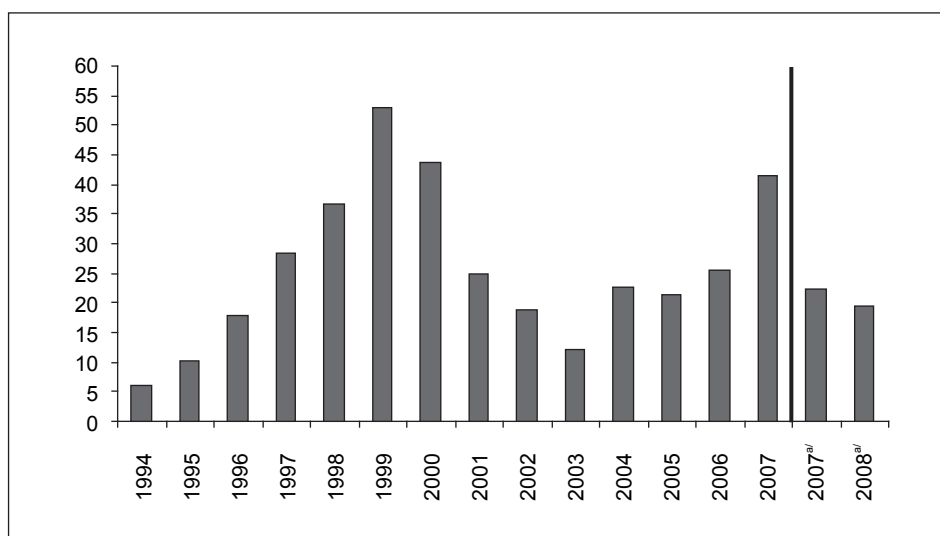
de barbear, discos de alumínio, radiadores, pigmentos e preparações à base de cromo, tubos de ferro e aço e pneus, que juntos representaram cerca de 40% da pauta em 2007.

Nas vendas para o Brasil em 2007, os produtos diretamente derivados do petróleo tiveram uma participação de apenas 27%, com outros produtos tendo peso importante, como carvão mineral (15%), alumínio e suas ligas (12%), produtos químicos inorgânicos (10%) e uréia (8%). As exportações para o Paraguai, por sua vez, estiveram concentradas em pneus (2/3 do total em 2007) e produtos de plástico (11%).

D. Investimentos estrangeiros diretos⁴⁵ no MERCOSUL

O ano de 2007 foi extremamente favorável para os países do MERCOSUL em termos de investimentos estrangeiros diretos. Os US\$ 41,5 bilhões ingressados no ano representaram um aumento de 62,7% em relação ao montante registrado em 2006, e se aproximaram, pela primeira vez depois de muitos anos, dos investimentos recebidos no final dos anos 1990, que chegaram a alcançar mais de US\$ 50 bilhões (Gráfico 20). Naquela época, contudo, os investimentos foram estimulados pelas privatizações de empresas públicas, especialmente as que ocorreram no Brasil e na Argentina. Nos últimos anos, ao contrário, os investimentos têm respondido mesmo às melhores perspectivas de crescimento dos países.

GRÁFICO 20
INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS NO MERCOSUL
1994 AO 1º SEMESTRE DE 2008
(US\$ bilhões)



Notas: ^{a/} Primeiro semestre.

Os dados do 1º semestre de 2007 e 2008 excluem o Paraguai.

Fontes: INDEC (Argentina), BCB (Brasil), BCP (Paraguai) e BCU (Uruguai).

Em relação aos fluxos mundiais de IED, a participação do MERCOSUL subiu para 2,1% em 2007, com aumento de 0,2 ponto percentual em relação ao ano anterior, mas permaneceu abaixo da participação registrada

⁴⁵ Ver nota 17 no Capítulo I para uma definição do conceito de investimento estrangeiro direto. Enquanto no Capítulo I se considera a IED líquida, nesta seção toma-se em conta somente a renda dos IED na economia de cada país respectivo.

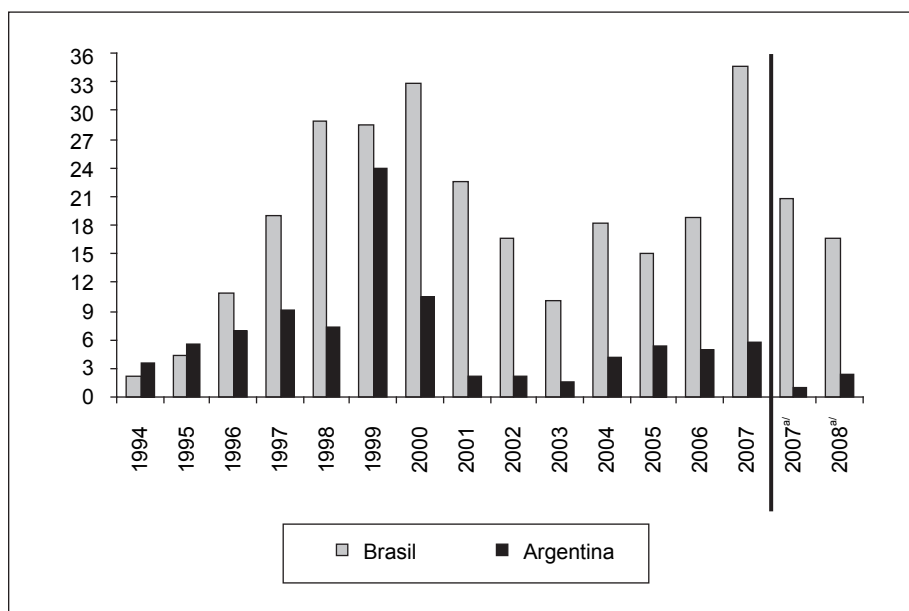
entre 2001 e 2005 (em torno de 2,7%) e é ainda bem inferior aos percentuais alcançados na segunda metade dos anos 1990 (cerca de 4,5%). O mesmo vale para a participação do MERCOSUL no total do IED recebido por países em desenvolvimento, que ficou em 8,3% em 2007, inferior à média de 2001-2005 (9,4%) e bem abaixo da média da segunda metade da década dos anos noventa, que foi de 17,7%.

O ímpeto dos investimentos arrefeceu um pouco no primeiro semestre de 2008,⁴⁶ quando se registrou queda de 13,2% em relação ao mesmo período de 2007. Certamente, isso já reflete a crise financeira nos Estados Unidos, que se iniciou em meados do ano passado, mas que ganhou contornos mais graves ao longo do presente ano. Mesmo assim, o montante de US\$ 19,3 bilhões foi bastante expressivo e sinaliza um resultado ainda bastante robusto para o total do ano de 2008.

Cabe esclarecer que o maior tamanho relativo do Brasil, além de gerar os seus grandes fluxos comerciais, coloca o país na posição de maior receptor de investimentos estrangeiros entre os países do bloco. Em 2007, por exemplo, foram US\$ 34,6 bilhões, o correspondente a 83,2% dos ingressos totais registrados pelo MERCOSUL.

Esse montante superou o recorde anterior, que havia sido de US\$ 32,8 bilhões em 2000 (Gráfico 21). Na verdade, quase todo o acréscimo de investimentos registrado no MERCOSUL entre 2006 e 2007 deveu-se ao Brasil, visto que os fluxos para a Argentina tiveram crescimento modesto (apenas 13,4%), os fluxos para o Paraguai aumentaram 7,4% e o Uruguai registrou uma queda de 29,6%. Desde o ano 2000 o Brasil tem respondido por pelo menos 75% dos investimentos recebidos pelo bloco.

GRÁFICO 21
INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO BRASIL E NA ARGENTINA
1994 AO 1º SEMESTRE DE 2008
(US\$ bilhões)



Nota: ^{al} Primeiro semestre.

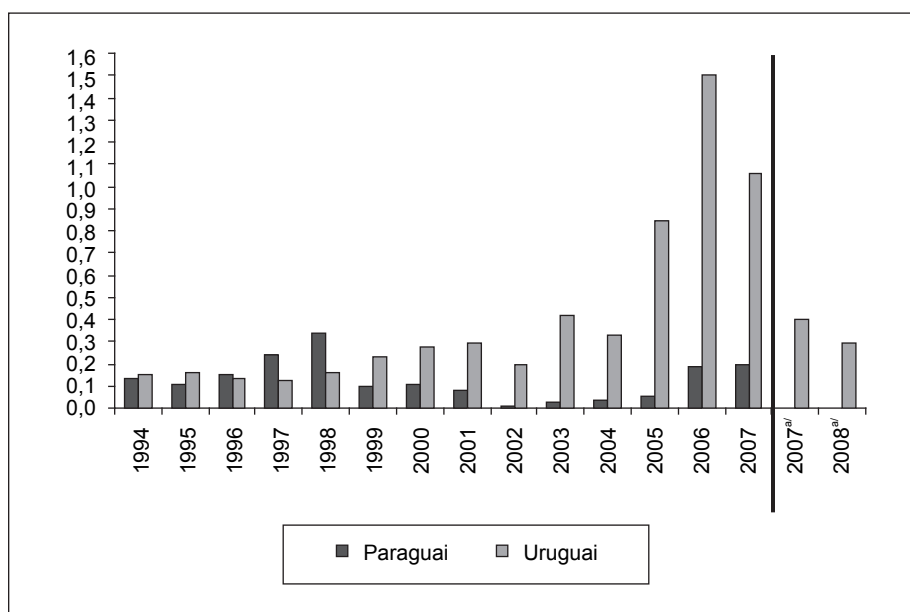
Fontes: INDEC (Argentina) e BCB (Brasil).

⁴⁶ Dados referentes apenas a Argentina, Brasil e Uruguai.

A despeito dos montantes mais baixos, os investimentos recebidos pela Argentina também evoluíram de forma favorável nos últimos anos, tendo ficado acima de US\$ 5 bilhões em todos os anos entre 2005 e 2007. Isso representa uma recuperação expressiva em relação aos níveis bastante baixos verificados entre 2001 e 2003. Entretanto, o país ainda está longe de recuperar o volume de investimentos recebidos na segunda metade da década de 1990, de US\$ 10,5 bilhões em média - devido às privatizações de empresas públicas -, chegando a atingir o recorde de US\$ 24 bilhões em 1999 - pela venda da YPF à Repsol.

O quadro é semelhante no caso do Paraguai (Gráfico 22), que recebeu investimentos de quase US\$ 200 milhões anuais em 2006-2007, valores muito acima dos níveis quase insignificantes registrados entre 2002 e 2005, mas ainda bem inferiores ao recorde de US\$ 342 milhões ingressados em 1998. O Uruguai, ao contrário, recebeu volumes inéditos de investimentos no triênio 2005-2007 (em torno de US\$ 1 bilhão, o que equivale a cerca de 6,5% do PIB), contrastando fortemente com a média de apenas US\$ 226 milhões referente a todo o período entre 1994 e 2004.

GRÁFICO 22
INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NO PARAGUAI E NO URUGUAI
1994 AO 1º SEMESTRE DE 2008
(US\$ bilhões)



Nota: ^{a/} Primeiro semestre.

Fontes: BCP (Paraguai) e BCU (Uruguai).

Investimentos brasileiros no MERCOSUL

Um dos fatos marcantes relacionados à evolução das contas externas brasileiras nos últimos anos, especialmente a partir de 2004, refere-se ao forte crescimento dos investimentos diretos no exterior. Em 2007, o país investiu um total de US\$ 7,1 bilhões em outros países, montante que, embora inferior ao de 2006 - que fora de US\$ 28,2 bilhões, inflado por uma única operação, a compra da empresa canadense INCO pela VALE -, permanece bem acima da média de investimentos realizados entre os anos de 1998 e 2003, que foi de apenas US\$ 1,2 bilhões.

Sabe-se que boa parte destes investimentos tem se direcionado para países da América do Sul, mas as estatísticas coletadas pelo Banco Central do Brasil não permitem uma adequada mensuração, visto que grande parte dos investimentos brasileiros passa primeiramente por alguns países que oferecem vantagens fiscais ("paraísos fiscais") para então rumarem para seu real destino. Com efeito, estes países respondiam, em 2006, por cerca de 2/3 do estoque total de investimentos diretos realizados por empresas brasileiras no exterior. Em contrapartida, Argentina, Paraguai e Uruguai, juntos, representavam apenas 4% do total.

Entretanto, a realidade mostra que há um grande número de empresas brasileiras com investimentos no MERCOSUL, destacadamente na Argentina, onde estão presentes empresas de grande porte, como a Petrobras (petróleo e energia), a Camargo Correa (mineração e construção), a Ambev (bebidas), a Gerdau (siderurgia), a Coteminas (têxteis) os frigoríficos JBS-Friboi e Marfrig, além de um número expressivo de empresas de porte médio. Na verdade, a participação de empresas brasileiras na economia Argentina não é um fenômeno recente. Um estudo realizado pelo Centro de Estudios Bonaerense (CEB) em 2005⁴⁷ mostra que havia 53 empresas brasileiras operando na Argentina naquele momento, e mais da metade delas, havia iniciado as operações no país nas décadas de 1980 e 1990. Entretanto, em termos de volume de investimentos realizados, mais da metade correspondia às empresas que entraram no país entre 2002 e 2005.

A criação do MERCOSUL, em 1991, impulsionou a realização de investimentos brasileiros na Argentina, que cresceram de forma significativa entre 1994 e 1997, acompanhando a rápida expansão da economia daquele país e o crescimento do comércio bilateral. Durante os anos mais críticos do regime de conversibilidade na Argentina, entre 1998 e 2000, houve saídas líquidas de fluxos brasileiros. Mas em 2002, quando o país estava mergulhado em profunda recessão, o investimento brasileiro deu um salto espetacular, como resultado das aquisições da Petrobras (o maior investimento brasileiro realizado no país até então) e de outras empresas brasileiras que aproveitaram a queda dos preços dos ativos locais.

O Gráfico 23 ilustra que, em 2002, o Brasil respondeu por cerca da metade de todo o investimento estrangeiro recebido pela Argentina, com fluxos de cerca de US\$ 1 bilhão. Mas o desempenho tornou-se ainda mais favorável a partir de 2005. Embora não se tratem de dados oficiais, mas sim de informações baseadas em investimentos anunciados pela empresas,⁴⁸ os investimentos brasileiros na Argentina saltaram para níveis mais próximos de US\$ 2 bilhões/ano, o que significa algo entre 30% e 40% de todos os investimentos estrangeiros recebidos pelo país.

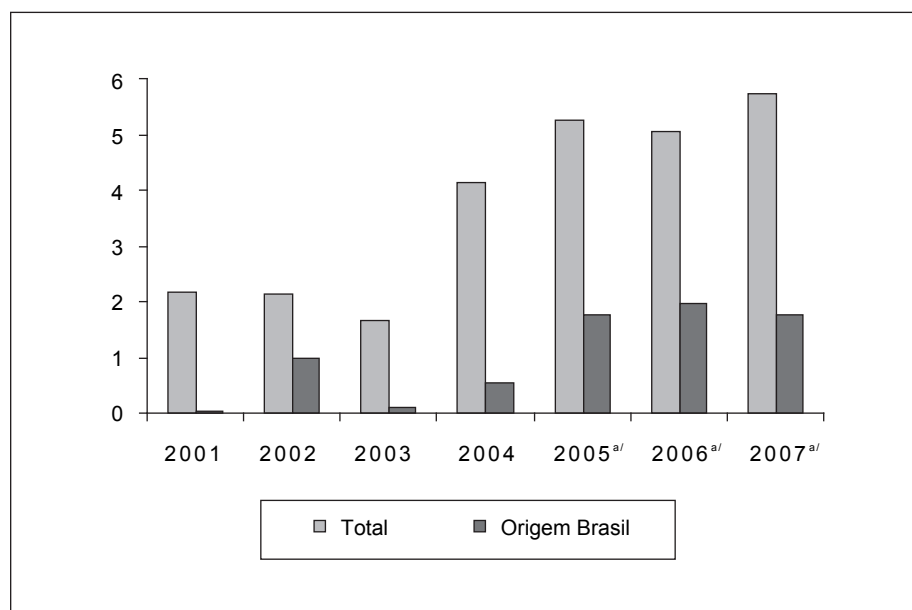
No Paraguai, o Brasil tem desempenhado, historicamente, um importante papel como investidor. Dentro do estoque total de investimentos recebidos pelo país até 2007 (US\$ 1,8 bilhões), o Brasil responde por 11,8%, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. A importância dos investimentos brasileiros cresceu ainda mais nos anos recentes: no triênio 2005-2007 o país foi responsável por 22,4% de todos os investimentos estrangeiros recebidos pelo Paraguai, com um montante de US\$ 67 milhões.

No Uruguai, ao contrário dos demais sócios do MERCOSUL, os investimentos brasileiros são historicamente pouco significativos. No triênio 2004-2006, a participação brasileira no total dos investimentos recebidos pelo Uruguai limitou-se a 3,3% (montante de US\$ 88,6 milhões). Entretanto, os números de 2007 devem ser bem mais favoráveis, tendo em vista a realização de três operações importantes anunciadas durante o ano: a aquisição da Saman pela Camil Alimentos, com investimento estimado de US\$ 160 milhões, e a compra de dois frigoríficos uruguaios pelo Marfrig, envolvendo recursos da ordem de US\$ 120 milhões.

⁴⁷ Citado em Iglesias, R. [2007].

⁴⁸ Informações acompanhadas de forma sistemática pelo *Centro de Estudios para la Producción* - CEP, órgão ligado ao Ministério da Economia da Argentina.

GRÁFICO 23
INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS NA ARGENTINA TOTAL E COM ORIGEM NO BRASIL
 (US\$ bilhões)



Nota: ^{a/} Dados relativos aos investimentos anunciados pelas empresas.

Fontes: Ministério da Economia da Argentina.

CAPÍTULO III. A AGENDA INTERNA

O presente capítulo registra a evolução observada nos principais temas da agenda interna de MERCOSUL, no período compreendido entre julho de 2007 e julho de 2008. Nesse período, a Presidência *Pro Tempore* foi exercida primeiramente pelo Uruguai (segundo semestre de 2007) e depois pela Argentina (primeiro semestre de 2008). Esse dado é relevante, pois é no exercício da Presidência *Pro Tempore* que os países revelam suas preferências em relação à definição de assuntos e temas que consideram prioritários, ainda que devam respeitar as decisões adotadas conjuntamente no âmbito do CMC, bem como levar em consideração os prazos fixados para a concretização de decisões emanadas, no passado, pelo órgão máximo do MERCOSUL.

Durante a PPT do Uruguai a ênfase foi colocada na implementação da segunda etapa da Dec. CMC N° 54/04, cujos principais objetivos eram a elaboração do Código Aduaneiro do MERCOSUL e a definição do mecanismo para a distribuição da renda aduaneira. A despeito dos esforços envidados pelo Uruguai, nenhum desses objetivos foi alcançado, frustração que voltou a se repetir durante a PPT da Argentina. A expectativa atual é que o Brasil, país que exerce atualmente a Presidência *Pro Tempore* do MERCOSUL, possa ser bem sucedido na superação dos obstáculos que ainda entravam a redação definitiva do Código Aduaneiro e a definição de uma fórmula consensual para a distribuição da renda aduaneira. Os avanços na questão da TEC e o código aduaneiro são descritas na Seção C.

A PPT da Argentina teve, no entanto, êxito na definição de um Programa de Integração Produtiva, assunto de particular interesse para esse país, pois o fortalecimento das cadeias produtivas regionais sempre foi considerado, na ótica da Argentina, um instrumento fundamental para a superação das assimetrias no MERCOSUL. Estas questões são desenvolvidas na Seção D deste capítulo.

Além desses assuntos, o capítulo descreve diversos outros temas que registraram alguma evolução durante o período considerado, como o tratamento das assimetrias (Seção A), a implementação de projetos com recursos providos pelo FOCEM (Seção B), a instituição de um mecanismo para o pagamento de transações comerciais em moeda local (Seção E) e a evolução da discussão em torno do critério de representação cidadã no Parlamento MERCOSUL (Seção F). Finalmente, a Seção G faz referência ao processo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, a evolução do tema da reforma institucional e a aprovação de um plano em matéria de biocombustíveis.

A. Tratamento das Assimetrias

Antecedentes

O tratamento das assimetrias foi objeto de intenso debate bastante durante as PPT de Brasil, no segundo semestre de 2006, e de Paraguai, no primeiro semestre de 2007. Os documentos que registram os diferentes enfoques defendidos pelos Estados Partes foram detalhadamente discutidos no Informe MERCOSUL N° 12 e ilustram claramente a diferente leitura que cada um dos países faz do assunto à luz de seus interesses específicos.

O **Paraguai** é sem dúvida o participante mais ativo na discussão das assimetrias. Nesse sentido, cabe lembrar que foi a partir de um conjunto de propostas apresentadas por esse país em 2003, no exercício da PPT, que o tema ficou definitivamente "instalado" na agenda do MERCOSUL. Na ocasião, o Paraguai defendeu o princípio do tratamento especial e diferenciado para economias menores, invocando, principalmente, sua condição de país mediterrâneo. Como resultado, foi concedido ao Paraguai tratamento diferenciado nas negociações com terceiros países (Dec. CMC N° 28/03), conteúdo regional diferenciado no Regime de Origem do MERCOSUL e, juntamente com Uruguai, listas adicionais de exceção à TEC, além de alíquotas

reduzidas para importações extrazona de bens de capital, bens de informática e de telecomunicações e diversas matérias primas e insumos agropecuários. O resultado mais significativo da demanda paraguaia foi, no entanto, a constituição, em fins de 2006, do Fundo para a Convergência Estrutural no MERCOSUL (FOCEM), para o qual o país aporta 1% dos recursos, mas recebe em troca 48% dos desembolsos.

Em setembro de 2006, o Paraguai apresenta um documento anexado à Ata da LXV Reunião do GMC, demandando políticas comunitárias agressivas para superar as assimetrias, baseadas em quatro "pilares" ou linhas de ação: (i) políticas comunitárias de fomento ao desenvolvimento; (ii) programas de apoio à competitividade; (iii) acesso aos mercados regionais e do resto do mundo; e (iv) desenho institucional. Esse documento, registrado como sendo ainda "preliminar", é de caráter bastante genérico.

A seguir, em maio de 2007, por ocasião da V Reunião Extraordinária do CMC, em Assunção, o Paraguai submete à apreciação dos sócios um novo documento, bastante mais detalhado, onde explicita seu enfoque em relação ao tratamento das assimetrias.⁴⁹

Nesse documento, o Paraguai defende os mecanismos de transferência como os instrumentos que *"por excelência, devem caracterizar os projetos de integração profunda como o MERCOSUL, em cujo âmbito se contemplam objetivos e compromissos superiores a qualquer outro tipo de integração, em virtude dos quais os países decidiram renunciar a suas políticas nacionais em favor de um projeto comunitário"*. Em consequência, para a superação das assimetrias, o Paraguai sugere privilegiar, no curto e no médio prazo, dois instrumentos: a ampliação e capitalização do FOCEM e a implementação de programas de cooperação. No longo prazo, uma vez amenizadas ou reduzidas essas assimetrias, o MERCOSUL deveria desenhar ações estratégicas a serem encaminhadas por instituições de caráter supranacional.

Saliente-se que, com inegável otimismo, a primeira fase, destinada a reduzir as assimetrias, é definida como abrangendo um período de dez anos (2008-2017) ao longo do qual o Paraguai deveria crescer de forma acelerada, sendo necessários para tanto a concretização de investimentos adicionais da ordem de US\$ 2,3 bilhões por ano. A segunda fase se estenderia de 2018 a 2025. É com base nesse enfoque que o documento paraguaio de maio de 2007 apresenta um amplo conjunto de ações enquadradas no marco dos quatro "pilares" previamente definidos no documento de setembro de 2006.

Em resumo, na questão das assimetrias o Paraguai invoca sua condição de país mediterrâneo e com a menor renda *per capita* dentre os membros do MERCOSUL para demandar tratamento especial e diferenciado, flexibilidades, exceções, além de apoio técnico e, principalmente, uma ampliação muito significativa do mecanismo das transferências.

O posicionamento do **Uruguai** é bastante diferente. O país é uma economia pequena, mas detém uma renda *per capita* relativamente elevada em comparação com os outros sócios. Em consequência, suas críticas ao MERCOSUL apontam muito menos ao tratamento das assimetrias estruturais do que à incapacidade do bloco para avançar em direção à constituição de uma genuína união aduaneira e à demora para eliminar assimetrias decorrentes de políticas nacionais que distorcem a concorrência ou limitam o acesso aos mercados intrazona. A vigência das assimetrias de políticas prejudicaria de maneira particular ao país, cuja principal assimetria estrutural reside no reduzido tamanho de seu mercado doméstico. O Uruguai, portanto, também demanda flexibilidades, mas fundamenta seu pleito na falência do MERCOSUL para dar conta de sua própria agenda, resultando numa distribuição desequilibrada dos custos e benefícios da integração regional e em

⁴⁹ MERCOSUL/V CMC Ext./DI N° 02/07, *"Directrices para la superación de las asimetrías en el Mercosur"*, incluída como Anexo III na Ata da Reunião).

prejuízos para as economias menores. As flexibilidades demandadas em benefício das economias menores são consideradas, portanto, uma justa e necessária compensação frente aos custos que recaem sobre elas, em virtude de assimetrias de política não resolvidas.

A postura uruguaia ficou claramente registrada na carta encaminhada pelo Presidente Tabaré Vázquez ao Presidente Lula da Silva em setembro de 2006, bem como em dois documentos posteriores, distribuídos em outubro de 2006 e maio de 2007.

De fato, as propostas incluídas na carta do Presidente Vázquez não deixam dúvidas em relação à demanda uruguaia, que advoga pelo efetivo cumprimento de objetivos constantes da agenda interna. Dentre as propostas, destacam-se as seguintes: (a) avançar no objetivo da livre circulação de bens e no estabelecimento de uma união aduaneira, conforme determinado na Dec. CMC N° 54/04; (b) focar os objetivos da União Aduaneira na eliminação de obstáculos técnicos e burocráticos ao comércio e na adoção de mecanismos para uma maior coordenação macroeconômica; e (c) reconhecer que os níveis da TEC não são adequados e devem ser revistos. De outro lado, a concessão de flexibilidades na agenda externa, principalmente *"através da incorporação de bilateralidades, sejam no marco de negociações conjuntas ou permitindo negociações individuais"*, constituiriam demandas de caráter compensatório.

No documento de outubro de 2006, o Uruguai reitera seu enfoque *"altamente crítico"* do processo de integração, em virtude do não cumprimento de aspectos chave da agenda interna e insiste na demanda por flexibilidades nas negociações com terceiros para *"permitir aos sócios menores reduzir os custos da estagnação resultantes do não cumprimento dos demais compromissos"*.⁵⁰

O documento de maio de 2007 é também bastante incisivo e destaca a necessidade somar esforços *"para a eliminação das políticas de incentivos que distorcem as condições da concorrência, bem como [para] a harmonização dos impostos indiretos, requisito para uma efetiva livre circulação de bens e serviços no interior do bloco"*.⁵¹

O documento é particularmente crítico em relação às propostas apresentadas pela Argentina e o Brasil, na Comissão de Comércio do MERCOSUL, em matéria de *"Disciplinas para a Aplicação de Incentivos Intrazona"*. Considera a proposta argentina insuficiente para solucionar o problema causado pelo impacto da concessão de incentivos no direcionamento dos fluxos de investimento em benefício das economias maiores. A proposta brasileira, por sua vez, é criticada por não implicar em *"nenhuma alteração à situação vigente"*. Em consequência, o Uruguai demanda que os países adotem uma postura realista e franca, tornando explícitas suas restrições para promover avanços na matéria.

Em outra parte do documento afirma-se que *"medidas de caráter transitório em matéria de exceções à TEC e regimes especiais de importação têm permitido ao Uruguai reduzir os custos associados à implementação plena de uma TEC que não reflete a realidade de estrutura produtiva doméstica"*. Contudo, o documento destaca que medidas de tratamento especial e diferenciado e medidas de natureza unilateral não garantem um crescimento sustentado, ainda que possam contribuir para a resolução de problemas pontuais relevantes. Em resumo, pode-se afirmar que o Uruguai defende uma postura de efetivo cumprimento dos compromissos assumidos pelos países MERCOSUL, mais do que a concessão de flexibilidades ou exceções.

⁵⁰ Ata da LXV Reunião Ordinária do GMC (Anexo IV).

⁵¹ MERCOSUL/V CMC Ext./DI N° 03/07, *"Medidas para la superación de las asimetrías en el MERCOSUR"*, incluído como Anexo IV da Ata da Reunião.

A **Argentina**, como destacado no Informe anterior, manteve-se pouco ativa no debate e só se pronunciou num documento que circulou em junho de 2007.⁵² O documento argentino critica os escassos avanços em matéria de coordenação das políticas regionais e afirma que o processo de integração concentrou-se quase exclusivamente no desmantelamento das barreiras tarifárias e no estabelecimento de uma tarifa externa comum, dando menor ênfase aos aspectos produtivos. Insiste, portanto, que todas as medidas futuras sejam orientadas no sentido de promover a produção global do MERCOSUL, aumentar o valor agregado regional e estimular o direcionamento de novos investimentos em favor das economias menores.

De maneira bastante enfática o documento argentino afirma que propostas que *"induzam maiores níveis de importação extrazona não comprem com o objetivo [acima] assinalado"*. Recomenda, portanto, a adoção de políticas baseadas *"na maior vinculação entre os setores produtivos dos países, no equilíbrio dos fluxos de investimentos, na promoção e desenvolvimento de fornecedores regionais e no aprofundamento da integração de empresas e setores"*.

Em resumo, a ênfase do documento argentino está na "integração produtiva" baseada no desenvolvimento de cadeias de valor. Trata-se de um documento endereçado ao Brasil, o país do bloco com maior capacidade de liderança para estruturar cadeias produtivas regionais e o único membro do MERCOSUL que conta com elevado número de empresas de grande porte já instaladas no território dos sócios e potencialmente interessadas no desenvolvimento de fornecedores regionais.

Na questão das assimetrias, enquanto Paraguai, Uruguai e Argentina são *demandeurs*, o **Brasil** atua claramente como o membro do bloco capaz de selecionar, filtrar e promover as iniciativas que considera mais realistas ou de menor custo à luz de seus próprios interesses. Exerce, nesse sentido, uma liderança apenas reativa.

Em dezembro de 2006, o Brasil colocou na mesa de negociações duas iniciativas destinadas a amenizar as assimetrias: a concessão de tratamento mais flexível em matéria de origem a Paraguai e Uruguai, e a antecipação da eliminação da dupla cobrança da TEC em favor desses mesmos países. Só a primeira dessas propostas acabou sendo efetivamente referendada em 2007, com a adoção do critério *de minimis* de 10% no Regime de Origem do bloco (Dec. CMC N° 16/07).

Evolução

O intenso debate sobre a questão das assimetrias registrado entre meados de 2006 e meados de 2007, durante as PPT de Brasil e Paraguai, não teve desdobramentos significativos durante as PPT de Uruguai (segundo semestre de 2007) e Argentina (primeiro semestre de 2008). A rigor, tanto o Uruguai como a Argentina optaram, durante o exercício de suas respectivas Presidências *Pro Tempore*, por privilegiar seus particulares enfoques sobre o assunto. Assim, o Uruguai concentrou seus esforços na tentativa de dar cumprimento aos objetivos estabelecidos na Dec. CMC N° 54/04, destinados a promover a eliminação da dupla cobrança da TEC e a adoção de um mecanismo para a distribuição da renda aduaneira, enquanto a Argentina optou por dar um encaminhamento concreto a sua proposta de avançar no processo de uma integração produtiva regional.⁵³

Durante a PPT de Uruguai, as iniciativas em matéria de "superação das assimetrias" ficaram restritas à adoção de uma decisão do CMC, ao encaminhamento de uma proposta por parte da delegação paraguaia

⁵² MERCOSUR/LXVIII GMC/DT N° 11/07 *"La integración productiva como herramienta necesaria para la superación de las asimetrías en el MERCOSUR"*, incluído como Anexo XXI da Ata da Reunião.

⁵³ Esses assuntos serão abordados em outras seções do presente Informe.

ao GMC e à apresentação de uma Recomendação do FCES à XXXII Reunião Extraordinária do GMC, realizada em Montevideu em fins de 2007.

A Dec. CMC N° 57/07 simplesmente prorrogou o mandato conferido ao Grupo de Alto Nível para a Superação das Assimetrias (GANASIM) para a execução de seus trabalhos e fixou um prazo até fins de 2008 para a apresentação de um Plano Estratégico. Por iniciativa do Paraguai, contudo, fez-se recomendação expressa ao GANASIM no sentido de *"priorizar a utilização do FOCES como instrumento comunitário para o financiamento dos projetos identificados"*.

A proposta do Paraguai, por sua vez, que não prosperou, defendia a criação de um novo Programa no âmbito do FOCES (*"Programa de Desenvolvimento e Integração das Economias sem Litoral Marítimo"*) e o aumento da contribuição dos Estados Partes ao FOCES até totalizar o equivalente a 0,05% do PIB do MERCOSUL do ano de 2006. Em termos concretos, a proposta paraguaia contemplava um cronograma de contribuições crescentes ao FOCES, iniciando com um valor de US\$ 76 milhões em 2009 até atingir US\$ 607 milhões em 2016. Esses recursos seriam destinados exclusivamente ao novo Programa e distribuídos de acordo com os seguintes percentuais: 70% a projetos apresentados pelo Paraguai e 10% aos projetos apresentados por cada um dos restantes três países membros do MERCOSUL.⁵⁴

No que tange à Recomendação da FCES, sua principal preocupação era a de garantir alguma participação e/ou coordenação com outros órgãos do MERCOSUL, como o Fórum Consultivo de Governadores Estaduais e Provinciais e Prefeitos e o Grupo de Alto Nível de Emprego.

No primeiro semestre de 2008, durante a PPT da Argentina, a única referência ao assunto consta na Ata da LXXI Reunião Ordinária do GMC, que registra os resultados da reunião do Grupo de Alto Nível para a Superação das Assimetrias (GANASIM) celebrada em abril de 2008. Consoante a Ata, as delegações dos Estados Partes manifestaram sua concordância no sentido que *"o Plano Estratégico focalizará, em primeiro lugar, aquelas ações específicas que tenham um efeito direto sobre as assimetrias, principalmente a partir de mecanismos de cooperação ou financiamento que sejam identificados"*. Era essa, precisamente, a demanda do Paraguai, explicitada no documento de maio de 2007.

B. Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCES)

Antecedentes

O Informe MERCOSUL N° 12 destacou os esforços desenvolvidos em 2006, bem como no primeiro semestre de 2007, tanto pelo Grupo *Ad Hoc* de Expertos do FOCES como pela Presidência da CRPM e a Secretaria do MERCOSUL (SM) para acelerar a plena operação do FOCES.

Em primeiro lugar, desde a CRPM foram realizadas gestões para a rápida incorporação aos ordenamentos jurídicos dos Estados Partes das decisões do CMC que dispuseram a criação do FOCES (Dec. CMC N° 18/05) e instituíram seu Regulamento (Dec. CMC N° 25/05). Elas entraram em vigor nos meses de dezembro de 2006 e agosto de 2007, respectivamente.

Em segundo lugar, ainda em fins de 2006, na XXXI Reunião do CMC realizada em Brasília, foi aprovado o primeiro orçamento do FOCES, constituído pelo acumulado das dotações previstas para 2006 (US\$ 50 milhões) e 2007 (US\$ 75 milhões).

⁵⁴ MERCOSUL/LXX GMC/DT N° 15/07.

Em terceiro lugar, assim que o Regulamento do FOCEM foi aprovado, procedeu-se à seleção dos técnicos requeridos para a constituição da Unidade Técnica do FOCEM, no âmbito da Secretaria do MERCOSUL. A UT-FOCEM/SM começou a operar, efetivamente, em setembro de 2007, contando inicialmente com quatro técnicos sênior, um de cada Estado Parte. Posteriormente foram contratados mais quatro técnicos assistentes.

Em setembro de 2007, quando a UT recém começava a funcionar, 15 projetos já tinham sido aprovados pelo CMC, o que ilustra o caráter prioritário que os países membros do MERCOSUL concederam ao FOCEM.

Evolução

No período correspondente à PPT do Uruguai são intensas as atividades desenvolvidas na UT/SM, principalmente em matéria organizativa e funcional. As principais iniciativas foram:

- a) A distribuição de tarefas entre os membros da equipe;
- b) A organização das contas bancárias com os recursos aportados pelos países membros; e
- c) A análise documental, legislativa e regulamentar do FOCEM.

Adicionalmente, foram desenhadas as bases metodológicas para a avaliação dos projetos, tarefa para a qual a UT contou com o apoio do Grupo *Ad Hoc* de Expertos do FOCEM. Foram adotados, também, os procedimentos para que pudessem ser iniciados os desembolsos nos projetos já aprovados e, por último, a UT começou a participar ativamente da avaliação técnica e financeira das novas propostas de projetos.

A Secretaria do MERCOSUL e a CRPM trabalharam, por sua vez, na elaboração e subscrição dos Convênios FOCEM (COF), instrumentos jurídicos cuja finalidade é a de regular a execução dos projetos aprovados. Até fim de 2007, 13 convênios tinham sido subscritos.

A CPRM elaborou, ainda, um projeto de decisão que seria elevado ao CMC em fins de 2007 pelo qual se autorizava ao Diretor da SM a manter os recursos do FOCEM em contas que pudessem render juros, garantida a liquidez e segurança dos depósitos. Ficou estabelecido que os juros acumulados num ano seriam acrescidos ao orçamento do FOCEM do ano subsequente.

Na reunião de Montevideu realizada em dezembro de 2007, o Comunicado dos Presidentes informava que, até essa data, tinham sido aprovados 18 projetos. O valor total desses projetos era de US\$ 145,3 milhões, com aportes do FOCEM de US\$ 111,6 milhões.

No semestre seguinte, durante a PPT da Argentina, a UT/SM elabora um Guia de Aplicação para a Visibilidade do FOCEM, com o intuito de garantir uma correta estratégia de comunicação e visibilidade dos projetos. Na parte introdutória do Guia destaca-se a importância de fortalecer a identidade do MERCOSUL e difundir a existência do FOCEM, conscientizar e sensibilizar à população sobre os projetos e seus benefícios e garantir a transparência, informando da procedência dos recursos que financiam esses projetos. O Guia é aprovado na XXXV Reunião do CMC realizada em San Miguel de Tucumán (Dec. CMC N° 04/08).

Na mesma Reunião são aprovados, também, os procedimentos que os Estados Partes devem adotar para a publicação das licitações internacionais (Dec. CMC N° 05/08). Os principais objetivos da medida são o estabelecimento de "(...) mecanismos para assegurar a transparência e a divulgação dos processos de contratação que se realizem no âmbito dos projetos aprovados para financiamento com recursos do FOCEM". Adicionalmente, os procedimentos aprovados asseguram que os Estados Partes "tenham

acesso à informação necessária para que os interessados possam participar do processo licitatório em igualdade de condições".

Ao fim da PPT da Argentina são aprovados mais cinco projetos, como qual em fim de junho de 2008 somam 23 os projetos aprovados pelo CMC. O valor total dos mesmos alcança a US\$ 169,3 milhões, sendo US\$ 130,0 milhões aportados pelo FOCEM e os restantes US\$ 39,3 milhões pelas contrapartidas nacionais. Note-se que as contrapartidas somam mais de 23%, ultrapassando o valor mínimo exigido de 15%.

O principal destinatário dos recursos do FOCEM, até o presente, é o Paraguai, país beneficiado por 13 projetos que somam um total de US\$ 134,0 milhões, o que corresponde a quase 80% dos recursos aprovados.

O Uruguai ocupa o segundo lugar, com seis projetos aprovados, somando um total de US\$ 18,7 milhões, ou seja, pouco mais de 11% do valor total aprovado. Em ordem de importância segue um projeto regional, destinado a apoiar a erradicação da febre aftosa no âmbito do MERCOSUL (Projeto Piloto "MERCOSUL Livre de Febre Aftosa - PAMA"), que responde por pouco menos de 10% dos recursos concedidos pelo FOCEM. Por último a Secretaria do MERCOSUL é a responsável pelo desenvolvimento de 3 (três) projetos, cujo valor totaliza apenas US\$ 170 mil.

QUADRO 15
RESUMO DOS PROJETOS DO FOCEM, SEGUNDO DESTINATÁRIO E PROGRAMA
(US\$ milhões)

Destinatário	Programa I		Programa II		Programa II		Programa IV		Total		
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	%
Paraguai	7	92,7	3	11,1	3	30,2	-	-	13	134,0	79,2
Uruguai	2	12,3	1	1,5	3	4,9	-	-	6	18,7	11,1
Regional	-	-	1	16,3	-	-			1	16,3	9,6
SM	-	-	-	-	-	-	3	0,2	3	0,2	0,1
<i>Total</i>	9	105,5	5	28,9	6	35,2	3	0,2	23	169,3	100,0
<i>%</i>		62,0		17,1		20,8		0,1		100,0	

Fonte: UT/SM.

No que tange à distribuição por programas, o Programa I - *Convergência Estrutural* tem absorvido mais de 60% dos recursos, respeitando a prioridade a ser concedida durante os quatro primeiros anos de funcionamento do FOCEM aos projetos destinados ao desenvolvimento das economias menores e das regiões menos favorecidas, principal razão da criação do Fundo (Artigos 12 e 13 da Dec. CMC Nº 18/05).

De outro lado, o Programa II - *Desenvolvimento da Competitividade* e o Programa III - *Coesão Social* têm sido beneficiados por 17,1% e 20,8% dos recursos aprovados, respectivamente. Por último, ao Programa IV - *Fortalecimento da Estrutura Institucional e do Processo de Integração*, cuja execução cabe à Secretaria do MERCOSUL, foram concedidos apenas 0,1% dos recursos, valor inferior ao máximo fixado para esse Programa (0,5%) durante os primeiros quatro anos de vigência do FOCEM.

Cabem breves comentários aos três projetos do Programa IV. Em primeiro lugar, destaca-se o projeto *"Identificação das necessidades de convergência estrutural no MERCOSUL"*, cujo objetivo é o de efetuar um levantamento das necessidades básicas nos Estados Partes nas áreas de infra-estrutura rodoviária, construção modernização e recuperação de vias de transporte modal e multimodal capazes de promover a integração física entre os membros do MERCOSUL. Idealmente, o projeto aprovado por iniciativa da representação da Argentina servirá para que cada Estado Parte identifique projetos prioritários a serem financiados futuramente pelo FOCEM.

O segundo projeto, denominado *"Base de Dados Jurisprudenciais do MERCOSUL"*, tem o objetivo de informatizar, sistematizar e permitir o acesso gratuito à base de dados da Secretaria do MERCOSUL sobre a jurisprudência dos tribunais nacionais dos Estados Partes vinculada ao direito do MERCOSUL. Por último, o terceiro projeto, denominado *"Sistema de Informação da Tarifa Externa Comum"*, tem formato similar ao anterior, destinando-se a sistematizar toda a informação relativa à TEC e à Política Tarifária Comum e a permitir, futuramente, o acesso gratuito a essa informação através da página *web* da Secretaria.

O exame dos desembolsos efetuados até o presente (ver Quadro 16) é menos auspicioso: 11 projetos tiveram seus recursos parcial ou totalmente desembolsados, mas o valor total disponibilizado corresponde a apenas 4,8% do valor total dos projetos aprovados.

Um balanço preliminar do FOCEM deveria destacar os seguintes aspectos:

- O instrumento é uma realidade, constituindo-se em ponto de referência para diversas iniciativas do bloco. Tanto assim, que são numerosas as sugestões para ampliação de seus recursos ou para a criação de novos subprogramas, com o intuito de financiar propostas as mais diversas.
- Houve, no último ano, um nítido esforço para agilizar a institucionalização do instrumento, com o aprimoramento do Regulamento e a elaboração de diretrizes e manuais operacionais.
- Os prazos para avaliação e aprovação dos projetos parecem satisfatórios e os custos administrativos afiguram-se baixos.
- Há uma preocupação pela transparência e por evitar a "natural" propensão ao uso clientelístico dos recursos.
- No entanto, o tamanho da maioria dos projetos é reduzido, o que pode reduzir a eficácia e o impacto do instrumento. Uma exceção é o *"Projeto de Interconexão Elétrica 500 MW Uruguai-Brasil"*, por valor de aproximadamente US\$ 93 milhões, apresentado pelo Uruguai e que já teve parecer favorável da CRPM. No momento, o projeto está sendo analisado tecnicamente na UT/SM.
- O ritmo dos desembolsos mostra-se lento, mas é provável que o processo de construção institucional para a efetiva operacionalização dos projetos nos países de menor desenvolvimento relativo seja uma das causas a explicar essa lentidão.
- Por último, o montante dos recursos do FOCEM parecem reduzidos à luz de comparações com instrumentos semelhantes. Note-se, contudo, que os recursos não são irrelevantes no caso do Paraguai. De outro lado, aparentemente, o que falta, no momento, não são recursos, mas projetos.

QUADRO 16
RESUMO DE PROJETOS APROVADOS ATÉ 30-06-2008

Nº	País	Descrição	Programa	Valor total do projeto (US\$ milhões)	Valor total FOCEM (US\$ milhões)	Aprovação no CMC		Desembolsos até 31-07-08 (US\$ milhões)
						Dec. Nº	Data	
1	Paraguai	MERCOSUL - <i>Habitat</i> . Promoção social e fortalecimento do capital humano em assentamentos de famílias pobres	III	12,915	7,500	8/07	18-01-07	3,505
2	Paraguai	MERCOSUL - <i>Roga</i> . Construção de moradias e infra-estrutura em áreas de extrema pobreza	III	9,706	7,500	8/07	18-01-07	0
3	Paraguai	Grande Assunção: Acessos e anel rodoviário	I	14,860	12,631	8/07	18-01-07	0
4	Paraguai	Apoio integral a microempresas	II	5,000	4,250	8/07	18-01-07	0,425
5	Paraguai	Instalação de laboratório de biossegurança e infra-estrutura para laboratório de controle de alimentos	II	4,800	4,080	8/07	18-01-07	0,047
6	Paraguai	Reabilitação de corredores rodoviários	I	16,990	14,442	11/07	22-05-07	0
7	Regional	Programa de Ação MERCOSUL livre de febre aftosa (PAMA)	II	16,340	13,889	8/07	18-01-07	2,395
8	Uruguai	Rodovia 26 Tramo Melo - Arroyo Sarandi de Barcelo.	I	7,929	5,310	8/07	18-01-07	0,508
9	Uruguai	Desenvolvimento e capacitação tecnológica nos setores de software, biotecnologia e eletrônica.	II	1,500	1,275	8/07	18-01-07	0,701
10	Uruguai	Fortalecimento de comunidades locais em áreas de fronteira	III	1,647	1,400	8/07	18-01-07	0,140
11	Uruguai	Capacitação de mão-de-obra informal dedicada à classificação de resíduos urbanos	III	1,882	1,600	11/07	22-05-07	0,220
12	Uruguai	Intervenções em assentamentos em áreas de fronteira	III	1,412	1,200	11/07	22-05-07	0,035
13	Uruguai	Rodovia 12 - Conexão Rodovia 54 -Rodovia 55	I	4,371	2,928	23/07	28-06-07	0
14	SM	Sistema de informação da TEC	IV	0,050	0,050	8/07	18-01-07	0,050
15	SM	Base de dados jurisprudencial	IV	0,050	0,050	8/07	18-01-07	0,050
16	SM	Identificação de carências e necessidades básicas nos EP para orientar ações de convergência estrutural	IV	0,071	0,071	39/07	25-10-07	0
17	Paraguai	Sistema de água potável e saneamento básico em comunidades rurais e indígenas.	I	39,471	28,516	47/07	17-12-07	0

QUADRO 16 (CONTINUAÇÃO)

Nº	País	Descrição	Programa	Valor total do projeto (US\$ milhões)	Valor total FOCEM (US\$ milhões)	Aprovação no CMC		Desembolsos até 31-07-08 (US\$ milhões)
						Dec. Nº	Data	
18	Paraguai	Pavimentação Rodovia 8, San Salvador - Ramal Rojas Potrero	I	6,345	4,903	48/07	17-12-07	0
19	Paraguai	Desenvolvimento de produtos turísticos no circuito integrado Iguaçu Missões	II	1,303	0,992	7/08	30-06-08	0
20	Paraguai	Pavimentação das Rodovias 6 e 7- Corredor de integração regional Pte. Franco - Cedrales	I	5,847	4,517	8/08	30-06-08	0
21	Paraguai	Pavimentação tramo alimentador da Rodovia 2 (Itacurubi - Valenzuela - Caballero)	I	5,187	4,008	9/08	30-06-08	0
22	Paraguai	Recapeamento Rodovias 1 e - Graneros del Sur	I	4,004	3,093	10/08	30-06-08	0
23	Paraguai	MERCOSUL Yporã. Acesso a água potável e saneamento básico em áreas de pobreza e extrema pobreza	III	7,589	5,835	11/08	30-06-08	0
<i>Total</i>				169,266	130,040			8,076

Fonte: UT-FOCEM/SM.

C. Tarifa Externa Comum

Eliminação da dupla cobrança da TEC e distribuição da renda aduaneira

- Antecedentes -

Desde a instituição da Tarifa Externa Comum, em 1994, instalou-se no MERCOSUL a questão relativa à mudança nas regras de circulação de mercadorias, com o objetivo de eliminar o "problema da dupla cobrança da TEC" no território da união aduaneira.⁵⁵ O tratamento do assunto só começou a evoluir a partir do ano 2000, quando o CMC incumbiu à CCM o exame do tema, bem como do problema correlato relativo à definição de um mecanismo para distribuição da renda aduaneira que seria afetada pela mudança nas regras de circulação.

O primeiro avanço substantivo ocorreu em 2004, com a aprovação da Dec. CMC N° 54/04 que fixou as diretrizes para o processo de transição em direção ao pleno funcionamento da União Aduaneira. A referida decisão estabeleceu o princípio de que os bens importados de extrazona que cumprissem com a política tarifária comum (PTC) receberiam o tratamento de bens originários do MERCOSUL, tanto no que diz respeito à circulação dos mesmos no território dos Estados Partes como a sua incorporação nos processos produtivos. Adicionalmente, o Artigo 2 da Dec. CMC N° 54/04 determinou que os bens para os quais a TEC fixava uma alíquota de 0%, assim como os bens extrazona que contavam com uma preferência comum de 100% receberiam o tratamento de bens originários do MERCOSUL já a partir do 1° de janeiro de 2006, cabendo à CCM definir, antes dessa data, uma lista positiva incluindo os bens que cumpriam com esses critérios. Note-se que em ambos esses casos o impacto sobre a distribuição da renda aduaneira é nulo, haja vista que a medida afeta bens importados de extrazona cuja arrecadação do imposto de importação é também nula. A medida, contudo, tinha importância estratégica e política, pois atendia a uma demanda da União Européia e sinalizava o início do processo de transição em direção ao pleno funcionamento da união aduaneira.

Por último, a Dec. CMC N° 54/04 estabeleceu os requisitos para a extensão da regra de livre circulação aos demais bens, além dos contemplados no Artigo 2. Com efeito, em virtude do Artigo 4 foi determinado um prazo (até 2008) para o cumprimento dos seguintes requisitos: (i) a aprovação do Código Aduaneiro do MERCOSUL (CAM); (ii) a interconexão *on line* dos sistemas informáticos de gestão aduaneira; e (iii) a definição de um mecanismo para a distribuição da renda aduaneira.

Em dezembro de 2005, a Dec. CMC N° 37/05 regulamentou a Dec. CMC N° 54/04 e incluiu três anexos; (i) o Anexo I listando os bens cuja TEC era 0 % em todos os Estados Partes; (ii) o Anexo II listando os bens aos quais os quatro países concediam, simultaneamente, preferência tarifária de 100% e para os quais vigorava o mesmo requisito de origem (excluídos, portanto, aqueles para os quais vigoravam quotas ou requisitos de origem temporários); (iii) o Anexo III, listando os bens dos Anexos I e II para objeto de aplicação de alguma medida de defesa comercial (direito *antidumping*, direito compensatório ou medida de salvaguarda) em algum dos Estados Partes.

Consoante a Dec. CMC N° 37/05 receberiam o tratamento de bens originário do MERCOSUL os bens incluídos nos Anexos I e II, excluídos dentre eles aqueles constantes no Anexo III. Em síntese, ficou assim definido o "alcance" da Dec. CMC N° 54/04.

⁵⁵ Produtos importados de extrazona deveriam poder circular livremente no MERCOSUL, depois de efetuado o pagamento da tarifa externa comum, no ponto de entrada à união aduaneira. Mas isso não acontece, pois muitos produtos provenientes de extrazona sofrem dupla cobrança da TEC quando exportados de um país do MERCOSUL para outro.

Outros capítulos da Dec. CMC N° 35/05 definiram: (i) os procedimentos aduaneiros, principalmente as características e as regras para emissão do Certificado de Cumprimento da Política Tarifária Comum (CCPTC) e do Certificado de Cumprimento de Regime de Origem do MERCOSUL (CCROM); (ii) o estabelecimento de normas complementares relativas ao regime de origem; (iii) o intercâmbio de informação entre as aduanas; e (iv) disposições gerais, determinando, entre outros, o acompanhamento do impacto da regulamentação nos fluxos de comércio, atribuição dada à CCM.

A partir da Dec. CMC N° 37/05 inicia-se a "segunda etapa do cumprimento da Dec. CMC N° 54/04", referida ao cumprimento dos três requisitos acima assinalados. No que tange à elaboração do Código Aduaneiro, em 2006 foi criado um Grupo *Ad Hoc* com a incumbência de apresentar ao GMC um texto consensual, ainda no primeiro semestre de 2006. O prazo foi posteriormente prorrogado para a primeira reunião do GMC do segundo semestre de 2007 (Dec. CMC N° 15/07). No que tange à definição do mecanismo de distribuição da renda aduaneira, foi criado um grupo especial no âmbito da CCM.

- Evolução-

Dos três requisitos estabelecidos pela Dec. CMC N° 54/04, aquele que avançou mais rapidamente durante as PPT de Uruguai e Argentina, ou seja, entre meados de 2007 e meados de 2008, foi o relativo à interconexão *on line* das aduanas dos Estados Partes. Com efeito, em 2008, a Dec. CMC N° 01/08, destinada a detalhar as especificações técnicas da infra-estrutura informática para o Sistema de Intercâmbio de Informações de Registros Aduaneiros (Sistema INDIRA), afirmava que o mencionado Sistema *"encontra-se em operação e disponível nos quatro Estados Partes"*. Adicionalmente, em Tucumán foi aprovada também a Dec. CMC N° 02/08, que fixou os procedimentos para dirimir divergências técnicas em matéria de valoração aduaneira no MERCOSUL.

No que tange ao Código Aduaneiro e à definição do mecanismo de distribuição da renda aduaneira, os avanços foram pouco satisfatórios. De fato, no que diz respeito ao CAM, o informe da PPTU, apresentado em fins de 2007, relata a realização de seis reuniões do Grupo *Ad Hoc* e de mais duas reuniões dos Coordenadores Nacionais Alternos, sem que tivesse sido possível concluir a redação definitiva do código no prazo pré-fixado. Em consequência, a Dec. CMC N° 55/07 prorrogou mais uma vez o prazo, determinando que o CAM fosse concluído em maio de 2008, para sua aprovação na primeira reunião ordinária do CMC desse mesmo ano.

Em Tucumán, porém, o informe da PPTA admitiu que as quatro reuniões realizadas pelo Grupo *Ad Hoc* foram insuficientes para se chegar a uma redação definitiva do Código. O informe, contudo, concluía com uma afirmação otimista, pois avaliava que os avanços alcançados permitiam *"vislumbrar a finalização dos trabalhos em fins de 2008"*.

No que tange ao mecanismo de distribuição da renda aduaneira, a PPTA informou que a fórmula a ser adotada deveria refletir a circulação intrazona, consagrando, implicitamente, o princípio da neutralidade fiscal. Consoante a PPTA, houve também consenso em torno dos temas que deverão ser tratados pela normativa que venha a definir o mecanismo. Esses temas são: (i) alcance; (ii) montante a ser distribuído; (iii) fórmula de distribuição; (iv) criação de um fundo de compensação para dar conta de mudanças na circulação dos bens; (v) definição de um órgão de administração e controle; e (vi) definição de procedimentos aduaneiros e de origem.

O caráter reservado da maioria dos documentos relativos à elaboração do CAM, não permite inferir quais foram os avanços efetivos promovidos desde meados de 2006, quando o GMC aprovou a Res. N° 40/06.

Vale lembrar que, na ocasião, foram definidas importantes diretrizes a ser seguidas na elaboração do CAM. Dentre elas, cabe destacar as seguintes:

- *Fato gerador da obrigação tributária:*⁵⁶ A importação ou a exportação **para o consumo** deverá ser o fato gerador da obrigação tributária. Essa é a definição vigente no código aduaneiro argentino, mas não no brasileiro, para o qual o fato gerador é a passagem da mercadoria pela fronteira.
- *Alcance do Código Aduaneiro:* O CAM será um código "quadro", ou seja, o código deixará pendente de definição alguns assuntos que deverão ser abordados futuramente, quando do estabelecimento de um código aduaneiro definitivo. Esse aspecto tem merecido críticas do setor privado.
- *Âmbito de aplicação espacial do CAM:* A legislação aduaneira se aplicará na totalidade do território dos Estados Partes e nos enclaves concedidos a seu favor. O conceito de enclave foi definido como *"a parte do território aduaneiro de um Estado não integrante do MERCOSUL, na qual se permite a aplicação da legislação aduaneira do MERCOSUL"*.
- *Território aduaneiro:* Foi definido como sendo a parte do âmbito espacial na qual se aplicará um regime tarifário único, assim como as restrições de caráter econômico às importações e exportações do mesmo. Ficaram excluídos do território aduaneiro as zonas francas e os "exclaves", ou seja, a parte do território dos Estados Partes na qual se permite a aplicação da legislação aduaneira de um terceiro estado, em virtude do convênio internacional.
- *Infrações aduaneiras, sanções pecuniárias, prescrição de ações para exigir o pagamento de créditos tributários:* Em virtude de assimetrias nas legislações nacionais esses aspectos não serão regulados pelo CAM, pelo menos nessa primeira etapa. Destaque-se, contudo, que mesmo na União Européia alguns desses aspectos têm ficado ao abrigo das legislações nacionais.
- *Mar territorial:* Ficou acordado que o CAM contemplará um regime aduaneiro especial para o tratamento da entrada, permanência e saída das mercadorias no mar territorial *"tendo em conta a legislação vigente em cada Estado Parte"*.
- *Depósitos aduaneiros:* ficou acordado que as distintas modalidades vigentes em matéria de Depósitos Aduaneiros *"terão especialmente em conta as características das legislações portuárias, aeroportuárias e/ou terrestres em cada um dos Estados Partes"*.

Após a aprovação da Res. N° 40/06, os negociadores nacionais afirmaram, com algum otimismo, que mais de 80% do CAM já tinha sido acordado. Dois anos mais tarde, contudo, em Tucumán, os negociadores declaravam que ainda existiam obstáculos a ser superados em pelo menos três áreas: (i) a delimitação precisa do território aduaneiro do MERCOSUL; (ii) a definição das áreas aduaneiras especiais (inclusive o mar territorial); e (iii) o tema dos direitos de exportação.

O caráter reservado dos documentos que tratam do CAM dificultam uma avaliação mais precisa dos obstáculos que entravam a redação final da norma. No tema dos direitos de exportação, contudo, os negociadores nacionais explicitaram, em Tucumán, os pontos de divergência. Com efeito, segundo declaração do representante da Argentina, reproduzida na imprensa, a redação do CAM contemplava três alternativas: (a) não incluir os direitos de exportação no código; (b) determinar que esses direitos fossem definidos em nível comunitário; ou (c) permitir que cada país estabelecesse seus direitos de exportação. O representante da Argentina declarou que seu país defendia essa última alternativa. De outro lado, o Uruguai manifestou sua preferência no sentido de que os direitos de exportação ficassem sujeitos à aprovação do CMC. Ficou, assim, configurado o *impasse*.

⁵⁶ O "fato gerador da obrigação tributária" é a situação definida em lei que enseja a cobrança de tributo.

Em Tucumán, foi informado, ainda, que houve consenso na criação da figura do "Operador Econômico Confiável", que contaria com um canal preferencial para o trânsito das mercadorias nas fronteiras.

No que diz respeito ao mecanismo de distribuição da renda aduaneira sabe-se apenas que foram feitas simulações com base em fórmulas alternativas e que o Paraguai é o país a opor as principais resistências.

Regimes Especiais de Importação

- Antecedentes -

Em dezembro de 2000, os Estados Partes se comprometeram a eliminar completamente, a partir de 1º de janeiro de 2006, os regimes especiais de importação adotados unilateralmente *"que impliquem a suspensão total ou parcial dos direitos aduaneiros que gravam a importação temporária ou definitiva de mercadorias e que não tenham como objetivo o aperfeiçoamento e posterior reexportação das mercadorias resultantes para terceiros países"* (Artigo 1 da Dec. CMC N° 69/00). Foram excetuadas dessa normativa as Áreas Aduaneiras Especiais (zonas francas), para as quais vigoram outras disposições.

A Dec. CMC N° 33/05 estendeu o prazo até o 1º de janeiro de 2008 e a Dec. CMC N° 14/07 o prorrogou até o 31 de dezembro desse mesmo ano. Destaque-se que a Dec. CMC N° 02/06 já tinha definido previamente os setores de interesse para os quais a CCM devia negociar os correspondentes regimes comuns. Esses setores eram os seguintes: (i) bens integrantes de bens de investimento; (ii) bens destinados à pesquisa científica e tecnológica; (iii) bens destinados à indústria naval; (iv) bens destinados à indústria aeronáutica; (v) bens destinados à educação; (vi) bens destinados à saúde; e (vii) e bens objeto de comércio transfronteiriço terrestre.

- Evolução -

Durante as PPT de Uruguai e Argentina a CCM realizou dez reuniões. As atas da CCM informam, regularmente, sobre os avanços na negociação dos regimes comuns de importação, destacando as propostas em circulação:

- Brasil apresentou uma proposta de regime comum de bens destinados à investigação científica e tecnológica que já tem recebido observações e comentários dos representantes dos demais países.
- Argentina apresentou uma proposta inicial de regime comum de importação de bens integrantes de projetos de investimento e já elaborou uma versão revisada da mesma, atendendo a diversas observações dos sócios.
- O regime de importação de bens destinados à indústria naval tem merecido propostas de quase todos os países. Houve pelo menos dois encontros envolvendo os setores privados dos países membros e os avanços foram promissores.
- Brasil circulou uma proposta de regime comum de bens destinados à indústria aeronáutica, que foi recebida com interesse pelos demais países. O Brasil está promovendo um encontro com a participação da EMBRAER.
- As atas da CCM não registram propostas para os setores de saúde e educação, mas o Brasil já comunicou que em breve apresentará propostas para ambos os setores.
- Não há propostas na mesa de negociação para bens objeto de comércio transfronteiriço terrestre. Em consequência, os países optaram por tomar como antecedente os trabalhos do Grupo *Ad Hoc* de Integração Transfronteiriça.

Em síntese, exceto no caso do regime comum de bens destinados à indústria naval, cabe presumir que a negociação dos regimes especiais de importação exigirá nova extensão de prazo.

Listas de exceção à Tarifa Externa Comum

As listas de exceção à TEC continuam sendo prorrogadas. Em fins de 2007, o CMC estabeleceu novos prazos e limites para as listas cujos cronogramas vigoravam até fins de 2008 (Dec. CMC N° 38/05). Com efeito, a Dec. CMC N° 59/07 determinou novos prazos, estabelecendo que a lista da Argentina e do Brasil poderá conter, no máximo:

- * 100 itens da NCM até 31/01/2009;
- * 93 itens da NCM entre 01/02/2009 e 31/01/2010;
- * 80 itens da NCM entre 01/02/2010 e 31/07/2010;
- * 50 itens da NCM entre 01/08/2010 e 31/12/2010.

De outro lado, conforme o estabelecido nessa mesma decisão, o Uruguai e o Paraguai poderão manter 100 itens da NCM até 31 de dezembro de 2015. Destaque-se, ainda, que os Estados Partes são autorizados a modificar a cada seis meses até 20% das posições NCM incluídas nas listas.

É preciso lembrar que continuam em vigor os artigos 2 e 3 da Dec. CMC N° 31/03. O primeiro desses artigos autoriza o Paraguai a incluir até 150 itens adicionais na sua lista de exceção, enquanto o Uruguai é autorizado a incluir 125 itens adicionais. Em ambos os casos, o prazo de vigência para essas exceções adicionais se estende até 2010. O artigo 3, por sua vez, mantém até 2010 as 399 exceções de Paraguai à TEC previstas no art. 4 da Dec. CMC N° 07/94.

Modificação à TEC para calçados, tecidos e confecções.

O Informe MERCOSUL N° 12 relatou as gestões que vinham sendo realizadas pelo Brasil ante seus sócios para examinar a possibilidade de promover um eventual aumento da TEC para um número bastante elevado de produtos incluídos nos setores de tecidos, confecções e calçados, com o objetivo de conter o avanço das importações chinesas desses bens.

A iniciativa brasileira foi aceita pelos sócios e, em consequência, o CMC fixou, a partir de 30 de novembro de 2007, novos níveis para a TEC de diversos produtos desses setores (Dec. CMC N° 37/07). Os novos níveis foram fixados em 26%, no caso dos tecidos, e 35% no caso das confecções e calçados. Eles vigorarão até a última reunião ordinária do CMC em 2010, quando será reavaliado o quadro com base na evolução dos fluxos comerciais.

Nesse período, conforme determinado na mesma decisão do CMC, *"o Paraguai e Uruguai poderão manter os níveis vigentes de suas tarifas nacionais para os produtos dos setores de tecidos e confecções"*. Posteriormente, a Dec. CMC N° 27/08 estendeu o mesmo tratamento, em favor de ambos países, ao setor de calçados, porém limitado a apenas oito posições dentre as 29 posições tarifárias cuja alíquota de importação tinha sido previamente aumentada.

Bens de Capital

- Antecedentes -

A norma vigente em matéria de bens de capital é a Dec. CMC N° 34/03 acordada em dezembro de 2003. A norma determinava o seguinte:

- Estabelecia um Regime Comum de Bens de Capital não Produzidos, que contemplava uma lista ampla desses bens, cuja alíquota de importação era fixada em 0%, com início de vigência em 1° de janeiro de 2006.
- Autorizava os Estados Partes a manter seus regimes de importação de bens de capital até 31-12-2005, incluindo medidas unilaterais previamente autorizadas pela Dec. CMC N° 02/03 - basicamente um *waiver* autorizando a aplicação de alíquotas inferiores à TEC para a importação de bens de capital extrazona a Argentina, Paraguai e Uruguai.
- Autorizava o Uruguai e o Paraguai a aplicar, até 31-12-2010, uma alíquota de 2% para a importação extrazona de bens de capital, excetuados aqueles incluídos na lista do regime comum acima comentado, cuja alíquota tinha sido fixada em 0%.

Em fins de 2005, contudo, a Dec. CMC N° 40/05 adiou a entrada em vigência do regime comum para o 01-01-2009 e, em consequência, autorizou os Estados Partes a manter seus regimes de importação de bens de capital (assim como o *waiver*) até a data de 31 de dezembro de 2008.⁵⁷ A referida decisão determinou, ainda, que a partir do 1° de janeiro de 2011 as únicas importações a se beneficiar do regime comum seriam os bens de capital novos, suas partes e peças que constarem da Lista Comum e tivessem seus códigos identificados como "BK" na NCM. Por último, o Grupo de Alto Nível para Examinar a Consistência e Dispersão da TEC (GANTEC) foi instruído a elaborar uma proposta de revisão da TEC para Bens de Capital antes de 31 de dezembro de 2006. O prazo concedido ao GANTEC foi estendido em fins de 2006, sendo prorrogado até dezembro de 2007 (Dec. CMC N° 34/06).

- Evolução -

A rigor, a única evolução substantiva na matéria foi, mais uma vez, o adiamento do prazo concedido ao GANTEC, que foi prorrogado "*até a última reunião do GMC do segundo semestre de 2008*" (Art. 1 de Dec. CMC N° 58/07).⁵⁸

Em maio de 2008, a Argentina solicitou nova extensão de prazo por mais dois anos para manter seus incentivos e sua solicitação não deverá encontrar oposição dos demais governos. Nesse mesmo mês, contudo, os representantes brasileiros (ABIMAQ) e argentinos (ADIMRA) dos setores de bens de capital assinaram um termo de compromisso com o objetivo de traçar as linhas gerais de um regime comum de incentivos. Houve concordância entre os representantes dos dois países em torno da conveniência de desenvolver uma entidade única, que representaria o setor de bens de capital do MERCOSUL e, para tanto, seriam convidados também os representantes dos setores de bens de capital de Paraguai e Uruguai. O passo seguinte seria o

⁵⁷ A não aplicação da TEC para bens de capital permite que Argentina, Paraguai e Uruguai apliquem tarifas de importação mais baixas que as praticadas pelo Brasil, único país a deter uma produção doméstica de bens de capital verdadeiramente significativa.

⁵⁸ Merece registro, também, a apresentação na XCIX Reunido da CCM de uma proposta brasileira denominada "*Procedimentos operacionais para o Regime Comum de Importação de Bens de Capital não produzidos no MERCOSUL*" (XCIX CCM/DT N° 04/08).

redesenho de um regime comum de bens de capital similar ao regime automotivo, abrangendo não apenas as tarifas, mas também a tributação e os incentivos creditícios.

As declarações dos titulares das entidades setoriais não são, contudo, totalmente convergentes. O representante argentino insistiu na importância de que *"não deveria fazer diferença abrir uma fábrica no Brasil ou na Argentina"*, pleiteando a harmonização dos incentivos nos dois países, mas que no caso do Brasil envolve a concessão de incentivos estaduais. Já o titular da entidade brasileira destacou a importância da inovação tecnológica, sugerindo a necessidade de promover o intercâmbio dos avanços gerados em cada país e trazer, de terceiros países, as novas tecnologias que possam ser incorporadas à produção local, dando maior competitividade às máquinas e equipamentos fabricados na região.⁵⁹

Bens de Informática e de Telecomunicações

- Antecedentes -

A situação em matéria de Bens de Informática e de Telecomunicações (BITs) é bastante similar à prevalente em matéria de bens de capital.

Em fins de 2003, a Dec. CMC N° 33/03 estabeleceu o seguinte:

- A CCM era instruída a negociar um Regime Comum de Bens de Informática e Telecomunicações a ser aprovado pelo GMC antes de 31 de dezembro de 2005.
- Antes de 31 de março de 2004, os Estados Partes teriam que apresentar à CCM uma lista de BITs, sujeita a consultas quadripartite, para os quais se poderia aplicar uma alíquota de 0% até 31 de dezembro de 2005.
- Paraguai e Uruguai eram autorizados a aplicar até 31 de dezembro de 2010 uma alíquota de 2% para a importação extrazona de BITs, excetuados aqueles itens constantes na lista anterior, cuja alíquota, até fins de 2005, seria de 0%.

Em fins de 2005, o prazo concedido à CCM para a negociação de regime comum é prorrogado até 31 de dezembro de 2006, enquanto é estendida até 31 de dezembro de 2011 a autorização concedida a Paraguai e Uruguai, para importação de BITs com alíquota de 2%. De outro lado, o GANTEC é instruído a elaborar, antes de 30 junho de 2006, uma proposta de revisão da TEC para BITs, que deverá vigorar a partir de 1° de janeiro de 2006, mas que contará com um cronograma de convergência a ser implementado a partir do 1° de julho de 2007.

Em fins de 2006, é prorrogado até dezembro de 2007 o prazo concedido ao GANTEC. Conseqüentemente, são estendidos também os prazos para o início do cronograma de convergência (1° de janeiro de 2008) e o prazo para a plena vigência da nova TEC para BITs (1° de janeiro de 2010). Até o início do cronograma de convergência, os Estados Partes poderão aplicar a alíquota de 0%, sujeita a consultas quadripartites. Por fim, a autorização a Paraguai e Uruguai (alíquota de 2%) é estendida até 31 de dezembro de 2012. (Dec. CMC N° 27/06).

⁵⁹ Jornal Valor Econômico [2008].

- Evolução -

Em fins de 2007, a Dec. CMC N° 61/07 estabelece mais uma prorrogação do prazo concedido ao GANTEC e introduz algumas mudanças em relação à prorrogação anterior:

- A proposta do GANTEC, com a revisão da TEC, vigorará a partir do 1º de janeiro de 2011, no caso de Argentina e Brasil, e a partir de 1º de janeiro de 2016, no caso de Uruguai e Paraguai.
- A proposta do GANTEC deverá incluir um cronograma de convergência, que será aplicado a partir do 1º de janeiro de 2009, no caso de Argentina e Brasil.
- A CCM tem prazo até 30 de setembro de 2008 para negociar um Regime Comum de BITs, que deverá ser aprovado pelo GMC antes de 31 de dezembro de 2008.
- Até 31 de dezembro de 2008, portanto, os Estados Partes estão autorizados a aplicar uma alíquota de 0% aos BITs, respeitado o procedimento de consultas quadripartite. Para Uruguai e Paraguai, no entanto, o prazo para aplicação da alíquota de 0% é estendido até 31 de dezembro de 2015.
- Adicionalmente, Paraguai e Uruguai poderão aplicar, até 31 de dezembro de 2015, uma alíquota de 2% às importações de BITs extrazona, excetuados aqueles bens cuja tarifa é de 0%, em virtude do item acima.

D. Iniciativas em matéria de fortalecimento da integração produtiva regional

Antecedentes

Após a superação da forte crise econômica e financeira regional do período 1999-2002, dois diagnósticos começam a prevalecer no MERCOSUL: em primeiro lugar, o reconhecimento da existência de graves e profundas assimetrias entre os sócios cujo tratamento não poderia prescindir da adoção de políticas e instrumentos bastante similares em essência, ainda que não em escala, aos adotados em outros processos de integração, principalmente na experiência européia; em segundo lugar, a constatação de que após mais de uma década de constituição do bloco, a articulação produtiva entre as economias dos sócios era ainda bastante reduzida, requerendo, portanto, a adoção de iniciativas públicas destinadas ao fortalecimento da integração produtiva regional.

Como foi descrito na seção anterior, o tema das assimetrias acabou sendo incorporado formalmente à agenda interna do bloco em 2003, após o recrudescimento das manifestações dos sócios menores. Na questão da integração produtiva, contudo, não houve qualquer evolução verdadeiramente significativa.⁶⁰ O tema era invocado de forma recorrente cada vez que se verificava um acirramento dos conflitos setoriais entre os dois principais sócios do MERCOSUL, quando a menção à necessidade de se promover a constituição de "cadeias regionais de valor" tornava-se um lugar comum.

A necessidade de fortalecer a integração produtiva regional é assunto defendido com insistência pela Argentina. Inclusive, a menção aos acordos de complementação produtiva dos anos 1980, peça central do Programa de Integração e Cooperação Econômica Argentina - Brasil (PICE), é assunto sempre lembrado nas análises locais que advogam em favor da recuperação desse enfoque "fundacional" e demandam a

⁶⁰ Ainda que o tema da integração produtiva pouco tenha evoluído na agenda interna do MERCOSUL, é inegável a importância de alguns processos induzidos pela constituição do mercado ampliado, dentre eles o comércio intra-firma, principalmente entre subsidiárias regionais de empresas multinacionais, e o aumento dos fluxos de investimento intrazona, com destaque para a recente onda de investimentos brasileiros na região. Ambos os casos, contudo, dizem respeito a empresas de grande porte.

reinstalação do tema na agenda interna do bloco. Contudo, como afirmado acima, os avanços na matéria têm sido muito tímidos, o que pode ser explicado, em parte, pela multiplicidade de iniciativas sugeridas e, também, pela diversidade de instâncias ou fóruns onde essa questão é colocada. As duas situações mostram a dificuldade intrínseca de desenhar e executar políticas públicas regionais nesta área.

De fato, conforme apontado no Informe anterior, o debate em torno do fortalecimento da integração produtiva tem abrangido questões tão amplas e complexas como o estímulo à constituição de cadeias produtivas regionais, à coordenação de políticas científicas e tecnológicas, à elaboração de instrumentos para promover *joint ventures* entre pequenas e médias empresas (PMEs), à promoção das cooperativas, à criação de fundos regionais para o financiamento do setor produtivo, entre diversas outras.

No mesmo Informe eram mencionadas as seguintes iniciativas adotadas entre meados de 2006 e meados de 2007, durante as PPT de Brasil e Paraguai:

- * Na XXX Reunião do CMC, em julho de 2006, a Secretaria do MERCOSUL recebe a encomenda de desenhar ações concretas de articulação produtiva com os setores público e privado dos Estados Partes, dentre as quais sobressaem um programa de desenvolvimento de fornecedores regionais da Petrobrás, um programa de fortalecimento da cadeia automotiva e um programa destinado a criar um espaço empresarial para discutir a problemática da integração produtiva.
- * Em fins de 2006, o Brasil apresenta no marco do SGT 7 (Indústria), uma *Proposta de Pauta para o Plano de Desenvolvimento e Integração Produtiva do MERCOSUL*, envolvendo seis linhas de ação: (i) programa regional de capacitação de recursos humanos; (ii) apoio financeiro nacional e regional para a integração produtiva; (iii) articulação de medidas de facilitação de comércio; (iv) articulação de diversos GTs e comitês; (v) articulação de políticas nacionais para o desenvolvimento de PMEs; e (v) monitoramento do processo da integração produtiva, envolvendo homogeneização de estatísticas e desenvolvimento de indicadores.
- * No primeiro semestre de 2007, é criado o *Foro de Competitividade do Setor Cinematográfico e Audiovisual do MERCOSUL* (Res. GMC N° 24/07), replicando iniciativa semelhante já em vigor no setor de madeira e móveis.
- * Em meados de 2007, quando da XXXII Reunião do CMC (Assunção) é solicitada ao GMC a elaboração de propostas para a constituição de um *Fundo MERCOSUL de Apoio às Pequenas e Médias Empresas* envolvidas em iniciativas de integração produtiva.

São basicamente esses, em suma, os limitados avanços registrados no tema da "integração produtiva" até julho de 2007, quando se inicia a Presidência *Pro Tempore* do Uruguai.

- Evolução -

A PPT do Uruguai, exercida durante o segundo semestre de 2007, concedeu escassa prioridade ao tema da integração produtiva, a ponto do Informe da Presidência quase não fazer qualquer menção ao assunto.

Ainda assim, a XXXIV Reunião do CMC (dezembro de 2007) aprova a Dec. CMC N° 52/07 que cria o Grupo *Ad Hoc* da Integração Produtiva (GAHIP), com base em proposta apresentada pela Argentina no GMC. Ao GAHIP é delegada a incumbência de elaborar um **Programa de Integração Produtiva** levando em consideração (a) as Pautas para a Integração Produtiva apresentadas pelo Brasil no SGT 7 (Indústria); (b) os Projetos Pilotos de Integração Produtiva identificados nos estudos conduzidos por a Secretaria do MERCOSUL; e (c) os trabalhos desenvolvidos pelo Foro de Competitividade da Cadeia Madeira-Móveis,

bem como eventuais iniciativas apresentadas no recentemente criado Foro de Competitividade para o Setor Cinematográfico e Audiovisual do MERCOSUL.

A rigor, ao longo do segundo semestre de 2007, o principal foco de atividade em torno do tema da integração produtiva se localiza na CRPM, que organiza um seminário e um ciclo de *workshops* para tratar do assunto. Nesses eventos são discutidos os informes dos projetos existentes, são convocadas diversas instituições financeiras (CAF, FONPLATA, BID etc.) para relatar suas experiências no apoio às PMEs e é elaborado um documento sobre o assunto ("*Aportes da Presidência da CPRM em referência às alternativas para a constituição de um Fundo PMEs*"). O informe da Presidência da CRPM, apresentado em fins de 2007, faz menção, ainda, a um projeto para criar um Observatório Permanente para a Integração Produtiva no MERCOSUL, com o objetivo de identificar oportunidades para PMEs e contribuir para o desenho de política públicas de promoção e fortalecimento da integração produtiva.

No primeiro semestre de 2008, a PPT da Argentina elege a integração produtiva como o principal assunto de sua gestão, aspecto que é salientado no Informe da Presidência apresentado na XXXV Reunião do CMC, em junho de 2008 (São Miguel de Tucumán).

Nessa reunião são aprovadas duas decisões relacionadas com o tema da integração produtiva:⁶¹

- a) A Dec. CMC N° 12/08, que aprova o Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL e cria o Grupo de Integração Produtiva (GIP);
- b) A Dec. CMC N° 13/08, que cria o Fundo MERCOSUL de PMEs, que instrumentará, na sua primeira fase, um Sistema de Garantias, e cria também um Grupo *Ad Hoc* para elaborar um marco normativo para esse mecanismo.

Adicionalmente, nos anexos da Ata da XXXV Reunião do CMC são registradas duas propostas preliminares do Brasil de projetos para seu encaminhamento ao FOCEM: o *Programa de Adensamento e Complementação Automotiva* e o *Programa MERCOSUL de Desenvolvimento dos Fornecedores de Petróleo e Gás*.⁶²

Por último, o Informe da Presidência da CRPM, apresentado também em Tucumán, faz mais uma proposta institucional, consistente na criação de uma "Agência MERCOSUL de Promoção da Integração Produtiva (AMPIP)" para promover políticas e ações que favoreçam a complementação produtiva.

- a) Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL-PIPM (Dec. CMC N° 12/08)

O Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL busca localiza-lo sob um programa guarda-chuva, um conjunto amplo e disperso de iniciativas pré-existent.

Na **fundamentação** do Programa é mencionado que a integração produtiva encontra, no MERCOSUL, barreiras decorrentes de diferenças de escala, assimetrias de desenvolvimento tecnológico, esquemas nacionais não harmonizados, falhas de mercado, insuficiências das empresas para abordar a associatividade, dificuldades no acesso ao financiamento e barreiras não-tarifárias na fronteira, entre outras. Em consequência, propõe a cooperação intra-industrial setorial como elemento essencial para superar essas barreiras.

⁶¹ O informe da PPT da Argentina inclui no tema da integração produtiva a Dec. CMC N° 03/08, que aprova um Programa Marco de Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva, comentado em outra seção do presente capítulo.

⁶² Anexos X e XV da Ata.

O **objetivo** geral do Programa, que se desdobra em nada menos do que 17 objetivos específicos, é o de *"contribuir para fortalecer a complementaridade produtiva das empresas do MERCOSUL e, especialmente, a integração das cadeias produtivas das PMEs e das empresas dos países com menor desenvolvimento relativo, com vistas a aprofundar o processo de integração do bloco (...)"* (pág. 2 do PIPM).

No que tange as **ações** contempladas pelo Programa, são destacadas sete linhas de ação horizontais e dois tipos de iniciativas setoriais. As **linhas horizontais** são claramente baseadas nas seis ações descritas no documento oportunamente apresentado pelo Brasil no SGT 7 (Indústria), acrescidas de uma sugestão institucional apresentada pela Presidência da CRPM, conforme mostrado a seguir:

1. Cooperação entre organismos ou entidades nacionais que operam instrumentos ligados ao desenvolvimento das empresas, especialmente das micro, pequenas e médias, para apoiar o processo de integração produtiva;
2. Complementação de instrumentos e entidades nacionais ligadas à pesquisa e desenvolvimento e à transferência de tecnologia;
3. Programa Regional de Capacitação de Recursos Humanos na integração produtiva;
4. Coordenação com outros âmbitos do MERCOSUL, como o FCES, a CRPM, o Parlamento do MERCOSUL e o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL;
5. Criação de um Observatório Regional Permanente sobre Integração Produtiva no MERCOSUL (ORPIP), cuja estrutura e modelo de funcionamento serão definidas pelo GIP e aprovadas pelo GMC. *A priori*, no entanto, são apontadas algumas de suas funções como: (a) criar e manter um Sistema Geográfico de Informação Produtiva no MERCOSUL; (b) desenhar e manter painéis com indicadores e medições da integração produtiva; e (c) elaborar relatórios periódicos sobre integração produtiva;
6. Medidas de facilitação de comércio para remover obstáculos (deficiências logísticas, barreiras na fronteira, ausência de normalização técnica, etc.) que dificultem a integração de cadeias produtivas; e
7. Financiamento e cooperação (linhas de financiamento para investimentos intra-regionais em apoio a *joint ventures*, instalação de fábricas ou expansão de investimentos já realizados).

No que tange às **ações em âmbito setorial**, o Programa incorpora duas iniciativas já em andamento:

1. Os Foros de Competitividade das Cadeias Produtivas do MERCOSUL, sendo mencionado a título de exemplo o Foro de Competitividade de Madeira e Móveis, já em funcionamento, bem como a possibilidade do GIP propor a criação de novos foros; e
2. As iniciativas setoriais de integração produtiva, para as quais é definida uma metodologia, que explicita, basicamente, as formas de representação e articulação de representantes governamentais e dos setores produtivos envolvidos nessas iniciativas. São mencionadas explicitamente as iniciativas já em andamento, a saber: (a) o Programa de Desenvolvimento de Fornecedores de Petróleo e Gás, o Grupo Executivo para Integração Produtiva da Cadeia Automotiva (GEIPA), o Programa Rodoviário do Turismo e o Programa MERCOSUL de Articulação Empresarial para a Integração Produtiva.

O Programa conclui definindo as tarefas do GIP, que são as de coordenação, proposição de novas linhas de ação, elaboração de relatórios e, inclusive, exame da proposta da Presidência de CRPM a respeito da possibilidade de se criar uma "Agência MERCOSUL para a Promoção da Integração Produtiva".

O principal mérito do Programa parece ser o de ter reunido um número amplo de iniciativas sob a supervisão de um único grupo, o GIP. Destaque-se, contudo, que as tarefas a ele incumbidas são altamente intensivas em coordenação. A título de exemplo, destaque-se a sugestão, incluída no Programa, de criação de uma rede regional vinculando entidades de apoio às empresas, principalmente pequenas e médias, que atuam na Argentina (SIC, SAGYPA, SEPYME e Pro-Argentina), no Brasil (SEBRAE, ABDI e SENAI), no Paraguai (ONA, INTN, INAN, SENAVE e SENACSA) e no Uruguai (DNI e DINAPYME).

No que tange às iniciativas de integração produtiva, aquelas com foco na cadeia automotiva e no setor de petróleo e gás parecem, sem dúvida, as mais relevantes (ver Quadros E, F). Nesse sentido, três aspectos merecem destaque: (a) as iniciativas mostram uma clara disposição do Brasil para atender as demandas dos demais integrantes do bloco; (b) as iniciativas reconhecem que a participação do setor privado é absolutamente imprescindível e o colocam como ator principal do processo de integração produtiva; e (c) as iniciativas mostram nítida preocupação no sentido de não marginalizar às economias menores.

QUADRO E

PROGRAMA DE ADENSAMENTO E COMPLEMENTAÇÃO AUTOMOTIVA NO ÂMBITO DO MERCOSUL

A proposta tentativa do **Programa de Adensamento e Complementação Automotiva no Âmbito do MERCOSUL**, apresentada pelo Brasil ao FOCEM em junho de 2008 durante XXXV Sessão do CMC (Tucumán) é patrocinada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC), aponta à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) como o organismo executor e indica o presidente dessa agência, Dr. Reginaldo Arcuri, como a pessoa responsável pela sua implementação. Para fins de enquadramento formal no FOCEM, o projeto é vinculado ao Programa II (Programa de Desenvolvimento da Competitividade) e, mais especificamente, à componente de "Promoção do desenvolvimento de cadeias produtivas em setores econômicos dinâmicos e diferenciados".

O alcance do Programa proposto será regional, pois contemplará como beneficiários aos quatro países membros do MERCOSUL. Contudo, é feita a ressalva de que o Programa prevê a "posterior e progressiva inserção da Venezuela". No que tange aos custos do Programa, eles são estimados, preliminarmente, em US\$ 3,5 milhões para atividades a ser desenvolvidas entre o segundo semestre de 2008 e o final de 2010. A contribuição do FOCEM é estimada em US\$ 1,6 milhão a US\$ 2,0 milhões, ou seja, entre 46% e 57% do custo global do projeto.

O Programa apresenta como justificativa o peso do setor automobilístico e de sua cadeia produtiva na indústria do MERCOSUL, o tamanho do mercado regional e a capacidade do sistema produtivo de ampliar suas condições de competitividade perante outros blocos regionais (UE, NAFTA e Ásia). O governo brasileiro é mencionado especificamente como autor da iniciativa e o envolvimento do setor privado (associações empresariais, representações de trabalhadores e organizações da sociedade civil) é destacado como imprescindível.

A descrição técnica do projeto contempla quatro eixos ou componentes: (i) fortalecimento institucional; (ii) promoção da competitividade; (iii) sistemas de informação para a integração comercial e (iv) fomento à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.

Em matéria de **desenvolvimento institucional**, o Programa aponta como principais objetivos a consolidação do Grupo Executivo para a Integração Produtiva da Cadeia Automotiva no MERCOSUL (GEIPA), o estudo comparado das políticas industriais nacionais e a realização de um Seminário sobre a Política Automotiva do MERCOSUL. O GEIPA *"terá como características fundamentais o consenso na definição do objetivo comum, a presença de instituições e lideranças expressivas no núcleo de coordenação, a definição de metas concretas, a construção de confiança como base de cooperação crescente, a progressão sistemática com base em uma agenda também negociada e a flexibilidade na constituição de subgrupos temáticos"*.

O desenvolvimento de fornecedores locais da cadeia automotiva constituirá o foco da componente de **competitividade**. Dentre os objetivos relacionados destacam-se a formação de quadros técnicos para chão-de-fábrica, a capacitação de fornecedores de pequeno porte através da extensão gerencial e tecnológica e, como objetivo mais geral, o fortalecimento de arranjos produtivos sub-regionais.

Em relação ao desenvolvimento de **sistemas de informação para a integração comercial**, o objetivo é dar maior visibilidade às oportunidades de negócios e oferecer maior oportunidade de participação aos fornecedores locais nas compras regionais de partes e subsistemas. No aspecto instrumental é mencionada a implantação de *show-room* rotativo para fabricantes de autopeças, a realização de rodadas de negócios e missões comerciais, e a montagem de um sistema de informação sobre ofertas e demandas comerciais, tecnologia e inovação no âmbito de MERCOPARTS. O aumento da participação do Uruguai e do Paraguai na cadeia automotiva é mencionado como objetivo específico.

Por último, no que tange à componente de fomento à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, os objetivos contemplam a realização de programas de capacitação em gestão da inovação, a formação e capacitação de quadros técnicos e integração de atividades de pesquisa, desenvolvimento e engenharia envolvendo montadoras, "sistemistas" e fabricantes de autopeças.

QUADRO F

PROGRAMA MERCOSUL DE DESENVOLVIMENTO DE FORNECEDORES DE PETRÓLEO E GÁS

Como no caso anterior, a proposta tentativa do **Programa MERCOSUL de Desenvolvimento de Fornecedores de Petróleo e Gás** foi apresentada pelo Brasil, em junho de 2008, durante XXXV Reunião do CMC (Tucumán). A proposta foi encaminhada pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e se vincula com diversas componentes do Programa II (Programa de Desenvolvimento da Competitividade) do FOCEM.

O alcance do Programa proposto será regional e terá como beneficiários aos quatro países membros do bloco. A proposta esclarece que a Argentina, o Paraguai e o Uruguai *"serão beneficiados pelas quatro componentes do projeto (inteligência competitiva; inovação e tecnologia; articulação e difusão de informação; e gestão e competitividade), enquanto o Brasil se beneficiará somente da componente de gestão da competitividade, em virtude da criação de uma rede de cooperação, aprendizagem e de compatibilização e harmonização de normas técnicas"*. A proposta apresentada em Tucumán não define os custos do Programa.

A proposta tem como ator central à Petrobrás, considerada como a maior empresa-âncora do setor de petróleo e gás do MERCOSUL, embora não exclua a participação de outras empresas de grande porte com atuação no setor como, por exemplo, Repsol YPF. No documento, a empresa âncora é definida como *"uma grande empresa, que utiliza um vasto número de fornecedores de bens e serviços com os quais trava um relacionamento formal, via contratos, mas que envolve, também, um processo de troca e aprendizado que se dá em função de um posicionamento da empresa e de uma postura empresarial dedicada à melhoria do cenário econômico, social e ambiental em que se encontra"*. No caso da Petrobrás, a maior parte de suas compras estaria sendo atualmente feita de empresas instaladas no Brasil. Inclusive, nos 18 países em que ela atua, com a única exceção dos EE.UU., a Petrobrás *"tem que importar a grande maioria dos bens que utiliza ou comprar de fornecedores estrangeiros instalados no seu local de atuação, devido à dificuldade de encontrar fornecedores locais que atendam aos requisitos exigidos pelo setor"*. Dado que a Petrobrás tem atuação tanto na Argentina como no Uruguai e no Paraguai, o objetivo do Programa seria o de privilegiar fornecedores locais que, no entanto, precisariam atender aos requisitos e padrões internacionais.

A proposta descreve qual é o tipo de atuação da Petrobrás em cada um dos países membros do MERCOSUL. Na Argentina, a empresa atua desde 1993 e suas atividades atuais abrangem a exploração e produção de petróleo e gás natural, o refino e o processamento, a distribuição de derivados, a gestão de uma rede de dutos e a petroquímica. A empresa conta com uma rede de cerca de 720 postos de serviço e tem atuação em todas as bacias produtoras argentinas, assim como direitos exploratórios em 21 blocos e 25 campos petrolíferos. No Paraguai, a Petrobrás atua desde 2006, quando adquiriu da Shell os negócios relativos às operações de combustíveis (varejo e mercado comercial). A aquisição compreendeu estações de serviço, a comercialização de GLP e a comercialização de produtos de aviação nos aeroportos de Assunção e Cidade del Este. Por último, no caso do Uruguai, a Petrobrás atua desde fins de 2004, distribuindo gás natural no interior do país. A distribuidora controlada pela Petrobrás (Distribuidora Uruguia Conecta) tem exclusividade na distribuição de gás natural por gasodutos, de GLP e gás manufaturado fora da capital Montevidéu.

A descrição técnica do projeto destaca, conforme mencionado, quatro componentes. A primeira componente - **inteligência competitiva** - tem como objetivo o mapeamento das empresas que fazem parte da cadeia produtiva regional de petróleo e gás, com o intuito de identificar potencialidades, fragilidades e oportunidades de negócios. Com efeito, o mapeamento serviria para detectar as empresas com interesse em se constituir em fornecedoras da cadeia, identificar as reais oportunidades, verificar o nível de capacitação dos funcionários e os aspectos gerenciais das firmas candidatas, além de conhecer as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas âncoras (Petrobrás e, também, Repsol YPF da Argentina) no processo de compra de bens e serviços. A segunda componente - **inovação e tecnologia** - tem seu foco na capacitação dos fornecedores (efetivos e potenciais) nas áreas de gerenciamento, comércio exterior e apoio ao desenvolvimento e inovação. A terceira componente - **articulação e difusão da informação** - envolve a mobilização das empresas-âncoras no sentido de darem preferência e estimularem a aquisição de bens e serviços de empresas nacionais e não mais de empresas estrangeiras. A quarta e última componente do Programa - **gestão da competitividade** - tem como objetivo estimular às empresas fornecedoras a criar canais formais de relacionamento e definir critérios para a codificação internacional de normas técnicas.

O Programa destaca que o Brasil já conta com *know how* desenvolvido na implementação dessas componentes. A proposta sugere, portanto, replicar a metodologia que vem sendo desenvolvida nesse país no projeto de "Internacionalização da Cadeia Produtiva de Petróleo, Gás e Energia", como resultado de um convênio entre a Petrobrás e o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (SEBRAE). Outros dois projetos brasileiros capazes de servir de guia ao Programa são também mencionados: (i) o "Programa de Promoção Comercial de Exportações do Segmento de Óleo e Gás", desenvolvido conjuntamente pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações (APEX) e pela Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), cujo foco é o aumento da capacidade de exportação das empresas do setor; e (ii) o "Programa de Mobilização da Indústria de Petróleo e Gás (PROMINP)", cujo objetivo é o de maximizar a participação da indústria brasileira, em bases competitivas, na implantação de projetos de petróleo e gás no Brasil e no exterior.

b) Fundo de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (PMEs) (Dec. CMC N° 13/08)

Na XXXIII Reunião Ordinária do CMC, realizada em Assunção em fins do primeiro semestre de 2007, o CMC decidiu encomendar ao GMC uma proposta com alternativas para a constituição de um Fundo MERCOSUL de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (Dec. CMC N° 22/07).

Em setembro de 2007, a Presidência da CRPM apresenta um informe na reunião do GMC, com o título de *"Aportes da Presidência da CRPM em referência às alternativas para a constituição do Fundo PMEs"*.

No informe, a CPRM comunica que convocou um *workshop* que se reuniu em três oportunidades, contando com a participação de membros do SGT 7 "Indústria", representantes dos Estados Partes de organismos responsáveis pela implementação de políticas públicas voltadas para as PMEs e funcionários de distintas instituições financeiras nacionais e regionais.

O informe tece considerações sobre os objetivos do Fundo, seus instrumentos e as fontes de financiamento. Em relação aos objetivos, afirma que o objetivo central deve ser a melhora das condições de acesso das PMEs aos mercados regional e internacional, a promoção de investimentos para aumentar sua competitividade e permitir a diversificação de produtos e processos, além do desenvolvimento de inovações através de estratégias associativas entre essas empresas.

No que tange aos financiamentos, o informe relaciona linhas de financiamentos para projetos de diferentes características: fomento à geração de cadeias de valor regionais, inserção em terceiros mercados, compra conjunta de bens de capital, certificação de qualidade, desenvolvimento de fornecedores, etc.

Dentre as fontes de financiamentos possíveis e não excludentes, o informe lista três alternativas: (i) recursos orçamentários dos Estados Partes visando a constituição de um fundo com características semelhantes às do FOCEM ou, alternativamente, a criação de um subprograma no próprio FOCEM; (ii) o uso de recursos disponíveis em organismos creditícios regionais, como o BID, a CAF e o FONPLATA; e (iii) a extensão de linhas de crédito por parte de bancos públicos locais.

Por fim, o informe do Presidente da CRPM recomenda que o Fundo inicie seu funcionamento com a implementação de projetos-piloto.

Em janeiro de 2008, o governo brasileiro apresenta ao GMC suas idéias e sugestões *"que poderão sofrer alterações em função do aprofundamento do debate sobre o tema"*.⁶³

Se comparada com as sugestões previamente apresentadas pelo PCRPM, a proposta brasileira deve ser considerada claramente "minimalista", pois sugere apenas a constituição de um Fundo que destinará garantias em apoio a bancos credenciados que concedam empréstimos a pequenas e médias empresas. A proposta deixa a critério dos bancos a análise do crédito dos beneficiários, assim com a decisão sobre a utilização do Fundo. Todavia, a garantia não será nunca integral, mas poderá representar parcela importante do financiamento. No modelo proposto é sugerido o estabelecimento de um Conselho de Administração, composto por representantes dos Estados Partes, idealmente vinculados a instituições públicas de financiamento ou apoio à indústria, além da criação de um órgão gestor.

⁶³ LXXI GMC/DI N° 02/08, *"Possíveis idéias para um modelo de operação do Fundo de Pequenas e Médias Empresas do MERCOSUL"*.

Em Tucumán, a Dec. CMC N° 13/08 dá respaldo à proposta brasileira ao optar pela criação de um Fundo *"que em sua primeira fase instrumentará um Sistema de Garantias"*. Por meio dessa decisão é criado, ainda, um Grupo *Ad Hoc* que deverá encaminhar ao CMC, na última reunião ordinária de 2008, um projeto de Estatuto para o Sistema de Garantias. Todavia, a opção por outras modalidades de financiamento em benefício de PMEs envolvidas em processos de integração produtiva não é descartada. De fato, caberá ao Grupo *Ad Hoc* se aprofundar no assunto e propor ao GMC, ainda no segundo semestre de 2008, um relatório preliminar com o intuito de explorar alternativas complementares.

E. Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML)

Antecedentes

A discussão acerca da utilização das moedas locais nas transações entre Argentina e Brasil teve início em 2005, a partir da identificação da relevância do comércio internacional entre estes dois países e na verificação empírica dos custos de transação associados às operações que acabavam por limitar o acesso de pequenas empresas ao comércio bilateral.

Com efeito, o intercâmbio comercial entre os dois principais sócios do MERCOSUL representa, em média, 80% do comércio intrazona, sendo que em 2007 atingiu US\$ 24,8 bilhões. De outro lado, levantamentos feitos em documento conjunto elaborado pelos bancos centrais de Argentina e Brasil mostraram que, em 2006, mais de 5 mil empresas brasileiras importaram produtos de Argentina, distribuídos em cerca de 3 mil linhas tarifárias. Do lado da exportação, os números eram ainda mais elevados: nesse mesmo ano, cerca de 5.800 empresas exportaram produtos com destino ao mercado argentino, distribuídos em 4.600 linhas tarifárias. No referido documento, destacava-se, ainda, a inexistência de instrumentos financeiros de baixo custo disponíveis para as transações em Peso-Real e os custos de transação eram apontados como obstáculos a dificultar e desencorajar o acesso das pequenas e médias empresas ao comércio bilateral (Borba e D'Orio [2007]).

O trabalho desenvolvido pelos bancos centrais de ambos os países para desenvolver um mecanismo destinado a possibilitar o comércio exterior nas moedas locais e atender, assim, aos objetivos de simplificar e desburocratizar o intercâmbio bilateral seguiu diversas etapas.

Em 2005, foi examinada a experiência internacional (EE.UU., Europa, México e Canadá, entre outros) a fim de se entender o funcionamento dos mecanismos já em operação para identificar um modelo que melhor se adequasse aos objetivos e às condições prevaletentes em ambos os países. Foram também pesquisados as características, o funcionamento e os instrumentos disponíveis nos mercados de moedas nos dois países a fim de se verificar a existência de mecanismos similares que, ao invés de serem desenvolvidos, pudessem apenas ser apenas aprimorados.

Ficou estabelecido que a instalação de uma câmara de compensação em moedas locais entre Brasil e Argentina tinha como objetivos: (i) facilitar as liquidações financeiras em moedas locais entre os dois países; (ii) aumentar a liquidez, a eficiência e, conseqüentemente, o aprofundamento do mercado de câmbio Real-Peso; (iii) reduzir os custos das transações e aumentar, assim, o nível de acesso dos pequenos e médios agentes ao comércio; e (iv) avançar no processo de integração regional, familiarizando os agentes com as moedas locais.

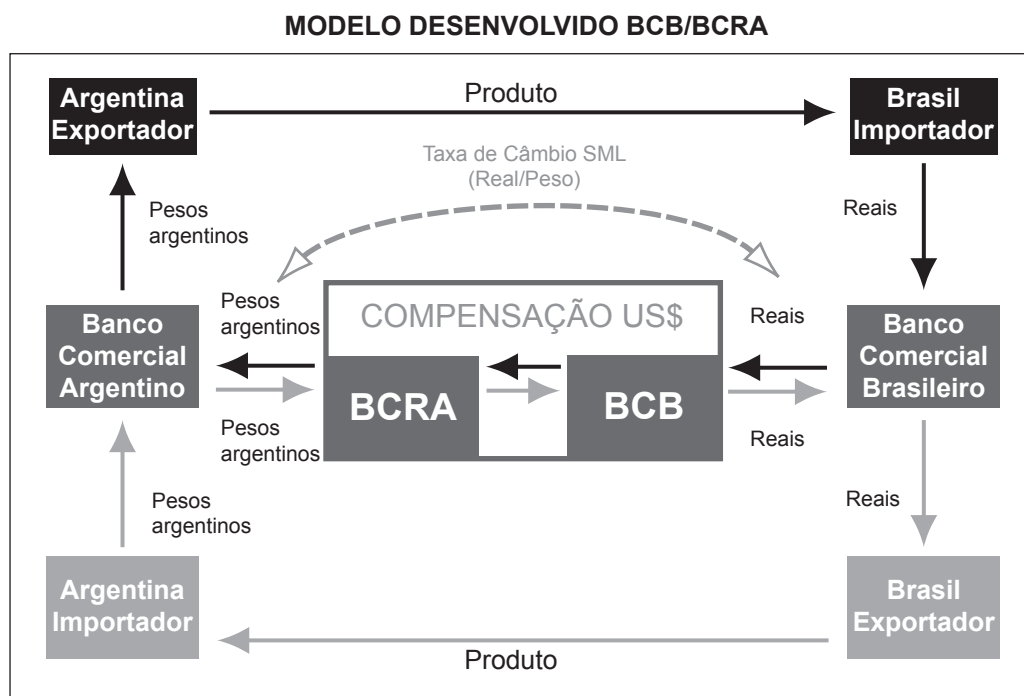
O aprofundamento das discussões auxiliou na definição das características desejáveis de uma câmara de compensação em moedas locais, resultando no estabelecimento de certas premissas:

- Participação voluntária dos agentes.
- Ausência de risco de crédito.
- Ausência de risco de exposição às moedas locais.
- Ausência de subsídios aos participantes.
- Ausência de arbitragem entre moedas dentro do sistema de compensação.

Em síntese, ficou acertado o desenvolvimento de um sistema de compensação e transferência de valores que não incorporaria qualquer mecanismo de cobertura de riscos ou de financiamento aos participantes.

Nesse sistema de compensação, diferentemente do que ocorre no mercado de câmbio, o agente de comércio internacional repassaria/receberia moeda local à/da instituição financeira interveniente. A instituição financeira, por sua vez, repassaria/receberia moeda local ao/do banco central e a compensação entre reais e pesos se daria diariamente no âmbito dos bancos centrais.

O esquema abaixo ilustra o sistema de compensação acordado:



Fonte: BCB e BCRA.

Definidas as características do sistema a ser instituído, os bancos centrais definiram, em agosto de 2006, as etapas necessárias até sua efetiva operacionalização. O plano de trabalho incluía: (a) reuniões com os exportadores e importadores nos dois países; (b) reuniões com os bancos privados também nos dois países; (d) levantamento das mudanças necessárias na legislação cambial dos dois países; (e) testes do modelo de taxas de câmbio; (f) desenvolvimento da infra-estrutura tecnológica necessária para o funcionamento da câmara de compensação; e (g) definição precisa dos termos do acordo para a criação da câmara de compensação, incluindo regras, restrições, forma de funcionamento, etc.

Um dos aspectos a exigir a atenção dos formuladores do sistema de pagamentos em moedas locais (SML) foi a necessidade de preservar, como princípio básico do sistema, a ausência de risco para os bancos centrais. Nesse sentido, quando do aprofundamento da análise dos procedimentos contingenciais, surgiram questões sobre a continuidade operacional do sistema frente a eventualidades previsíveis, como erros humanos ou operacionais, falhas tecnológicas, situações em que se verificassem pagamentos a menor ou mesmo o não pagamento dos resultados das compensações diárias.

Na ocorrência de alguma dessas eventualidades, a única solução que não acarretaria em riscos para os bancos centrais seria o cancelamento das operações registradas no SML, o que, entretanto, comprometeria a credibilidade do sistema. Concluiu-se, portanto, na necessidade de estabelecer uma "margem de contingência" a ser disponibilizada entre os bancos centrais. Ficou acordado que sobre o valor utilizado da margem incidiriam juros calculados à taxa Libor + 1%, patamar estabelecido de modo a desestimular a utilização do citado mecanismo. Determinou-se, ainda, que a margem de contingência seria estabelecida inicialmente, com base em estimativa de que aproximadamente 15% do volume do comércio entre Brasil e Argentina migrariam para o novo mecanismo, percentual esse aplicado à média semanal dos saldos entre os pagamentos e recebimentos relativos às operações comerciais entre os dois países.

Por último, foi acordado que a taxa SML diária seria calculada com base nas cotações real-dólar (Taxa PTAX Interbancária, divulgada diariamente pelo Banco Central de Brasil) e peso-dólar (Taxa de Referência, divulgada pelo Banco Central da República Argentina) e que a liquidação financeira seria realizada em três dias úteis (D+2).

No que tange à formalização desses entendimentos no âmbito do MERCOSUL, eles seguiram a evolução descrita no Informe anterior, conforme abaixo sumariada:

- Em julho de 2006, por ocasião da Cúpula de Presidentes ocorrida na cidade de Córdoba, foi assinada uma Carta de Intenções para definir as linhas de um projeto-piloto de um mecanismo que permitisse realizar operações de comércio exterior em moeda local.
- Posteriormente, na XXXI Reunião do CMC foi aprovada a Dec. CMC N° 38/06 que determinou a realização de estudos para o desenvolvimento de um mecanismo com essas características a ser implementado inicialmente em escala bilateral no comércio bilateral Brasil-Argentina. Caso o novo sistema se mostrasse satisfatório, ele poderia ser ampliado aos demais países do bloco que assim o desejassem.
- O próximo passo foi adotado no marco da Cúpula de Assunção, quando foi aprovada a Dec. CMC N° 25/07 que criou o sistema de pagos em moeda local para o comércio realizado entre países membros do MERCOSUL. Ficou estabelecido, ainda, que as condições de operação do sistema, de caráter facultativo, seriam definidas mediante convênios bilaterais a ser subscritos entre os Bancos Centrais dos respectivos países.
- Tal Decisão se constituiu no 59º protocolo adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 18, no âmbito da ALADI, restando a ambos os países a adoção dos procedimentos necessários para sua incorporação aos respectivos ordenamentos jurídicos.

Evolução

Em 2008, foi anunciado que o SML, após um período de testes, começaria a funcionar no segundo semestre do ano. No Brasil, mais de dez bancos participariam nos testes.

Em 26 de junho de 2008, foi editada, ainda, a Medida Provisória Nº 435, autorizando ao Banco Central do Brasil *"a abrir crédito ao Banco Central da República Argentina até o limite de US\$ 120 milhões, sob a forma de margem de contingência reciprocamente concedida no âmbito do Sistema de Pagamentos em Moedas Locais (SML)"*.

Finalmente, em 08 de setembro de 2008, por ocasião de uma visita da Presidenta Cristina Fernández de Kirchner ao Brasil, os Bancos Centrais de ambos os países anunciaram a subscrição do *"Convênio do Sistema de Pagamentos em Moeda Local entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil"*.

O Convênio sancionou os entendimentos prévios entre os Bancos Centrais, destacando o caráter voluntário do mecanismo e explicitando, particularmente, o desejo dos Bancos Centrais de não assumir riscos:

- *"As controvérsias entre importadores e exportadores, entre estes e as correspondentes Instituições Autorizadas, ou entre Instituições Autorizadas a respeito do registro ou execução de pagamentos realizados por meio do SML, serão resolvidas diretamente entre eles, não assumindo os Bancos Centrais qualquer responsabilidade pelas divergências ou danos que originarem tais controvérsias"* (Cláusula 10ª).
- *"SML não servirá como mecanismo de cobertura de risco cambial. Os Bancos Centrais não assumem risco de crédito recíproco, à exceção do disposto na Cláusula Décima Terceira, nem risco de crédito das Instituições Autorizadas de seu país"* (Cláusula 14ª).

A exceção mencionada acima diz, precisamente, respeito à margem de contingência já comentada:

- *"Os Bancos Centrais estabelecerão, de comum acordo, Margem de Contingência recíproca, a ser utilizada em conformidade com o estabelecido no Regulamento"* (Cláusula 13ª).

No Brasil, em 11 de setembro de 2008, o Banco Central divulgou ainda a Resolução 3.608, incluindo algumas disposições que apontavam claramente ao objetivo de facilitar as transações bilaterais em benefício das pessoas físicas e/ou das empresas de pequeno porte. Nesse sentido, merece destaque a dispensa de apresentação de documentação de transação comercial nas operações cujo valor em reais não ultrapasse o equivalente a US\$ 3 mil, assim como a possibilidade de receber em espécie valores não superiores a R\$ 10 mil.

A referida Resolução entrará em vigor no dia 03 de outubro, que é a data anunciada para o início de funcionamento do novo sistema.

Finalmente, quando do anúncio do novo sistema, as autoridades do Banco Central do Brasil divulgaram as seguintes informações:

- * A expectativa para a redução dos custos de transação com o funcionamento do SML era estimada em aproximadamente 4%.
- * A adesão esperada ao novo sistema era estimada em 10% a 20% do movimento diário do comércio bilateral, atualmente da ordem de US\$ 120 milhões.
- * O valor inicial da linha de crédito (margem de contingência) em favor do Banco Central da República Argentina seria fixado em US\$ 10 milhões.

A Argentina, por sua vez, divulgou através do BCRA no dia 26 setembro de 2008, o comunicado 4.847 a respeito do mesmo assunto.

A criação do mecanismo foi bem recebida em ambos os países. No Brasil, foi destacado que as pequenas e médias empresas seriam beneficiadas com a redução de custos, embora essa vantagem fosse pequena pela inexistência de uma genuína paridade real-peso, e a exigência do dólar para triangulação. Os mais otimistas destacaram que o novo sistema de pagamentos tinha, também, valor simbólico, pois representava o primeiro passo para o estabelecimento de uma moeda única no MERCOSUL.

F. Parlamento MERCOSUL

Antecedentes

A constituição de um Parlamento MERCOSUL foi objeto de discussão pelos membros da antiga Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) durante cerca de três anos.

No biênio 2003-2004 o CMC tomou duas decisões importantes: em primeiro lugar, a Dec. CMC N° 26/03, que incluiu no "Programa de Trabalho MERCOSUL 2004 - 2006" o objetivo de constituir um Parlamento no âmbito do MERCOSUL; em segundo lugar, a Dec. CMC N° 49/04, quando ficou formalmente decidido dar continuidade à criação do Parlamento MERCOSUL como órgão representativo dos povos dos Estados Partes. Na ocasião, foi decidido que o Parlamento seria regido pelas disposições de seu Protocolo Constitutivo e que integraria a estrutura institucional do bloco. A Dec. CMC N° 49/04 deu, ainda, à Comissão Parlamentar Conjunta a incumbência de elaborar o Protocolo, ficando estabelecida a data de 31 de dezembro de 2006 para sua efetiva instalação, bem como a extinção da CPC a partir dessa mesma data.

A CPC elaborou o Protocolo Constitutivo do Parlamento MERCOSUL (PCPM) e o submeteu ao CMC em fins de 2005, quando foi aprovado (Dec. CMC N° 23/05). O último passo da Dec. CMC N° 49/04 foi dado em fins de dezembro de 2006, com a efetiva instalação do Parlamento MERCOSUL.

O Protocolo consagrou o princípio da "representação cidadã" (Art. 5), critério de representação ainda carente de uma definição mais precisa a ser elaborada pelo próprio Parlamento, mas diferente do princípio da representação paritária dos Estados Partes, que era o tipo de representação que tinha prevalecido na CPC e que ainda deveria prevalecer no Parlamento, até a implementação do novo critério. Em síntese, a representação cidadã tornaria o Parlamento um órgão diferente dos demais órgãos do MERCOSUL, onde a representação era sempre governamental.

O mecanismo de eleição dos parlamentares do MERCOSUL por meio de sufrágio universal direto e secreto, adotado pelo Protocolo (Art. 6), consagrou o princípio da legitimidade democrática. A expectativa é que esse mecanismo contribua para a construção de uma identidade regional. Espera-se, ainda, que a constituição do Parlamento conceda maior legitimidade às normas comunitárias. Atualmente muitas dessas normas só podem ser incorporadas quando aprovadas nos respectivos legislativos, mas sua legitimidade é, ainda assim, bastante questionada, em virtude da insuficiência dos debates que precedem sua aprovação. Destaque-se, nesse sentido, que uma das principais atribuições do Parlamento diz respeito à sua competência consultiva (Art. 14, inciso 12). Em virtude dessa atribuição, cabe ao Parlamento dar parecer sobre as normas em fase de negociação. No cumprimento dessa competência o Parlamento pode organizar audiências públicas para

o debate, com a sociedade civil, das normas ainda em fase de tramitação. A atuação do Parlamento poderá fortalecer, portanto, a legitimidade e a transparência do processo de integração.⁶⁴

Consoante o estabelecido no Artigo 1 do Protocolo, a constituição do Parlamento deverá ocorrer em etapas, cuja definição é explicitada nas Disposições Transitórias. O período de quatro anos compreendido entre o 31 de dezembro de 2006, data da instalação do Parlamento, e o 31 de dezembro de 2010, corresponde à "primeira etapa de transição". Nessa primeira etapa, o Parlamento é integrado por 18 parlamentares por cada Estado Parte. A escolha desses parlamentares é feita pelos legislativos nacionais, sendo que cada Parlamento define as modalidades e critérios dessa escolha. A duração de seu mandato é de quatro anos.

Antes de concluída a primeira fase de transição, o critério da "representação cidadã" precisará ser definido e aprovado, para que os Estados Partes procedam à escolha dos parlamentares nacionais da legislatura seguinte através do mecanismo de sufrágio direto, universal e secreto. A eleição dos parlamentares nos Estados Partes precisa ocorrer antes de fim de dezembro de 2010, para que eles possam assumir suas funções em início de 2011, mas a data precisa dessa eleição fica a critério do calendário eleitoral de cada país membro.

A segunda etapa de transição deverá se estender pelo período de quatro anos compreendido entre o 1º de janeiro de 2011 e o 31 de dezembro de 2014. Note-se que nessa etapa de transição o Parlamento já estará integrado por legisladores eleitos por sufrágio direto e universal. Antes do final de 2012, caberá ao Parlamento propor ao CMC uma data para a realização de eleições simultâneas nos Estados Parte visando à escolha, em 2014, dos parlamentares da próxima legislatura (2015-2018). Será consagrado, assim, o "Dia do MERCOSUL Cidadão", e as primeiras eleições simultâneas deverão ocorrer, portanto, antes de 31 de dezembro de 2014, quando encerra a segunda etapa de transição.

Evolução

Em agosto de 2007, o Parlamento aprovou seu Regimento Interno, que estabeleceu a organização de 10 Comissões Permanentes temáticas e, inclusive, formas de participação da sociedade organizada. Com essa finalidade, o Regimento contempla a realização de audiências públicas e de seminários com a participação da sociedade civil. Mais precisamente, o artigo 83 do Regimento determina que qualquer Comissão *"poderá realizar reuniões públicas com organizações a sociedade civil, setores produtivos, organizações não-governamentais e movimentos sociais, para tratar de assuntos pertinentes à sua área de atuação, mediante proposta de qualquer membro ou por solicitação de entidade ou setor interessado"*.

De outro lado, o Regimento (Art. 33 e subsequentes) fixa as regras para a constituição de "grupos políticos". A expectativa é que a conformação desses grupos, sustentados em afinidades político-ideológicas entre membros das diferentes representações nacionais, propiciem uma visão comunitária que ultrapasse os limites do enfoque meramente nacional. Espera-se, portanto, que o Parlamento seja um contrapeso à abordagem intergovernamental adotada pelos demais órgãos do bloco.

Consoante o Regulamento, para se constituir um grupo político ele deverá estar integrado por pelo menos (a) 10% dos integrantes do Parlamento, no caso de todos eles serem representantes de um mesmo Estado Parte, ou (b) 5 parlamentares, caso o grupo seja constituído por representantes de mais de um Estado Parte.⁶⁵

⁶⁴ Note-se, contudo, que a sanção das normas do bloco fica no âmbito do CMC, haja vista que o Parlamento MERCOSUL não tem atribuições legislativas no âmbito comunitário.

⁶⁵ No momento há um único grupo político constituído. É o Partido Nacional integrado exclusivamente por oito parlamentares uruguaios.

O Regimento estabelece, ainda, que nenhum parlamentar poderá pertencer, simultaneamente, a mais de um grupo político.

A principal tarefa do Parlamento MERCOSUL nessa primeira etapa de transição é, contudo, a definição precisa do critério da representação cidadã. Com efeito, consoante o Protocolo o critério de proporcionalidade *"será estabelecido por Decisão do Conselho do Mercado Comum por proposta do Parlamento, a ser adotada por maioria qualificada. Tal Decisão deverá ser aprovada até 31 de dezembro de 2007"* (Artigo 2 das Disposições Transitórias). A maioria qualificada foi definida, ainda, como o voto da maioria absoluta dos integrantes da representação parlamentar de **cada** Estado Parte.

O prazo determinado pelo Protocolo não foi cumprido e, por decisão do Parlamento e do CMC, ele foi estendido até o 31 de dezembro de 2008. O atraso na definição do critério de proporcionalidade mostra a dificuldade enfrentada pelos Estados Partes para, pela primeira vez, acordar uma forma de representação diferente da representação paritária.

O atraso já criou uma situação esdrúxula, pois o Paraguai realizou eleições em abril de 2008 e, antecipando-se à definição de qual será o critério de proporcionalidade, optou, unilateralmente, pela escolha de 18 parlamentares. Esse patamar é considerado elevado, mesmo na hipótese quase certa de que a forma de representação escolhida será a representação atenuada, similar à que vigora no caso do Parlamento Europeu.

A definição do critério de proporcionalidade antes de fim de 2008 urge, pois uma vez acordado esse aspecto cada Estado Parte deverá definir a proporcionalidade interna e a lei eleitoral que regulamentará o pleito. Essas definições precisam, por sua vez, respeitar os calendários eleitorais dos Estados Partes. Uruguai e Argentina passarão por eleições em 2009. O Brasil, de outro lado, precisará definir a proporcionalidade interna por meio de lei ainda em 2009, para que a escolha de seus representantes possa ser feita em 2010. Note-se, nesse sentido, que a Constituição brasileira não estabelece eleições para instituições ou entidades fora do país. Em consequência, a definição do número de parlamentares da representação brasileira é um requisito para a elaboração da lei, que deverá estabelecer ainda se a circunscrição eleitoral será estadual, regional ou nacional.

A dificuldade para a definição do critério de proporcionalidade reside na resistência dos países menores no estabelecimento de um vínculo direto entre o tamanho da população de cada país - que varia de três milhões, no caso do Uruguai, a 180 milhões, no caso brasileiro - e o tamanho da sua bancada. Caso isso viesse a ocorrer, os sócios maiores contariam com bancadas muito maiores do que as dos menores. O temor, portanto, é que os países menores sejam "engolidos" politicamente pelos países maiores, principalmente pelo Brasil. Essa dificuldade tem suscitado, inclusive, o receio de que o Parlamento possa a modificar a disposição transitória que fixa os prazos sua constituição definitiva, o que explicitaria *"a incapacidade ou falta de vontade dos Estados para alcançar acordos políticos substanciais"* (Casal [2008]).

Tramita no Parlamento atualmente um Projeto de Norma cujo relator é seu atual Presidente (Dr. Rosinha, membro da representação do Brasil). O projeto adota *"o critério da representação atenuada em que se parte de um piso e se agregam cadeiras por cada grupo populacional superior ao piso, em intervalos cada vez maiores para propiciar a pretendida atenuação na proporcionalidade"*, conforme explicitado na justificativa do mesmo.

QUADRO 17
DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTOS NO PARLAMENTO
(com base nos critérios do Projeto de Norma)

Países	Habitantes	Cadeiras	Habitantes por parlamentar do MERCOSUL ^{a/}
Brasil	183.987.291	75	2.529.930
Argentina	39.531.000	33	1.197.909
Paraguai	6.127.000	18	340.388
Uruguai	3.340.000	18	185.555
Venezuela	27.657.000	27	1.024.333
<i>Total</i>	<i>260.642.291</i>	<i>171</i>	<i>1.557.893</i>

Nota: ^{a/} Há inconsistência da fonte no cálculo do coeficiente para o Brasil e o Total.

Fonte: Dr. Rosinha [2008].

O Projeto de Norma determina, ainda, que o ingresso de qualquer novo Estado Parte no MERCOSUL implicará na revisão, pelo CMC, por proposta do Parlamento, do número de cadeiras correspondente à representação de cada país membro, a vigorar nas eleições subseqüentes.

No momento, a discussão do Projeto de Norma é a principal tarefa do Parlamento MERCOSUL.

G. Outros temas da agenda interna

Adesão da Venezuela ao MERCOSUL

A adesão da Venezuela ao MERCOSUL continua pendente de aprovação pelos congressos do Paraguai e do Brasil. O Presidente da Venezuela cobrou a aprovação do Protocolo de Adesão, logo após a posse do Presidente do Paraguai. Apesar da demonstração de interesse dos governos do Brasil e do Paraguai na aprovação pelos respectivos congressos, ainda não foram registrados avanços relevantes na votação da matéria nos legislativos dos dois países.

Recentemente o Ministro das Relações Exteriores do Brasil tem declarado que irá concentrar esforços para que o Protocolo de Adesão seja aprovado pelo Congresso brasileiro ainda em 2008. Depois de ser aprovado por algumas comissões, o Protocolo deverá ir à votação no Plenário da Câmara dos Deputados, após o que será encaminhado ao Senado Federal. O período de eleições municipais no Brasil, que se estende até meados de novembro, e a sobrecarga de projetos em tramitação no Parlamento brasileiro não autorizam expectativas muito otimistas para que esse objetivo seja alcançado.

Reforma Institucional

Em dezembro de 2005, o CMC cria um Grupo *Ad Hoc* de Alto Nível encarregado de elaborar uma proposta "integral" de reforma institucional (GANRI) no prazo de um ano (Dec. CMC N° 21/05). O prazo é excessivamente curto e o escopo demasiadamente abrangente.

Em meados de 2006, o CMC emite mais uma decisão com escopo amplo e difuso, instruindo desta vez o GMC *"a identificar o nível de evolução das instituições e princípios do MERCOSUL à luz dos objetivos do Tratado de Assunção e a evolução de suas normas derivadas"* (Dec. CMC Nº 22/06). Na mesma norma, o CMC esclarece que as instituições e princípios a serem avaliados são os seguintes: a livre circulação, a política comercial comum, a coordenação de políticas macroeconômicas, as políticas setoriais e de investimento, a aplicação de normas e os assuntos locais.

Em fins de 2006, concluído o prazo inicialmente concedido ao GANRI, o CMC reconhece que *"devido à complexidade e amplitude dos temas considerados"* o prazo precisa ser prorrogado (Dec. CMC Nº 29/06). Desta vez, no entanto, o CMC define um conjunto de temas prioritários e abandona implicitamente a exigência de uma proposta integral ao admitir a possibilidade de o GANRI submeter propostas (em plural) ao CMC. As diretrizes para a reforma institucional definidas pelo CMC passam a ser as seguintes:

- Reestruturação dos órgãos decisórios do MERCOSUL e de seus foros subordinados, incluindo suas competências.
- Aprimoramento do sistema de incorporação, vigência e aplicação da normativa do MERCOSUL.
- Analisar a possível criação de órgãos no âmbito do MERCOSUL para a administração de políticas comuns.
- Otimização das funções e competências da Secretaria do MERCOSUL conforme as necessidades do processo.
- Aperfeiçoamento do sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL e fortalecimento de seus órgãos institucionais.
- Adoção de um orçamento que financie integralmente a estrutura institucional do MERCOSUL.

O prazo concedido ao GANRI é mais uma vez de um ano, ou seja, até fins de 2007.

Em janeiro de 2007, o CMC instrui ao GANRI a submeter uma proposta de ajustes ao Protocolo de Olivos até junho de 2007. Contudo, cinco meses depois opta por estender esse prazo até junho de 2008.

Em fins de 2007, o CMC concede nova prorrogação ao GANRI, estendendo o prazo até junho de 2009, mas instrui o Grupo a apresentar propostas antes de junho de 2008 em quatro temas, que detalham e restringem o escopo definido em fins de 2006 (Dec. CMC Nº 56/07):

- Reestruturação dos órgãos decisórios do MERCOSUL e de seus foros subordinados, incluindo suas competências, que contemple, entre outros aspectos, as funções de apoio às Representações Permanentes dos Estados Partes junto ao MERCOSUL, assim como ajustes ao Regulamento do Conselho do Mercado.
- Aperfeiçoamento do sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL e fortalecimento de seus órgãos institucionais, que incluam os trabalhos no marco da Dec. CMC Nº 17/07 relativos a uma proposta de ajustes ao Protocolo de Olivos.
- Aperfeiçoamento do sistema de incorporação, vigência e aplicação da normativa do MERCOSUL.
- Um orçamento MERCOSUL que, nesta etapa, deverá contemplar necessariamente os requerimentos orçamentários da Secretaria do MERCOSUL e da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão.

Até junho de 2008, os resultados colhidos pela Reforma Institucional se restringiram a duas decisões do CMC (Decs. CMC N° 54/07 e 14/08) e a medidas administrativas de caráter orçamentário relatadas no informe apresentado pela PPT da Argentina em San Miguel de Tucumán.

A Dec. CMC N° 54/07 amplia as funções dos Representantes Permanentes credenciados pelos Estados Partes em Montevideu permitindo que dêem assistência ao GMC quando solicitados. Para tanto, poderão se reunir na sede da Secretaria do MERCOSUL sob a coordenação do Estado que estiver exercendo a Presidência *Pro Tempore*.

A Dec. CMC N° 14/08, por sua vez, modifica o Regulamento Interno do CMC com o objetivo de institucionalizar a participação dos Ministros que integram as Reuniões de Ministros do MERCOSUL no órgão superior do bloco, para o tratamento dos assuntos de suas respectivas competências. Para tanto, as reuniões ordinárias do CMC serão realizadas em três sessões.

A primeira sessão será celebrada com os Ministros de Relações Exteriores e de Economia ou seus equivalentes dos Estados Partes. Com base nos temas incluídos na agenda, será realizada uma segunda sessão, da que participarão, além dos Ministros de Relações Exteriores e de Economia ou seus equivalentes, os Ministros ou autoridades de similar hierarquia que cada Estado Parte determine. A última sessão do CMC será celebrada com os Ministros de Relações Exteriores e de Economia, ou seus equivalentes, e os Presidentes dos Estados Partes.

A decisão estabelece ainda que *"os consensos alcançados nas Reuniões de Ministros denominar-se-ão Propostas e deverão ser elevados ao Conselho do Mercado Comum para sua consideração. Tais propostas poderão consistir em projetos de acordos internacionais, Decisões, Recomendações ou outros instrumentos"*. Por último, a modificação ao Regulamento Interno do CMC estabelece um processo de convocatória a reuniões extraordinárias do CMC.

A PPT da Argentina informou, ainda, que o GANRI debateu diversas propostas de emenda ao Protocolo de Olivos, referidas principalmente à composição e funcionamento dos Tribunais do MERCOSUL e ao estabelecimento de disciplinas em matéria de cumprimento de laudos e medidas compensatórias, sem que o consenso entre os países fosse alcançado.

Foi debatida também uma proposta da Argentina que admitia a possibilidade de aplicação direta aos ordenamentos jurídicos dos Estados Partes das normas que não requerem aprovação legislativa, mas também não houve consenso.

Por último, foram acordados os orçamentos da Secretaria do Tribunal Permanente de Revisão e da Secretaria do MERCOSUL, ficando decidido, ainda, que a partir de 2009 será financiada a Comissão de Representantes Permanentes.

Biocombustíveis

Conforme relatado no Informe MERCOSUL N° 12, o tema dos biocombustíveis foi incluído na agenda interna do bloco por iniciativa do governo brasileiro, apresentada na LXV Reunião Ordinária do GMC, em novembro de 2006. No mês seguinte, em dezembro de 2006, os Estados Partes do MERCOSUL e a

Venezuela assinaram um "*Memorandum de Entendimento para estabelecer um Grupo de Trabalho Especial sobre Biocombustíveis*", que ficou incumbido da tarefa de elaborar um programa de cooperação na área de biocombustíveis, levando em consideração a importância estratégica da cooperação energética entre os membros do bloco.

Na XXXIV Reunião do CMC realizada em Montevideu, em dezembro de 2007, o Grupo de Trabalho Especial submeteu um *Plano de Ação MERCOSUL para a Cooperação em Matéria de Biocombustíveis*, que foi aprovado (Dec. CMC N° 49/07). O CMC optou, ainda, por criar um Grupo *Ad Hoc* (GHAB) responsável por definir os critérios e instrumentos que possibilitarão a cooperação dos países na matéria.

O Plano de Ação aprovado contempla nove atividades, sendo que cada atividade desdobra-se em objetivos específicos. Na primeira reunião do Grupo *Ad Hoc*, realizada em março de 2008, as delegações participantes (incluindo a presença da Venezuela) optaram por conceder atenção prioritária à preparação de um plano de trabalho em torno de três atividades:

- *Avaliação das especificações técnicas dos biocombustíveis*. O principal objetivo desta atividade é a elaboração de um documento sobre as compatibilidades e diferenças das especificações técnicas para os biocombustíveis no âmbito do MERCOSUL.
- *Identificação de entidades e empresas com competência em pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas cadeias de produção de biocombustíveis*. O objetivo da atividade é identificar quais as linhas de pesquisa em andamento e quais as entidades ou empresas capazes de se engajar no Plano de Ação.
- *Aspectos vinculados à produção sustentável de biocombustíveis*. O objetivo, a ser cumprido no segundo semestre de 2008, é o de identificar os elementos essenciais para a definição de produção sustentável e uso de biocombustíveis no âmbito do MERCOSUL.

Programa- Quadro de Ciência, Tecnologia e Inovação

Em 2006, foi encomendada à Reunião Especializada em Ciência e Tecnologia (RECyT) a elaboração de um programa na área de ciência e tecnologia para o MERCOSUL. Em fins de junho de 2008, em Tucumán, o CMC aprova o *Programa Quadro de Ciência, Tecnologia e Inovação do MERCOSUL* para o período 2008-2012 (Dec. CMC N° 03/08).

QUADRO G

PROGRAMA - QUADRO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Fundamentos

O Programa Quadro (PQ) deve contribuir para a integração, tornar visíveis projetos estratégicos de transformação regional e estabelecer uma posição harmonizada e de conjunto. Suas ações terão de manter total correspondência e coesão com os grandes projetos de integração no âmbito do MERCOSUL.

São necessários projetos sustentáveis e de alto impacto que dêem preferência ao desenvolvimento social e produtivo com base na ciência, na tecnologia e na inovação como garantias do desenvolvimento sustentável.

O PQ é um programa plurianual e público. Deve contar com fontes permanentes de recursos que possibilitem a execução de projetos e atividades comuns entre os Estados Partes sem as limitações impostas pelos orçamentos nacionais.

Agentes do PQ

São agentes do PQ em cada Estado Parte:

- Escritórios nacionais de ciência e tecnologia.
- Instituições de educação superior e de formação técnica, academias nacionais, sociedades científicas, laboratórios e centros de pesquisa e desenvolvimento, tanto públicos quanto privados.
- Organismos do setor privado, empresas, fornecedores de serviços tecnológicos, redes de informação e assistência.
- Pessoas jurídicas públicas ou privadas que desenvolvam atividades de ciência, tecnologia e inovação e suas aplicações.
- Comunidades organizadas que apresentem problemas passíveis de serem tratados por ações de ciência, tecnologia e inovação.

Financiamento

- O PQ precisa dispor de um mecanismo permanente de financiamento capaz de garantir a alocação de recursos em bases estáveis e contínuas. Os Estados Partes esforçar-se-ão para identificar múltiplas fontes de promoção, e avaliarão, ainda, o uso do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). Enquanto um fundo permanente não estiver disponível, as entidades permanentes de cada país farão esforços para viabilizar contribuições específicas para financiar as iniciativas do Programa, como recursos provenientes de projetos de cooperação intra e extra-regional.

Eixos programáticos

São definidos quatro eixos programáticos, com suas principais questões ou temas.

Eixo I - Dimensão estratégica

Questões: Energias avançadas, alternativas, hidrocarbonetos, hidráulica, nuclear e biomassa; Desenvolvimento sustentável (recursos naturais não renováveis, desenvolvimento urbano, saneamento e outros); Tecnologias de Informação e Comunicação; Biotecnologia; Nanotecnologia e novos materiais; Saúde e fármacos; Espacial; Biodiversidade; Água

Eixo II - Dimensão industrial e agropecuária

Questões: Agroindústria; Acordos de produção locais; Extensão tecnológica; Pólos, parques e incubadoras; Projetos cooperativos universidade - empresa (U-E).

Eixo III - Dimensão social

Questões: Divulgação de tecnologias apropriadas; Segurança alimentar; Inclusão digital; Pesquisa em habitação e saneamento.

Eixo IV - Dimensão Sistemas Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI)

Questões: Infra-estrutura de ciência, tecnologia e inovação; Capacitação de recursos humanos; Financiamento; Marco legal; Cooperação internacional; Informações sobre ciência, tecnologia e inovação; Indicadores de ciência, tecnologia e inovação.

QUADRO G (CONTINUAÇÃO)

Outros aspectos

- As ações consideradas no PQ terão de envolver grupos de, no mínimo, três países, sendo um deles o de menor desenvolvimento relativo.
- A RECyT terá de funcionar como órgão responsável pela definição de prioridades, acompanhamento e avaliação do PQ.
- A seleção de projetos será baseada em três alternativas:
 - a) Definição do projeto ou programa mediante a seleção dos agentes protagonistas dos âmbitos próprios da RECyT;
 - b) Definição do problema ou tema de I+D objeto da ação e convite a atores previamente identificados e incluídos em uma lista; e
 - c) Definição do problema ou tema de I+D objeto da ação e realização de um chamado público aberto.
- Existirá um sistema de avaliação e monitoramento dos projetos. O processo de avaliação será coordenado pela RECyT e estará a cargo de pares avaliadores reconhecidos pelos Organismos Nacionais de Ciência e Tecnologia (ONCyT) de cada Estado Parte no caso dos aspectos ligados à qualidade intrínseca das ações a serem avaliadas e, por peritos ou outros agentes pertinentes, no caso dos aspectos ligados à importância social e à relevância para o processo de integração.

O Programa Quadro definiu os seguintes sete temas ou questões prioritárias para o período 2008-2012:

- Biotecnologia
- Energia
- Nanotecnologia
- Recursos hídricos
- Sociedade da informação
- Popularização da ciência e da tecnologia
- Desenvolvimento tecnológico e inovação

CAPÍTULO IV. CONFLITOS SETORIAIS E NEGOCIAÇÃO DE CONTENCIOSOS COMERCIAIS

A. Panorama Geral

O contencioso comercial no MERCOSUL vem apresentando uma evidência menor em relação aos anos anteriores, seja em termos de repercussão política ou de impacto sobre a agenda interna de negociação. Um ambiente caracterizado por significativas taxas de crescimento econômico dos sócios, pela expansão dos investimentos do Brasil na região e por uma apreciação do real em relação ao dólar com reflexos sobre a paridade real/peso argentino terá favorecido o crescimento do comércio regional como um todo e das importações brasileiras do bloco. Desta maneira, até julho de 2008, o crescimento econômico e comercial do bloco foi conseguido sem grandes conflitos apesar da assimetria estrutural na qual o sócio maior apresenta um superávit comercial robusto com os outros três países membros do bloco.

No primeiro semestre de 2008, o comércio exterior brasileiro caracterizou-se por um acentuado crescimento das importações em relação ao mesmo período de 2007 (50,6%), enquanto que as exportações apresentaram uma expansão menor (27,5%). Verificou-se, como consequência, uma desaceleração do crescimento do superávit comercial global.

Contudo, no comércio do Brasil com os países do MERCOSUL, em 2008, as exportações brasileiras para o bloco cresceram mais do que as importações (37,7% e 35,2%, respectivamente). Este desempenho determinou um saldo comercial favorável ao Brasil mais expressivo no intercâmbio com a Argentina,⁶⁶ como de resto ocorreu com o comércio do país com os demais dois sócios do MERCOSUL. O quadro geral no bloco é, portanto, de níveis mais altos de comércio e saldos crescentemente favoráveis ao Brasil (ver Capítulo II).

Alguns fatores contribuíram para um ambiente menos tenso e menores pressões de conflitos comerciais, entre eles, o crescimento econômico dos sócios, aumento dos investimentos brasileiros na região e o seguimento das Comissões Bilaterais de Monitoramento.

Dados recentes⁶⁷ mostram que os saldos deficitários recentes da Argentina no comércio com o Brasil são crescentemente concentrados em produtos de maior valor agregado. Esse aspecto revela as dificuldades da indústria argentina em recuperar participação nos mercados dos dois países, a despeito dos investimentos em maquinaria e equipamento realizados após a crise macroeconômica de 2002. Há, neste sentido, uma avaliação de que a Argentina vem perdendo espaço nas compras brasileiras de manufaturas de origem industrial, enquanto o Brasil expandiu sua participação na estrutura das importações argentinas nesse segmento.

Por outro lado, verifica-se uma desaceleração das importações argentinas do Brasil nos setores sujeitos aos atuais sistemas de monitoramento de comércio, com tendência de redução do *market share* brasileiro. Mesmo assim, a pauta da antiga Comissão de Monitoramento do Comércio, denominada agora como Reunião Bilateral Brasil-Argentina, mostra que o conflito comercial, de fato, reduziu-se. Muitos acordos de restrição voluntária de exportações não foram renovados (mantém-se o acordo no setor de papel e celulose) e a agenda inclui, cada vez mais, temas de interesse comum em relação a terceiros. Este é o caso do comércio com a China que vem preocupando a ambos os países.

⁶⁶ O saldo comercial brasileiro com a Argentina, no primeiro semestre de 2008, atinge a cifra de US\$ 2,3 bilhões contra US\$ 1,6 bilhão no mesmo período de 2007.

⁶⁷ Abeceb [2008].

O setor têxtil, que havia sido alvo de grandes desavenças comerciais, converteu-se em campo de cooperação a partir dos investimentos feitos pelo Brasil na Argentina. A percepção do "efeito China" sobre o setor vem possibilitando o desenvolvimento de uma ação coordenada entre os setores privados dos dois países, ainda que o panorama bilateral aponte para desvio de importações e de perdas de *market share* brasileiro no mercado argentino.

Talvez o destaque no tema dos conflitos comerciais que, de fato, marcou o cenário das relações entre os dois maiores sócios do MERCOSUL no período de julho de 2007 a junho de 2008, seja o acordo para a Política Automotiva Comum, com a definição de horizonte de tempo para o livre comércio. Este setor, responsável por uma parcela importante do comércio bilateral e marcado por um comércio administrado com dificuldades de adequação ao livre comércio, vinha tendo suas negociações de retirada de restrições intra-MERCOSUL constantemente postergadas.

Definir a data para o livre comércio foi difícil para a Argentina, preocupada em manter e ampliar os investimentos diretos estrangeiros no setor. Os termos da conclusão dessa negociação não foram considerados ideais por representantes da indústria no Brasil, porém foram percebidos como o limite possível pela Argentina. Avaliou-se que para a tranquilidade do mercado e para a sustentação dos investimentos é melhor dispor de um acordo que aponte para o livre comércio no futuro, mas que crie um horizonte de previsibilidade para as regras do comércio, do que manter a situação anterior com acordos temporários sujeitos a constantes prorrogações. Resta, agora, monitorar a implementação do acordo e criar condições para que os compromissos sejam cumpridos.

Esse Capítulo descreve em detalhes a evolução da Política Automotiva Comum entre Brasil e Argentina, realiza um balanço dos conflitos comerciais na indústria indicando o progresso dos entendimentos na área têxtil e aborda dois outros temas selecionados pelos seus reflexos nos entendimentos entre governos nas reuniões do GMC - o contencioso das "papeleras" entre Argentina e Uruguai e o tema dos pneus usados ou remoldados cujas exigências da OMC exigem, por parte do Brasil, a eliminação das condições especiais de importação do MERCOSUL. Esse levantamento não é exaustivo, mas, como mencionado, o ambiente comercial entre os sócios tem sido melhor do que em anos anteriores.

B. Evolução da Política Automotiva Comum entre Brasil e Argentina: últimos entendimentos

A Política Automotiva Comum entre Brasil e Argentina foi inaugurada em 2001, com a assinatura do 30º Protocolo Adicional ao ACE N° 14. O comércio automotivo bilateral foi administrado ao longo de todo o processo de construção da área de livre comércio e da união aduaneira do MERCOSUL, incluindo contingentes de comércio até mesmo por marcas de veículos.

A partir do 30º Protocolo, foi criada uma estrutura organizada para a Política Automotiva Comum, sendo definidos os níveis da Tarifa Externa Comum (TEC) para importação de fora do bloco, a metodologia de adequação das tarifas nacionais a estes níveis e os mecanismo de contingenciamento do comércio preferencial intra-bloco para o período 2001-2005. Não havia compromisso sobre a data de instalação da área de livre comércio.

Esse tema foi finalmente incluído no 31º Protocolo de novembro de 2002. No artigo 13 consta que "a partir de 1º de janeiro de 2006 o comércio de produtos automotivos entre as Partes não terá mais tarifas nem limitações quantitativas". (Ver Quadro H que descreve em detalhes a evolução da política automotiva comum entre Brasil e Argentina)

QUADRO H
EVOLUÇÃO DA POLÍTICA AUTOMOTIVA COMUM ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Tema	31º Protocolo de 11 de novembro de 2002 Vigência de 1º de agosto de 2000 a 31 de dezembro de 2005 (artigos 12 a 23 a partir de janeiro de 2001)	35º Protocolo de 28 de junho de 2006 Vigência de 1º de julho de 2006 a 30 de junho de 2008	38º Protocolo de 23 de junho de 2008 Vigência de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2014
Comércio extrazona de veículos e autopeças	<p>O Protocolo incorporou o Acordo sobre a Política Automotriz Comum entre Argentina e Brasil.</p> <p>A TEC foi fixada em 35% para automóveis, ônibus, caminhões, chassis, reboques e semi-reboques e carrocerias e cabines e, em 14%, para tratores, colheitadeiras, maquinaria agrícola e maquinaria autopropulsada, num total de 81 itens tarifários.</p> <p>Admite-se tratamento diferente no caso de preferências transitórias, exceções temporárias e reduções tarifárias para bens não produzidos no MERCOSUL (ex-tarifários do Brasil). Previsão de revisão periódica a ser conduzida pelo Comitê Automotor (Art. 3).</p> <p>Foi, ainda, definido um cronograma ascendente de convergência para a adoção pela Argentina desses níveis, de 2000 a 2006 (Art. 9).</p> <p>Para autopeças foram mantidos os níveis originais e variados da TEC (Art. 3) para um universo de 514 itens tarifários (níveis variados da TEC).</p>	<p>Os níveis da TEC permaneceram os mesmos do Protocolo anterior e passaram a ser adotados pelos dois países, com o fim do cronograma de convergência da Argentina (Art. 3).</p> <p>Foi mantida a mesma referência a preferências transitórias, a exceções temporárias e a reduções tarifárias para bens não produzidos no MERCOSUL (ex-tarifários do Brasil) (Art. 3).</p> <p>O universo do acordo (automóveis etc. e autopeças) não se alterou.</p>	<p>Os níveis da TEC não foram alterados: 35% e 14%. As autopeças permanecem com os níveis originais da TEC.</p> <p>Manteve-se a mesma referência a preferências exceções e reduções.</p> <p>Foi mantido, com pequenos ajustes, o universo de automóveis, ônibus, caminhões, chassis, tratores, reboques, carrocerias, e maquinaria autopropulsada abarcando 79 itens tarifários.</p> <p>O universo de autopeças foi modificado na sua composição e passou a incorporar 534 itens tarifários.</p>
	Importação de autopeças para produção	<p>Foram definidos cronogramas ascendentes de Imposto de Importação (II) para autopeças importadas de terceiros e destinadas à produção automotiva na Argentina e no Brasil. Na importação da Argentina, foi autorizada a adição de 0,5 ponto percentual ao II (Art. 5 e 6).</p>	<p>Ambos os Protocolos 31 e 35 prevêem o II de 2% para autopeças não produzidas no MERCOSUL, a ser aplicado em produtos cuja lista será definida mediante propostas dos setores privados dos dois países (Art. 6 neste Protocolo e 8 no 31º Protocolo).</p> <p>As importações de autopeças não originárias do bloco para a produção de tratores, colheitadeiras, maquinaria agrícola e autopropulsada poderão usufruir a alíquota de 8% de II. Esse benefício exige o registro de produtores junto às autoridades de aplicação do Protocolo de cada parte (Art. 8).</p> <p>Antes de 31 de dezembro de 2006, os países farão esforços para obter consensos, em trabalho conjunto com setores privados, para definir política comum de autopeças, de modo a eliminar assimetrias existentes (Art. 7).</p>

QUADRO H (CONTINUAÇÃO)

Tema	31º Protocolo de 11 de novembro de 2002 Vigência de 1º de agosto de 2000 a 31 de dezembro de 2005 (artigos 12 a 23 a partir de janeiro de 2001)	35º Protocolo de 28 de junho de 2006 Vigência de 1º de julho de 2006 a 30 de junho de 2008	38º Protocolo de 23 de junho de 2008 Vigência de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2014
Administração do comércio intrazona (âmbito de aplicação)	<p>Produtos sujeitos ao monitoramento a partir de janeiro de 2001 até dezembro de 2005: automóveis e veículos utilitários leves, ônibus, caminhões, tratores, chassis e autopeças (Art. 12).</p> <p>Produtos sujeitos ao monitoramento de comércio até janeiro de 2002: reboques e semi-reboques, carrocerias, tratores agrícolas, colheitadeiras e maquinaria agrícola autopropulsada e maquinaria autopropulsada (Art. 12).</p>	<p>Produtos sujeitos ao monitoramento: automóveis e veículos utilitários leves; ônibus; caminhões; tratores; chassis com motor; e autopeças. O período definido para esse monitoramento foi de 1º de julho de 2006 a 30 de junho de 2008 (Art. 11).</p>	<p>O universo de monitoramento não foi alterado. Os produtos sujeitos ao monitoramento global de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2013 são os seguintes: automóveis e veículos utilitários leves, ônibus, caminhões, caminhões-tratores, chassis e autopeças (Art. 10).</p>
Coefficiente de desvio das exportações (Flex)	<p>US\$ 1 de importação = US\$ 2,6 de exportação, em 2005 (coeficiente crescente entre 2001 e 2005) (Art. 13).</p> <p>Não há limite total para as exportações preferenciais, desde que observados os Flex definidos no Protocolo (Art. 13).</p>	<p>US\$ 1 de importação = US\$ 1,95 de exportação de 1º de julho de 2006 a 30 de junho de 2008 (Art. 12 a).</p> <p>Sempre que o coeficiente de desvio de exportações nos primeiros doze meses não superar 2,1, será permitido que o coeficiente de desvio seja calculado com base no período bianual compreendido entre julho de 2006 e junho de 2008 (Art. 12 b).</p> <p>Foi mantida a mesma referência sobre a ausência de limite total para as exportações preferenciais, desde que observados os Flex.</p>	<p>Até 30 de junho de 2013, o coeficiente de desvio será o seguinte conforme o resultado de comércio:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comércio bilateral deficitário para Argentina: Flex não superior a US\$ 1,95; • Comércio bilateral deficitário para Brasil: Flex não superior a US\$ 2,50. <p>Foi mantida a mesma referência sobre a ausência de limite total para as exportações preferenciais, desde que observa dos os Flex.</p>
Período de comércio para cálculo do desvio das exportações	<p>Períodos anuais de janeiro a dezembro de 2001 a 2005 (Art. 13 a).</p>	<p>Dois períodos de doze meses de 1º de julho de 2006 a 30 de junho de 2007 e de 1º de julho de 2007 a 30 de junho de 2008.</p>	<p>Cinco períodos de doze meses, a partir de 1º de julho de 2008 (Art. 11).</p>
Livre comércio	<p>Previsão de livre comércio em janeiro de 2006 (Art. 13 a).</p> <p>Preferência de 100% para o comércio dentro do bloco, conforme regras do acordo, dentro dos limites quantitativos e observando as regras de origem (Art. 11).</p>	<p>Sem previsão de data. Há apenas a indicação de que, antes de 30 de junho de 2008, os países efetuaram uma avaliação completa da evolução da indústria e do intercâmbio comercial, incluindo o comércio com o resto do mundo, a fim de efetuar ajustes na Política Automotiva definida no Protocolo (Art. 28). É mantida a mesma preferência de 100% para o comércio dentro das regras (Art. 10).</p> <p>Até 30 de junho de 2008, a margem de preferência de 100% é preservada intrabloco (Art. 10), dentro do sistema de monitoramento e de acordo com as regras de origem.</p>	<p>A partir de 1º de julho de 2013, o comércio automotivo não terá limites quantitativos. (Art. 11 c).</p> <p>A margem de preferência de 100% foi preservada intrabloco pelo Artigo 9.</p>

QUADRO H (CONTINUAÇÃO)

Tema	31º Protocolo de 11 de novembro de 2002 Vigência de 1º de agosto de 2000 a 31 de dezembro de 2005 (artigos 12 a 23 a partir de janeiro de 2001)	35º Protocolo de 28 de junho de 2006 Vigência de 1º de julho de 2006 a 30 de junho de 2008	38º Protocolo de 23 de junho de 2008 Vigência de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2014
Índice de conteúdo regional e de conteúdo argentino	<p>Conteúdo regional de 60% para todos os produtos. Para autopeças, excluindo conjuntos e subconjuntos que devem também cumprir 60%, será aplicada a mesma regra geral do MERCOSUL para esses produtos.</p> <p>Conteúdo mínimo de 5% de autopeças argentinas e conteúdo máximo de 65% de autopeças importadas, inclusive dos sócios do MERCOSUL (em 2005) (Art. 23).</p>	<p>A mesma orientação sobre conteúdo regional do Protocolo anterior foi mantida no 35º Protocolo. Não foi renovada a exigência de conteúdo mínimo argentino para autopeças.</p>	<p>O 38º Protocolo manteve a mesma orientação sobre conteúdo regional do Protocolo anterior.</p>
Admissão temporária e <i>drawback</i>	<p>Eliminação dessas operações nas exportações de veículos e autopeças para países do bloco (Art. 24).</p>	<p>As exportações do setor automotivo para o país sócio do bloco estarão sujeitas às regras gerais do MERCOSUL para essas operações (Art. 22).</p>	<p>Igualmente, o 38º Protocolo remete as operações de <i>drawback</i> às regras do MERCOSUL (Art. 22).</p>
Regulamentos técnicos	<p>Exigência de cumprimento dos Regulamentos Técnicos do MERCOSUL relacionados ao meio ambiente e às seguranças ativa e passiva, independente da origem do produto (Art. 31).</p>	<p>Antes de 31 de dezembro de 2006, os países deverão acordar as disposições vinculadas aos Regulamentos Técnicos que serão incorporadas ao Acordo (Art. 29).</p>	<p>Os países se comprometem a retomar os trabalhos de harmonização dos Regulamentos Técnicos vinculados ao meio ambiente e à segurança ativa e passiva (Art. 27).</p>

O período entre 2002 e junho de 2006 foi caracterizado por intensas negociações entre governos e entidades representativas do setor privado dos dois países. As negociações foram tradicionalmente difíceis no tema do livre comércio. Um importante movimento de captação de investimentos no setor automotivo, apoiado pela manutenção de níveis elevados de proteção em relação ao exterior e pela preservação de barreiras e contingentes no comércio com o Brasil, explica a dificuldade da negociação.

A idéia de manter limites ao livre comércio (100% de preferência) proporcionados pelo regime de "Flex" enquanto não fosse possível obter níveis mais equilibrados no intercâmbio bilateral está na raiz da política da Argentina para o setor.⁶⁸ Isto justifica os termos do 35º Protocolo, de junho de 2006, segundo os quais foi eliminado o compromisso de livre comércio com uma data específica e foi adotado um desvio de comércio mais severo do que o anterior, ou seja, US\$ 1 de importação = US\$ 1,95 de exportação, para o período de 1º de julho de 2006 a 30 de junho de 2008.

A capacidade brasileira de atração de investimentos, aliada às dimensões de mercado, foi considerada uma ameaça para a recuperação do setor na Argentina. Contudo, anúncios de investimentos para o desenvolvimento de novos modelos incentivados pela recuperação econômica do país, em 2006, e também pelo acirramento da demanda doméstica brasileira no setor, em 2007, propiciaram um ambiente mais favorável para a negociação da Política Automotiva Comum, no segundo semestre do ano passado e no primeiro semestre de 2008. Esse ambiente também foi beneficiado pela paridade cambial entre as moedas mais favorável à Argentina.

Com efeito, esse período foi crucial para as negociações entre o Brasil e a Argentina na área automotiva. A indústria automotiva brasileira pressionava pela definição de horizonte para o livre comércio, argumentando que manter um cenário de incerteza sobre "as regras do jogo" seria mais negativo do que a concorrência com o Brasil. A capacidade de atração de investimentos e de manutenção de um clima favorável para a operação das montadoras multinacionais estaria ligada, segundo a visão brasileira, ao ambiente macroeconômico e à previsibilidade regulatória.

Antes de 30 de junho de 2008, os países deveriam efetuar uma avaliação completa da evolução da indústria e do intercâmbio comercial, incluindo o comércio com o resto do mundo, a fim de efetuar ajustes na Política Automotiva. Foi esse mandato que embasou o grande esforço dos negociadores. A despeito das pressões brasileiras para garantir um prazo menor, as negociações fixaram o livre comércio em julho de 2013 - 7 anos e meio depois do que havia sido combinado em 2002.

Com participação ativa das duas entidades do setor privado - a ANFAVEA do Brasil e a ADEFA da Argentina - o acordo foi considerado positivo em face das alternativas disponíveis. Não dispor de acordo ou simplesmente adotar novas prorrogações refletindo acordos transitórios sem a mais leve referência ao objetivo de liberar o comércio bilateral não pareciam alternativas aceitáveis para a parte brasileira. O momento de aquecimento da demanda doméstica por automóveis e de grande apreciação do real em relação ao peso argentino incentivava a importação do país vizinho e facilitava a conclusão dos entendimentos.

Uma regra inusitada em relação às anteriores, incluída no 38º Protocolo, de junho de 2008, foi a que determinou um "Flex" assimétrico. O nível de 1,95 é o limite para o déficit comercial da Argentina no setor, o que significa que para o Brasil a proporção é de US\$ 1 de importação para US\$ 1,95 de exportação. O nível de 2,50 corresponde ao limite do déficit comercial brasileiro, o que significa que para a Argentina US\$ 1 de importação deve corresponder a US\$ 2,5 de exportações daquele país.

⁶⁸ O "regime de flex" consiste em um coeficiente de desvio das exportações através do qual é definido um limite para as exportações de cada um dos países para cada US\$ 1 de importações.

Mesmo em face da recuperação de investimentos na Argentina, a assimetria de produção entre os dois países continuava sendo importante. A possibilidade de usufruir um nível maior do "Flex" na exportação deve propiciar maior equilíbrio comercial e complementaridade no setor.

O Quadro 18 registra, no período de vigência do ACE N° 35 de julho de 2006 a junho de 2008, perda de *market share* no comércio de veículos tanto do Brasil no mercado argentino quanto da Argentina no mercado brasileiro. Chama a atenção, contudo, o nível superior do *market share* brasileiro (na casa dos 75%) em comparação ao *market share* argentino (na casa dos 55%) considerando-se que os níveis de importações dos dois países do mundo são muito semelhantes. Por outro lado, o crescimento das importações brasileiras do mundo foi mais acentuado do que a expansão das importações argentinas do mundo, indicando um desvio de comércio maior do Brasil em relação ao seu parceiro.

QUADRO 18
IMPORTAÇÕES DOS PRODUTOS INCLUÍDOS NA PAC
VEÍCULOS
(US\$ milhões)

Cortes	Argentina			Brasil		
	Jul. 2006 a Jun. 2007	Jul. 2007 a Jun. 2008	Var. %	Jul. 2006 a Jun. 2007	Jul. 2007 a Jun. 2008	Var. %
Mundo	3.815	5.495	44,1	3.180	5.616	76,6
Parceiro	2.914	4.074	39,8	1.820	3.022	66,0
<i>Market Share</i>						
Brasil na Argentina	76%	74%				
Argentina no Brasil				57%	54%	

AUTOPEÇAS
(US\$ milhões)

Cortes	Argentina			Brasil		
	Jul. 2006 a Jun. 2007	Jul. 2007 a Jun. 2008	Var. %	Jul. 2006 a Jun. 2007	Jul. 2007 a Jun. 2008	Var. %
Mundo	6.558	8.466	29,1	13.987	19.052	36,2
Parceiro	2.330	3.017	29,5	1.073	1.350	25,9
<i>Market Share</i>						
Brasil na Argentina	36%	36%				
Argentina no Brasil				8%	7%	

Nota: Estão incluídos os produtos que constam no universo do 35° Protocolo Adicional do ACE N° 14.

Fonte: Elaborado a partir das informações do WTA, MDIC e ALADI.

No comércio de autopeças, as diferenças de *market share* são maiores (36% e 8%). Sobressai o nível muito superior das importações brasileiras do mundo, que incluem autopeças não fabricadas nos dois países. Uma das tarefas pendentes do 38° Protocolo da Política Automotiva Comum é exatamente a definição da lista de produtos não produzidos dentro do MERCOSUL, que terá o imposto de importação reduzido para 2%. As

importações de autopeças não produzidas no bloco para a produção de tratores, colheitadeiras e maquinaria agrícola já usufruem o benefício de um imposto reduzido de 8%.

C. Comércio de produtos sujeitos ao sistema de licenciamento prévio e a acordos de restrição voluntária - calçados, linha branca e papel

O comércio de calçados entre Brasil e Argentina foi marcado por um histórico de limites quantitativos das exportações brasileiras, na forma de acordos de restrição voluntária e licenças não-automáticas de importação.

O primeiro instrumento é caracterizado por um esforço de controle do comércio por parte das entidades de representação do setor privado. A Associação Brasileira da Indústria de Calçados do Brasil (ABICALÇADOS) e a Câmara da Indústria do Calçado da Argentina (CIC) - essa última de comum acordo com seu governo - durante anos definiram quotas anuais de vendas do Brasil para a Argentina em milhares de pares de calçados.

Nos anos de 2004 e 2005, o Brasil era responsável por cerca de 80% e 70% das importações argentinas de sapatos, respectivamente.⁶⁹ Nesses anos, vigoraram desde acordos de restrição voluntária até licenças automáticas e não-automáticas. A atuação das entidades empresariais visava, sobretudo, manter o comércio dentro dos limites acordados, evitando o acionamento dos instrumentos de licenciamento do governo argentino que, por sua vez, funcionavam como "incentivos" ao entendimento e ao monitoramento do comércio.

A indústria de calçados da Argentina advogava a necessidade de conter importações na casa dos 14,5 milhões de pares (o Brasil pleiteava uma quota de 16 milhões de pares) e em diversas oportunidades o tema foi debatido entre ministros de Estado dos dois países.

O Quadro 19 mostra que, nos anos de 2006 e 2007, o *market share* do Brasil no mercado argentino foi ajustado, situando-se entre 60% e 65%. Vale observar que, no primeiro semestre de 2008, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, o crescimento das importações argentinas do mundo foi bastante superior ao crescimento das compras do Brasil, determinando um patamar mais modesto para o *market share* brasileiro.

O setor continua na pauta da Reunião Bilateral Brasil-Argentina, que identifica importante ampliação de investimentos brasileiros na Argentina. Os dois países - Brasil e Argentina - estão em processo de avaliação de suas importações da China nos anos de 2006, 2007 e 2008 em bases anual e semestral.

No campo dos produtos da linha branca (fogões, refrigeradores e máquinas de lavar roupas), o conflito comercial iniciou-se com a Resolução do Ministério de Economia e Produção da Argentina N° 444, de 5/07/2004 determinando que as importações de fogões (NCM 7321.11.00), geladeiras (NCM 8418.10.00 e NCM 8418.21.00) e máquinas de lavar roupas (NCM 8450.11.00) ficassem sujeitas a licenciamento não-automático.

Nos anos de 2005 e 2006, a ELETROS (entidade brasileira do setor privado) e a Câmara Argentina de Refrigeração e Ar Condicionado (CAIARA) acordaram participação equilibrada no mercado argentino para a produção local e para a produção brasileira, destinando também pequena reserva de mercado para outros fornecedores. Considerando a possibilidade de restrições às importações através do regime de licenças não-automáticas, o setor privado brasileiro preferiu acertar os acordos de restrição voluntária que preservariam o mercado e facilitariam o esforço de modernização do parque argentino.

⁶⁹ Ver Informe MERCOSUL N° 12 [2007].

QUADRO 19
PRODUTOS SUJEITOS AO REGIME DE LICENCIAMENTO NÃO AUTOMÁTICO E A ACORDOS DE
RESTRIÇÃO VOLUNTÁRIA
(Importações argentinas)

Produtos	2006			2007			Variação percentual	
	US\$ milhões			US\$ milhões			2007/2006	
	Mundo	Brasil	Market Share	Mundo	Brasil	Market Share	Mundo	Brasil
Calçados	228,7	138,6	60,6%	280,7	183,9	65,5%	22,8%	32,7%
Linha Branca	174,4	139,3	79,8%	231,7	168,2	72,6%	32,8%	20,8%
Papel	32,4	30,3	93,6%	40,6	39,2	96,6%	25,3%	29,3%

Produtos	Janeiro-Junho 2007			Janeiro-Junho 2008			Variação percentual	
	US\$ milhões			US\$ milhões			2008/2007	
	Mundo	Brasil	Market Share	Mundo	Brasil	Market Share	Mundo	Brasil
Calçados	113,0	72,4	64,1%	153,9	84,5	54,9%	36,2%	16,7%
Linha Branca	99,3	71,6	72,1%	93,4	63,6	68,0%	-5,9%	-11,2%
Papel	17,3	16,8	97,6%	21,3	19,8	92,8%	23,5%	17,4%

Fonte: Ministério de Economia e Produção da Argentina. Elaborado a partir das informações do WTA e MDIC.

Em setembro de 2006, todos esses acordos estavam vencidos e a ELETROS não se dispôs a renová-los. Mesmo assim, as importações da Argentina em 2006 e 2007 se expandiram bastante. As importações do mundo cresceram 32% de um ano para o outro, contra 21% das importações do Brasil. A retração no mercado argentino desse segmento ocasionou as quedas nas compras de 2008, do mundo e do Brasil. O *market share* brasileiro global da linha branca manteve-se elevado, apesar da sua redução em lava-roupas, ocasionado pela ampliação das importações provenientes do Chile. A Argentina e o Chile mantêm uma importante corrente comercial desse produto. Diferentemente do que ocorre no comércio com o Brasil em que não há importações brasileiras da Argentina de produtos da linha branca, o comércio de máquinas de lava-roupas entre Argentina e Chile registra intercâmbio nas duas direções.

O setor de papel é um dos poucos que preserva seu acordo de restrição voluntária de exportações. O setor privado brasileiro representado pela BRACELPA considera o entendimento positivo. O Quadro 19 mostra as razões disso: o Brasil é praticamente o único fornecedor da Argentina.

D. Comércio de produtos sujeitos a medidas *antidumping* e de salvaguardas na Argentina

O leque de produtos sujeitos a direitos *antidumping*, direitos compensatórios e medidas de salvaguarda na Argentina e que afetam as exportações do Brasil não mudou muito desde 2006. O Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC), aprovado para permitir a adoção negociada e mediante certas circunstâncias de

restrições ao comércio entre Brasil e Argentina, não foi implementado pelos países.⁷⁰ O levantamento feito regularmente pela Comissão Nacional de Comércio Exterior da Argentina (CNCE) mostra que, em 2006, 40 itens tarifários estavam sujeitos à aplicação dessas medidas, contra 36, em 2008.

Para a grande maioria dos produtos, a imposição de medidas restritivas iniciou-se em 2005, com prazo de vigência de 3 a 5 anos. Três produtos tiveram seus diretos *antidumping* instituídos em 2007 e 2008: os transformadores (Resolução do MEyP 02/07 de 23 de julho de 2007), as folhas de serra manual (Resolução do MEyP 61/08 de 14 de fevereiro de 2008) e vasos, copos e jarros de vidro (Resolução do MEyP 121/08 de 13 de março de 2008). Em 2007, o *market share* brasileiro desses produtos foi de 18%, 16% e 49%, respectivamente. No caso dos transformadores, as medidas surtiram efeito com a queda das importações do Brasil naquele mesmo ano. No primeiro semestre de 2008, este movimento inverteu-se e o Brasil praticamente abasteceu o mercado argentino.

Desde o segundo semestre de 2007, o tema de maior conflito neste campo, e com decisão final ainda pendente em agosto de 2008, diz respeito à TV à cores. Esse produto fabricado pela Zona Franca de Manaus foi objeto de uma investigação de salvaguarda que resultou em uma quota de exportação para o Brasil a vigorar por 3 anos (Resolução MEyP 43/05 de 9 de fevereiro de 2005). Foram estabelecidas quotas para as exportações brasileiras de 100 mil unidades em 2005, 169 mil em 2006 e 235 mil em 2007.

As exportações acima da quota são oneradas com 21,5% de imposto de importação e foram excluídos da restrição os televisores plasma e LCD. Com o início da produção desses televisores na Argentina, foi firmado entre os setores privados dos dois países um acordo de restrição voluntária. A posição anterior (NCM 8528.12.90), que englobava todos os produtos a cores, foi desdobrada em 2007 nas seguintes posições: NCM 8528.71.90 (CRT) e NCM 8528.72.00 (LCD/Plasma).

A salvaguarda expirou no início deste ano, mas o governo argentino instituiu uma nova quota de 175 mil unidades até setembro, enquanto avalia o pedido da indústria nacional. A revisão da salvaguarda indicando a possibilidade de estendê-la automaticamente para as TVs LCD/Plasma (NCM 8528.72.00), foi aberta através da Resolução 25/07 de 21 de dezembro de 2007.

Os dados do Quadro 20 para esses produtos agregam os tipos de TV, mas é possível observar que, em 2007, houve uma queda nas importações argentinas certamente decorrentes do início da fabricação local de TV LCD e de plasma. Em 2008, as importações se expandiram em relação ao primeiro semestre de 2007 e este resultado, segundo manifestações do setor privado brasileiro, tem a contribuição de outros fornecedores como a China e o México.

⁷⁰ O MAC entre Brasil e Argentina foi a solução encontrada pelos dois maiores sócios do bloco para tratar da demanda argentina de "institucionalizar" uma salvaguarda intra-MERCOSUL. A Decisão 28/00, de junho de 2000, havia definido a necessidade de disciplinar a aplicação de medidas *antidumping* e compensatórias e de definir um sistema para sua eliminação gradual no comércio intrazona até o fim de 2001. Decisões posteriores prorrogaram esse prazo. No dia 1º de fevereiro de 2006, foi aprovado o MAC. O mecanismo inclui as seguintes regras: consulta entre setores privados, abertura de investigação, comprovação de dano ou ameaça de dano, órgão de apelação etc. O MAC foi protocolizado na ALADI tornando-se o 34º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 14 (ACE 14), assinado em 11 de abril de 2006. A sua vigência deve ser simultânea e somente terá início quando os países tiverem comunicado à ALADI a internação do Protocolo às respectivas legislações domésticas. Como essa exigência não foi cumprida, o MAC ainda não está em vigor. No âmbito do MERCOSUL, o 43º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 18 (ACE 18), de 25 de junho de 2003, havia definido um sistema de disciplinamento dessas medidas na esfera do comércio intrabloco, mas também não foi incorporado ao ordenamento jurídico dos sócios.

QUADRO 20
PRODUTOS SUJEITOS A DIREITOS ANTIDUMPING, COMPENSATÓRIOS E MEDIDAS DE
SALVAGUARDA DEFINITIVAS
(Importações argentinas)

Produtos	2006			2007			Variação percentual	
	US\$ milhões			US\$ milhões			2007/2006	
	Mundo	Brasil	Market Share	Mundo	Brasil	Market Share	Mundo	Brasil
Artigos sanitários de cerâmica	1,6	1,2	74,0%	2,4	1,6	66,5%	43,9%	29,3%
Folhas de serra manual	2,0	0,3	13,9%	2,3	0,4	16,1%	13,3%	31,2%
Tereftalato de Polietileno - PET	114,7	16,3	14,2%	158,1	18,7	11,8%	37,8%	14,6%
Pneus de bicicleta novos	111,2	20,7	18,6%	127,2	18,9	14,9%	14,4%	-8,7%
Produtos laminados de ferro e aço	80,7	72,5	89,9%	183,9	120,9	65,7%	128,0%	66,7%
Transformadores	10,0	7,4	74,7%	13,2	2,4	18,4%	32,7%	-67,3%
Tubos de aço inoxidável com costura	15,4	4,5	29,0%	22,8	6,3	27,6%	48,5%	41,6%
TV a cores	168,8	59,4	35,2%	72,0	19,7	27,4%	-57,3%	-66,8%
Vasos, copos e jarros de vidro	12,7	6,5	51,3%	16,7	8,2	49,1%	32,2%	26,5%

Produtos	Janeiro-Junho 2007			Janeiro-Junho 2008			Variação percentual	
	US\$ milhões			US\$ milhões			2008/2007	
	Mundo	Brasil	Market Share	Mundo	Brasil	Market Share	Mundo	Brasil
Artigos sanitários de cerâmica	1,0	0,8	80,1%	1,6	0,9	56,8%	58,9%	12,6%
Folhas de serra manual	1,1	0,2	21,9%	1,7	0,2	13,4%	49,5%	-9,0%
Tereftalato de Polietileno - PET	56,0	5,5	9,8%	67,9	2,5	3,7%	21,3%	-54,4%
Pneus de bicicleta novos	30,3	6,2	20,5%	46,1	7,5	16,3%	52,0%	21,3%
Produtos laminados de ferro e aço	78,7	58,7	74,6%	118,4	85,4	72,1%	50,5%	45,4%
Transformadores	10,8	0,0	0,0%	21,1	18,6	87,9%	95,8%	n.d.
Tubos de aço inoxidável com costura	12,0	3,0	25,2%	13,2	3,4	25,9%	9,9%	12,7%
TV a cores	10,9	5,2	48,0%	70,2	15,3	21,7%	547,0%	193,1%
Vasos, copos e jarros de vidro	5,8	2,7	45,4%	9,0	4,6	51,6%	53,5%	74,4%

Fonte: Comissão Nacional de Comércio Exterior da Argentina (CNCE). Elaborado a partir das informações do WTA e MDIC.

E. Setor Têxtil

O histórico das relações Brasil-Argentina na área têxtil foi marcado por um contencioso comercial que se prolongou por muitos anos. A primeira fase foi marcada pela inclusão de certos produtos do setor no Regime de Adequação dos dois países. Entre 1995 e 1999, a Argentina protegeu o segmento de confecções na esfera do comércio intra-MERCOSUL e o Brasil o segmento de tecidos de lã.

Após o encerramento do Regime de Adequação, iniciou-se a segunda fase do contencioso a partir de 2000. O setor passou a ser alvo de um variado elenco de medidas adotadas pela Argentina com o objetivo de conter importações do Brasil. Dentre essas, destacam-se medidas *antidumping*, especialmente sobre *denin* e tecidos de algodão, que aos poucos foram sendo substituídas por acordos de monitoramento de comércio, licenças não-automáticas de importação, quotas, acordos de preço, etc.

Essa mudança nos instrumentos de controle comercial foi propiciada pela atuação da Comissão de Monitoramento do Comércio Brasil-Argentina. O conceito por trás desse novo mecanismo de diálogo era o de viabilizar o tratamento técnico das questões afetas ao setor privado dos dois países, evitando a adoção de medidas unilaterais que eram, até então, levadas à discussão no nível político.

O contencioso passou a ser acompanhado de perto pelas entidades de representação do setor privado em cada país - a ABIT do Brasil e a FIT da Argentina - que negociaram, junto com seus governos, as condições do comércio bilateral nas seguintes categorias de produtos:

- *Denin* - categoria submetida a quotas anuais;
- Fios acrílicos - grupo de produtos sujeito a acordos de preços;
- Veludo cotelê - controle de preços e licenciamento não automático;
- Tecidos de algodão - quotas e monitoramento de comércio;
- Toalhas - monitoramento baseado em preços e quotas;
- Carpetes - acordos de preços.

Esse exercício de entendimentos bilaterais foi mais intenso no período de 2004 a 2006. Atualmente os acordos de restrições quantitativas não existem mais. O último produto, o *denin*, teve o seu acordo suspenso a partir de janeiro de 2008.

Na área de preços, também não há mais compromissos bilaterais. O sistema de "preço critério" adotado pelas aduanas argentinas é aplicado para qualquer importação, inclusive as provenientes do MERCOSUL. Esse sistema determina um preço de referência para cada produto (normalmente considerado acima do mercado) e exige que as importações realizadas abaixo desse nível sejam oneradas pela cobrança em dobro do IVA e da "anticipación del impuesto a las ganancias", esse último uma antecipação do imposto de renda. O Brasil aplica também um sistema de "preço mínimo" que é mandatório, ou seja, a importação não é autorizada abaixo desse limite, contudo é dirigido fundamentalmente para as importações da Ásia, não sendo aplicado às compras de outras origens.

A fase de decidida melhoria nas relações bilaterais no setor pode ser identificada, basicamente, a partir do início de 2007. Duas razões parecem ter favorecido essa mudança: (i) a ampliação dos investimentos brasileiros na indústria têxtil argentina; e (ii) a maior consciência de que o grande problema para o setor, tanto brasileiro como argentino, reside no impacto econômico decorrente da ampliação das importações da China.

Com o objetivo de enfatizar aqui o efeito "China" sobre as relações bilaterais e sobre a necessidade de maior aproximação/cooperação para o desenvolvimento de uma política comum de defesa comercial (a aprovação

de um protocolo do MERCOSUL neste campo seria ideal), o quadro a seguir mostra a redução do *market share* brasileiro nas importações argentinas e o correspondente avanço dos produtos têxteis chineses.

Mesmo nesse cenário, as exportações brasileiras para a Argentina de matérias têxteis e suas obras que englobam os produtos dos capítulos da NCM de 50 a 63 são significativas e superaram os US\$ 500 milhões, em 2007. Os níveis das importações brasileiras daquele país são, contudo, mais modestos tendo se situado na casa dos US\$ 160 milhões naquele ano, representando 1,5% das compras brasileiras da Argentina.

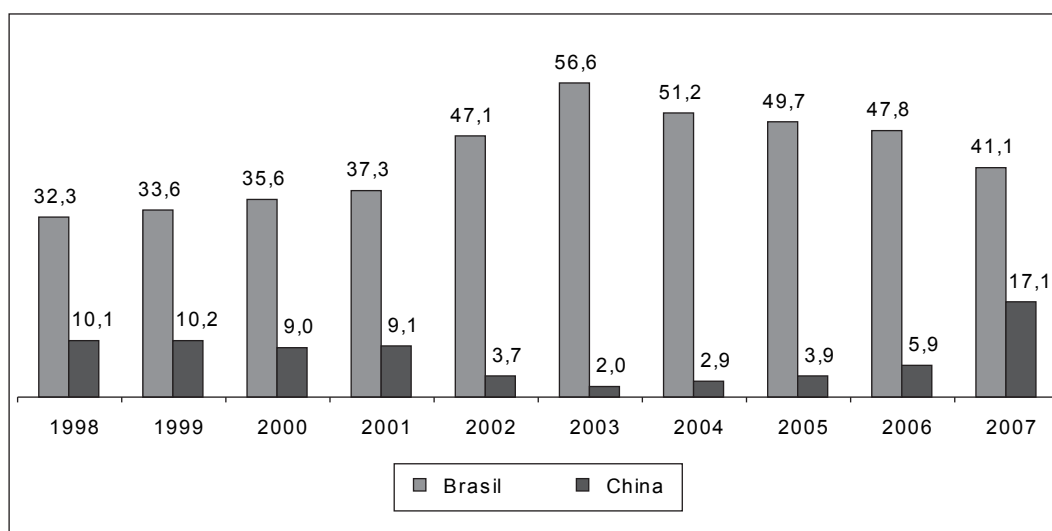
Finalmente, a despeito desse ambiente de bom relacionamento bilateral no setor têxtil, a Argentina abriu nova investigação de *dumping* contra o Brasil e a Indonésia sobre fios de acrílico puro, simples e retorcido através da Resolução 68/08, de 25 de março de 2008.

QUADRO 21
IMPORTAÇÕES ARGENTINAS DE TEXTÊIS E VESTUÁRIO
(US\$ milhões)

Origem	Anos									
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Mundo	1.109,34	926,68	989,65	814,13	253,07	611,87	761,35	911,54	1.066,74	1.314,47
Brasil	358,16	311,04	351,83	303,33	119,15	346,24	389,61	452,82	510,38	540,45
China	111,90	94,39	89,07	74,28	9,32	11,99	22,20	35,57	62,46	225,39
<i>Market share na Argentina</i>										
Brasil	32,29	33,57	35,55	37,26	47,08	56,59	51,17	49,68	47,84	41,12
China	10,09	10,19	9,00	9,12	3,68	1,96	2,92	3,90	5,86	17,15

Fonte: "Observatório Brasil-China" - CNI.

GRÁFICO 24
EVOLUÇÃO DO MARKET SHARE NA ARGENTINA



Fonte: "Observatório Brasil-China" - CNI.

F. O contencioso dos pneus usados ou remoldados

Diversas resoluções e normas brasileiras proíbem a importação de pneus usados ou remoldados no Brasil desde 1991 que, no entanto, não têm sido aplicadas ao MERCOSUL. Em janeiro de 2006, foi aberto um painel na OMC, a pedido da União Européia, questionando a proibição brasileira de importar pneus usados da Europa enquanto o País permite as importações provenientes do MERCOSUL. A argumentação brasileira baseada na preocupação ambiental - pneus remoldados ou usados têm menor vida útil e tornam-se resíduos difíceis de serem aproveitados -, foi aceita pela OMC, mas foi exigida a adequação da medida brasileira à regra de não-discriminação entre países.

Em 15 de janeiro de 2008, o Brasil declarou que seguiria as determinações da organização, mas que precisava de um prazo para isso, especialmente para debater um tratamento gradual no MERCOSUL. O objetivo seria definir uma política comum para o setor porque a simples extensão da proibição ao bloco viria em direção contrária a manifestações já realizadas pelo Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL. Seria necessário criar novo regime para pneus usados, a ser aprovado pelo órgão executivo do bloco, o GMC.

Este tema passou a integrar a mesa do GMC e tornou-se polêmico às vésperas das eleições presidenciais no Paraguai. As vendas paraguais ao Brasil são consideradas muito importantes em termos de divisas e empregos e a possibilidade de adoção de restrições brasileiras ganhou um apelo político enorme naquele país, só comparável às discussões recentes sobre demandas paraguaias para revisão das tarifas de Itaipú e para a venda das quotas excedentes de energia elétrica daquele país para qualquer destino.

Desde a reunião do GMC em abril de 2008, os representantes do Brasil vêm propondo a criação de um Grupo de Trabalho para estudar uma política comum sobre comércio de bens usados e reformados ou remoldados. O Brasil cumprirá a decisão da OMC, mas, alternativamente, propõe o estudo de uma política comunitária que possa ser apresentada ao organismo multilateral o mais breve possível.

Não há garantia de que uma proposta dessa natureza seja aceita na OMC. Tal como consta nas Atas do GMC, o assunto ainda não encontrou formas de tratamento dentro do bloco - o Paraguai insiste em não alterar as atuais condições de comércio.

O Brasil dispõe de prazo até 17 de dezembro para implementar o laudo da OMC e o governo brasileiro vem alertando seus parceiros de que, no caso de não haver entendimento intra-MERCOSUL, o país cumprirá as exigências internacionais.

É importante recordar que também o Uruguai e a Argentina, desde 2004, mantêm um contencioso com desdobramentos na esfera do Protocolo de Olivos e do Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL sobre as proibições argentinas de importações de pneus remoldados. A Argentina mantém restrições em pneus usados e a extensão dessas aos remoldados foi contestada pelo Uruguai. O laudo do TRP, emitido em abril de 2008, deu ganho de causa ao Uruguai.

Por fim, ainda no campo dos remoldados, o Brasil aprovou na Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) resolução que disciplinará as importações brasileiras desses pneus. No texto publicado no Diário Oficial de 18 de setembro de 2008, as importações brasileiras de pneus remoldados para automóveis ficam limitadas a 250 mil unidades por ano, sendo que o Uruguai poderá exportar até 130 mil e o Paraguai 120 mil. Essas quotas foram definidas com base nas médias dos valores importados nos últimos três anos. Como não há registro de importações provenientes da Argentina, não houve necessidade de definir limite para esse país. Ao decidir pela adoção da medida, a CAMEX levou em consideração os seguintes elementos:

- a) Impactos negativos sobre meio ambiente e saúde pública relacionados à importação de pneus reformados ou remoldados;
- b) Laudo do Tribunal Arbitral *Ad Hoc* do MERCOSUL, de 9 de janeiro de 2002, sobre proibição de importação de pneus remoldados adotada pelo Brasil;
- c) Relatório da OMC circulado dia 12 de junho de 2007 que reconheceu ser justificada a autorização excepcional dada ao Brasil para importação de pneus remoldados do MERCOSUL em 2004; e
- d) Negociações em curso no MERCOSUL para adoção de política de gestão ambiental de resíduos especiais e para a adoção de política comum sobre o comércio de pneus e seus resíduos.

G. Os reflexos do contencioso das "papeleras"

Como protestos contra a instalação de duas fábricas de papel nas margens do rio Uruguai, grupos de ambientalistas argentinos organizaram um bloqueio ao tráfego nas pontes sobre esse rio, durante o primeiro semestre de 2006.

O Uruguai apresentou essa controvérsia ao Tribunal *Ad Hoc* do MERCOSUL sobre "omissão pelo Estado argentino em adotar medidas apropriadas para prevenir e/ou cessar os impedimentos à livre circulação ocasionados pelos bloqueios no território argentino de vias de acesso às pontes internacionais General San Martín e General Artigas que unem a República Argentina à República Oriental do Uruguai."

Os argumentos uruguaios foram aceitos pelo Tribunal *Ad Hoc* que reconheceu serem os bloqueios e a omissão Argentina incompatíveis com os compromissos assumidos pelos países de garantir a livre circulação de bens e serviços entre os seus respectivos territórios. Contudo, não definiu sanções nem impôs medidas de correção. A Argentina, mesmo assim, entrou com recurso no Tribunal Permanente de Revisão cujo laudo, em julho de 2006, indicou expressamente a não aceitação do mesmo.⁷¹

Embora os investimentos no Uruguai tenham ido adiante, essa questão converteu-se em um dos maiores contenciosos intra-MERCOSUL nos últimos anos, dando margem a reclamações sobre a falta de atuação brasileira no caso e a constantes debates no GMC sobre entraves à livre circulação de bens e sobre a fragilidade dos instrumentos de controvérsia no MERCOSUL.

Talvez os impactos econômicos desse contencioso não tenham sido avaliados na íntegra, mas seus reflexos políticos foram grandes nas discussões subseqüentes sobre assimetrias e sobre as demandas uruguaias de maiores compensações pelas "perdas" com o processo de integração.

H. Comentários finais

A Política Automotiva Comum adotada entre Brasil e Argentina foi sem dúvida o grande tema setorial do período. O peso econômico das relações intra-industriais e a preocupação da Argentina em manter e expandir investimentos são aspectos que explicam a prioridade das negociações, o esforço dos negociadores e o envolvimento dos setores privados dos dois países. É justificável que essa negociação influencie a agenda bilateral e a do próprio MERCOSUL.

Como foi mencionado no início do capítulo, o contexto de maior crescimento e maiores fluxos de intercâmbio reduziu o tradicional quadro de conflitos, apesar do crescimento do superávit comercial brasileiro com os

⁷¹ O conflito também está sendo dirimido na Corte Internacional de Haia.

demais parceiros, principalmente com a Argentina. O aumento do superávit acumulado pelo Brasil pode ser explicado pela maior competitividade brasileira em produtos industriais, pelas dificuldades na Argentina para manter uma estrutura diversificada de exportações e, ainda, pela reduzida participação dos produtos sujeitos a medidas de restrições comerciais (com exceção do setor automotivo) no conjunto do comércio.

Já a redução do grau de conflito foi favorecida pela atuação dos mecanismos de monitoramento e administração do comércio, pelo bom desempenho do nível de atividade nos dois países e pelo crescimento dos investimentos diretos brasileiros em diversos setores econômicos na Argentina.

Os dados do comércio bilateral mostram, contudo, que os produtos monitorados pela Reunião Bilateral Brasil-Argentina são os que evidenciam perda de *market share* brasileiro e desvios de importação em benefício de outros fornecedores. Vale ressaltar que esse mecanismo deverá diversificar a sua agenda daqui para frente, tratando de temas comuns em relação ao mercado mundial como, por exemplo, o comércio com a China, para continuar a ter papel relevante na esfera bilateral.

Por fim, é possível que o movimento de desvalorização do real em relação ao dólar, decorrente da crise financeira mundial de setembro-outubro de 2008, e seus reflexos sobre a paridade entre as moedas influenciem o ambiente comercial dentro do MERCOSUL. A perspectiva de ampliação ainda maior do superávit comercial brasileiro pode estimular um recrudescimento dos conflitos setoriais entre os sócios.

CAPÍTULO V. A AGENDA EXTERNA

A agenda externa do MERCOSUL tem apresentado escassos progressos, apesar das diversas frentes de negociação que foram abertas pelo bloco nos últimos anos. Além de um ambiente internacional cada dia mais desfavorável a movimentos de liberalização comercial, o bloco está às voltas com crescentes dificuldades de convergência de interesses entre seus sócios no que se refere aos projetos de integração internacional.

De um lado, o Uruguai segue pleiteando autorização para avançar em negociações bilaterais, independentes do MERCOSUL. De outro lado, a Argentina tem menor incentivo para engajar-se em novos movimentos de liberalização comercial. Já o Brasil vem concentrando seus esforços em obter resultados na Rodada Doha, sob críticas de alguns segmentos empresariais, que demandam resultados na agenda externa do país.

Apesar das diversas iniciativas em curso, a assinatura do acordo de livre comércio com Israel, no apagar das luzes de 2007, foi único progresso registrado. As negociações para um acordo de preferências fixas entre o MERCOSUL e a União Aduaneira Sul-Africana (*South African Customs Union - SACU*, siglas em inglês) foram encerradas, mas o acordo não foi assinado. O futuro da Rodada Doha da OMC - principal prioridade da agenda comercial do bloco nos últimos anos - continua incerto.

As demais frentes de negociações regionais ou bilaterais - com União Européia, Conselho de Cooperação do Golfo, Índia, Marrocos, Egito, Paquistão ou México - não registraram avanços. Além dessas, duas novas frentes de negociação foram abertas como resultado da última reunião de Cúpula do MERCOSUL: negociações para acordos de livre-comércio com a Jordânia e com a Turquia.

Na região sul-americana, a constituição da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 23 de maio de 2008, foi anunciada pelos governos como um passo importante para o projeto de integração regional. O Tratado Constitutivo da UNASUL⁷² é bastante ambicioso no que se refere à agenda temática, mas é vago em relação à integração comercial e econômica. No âmbito da ALADI, as discussões para a criação de um Espaço de Livre Comércio enfrentam resistências de diversas ordens da maioria dos seus membros.

A. O ambiente internacional e as estratégias dos países-membros do MERCOSUL

O expressivo crescimento da economia e do comércio que dominou o cenário internacional desde 2003 deveria ter facilitado novos movimentos de abertura comercial. Mas, apesar da proliferação de acordos bilaterais de comércio, observou-se o acirramento de posturas protecionistas e o predomínio das agendas domésticas na formulação das estratégias dos principais atores nos foros de negociações internacionais. A emergência das novas potências econômicas asiáticas de um lado contribuiu para o crescimento do comércio internacional, mas de outro lado alimentou posturas protecionistas na maioria dos países.

No último ano, a crise financeira internacional e as incertezas quanto à extensão de seus efeitos sobre a economia mundial substituíram o ambiente de otimismo e vêm estimulando visões anti-globalização. Nos Estados Unidos, ganham espaço opiniões sobre a necessidade de rever as estratégias norte-americanas de política comercial.⁷³ Candidatos à Presidência do país defendem a revisão do NAFTA. Os acordos comerciais já negociados com a Coreia do Sul, o Panamá e a Colômbia enfrentam dificuldades para sua aprovação

⁷² O Tratado Constitutivo deve ser aprovado pelos Congressos.

⁷³ Os artigos de Lawrence Summers [2008a] e [2008b] mostram que esse debate ganha espaço envolvendo antigos defensores da ampla liberalização comercial.

pelo Congresso norte-americano. Manifestações contrárias a investimentos diretos estrangeiros em setores considerados estratégicos nos Estados Unidos também compõem o novo ambiente.

Na Europa, a política comercial tem recorrido ao uso de instrumentos não-tradicionais de proteção: normas técnicas (como o REACH, exigência de registro para produtos químicos), medidas sanitárias e fitossanitárias (como as que afetam as exportações de carne do Brasil) e normas ambientais (para importação de etanol) são crescentemente exigentes. Essas restrições vêm dificultando as exportações de produtos do MERCOSUL para a Europa e incentivam o debate sobre os novos temas que deveriam integrar a agenda de negociações entre os dois blocos, quando estas forem retomadas.

A alta dos preços internacionais das *commodities* trouxe à tona o tema da segurança alimentar nos países importadores de alimentos e acendeu o debate sobre auto-suficiência na produção de produtos agrícolas. A redução das barreiras às importações de alimentos seria a reação esperada, mas não foi o que se verificou. O receio da dependência da importação de alimentos em um contexto de excesso de demanda reforçou políticas de proteção à produção doméstica em vários países importadores.

As preocupações com o abastecimento doméstico também se manifestaram em países exportadores de alimentos. Restrições quantitativas e impostos às exportações (também conhecidos como "retenções") foram expedientes usados por alguns países para lidar com os impactos inflacionários e distributivos resultantes da alta de preços internacionais. Esse tem sido o caso da Argentina. (Veja-se Quadro B no Capítulo I).

Estratégias divergentes

Diante do contexto internacional e da evolução das conjunturas macroeconômicas domésticas, os países do MERCOSUL vêm adotando estratégias de política comercial divergentes. Essas divergências, que já vinham sendo reveladas nos reiterados pedidos do Uruguai para negociar em separado acordos comerciais bilaterais com países de fora do bloco, ficaram também aparentes na reunião mini-Ministerial da OMC em Genebra, no mês de julho de 2008, quando Brasil e Argentina assumiram posições conflitantes entre si.

No caso da Argentina, o aumento do preços agrícolas provocou uma dificuldade adicional na política anti-inflacionária. O aumento nos impostos de exportação (depois negado pelo Congresso) gerou certa preocupação entre os outros sócios do bloque. Nesse contexto, negociações comerciais que tenham como objetivo a obtenção de melhores condições de acesso (redução de tarifas de importação e/ou ampliação de quotas) e a redução dos subsídios nos mercados internacionais de produtos agrícolas tornam-se menos relevantes. No mesmo sentido, o governo argentino se mostrou menos disposto a fazer concessões na liberação de bens industriais.

Já no Brasil, o governo busca um maior ativismo nas negociações comerciais, diante da cobrança de resultados na política comercial por parte de diversos segmentos econômicos. As negociações para a Rodada Doha da OMC assumiram posição central na agenda de política comercial do Brasil e o governo mobilizou grande parte de sua capacidade negociadora para atuar no foro multilateral. Ao mesmo tempo, as autoridades brasileiras procuraram sinalizar o interesse do país em avançar em negociações comerciais em frentes variadas, que vão desde a União Européia, aos países do Oriente Médio, Índia e África do Sul.

Após o fracasso na obtenção de um acordo sobre modalidades de liberalização comercial na reunião mini-ministerial da OMC, em julho de 2008, muitos analistas e representantes empresariais⁷⁴ argumentaram

⁷⁴ Veja-se Jornal Valor Econômico [04-08-08], p. 2.

que o Brasil cometeu o equívoco de concentrar seus esforços nas negociações multilaterais. De acordo com essas avaliações, o governo brasileiro deixou em segundo plano a negociação de acordos comerciais regionais ou bilaterais com mercados relevantes, que poderiam garantir melhores condições de acesso aos mercados para produtos brasileiros. É verdade que a Rodada Doha esteve no topo das prioridades da política comercial brasileira, mas isso não significou o abandono do interesse em avançar em negociações comerciais regionais ou bilaterais.

As divergências entre as posições brasileiras e argentinas, que já se haviam manifestado nas negociações entre MERCOSUL e União Européia, foram mais uma vez explicitadas na reação dos dois países ao documento apresentado pelo Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, na reunião mini-ministerial de julho. Enquanto o Brasil manifestou apoio ao documento, as autoridades argentinas apresentaram restrições ao mesmo⁷⁵. Essas diferenças reacenderam o debate sobre a viabilidade de manter a política comercial comum do bloco ou a conveniência de introduzir flexibilidades que permitam aos países-membros acomodar os diferentes interesses.

A demanda por flexibilidade nas negociações externas, através da incorporação da bilateralidade, seja no marco das negociações conjuntas ou permitindo negociações individuais, foi apresentada aos demais sócios pelo Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, em setembro de 2006.⁷⁶ Desde então, o tema tem voltado à pauta do MERCOSUL por insistência do Uruguai.

O pleito uruguaio, que conta com apoio do Paraguai, não tem sido acolhido pelos governos da Argentina e do Brasil. Buscando oferecer alguma compensação o governo brasileiro tem se empenhado no desenho de um Plano Estratégico para a Superação das Assimetrias. O plano inclui: (1) ações para a integração das economias dos países sem litoral marítimo; (2) ações para o desenvolvimento da infra-estrutura; (3) ações para apoio à competitividade; (4) acesso a mercados; (5) ações no marco institucional e (6) definição de instrumentos comunitários.

Na reunião do GMC, em junho de 2008, o plano foi mais uma vez discutido, mas não foi aprovado.⁷⁷ No capítulo de acesso a mercados está a reivindicação uruguaia: a possibilidade de negociação comercial em separado e de forma unilateral. Essa reivindicação tem sido responsável pela não aprovação do plano desde o ano passado. Na reunião do GMC, os países se comprometeram a continuar com os trabalhos sobre o tema durante o segundo semestre de 2008.

O debate sobre a flexibilidade na política comercial comum do MERCOSUL deverá continuar vivo no futuro próximo. De acordo com Peña [2008], há dois tipos de flexibilidades que poderiam ser consideradas: (i) a permissão para que cada sócio negocie de forma bilateral com outros países ou blocos, que corresponde à demanda uruguaia e (ii) a possibilidade de que em negociações conjuntas do MERCOSUL com outros países ou blocos, sejam adotados compromissos diferenciados por cada sócio. Essa última opção já vem sendo adotada em algumas negociações do bloco, como foi o caso do acordo entre MERCOSUL e os países da Comunidade Andina de Nações.

⁷⁵ Em pronunciamento no dia 30 de julho, no Comitê de Negociações Comerciais da OMC, em Genebra, o Chanceler Jorge Enrique Taiana apontou as restrições da Argentina ao pacote Lamy. Segundo suas palavras *"está claro que hay que introducir modificaciones a los textos para aprobar las modalidades. En particular, el de acceso a los mercados de productos no agrícolas (NAMA), requiere de cambios estructurales para que pueda servir de base de negociación"*. Ver pronunciamentos no site <http://www.mrecic.gov.ar>.

⁷⁶ Para uma descrição detalhada, ver *Informe MERCOSUL N° 11* [2006], pp. 86-88.

⁷⁷ MERCOSUR/GMC/ACTA N° 02/08 da LXXII Reunião Ordinária do GMC, 19 e 20 de junho de 2008.

B. A Rodada Doha: movimentos recentes e impactos para o MERCOSUL

No primeiro semestre de 2008, houve intenso movimento de negociadores de comércio na sede da OMC, em Genebra, na tentativa de obter um acordo sobre métodos e modalidades de liberalização comercial para produtos agrícolas e industriais antes do início do período de férias no hemisfério norte. Esses esforços eram guiados pelo objetivo de alcançar um acordo robusto nos temas considerados cruciais para a Rodada, antes das eleições presidenciais nos Estados Unidos.

Um acordo em torno dos métodos e modalidades para a liberalização do comércio de bens, ainda esse ano, facilitaria a conclusão da Rodada Doha em 2009, já sob uma nova administração nos Estados Unidos. Isso porque os temas cruciais, que concentram as principais barganhas entre os países-membros, estariam definidos. Na ausência desse acordo, o início de um novo governo norte-americano, as eleições na Índia e as mudanças de titulares na Comunidade Européia em 2009 tornarão o ambiente pouco propício à conclusão da Rodada no próximo ano.

Muitos analistas consideravam que o expressivo aumento dos preços internacionais de produtos agrícolas no último ano e a emergência do debate sobre segurança alimentar poderiam facilitar um acordo para liberalização do comércio. Nesse ambiente, os países importadores de alimentos poderiam estar mais propícios a reduzir tarifas para baratear os custos, e nos países que oferecem subsídios à produção agrícola haveria menor demanda por ajuda governamental. Entretanto, prevaleceu a preocupação com a preservação da produção doméstica.

Reunidos em Genebra, de 21 a 29 de julho último, ministros de comércio de mais de 30 países-membros da OMC estiveram próximos de obter consenso em torno de um pacote de compromissos de liberalização comercial, apresentado pelo Diretor-Geral da organização, Pascal Lamy. Divergências entre Estados Unidos e Índia quanto a um mecanismo de salvaguardas especiais para importações de produtos agrícolas em países em desenvolvimento levaram ao colapso da iniciativa, anunciado em 29 de julho (OMC [2008]).

Divergências que impediram o acordo

Embora a agenda da Rodada Doha seja mais abrangente, ao longo de 2008 o foco das negociações em Genebra tem sido a definição de modalidades de liberalização de produtos agrícolas e industriais. O equilíbrio de esforços de abertura comercial que os países deverão implementar nessas duas áreas é a chave para que a Rodada possa ser concluída.

O equilíbrio é necessário não apenas entre as duas áreas de negociação, mas também no interior de cada uma delas. Por exemplo, os Estados Unidos têm posições demandantes de liberalização no que se refere à redução de tarifas de importação para produtos agrícolas, mas buscam comprometer-se com o menor nível possível de diminuição de subsídios à produção doméstica. Já a Índia tem interesse na redução dos subsídios oferecidos pelo governo norte-americano aos produtores domésticos, mas reluta em aceitar compromissos de redução tarifária significativa para produtos agrícolas sob o argumento de que tem necessidade de proteger a agricultura familiar local.

Divergências entre Estados Unidos e Índia em torno do mecanismo de salvaguardas especiais para produtos agrícolas foram responsáveis pela suspensão da reunião de ministros, que se realizava em Genebra nos últimos dias de julho. Em 2004, os países-membros aceitaram incorporar na agenda de negociações a implementação de um mecanismo de salvaguardas de modo a proteger os agricultores de países pobres de um crescimento acelerado de importações.

Esse mecanismo prevê a elevação automática de tarifas, acima do nível consolidado na Rodada Uruguai, em casos de surto de importações. As divergências centraram-se nas definições da taxa de crescimento das importações que detonaria a aplicação do mecanismo (o gatilho) e do percentual de aumento das tarifas de importação.

A proposta que estava sobre a mesa quando as negociações foram suspensas (o "pacote Lamy") previa que os países em desenvolvimento poderiam aumentar suas tarifas acima do nível consolidado, apenas quando as importações crescessem 40% ou mais sobre as importações dos últimos três anos. Esse crescimento acionaria o gatilho que permitiria a elevação de tarifas consolidadas em até 15% além da tarifa consolidada ou 15 pontos percentuais, o que for maior.

Os representantes norte-americanos afirmavam que 40% de aumento de importações era a menor taxa que poderiam aceitar (uma vez que sua posição inicial era de 60%). Por sua vez, os indianos, em nome do G-33 (Grupo de países em desenvolvimento importadores de produtos agrícolas), insistiam que esse percentual fosse de 10% e que o limite para elevação de tarifas deveria ser de 30% acima da tarifa consolidada.

Após algum esforço negociador, a Índia aceitou que o gatilho fosse aumentado para 15%, mas as negociações não evoluíram a partir desse ponto. Como as posições ainda mantinham-se substancialmente distantes e o Diretor-Geral da OMC, que tinha o objetivo de preservar os consensos obtidos em outros temas da agenda, decidiu suspender as negociações.

Esse era um tema importante para os países do MERCOSUL. Os países do bloco articularam-se para evitar a adoção pelo G-20 de uma proposta de salvaguardas que prejudicasse o interesse exportador do bloco. As exportações do MERCOSUL para os países em desenvolvimento vêm crescendo de forma expressiva nos últimos anos e já representam mais de 50% das exportações agrícolas totais. Portanto, um mecanismo de salvaguardas que permitisse a elevação de tarifas para níveis superiores aos consolidados na Rodada Uruguai era frontalmente contrário aos interesses do bloco.

"O pacote Lamy"

Os presidentes dos grupos de negociação de agricultura e bens industriais (*Non-Agricultural Market Access Negotiations - NAMA*, sigla do grupo em inglês) divulgaram, em 10 de julho, uma última versão dos textos, que deveriam servir como base para os trabalhos dos representantes de alto nível e dos ministros em reuniões em Genebra até o final daquele mês. Esses documentos incorporavam avanços significativos em vários temas, mas ainda deixavam em aberto questões importantes para serem definidas pelos ministros.

Alguns dias após o início da reunião de ministros, o pessimismo dominava o ambiente negociador em Genebra, sem que nenhum avanço houvesse sido registrado. Em uma tentativa de contribuir para a convergência de posições, o Diretor-Geral da OMC, apresentou a um grupo reduzido de ministros, que compunha o chamado G-7, um pacote de compromissos em alguns dos principais pontos que permaneciam em aberto nos textos de agricultura e de produtos não-agrícolas (NAMA). O G-7 era composto por Austrália, Brasil, China, Estados Unidos, Índia, Japão e União Européia.

Embora os representantes dos sete países mostrassem insatisfação com tópicos específicos do pacote, apenas a Índia, dentre os membros do G-7, manifestou de imediato fortes restrições ao papel apresentado por Pascal Lamy. Ainda assim, o país não se recusou a continuar discutindo a proposta. O Brasil foi o primeiro país anunciar seu apoio ao documento. A Argentina não fazia parte do G-7, mas o Chanceler Jorge Taiana afirmou que o seu governo rejeitaria o "pacote Lamy".

O documento apresentado por Lamy procurava encontrar equilíbrio entre interesses ofensivos e defensivos dos diversos atores, acomodando as diferentes sensibilidades. O mecanismo de salvaguardas especiais para agricultura foi o tema que provocou o desentendimento que levou à suspensão das negociações. Mas havia dificuldades com outras questões: o valor dos subsídios agrícolas distorcivos permitidos aos Estados Unidos, o mecanismo anticoncentração para produtos sensíveis em bens industriais, a exigência de participação em acordos setoriais, entre outros.

QUADRO I PRINCIPAIS PONTOS DO "PACOTE LAMY"

1. Bens agrícolas

- *Total dos subsídios distorcivos ao comércio (OTDS):*
 - i. Estados Unidos: US\$ 14,4 bilhões (corte de 80% em relação ao consolidado na Rodada Uruguai);
 - ii. União Européia: € 22 bilhões (corte de 70%).
- *Acesso a mercados*
 - i. Redução de 70% para as tarifas mais elevadas (acima de 75%) cobradas pelos países desenvolvidos (PDs).
 - ii. Para os produtos não-sensíveis os PDs teriam que consolidar uma tarifa máxima de 100%, podendo exceder esse teto para 1% das linhas tarifárias em compensação por aumentos maiores do que o esperado nas quotas tarifárias para produtos sensíveis.
 - iii. Produtos sensíveis:
 - 1. PDs teriam direito a 4% de linhas tarifárias como produtos sensíveis e mais 2% como compensação por liberalização adicional;
 - 2. Expansão de quotas tarifárias para produtos sensíveis de PDs para o equivalente a 4% do consumo doméstico.
 - iv. Produtos especiais:
 - * Países em desenvolvimento (PEDs) poderiam designar até 12% das linhas tarifárias como "produtos especiais". Neste grupo de produtos, 5% das linhas tarifárias poderiam ficar isentas de redução tarifária.
 - * O conjunto dos produtos especiais deveria sofrer um corte tarifário médio de 11%.
 - * Para os países de acesso recente à OMC (RAMs), o número de produtos especiais seria 13% com um corte médio de 10%.
- *Salvaguardas especiais para PEDs*
 - i. Gatilho para aplicação automática de salvaguardas: crescimento de importações de 40% sobre o valor dos três últimos anos;
 - ii. Aumento de tarifas de 15% da tarifa consolidada atual ou de 15 pontos percentuais, o que for maior;
 - iii. Limite de 2,5% das linhas tarifárias que poderiam perfurar os níveis atualmente consolidados em um determinado ano.
- *Salvaguardas para PDs*
 - i. Eliminação de salvaguardas especiais para agricultura (SSG), começando com um máximo de 1% de linhas tarifárias até a completa eliminação em 7 anos.
 - ii. Não seria permitida a perfuração da tarifa consolidada durante esse período.

QUADRO I (CONTINUAÇÃO)

2. Bens industriais (NAMA)

- *Coeficiente para aplicação da Fórmula Suíça^{al} de redução tarifária para PDs: 8*
- *Coeficientes da Fórmula Suíça e flexibilidades para PEDs:*

Coeficientes de redução tarifária	Flexibilidades
<p>PEDs poderiam escolher um entre três coeficientes abaixo para aplicação na Fórmula Suíça de redução tarifária:</p> <p>X = 20</p> <p>Y = 22</p> <p>Z = 25</p>	<p>De acordo com o coeficiente escolhido para redução tarifária, será adotado o tratamento abaixo aos produtos sensíveis:</p> <p>Corte menor para 14% das linhas tarifárias desde que não ultrapassem 16% do valor total das importações de produtos não-agrícolas do país; Ou exclusão de 6,5% dos produtos, desde que o valor de importação desses produtos não ultrapasse 7,5% das importações totais.</p> <p>Corte menor para 10% de produtos, desde que não ultrapasse 10% em valor de importações; Ou exclusão de 5% dos produtos, desde que não ultrapasse 5% do valor total de importação.</p> <p>Z = Sem direito de flexibilidades.</p>

- *Cláusula anticoncentração:* os PEDs deverão aplicar redução integral da Fórmula Suíça para pelo menos 20% das linhas tarifárias ou 9% do valor de importações de cada capítulo do Sistema Harmonizado.
- *Acordos setoriais:* reconhecimento do caráter voluntário dos acordos setoriais e compromisso de participar nas **negociações** de pelo menos dois acordos setoriais. Qualquer PED que participe de acordos setoriais terá direito a aumentar o coeficiente da Fórmula Suíça aplicável a seus produtos não-agrícolas de forma proporcional ao seu nível de participação nestes acordos.

Notas: ^{al} Fórmula Suíça $T_{final} = \frac{\alpha \times T_{Consolidada}}{\alpha + T_{Consolidada}}$

Para aplicar a fórmula considerar as seguintes situações: $\alpha = X = 20$; $\alpha = Y = 22$ ou $\alpha = Z = 25$.

O significado do "pacote Lamy" para o MERCOSUL

- Produtos industriais -

Tomando como base o documento apresentado pelo presidente do Grupo de NAMA, o "pacote Lamy" apresenta três opções de coeficientes para a Fórmula Suíça.⁷⁸ Cada coeficiente está vinculado a determinados números de linhas tarifárias e de valores de importações para produtos sensíveis que seriam beneficiados por cortes menores em até 50% do que os determinados pela aplicação da Fórmula. Quanto menor o coeficiente escolhido, maior será a redução nas tarifas e maior será o número de produtos que os países poderão classificar como sensíveis.⁷⁹

⁷⁸ A Fórmula Suíça é: $T_{final} = \frac{\alpha \times T_{Consolidada}}{\alpha + T_{Consolidada}}$ $\alpha = 1, \dots, 8, \dots, 30, \dots$ Essa fórmula, aplicada sobre a tarifa consolidada por cada país na OMC, definirá a nova tarifa consolidada. O parâmetro α poderia assumir os valores X = 20; Y = 22 ou Z = 25, caso a proposta incluída no pacote Lamy fosse aceita.

⁷⁹ Para uma descrição detalhada dos elementos da negociação de NAMA e das características da Fórmula Suíça ver *Informe MERCOSUL N° 11* [2006], pp. 103 a 105.

O impacto sobre a TEC do MERCOSUL⁸⁰ das três opções apresentadas por Lamy para os coeficientes para a Fórmula Suíça pode ser observado no Quadro 22. Nota-se que para a TEC a aplicação dos três coeficientes produz resultados muito parecidos em termos de redução de tarifas.

QUADRO 22
EXERCÍCIO DE SIMULAÇÃO:
EFEITO DA APLICAÇÃO DO "PACOTE LAMY" NO MERCOSUL
(Redução tarifária em bens não agrícolas excetuando os produtos sensíveis)

Estatísticas	TEC	Coeficiente da Fórmula Suíça		
		X = 20	Y = 22	Z = 25
Média	10,77	11,74	12,41	13,34
Máximo	35,00	12,73	13,51	14,58
Média de redução tarifária (%)		59,09	56,81	53,71
Linhas tarifárias afetadas pela redução		4.953	4.953	3.441

Nota: Total de itens: 8.849. (SH 2002, Dezembro 2006).

Fonte: Elaborado pela Negint/CNI com base nas informações do MDIC.

Desconsiderando os produtos sensíveis, que sofrerão metade do corte tarifário determinado pela aplicação da Fórmula Suíça, a tarifa consolidada máxima⁸¹ passaria a ser de 12,73% no caso da opção pelo coeficiente 20 e de 14,58% com o coeficiente 25. Atualmente a tarifa máxima consolidada pelos membros do MERCOSUL em bens industriais é de 35%. Já a tarifa média consolidada passaria a 11,74% no primeiro caso e a 13,34% no segundo caso.

Isso significa que, em qualquer das opções, a tarifa média consolidada na OMC ainda seria mais elevada que a TEC média, que é de 10,77%. Mas há diversos produtos que sofreriam redução expressiva de tarifas, uma vez que o teto máximo seria reduzido em mais de 20 pontos percentuais. O prazo para implementação da redução tarifária pelos países em desenvolvimento seria de 10 anos a partir da conclusão da Rodada.

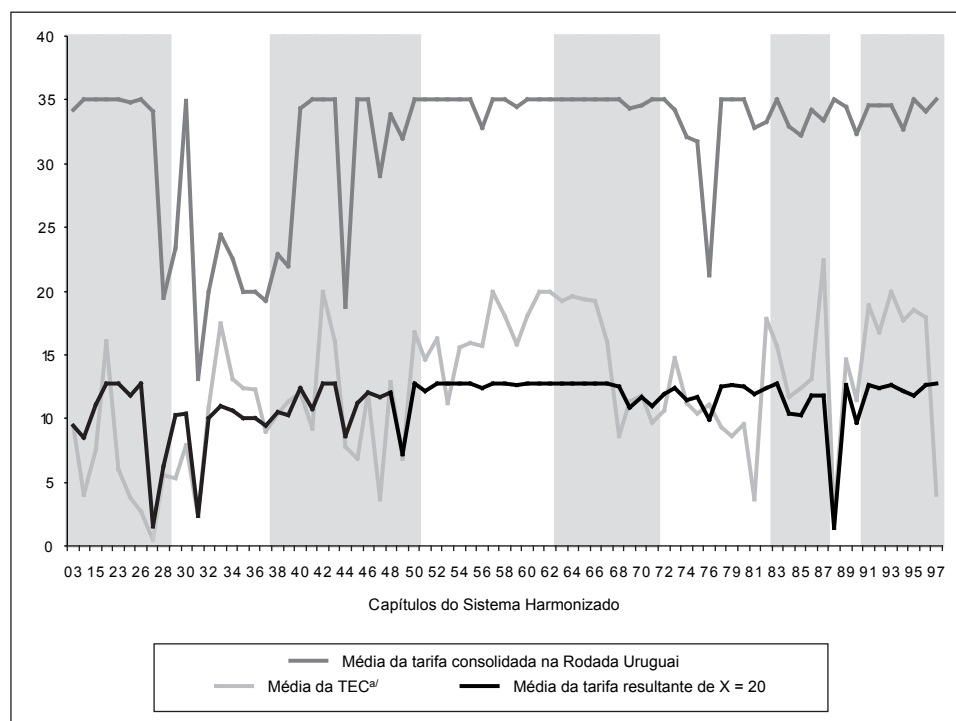
Para diversos produtos, a nova tarifa consolidada continuaria superior à TEC, mas para 4.953 produtos, ou 56% do total de linhas tarifárias, haveria redução na tarifa aplicada. Observa-se que o número de produtos sujeitos a corte de tarifas é o mesmo nos casos dos coeficientes 20 ou 22.

O Gráfico 25 apresenta as tarifas médias por capítulo do Sistema Harmonizado consolidadas pelo Brasil na Rodada Uruguai (linha cinza escuro), a TEC (linha cinza claro) e a nova tarifa consolidada na OMC, que seria resultante da aplicação da Fórmula com coeficiente 20 (linha preta). Esse possivelmente seria o coeficiente escolhido pelos países do MERCOSUL, uma vez que a diferença no impacto sobre os níveis das tarifas em relação ao coeficiente 25 é pequena e a opção pelo coeficiente 20 permite a inclusão de 14% do total de produtos como sensíveis.

⁸⁰ A tarifa considerada neste exercício é a TEC nominal do MERCOSUL, desconsiderando as exceções.

⁸¹ Os sócios do MERCOSUL consolidaram na OMC estruturas tarifárias próprias. Para fins desse exercício tomou-se a tarifa consolidada pelo Brasil, que de todo modo, é bastante similar a dos demais países do bloco.

GRÁFICO 25
COMPARATIVO ENTRE TARIFAS DO BRASIL CONSIDERANDO A APLICAÇÃO
DA FÓRMULA SUÍÇA, X = 20, EXCETUANDO PRODUTOS SENSÍVEIS



Nota: ^{a/} TEC, posição: dezembro de 2006 (SH 2002).

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio do Brasil (MDIC).

Caso os países do MERCOSUL optem pelo coeficiente 20, teriam direito a incluir 1.238 produtos na lista de sensíveis que sofreriam um corte de metade daquele determinado pela aplicação da Fórmula. O valor das importações dos produtos que forem incluídos nessa lista não poderá ultrapassar 16% das importações totais de cada país. Isso significa que, considerando os produtos sensíveis, a TEC máxima para produtos industriais cairia dos atuais 35% para 23,86%, ao invés dos 12,73% resultantes da aplicação integral do corte da Fórmula.

Ao longo de 2008, os negociadores do MERCOSUL empenharam-se em negociar um aumento no número de produtos que poderiam integrar a lista de sensíveis, demandando tratamento especial para o bloco como união aduaneira. A proposta, que chegou a ser incorporada a um dos documentos preliminares do presidente do Grupo de NAMA, consistia na apresentação de uma lista única de produtos sensíveis para o bloco, sendo que o comércio intra-bloco seria excluído do cálculo do valor total das importações do bloco.

O objetivo era, em parte, acomodar um número maior de produtos na lista sensíveis. Tendo em vista a concentração das importações argentinas em determinados produtos que poderiam compor a lista de sensíveis, os percentuais de valor máximo de importações que estavam em discussão representavam um teto muito reduzido para acomodar os produtos sensíveis do país.

Diante das dificuldades em obter consenso em torno dessa proposta, os negociadores passaram a trabalhar para que os quatro países do MERCOSUL pudessem apresentar uma lista comum e usar o volume de importações do Brasil como referência para o cálculo do limite de produtos sensíveis. O objetivo era

acomodar um maior número de produtos nas listas de sensíveis de Argentina, Paraguai e Uruguai, uma vez que o volume de importações do Brasil é muito superior ao dos demais sócios do bloco. Essa última proposta foi acolhida pelo Presidente do Grupo de NAMA no documento divulgado em 10 de julho - a última versão antes da reunião mini-ministerial de Genebra.

Para evitar que os países em desenvolvimento incluam todos os produtos de um determinado setor na lista de sensíveis, os negociadores europeus insistiram que fosse prevista uma cláusula anticoncentração. Essa cláusula definiria um número máximo de produtos que poderiam receber tratamento de sensíveis dentro de um mesmo capítulo do SH.

O "pacote Lamy" propõe que pelo menos 20% das linhas tarifárias ou 9% do valor de importações de um determinado capítulo devam estar sujeitos ao corte integral determinado pela aplicação da Fórmula Suíça. Os negociadores europeus demandavam percentuais significativamente mais elevados do que os incorporados ao documento. Esse era um dos itens que concentraram a atenção dos negociadores nos últimos meses.

Outro tema de grande sensibilidade para o MERCOSUL são os acordos setoriais para redução e/ou eliminação de tarifas de produtos industriais.⁸² Desde 2003, os negociadores norte-americanos têm insistido na inclusão de acordos setoriais como modalidade central de redução tarifária em bens industriais. Mas, diante da resistência de diversos países em desenvolvimento, acordou-se em adotar o caráter voluntário para a adesão a esses acordos.

O documento de Lamy reconhece o caráter voluntário da participação nos acordos, mas inclui a obrigação de participação na negociação de pelo menos dois acordos setoriais. Ou seja, de acordo com essa proposta, um país poderia participar na negociação sem o compromisso de assinar o acordo. Esta alternativa pode tornar-se arriscada, uma vez que um país relevante no comércio de determinado setor tenderia a ser pressionado a assinar o acordo setorial ao final das negociações em que estiver participado.

Esses dois temas - mecanismo anticoncentração e acordos setoriais - têm sido impulsionados nas negociações por pressão dos empresários europeus, no primeiro caso, e norte-americanos, no segundo caso. Para os europeus, a questão principal é evitar que alguns dos setores em que há maior interesse exportador de sua parte sejam integralmente incorporados na lista de sensíveis de PEDs que contam com um mercado doméstico relevante. Para o MERCOSUL interessa manter o maior grau de liberdade possível na composição de suas listas de sensíveis.

Já os empresários norte-americanos vêm nos acordos setoriais a oportunidade para obter acesso efetivo aos mercados dos PEDs, com a eliminação completa ou redução significativa de tarifas de importação em setores de interesse exportador. A maioria dos PEDs não tem interesse em acordos setoriais para produtos industriais. O Brasil poderia ter interesse em um acordo para o setor de etanol, por exemplo. Mas este produto é considerado agrícola nas negociações da OMC e não faz parte dos produtos negociados em NAMA, onde os acordos setoriais estão em discussão.

⁸² Esses acordos, embora tenham natureza voluntária, tinham como objetivo eliminar ou reduzir as tarifas de alguns setores, além do corte que fosse estabelecido pela aplicação da Fórmula Suíça. Entre os setores de interesse norte-americano estão o químico, o de produtos florestais e o de eletroeletrônicos.

- Produtos agrícolas -

Na área agrícola, o Pacote Lamy apresentava propostas para os principais temas da agenda: redução das medidas de apoio interno, subsídios à exportação, acesso a mercados dos países desenvolvidos e em desenvolvimento, inclusive produtos especiais. Houve também progresso em outros temas como abertura para produtos tropicais, bananas e o tratamento de erosão de preferências. Os principais temas ainda por resolver referiam-se a tarifas intra-quota e capping tarifário, além da redução de subsídios especificamente para o algodão, criação de quotas tarifárias para alguns produtos (inclusive etanol) e indicações geográficas.

Além do mecanismo de salvaguardas especiais, já descrito anteriormente, a definição do corte dos subsídios à produção nos Estados Unidos estava entre os principais pontos polêmicos do "pacote Lamy". O documento de Lamy incorporou um teto de US\$ 14,5 bilhões para o total das ajudas domésticas, enquanto a última proposta dos Estados Unidos era de US\$ 15 bilhões e o G-20 insistia em US\$ 13 bilhões.

Em 2007, o valor dos subsídios à produção doméstica nos EE.UU. somou apenas US\$ 8 bilhões, em função do elevado nível de preços internacionais das *commodities* agrícolas. Entretanto, em 1999 esse montante havia chegado a US\$ 24,2 bilhões. Para representantes do setor agrícola brasileiro, mais importante do que a definição do valor total dos subsídios era a definição de limites máximos por produto.

De acordo com estimativas realizadas pelo Instituto de Estudos de Comércio e Negociações Internacionais (ICONE),⁸³ considerando apenas três produtos (etanol, carne bovina e de frango), os ganhos para a agricultura brasileira poderiam chegar a US\$ 4,9 bilhões. Esses ganhos, que levam em consideração os parâmetros do pacote Lamy, seriam concentrados nos mercados dos Estados Unidos e da Europa, uma vez que, na avaliação do Instituto, os ganhos de acesso aos mercados dos países em desenvolvimento seriam pouco relevantes. Embora considere o resultado modesto, o setor agrícola brasileiro apoiou a decisão do governo de aceitar o pacote Lamy.

O Brasil colocou o etanol como questão fundamental para um acordo na Rodada Doha. Os Estados Unidos não mostraram disposição para negociar a taxa de US\$ 0,54 por galão importado do produto, alegando que esse valor não se caracteriza com uma tarifa de importação, mas constituiria item a ser incluído em "outras taxas", e portanto não haveria razão para sua negaociação na OMC. Para o Brasil, porém, a exclusão do etanol da Rodada é politicamente inaceitável. Já a União Européia estaria disposta a criar uma cota tarifária para esse produto.

A avaliação de que o "pacote Lamy" expressava um razoável equilíbrio de concessões e de que era importante aproveitar a janela de oportunidade para salvar a Rodada Doha levou o governo brasileiro a apoiar o documento.⁸⁴

A avaliação do governo argentino foi diferente. Para os negociadores argentinos, os ganhos em termos de redução de subsídios e acesso a mercados para produtos agrícolas seriam irrelevantes e exigiriam da Argentina um movimento de abertura comercial para produtos industriais que o país não está disposto a implementar.

Além da liberalização do comércio de produtos agrícolas e industriais, a agenda da Rodada Doha inclui outros temas como regras (medidas *antidumping*, direitos compensatórios e subsídios), facilitação de

⁸³ Ver ICONE, <http://www.iconebrasil.org.br>.

⁸⁴ O pacote Lamy não apresentava compromissos para produtos específicos e, portanto, a sua aprovação não resolveria a questão do etanol. Entretanto, informações circuladas pela imprensa indicam que este tema vinha sendo alvo de negociações entre representantes brasileiros e de outros países.

comércio e serviços. Não se esperam da Rodada avanços significativos nessas áreas, com exceção da área de serviços, em que os países deverão aumentar o grau de consolidação de seus compromissos setoriais. A expectativa dominante é de que uma vez resolvidas as questões principais nas áreas de agricultura e bens industriais, as pendências nas demais áreas possam ser superadas rapidamente.

Perspectivas para a Rodada

Logo após anúncio do colapso da reunião mini-ministerial e da usual troca de acusações que tem caracterizado os períodos que se seguem às diversas reuniões já fracassadas, vários dos principais atores apressaram-se em manifestar o interesse em que o progresso alcançado naqueles dias em Genebra fosse preservado. Para isso, seria necessário retomar as negociações o mais rápido possível.

Nas semanas que se seguiram registrou-se intensa atividade do Diretor-geral da OMC e de alguns líderes, incluindo negociadores dos Estados Unidos, Brasil e Austrália. Há a expectativa de que altos funcionários voltem a se reunir em Genebra a partir de meados de setembro e que progresso substantivo seja registrado em mais três ou quatro semanas.

A pressa na retomada é inspirada pela constatação de que é fundamental avançar agora em um acordo de modalidades que constitua uma boa base para que o acordo final seja concluído no início do próximo ano. Caso contrário será necessário esperar dois ou três anos até que seja possível retomar as negociações.

Eleições nos Estados Unidos este ano, na Índia no próximo e a mudança de comando na Comissão Europeia em 2009 dificultarão qualquer progresso relevante nos próximos dois anos. Estes são atores-chave nessa negociação e provavelmente não terão condições ou interesse em voltar à mesa de negociações até 2010.

Mais recentemente, a intensificação e a ramificação da crise financeira norte-americana, que já começa a afetar a economia real não apenas dos países desenvolvidos, mas também dos países em desenvolvimento, agregam novos elementos de incerteza ao panorama internacional, dificultando os prognósticos sobre os rumos da Rodada Doha.

Nesse período, a agenda da Rodada Doha, que para muitos já está ultrapassada, dificilmente poderá ser mantida intacta. O mandato negociador determinado em 2001 refletia uma realidade do comércio internacional muito diferente daquela que deverá prevalecer no início da próxima década. A eventual inclusão de outros temas na agenda tenderá a aumentar ainda mais o grau de complexidade das negociações.

C. Integração latino-americana

Nos anos 1990, os esforços de integração sul-americana estiveram centrados quase que exclusivamente na dimensão comercial. O MERCOSUL e a negociação dos acordos bilaterais entre os países-membros do bloco e a Bolívia, o Chile e mais recentemente a CAN foram as principais iniciativas.

As dificuldades para avançar no processo de integração sub-regional e na liberalização comercial intra-regional aumentaram ao longo dos últimos anos. A agenda da União Aduaneira do MERCOSUL encontra recorrentes dificuldades para avançar e as longas negociações entre países do MERCOSUL e da CAN expressaram as crescentes resistências domésticas para ir além de acordos limitados anteriormente assinados no âmbito da ALADI.

Nos últimos anos, a prioridade conferida nos anos 1990 à agenda comercial nas relações intra-regionais passou a ser criticada por diversos atores sociais e por governos de diferentes países da região. Ao mesmo tempo outros países sul-americanos aprofundaram sua opção pela integração à economia internacional, buscando - através de acordos de livre comércio - parcerias com países externos à região. As crescentes divergências nas políticas comerciais e nos regimes nacionais de investimento levaram a uma virtual paralisação de iniciativas de integração e de liberalização comercial entre os países da região nos últimos anos.

Mais recentemente, reaparecem, em alguns poucos países, sinais de instabilidade macro-econômica, uma tendência que contrasta com o quadro favorável observado em todos os países sul-americanos até 2006. De maneira geral, embora as economias da região continuem crescendo a taxas expressivas, pressões inflacionárias significativas em alguns países vêm turvar as perspectivas até então favoráveis de evolução do quadro macro-econômico. Essas pressões agregam um novo fator de incerteza às preocupações relacionadas com os impactos da crise financeira e do aumento dos preços das *commodities* sobre a sustentabilidade do crescimento econômico dos países da região (ver Capítulo I).

Em contraste com o ambiente desfavorável para iniciativas de liberalização comercial na região, os fluxos de comércio e investimentos intra-regionais vêm ganhando densidade. As relações econômicas expandem-se para além do comércio tradicional e incorporam o comércio de serviços e os investimentos diretos, impulsionados pelo recente movimento de internacionalização de empresas brasileiras.⁸⁵

Esses investimentos se direcionam para um número crescente de países e traduzem uma interessante diversificação em termos de setores e de empresas envolvidas.

Uma deterioração no ambiente macroeconômico na região a partir das pressões inflacionárias e do agravamento da crise financeira internacional poderá não apenas afetar os fluxos de comércio, mas também prejudicar o recente movimento de investimentos diretos de empresas brasileiras nos países vizinhos. Isso será particularmente verdadeiro caso essa deterioração se acompanhe do aumento de incerteza regulatória para os investidores externos, tal como vem ocorrendo em alguns países da região.

Nesse ambiente, projetos mais ambiciosos de integração econômica regional têm tido dificuldades de prosperar. A instituição da UNASUL, em maio de 2008, após um longo período de negociações mostrou as dificuldades de incorporar objetivos ambiciosos de integração econômica. O projeto agregou um expressivo número de temas, diluindo os objetivos econômicos da integração. Na esfera da ALADI, os debates em torno da criação de um Espaço de Livre Comércio também não avançam, refletindo visões divergentes sobre o modelo de integração regional desejado pelos diversos países-membros.⁸⁶

A UNASUL incorpora objetivos abrangentes

Após mais de três anos de negociações, o Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas foi assinado no dia 23 de maio de 2008, incorporando objetivos amplos e ambiciosos. A abrangência da agenda é reveladora das dificuldades que o projeto enfrentou para atender as demandas variadas dos diversos

⁸⁵ Estudo da FUNCEX, realizado por Roberto Iglesias por encomenda da Confederação Nacional da Indústria do Brasil apresenta informações detalhadas sobre o movimento recente de investimentos brasileiros na América do Sul e inclui recomendações para impulsionar esses movimentos.

⁸⁶ O Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento coordenou uma força-tarefa composta por 25 membros de diferentes segmentos para elaborar propostas para a integração regional nas áreas de comércio e investimentos, infra-estrutura e serviços de transporte, energia e mudanças climáticas. O documento resultante dessa iniciativa pode ser encontrado em <http://www.cindesbrasil.org>.

participantes. Ao longo desses anos, observou-se uma tendência à incorporação de temas variados de natureza social, política e cultural, diluindo as questões de natureza comercial.

O Tratado estabelece como objetivo geral da UNASUL a construção de *"um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre seus povos, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros, com vistas a eliminar a desigualdade socioeconômica, alcançar a inclusão social e a participação cidadã, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias no marco do fortalecimento da soberania e independência dos Estados"*.

Além do objetivo geral, o Tratado lista 21 objetivos específicos, dos quais o primeiro é *"o fortalecimento do diálogo político entre os Estados Membros que assegure um espaço de concertação para reforçar a integração Sul-Americana e a participação da UNASUL no cenário internacional"*.

As questões relativas à integração econômica e comercial aparecem no décimo-primeiro objetivo específico: *"a cooperação econômica e comercial para avançar e consolidar um processo inovador, dinâmico, transparente, equitativo e equilibrado que contemple um acesso efetivo, promovendo o crescimento e o desenvolvimento econômico que supere as assimetrias mediante a complementação das economias dos países da América do Sul, assim como a promoção do bem-estar de todos os setores da população e a redução da pobreza"*.

Embora esteja atribuída ao Conselho de Delegados a missão de *"compatibilizar e coordenar as iniciativas da UNASUL com outros processos de integração regional e sub-regional visando complementaridade de esforços"*, não há clareza sobre o papel da UNASUL em relação aos temas comerciais e à convergência dos esquemas sub-regionais de integração.

Um dos temas mais relevantes para a integração econômica e comercial da América do Sul é o desenvolvimento da infra-estrutura física de conexão. O quinto objetivo específico da UNASUL se refere ao *"desenvolvimento de uma infra-estrutura para a interconexão da Região e de nossos povos de acordo com critérios de desenvolvimento social e econômico sustentáveis"*. Nessa área será relevante que a UNASUL articule suas ações com a iniciativa IIRSA, que já elegeu 31 projetos prioritários que compõem a chamada "Agenda de Implementação Consensuada" e tem vários deles em execução.⁸⁷

A recente crise política na Bolívia poderá ser o primeiro teste para a capacidade de articulação política da UNASUL. O Chile assumiu a presidência *Pro Tempore* da União no segundo semestre de 2008. Embora tenha marcada uma reunião de cúpula dos presidentes para outubro, a Presidenta Michelle Bachelet convocou reunião extraordinária para o dia 15 de setembro com o objetivo de analisar a crise na Bolívia e buscar medidas que contribuam para a normalização da situação. Nas palavras da Presidenta do Chile *"a preocupação central de todos os chefes de Estado da região é que queremos uma Bolívia em paz, e essa é uma tarefa da UNASUL"*.⁸⁸

Na próxima reunião ordinária, em outubro, a Cúpula da UNASUL deverá dedicar-se à aprovação do Plano de Ação cujos temas prioritários são energia, educação, políticas sociais, infra-estrutura e financiamento.

⁸⁷ IIRSA iniciou seus trabalhos a partir da Cúpula de Presidentes da América do Sul no ano de 2000. Nesse marco, e com o apoio das instituições financeiras que conformam o Comitê de Coordenação Técnica integrado pelo BID, a CAF e o FONPLATA, IIRSA impulsionou projetos e processos setoriais orientados à integração física da América do Sul. Para uma informação mais detalhada sobre a IIRSA ver <http://www.iirsa.org> e BID-INTAL [2008].

⁸⁸ Ver Portal de Notícias do Globo: <http://www.g1.globo.com>.

QUADRO J

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA UNASUL

Objetivo	<ul style="list-style-type: none"> A UNASUL tem como objetivo construir espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político, priorizando o diálogo político, as políticas sociais, a educação, a energia, a infra-estrutura, o financiamento e o meio ambiente, entre outros. O Tratado relaciona ainda 21 objetivos específicos.
Decisão	<ul style="list-style-type: none"> O sistema de Decisão da UNASUL deve ser por consenso. As Decisões poderão ser adotadas com a presença de $\frac{3}{4}$ dos países (9 países). Os países ausentes devem ser consultados e suas respostas devem ser enviadas em 30 dias. Qualquer país poderá eximir-se de aplicar total ou parcialmente uma política aprovada, por tempo definido ou indefinido, sem que isso impeça sua posterior incorporação total ou parcial àquela política.
Presidência e países envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> A presidência <i>pro tempore</i> (PPT) será exercida sucessivamente por cada um dos países, em ordem alfabética, por períodos anuais. A presidência anterior (antes da assinatura do Tratado) era da Bolívia e o país seguinte seria a Colômbia, que passou a incumbência ao Chile. Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.
Estrutura e atribuições	<p><i>Conselho de Chefes de Estado e de Governo (reuniões ordinárias anuais e extraordinárias):</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Estabelecer diretrizes políticas, planos, programas e projetos de integração e decidir suas prioridades; Convocar Reuniões Ministeriais Setoriais e criar Conselhos de nível ministerial; Decidir sobre propostas apresentadas pelo Conselho de Ministros das Relações Exteriores e adotar diretrizes políticas para a relação com terceiros. <p><i>Conselho de Ministros das Relações Exteriores (reuniões ordinárias semestrais e extraordinárias):</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Propor projetos de Decisões e preparar reuniões do Conselho de Chefes de Estado e de Governo; Adotar Resoluções para implementar as Decisões do Conselho de Chefes de Estado e de Governo; Coordenar posicionamentos em temas centrais da integração sul-americana; Desenvolver e promover o diálogo político sobre temas de interesse regional e internacional; Realizar o seguimento e a avaliação do processo de integração em seu conjunto e aprovar programas e orçamentos anuais. <p><i>Conselho de Delegados, órgão executivo formado por um representante de cada país (12 delegados) com reuniões preferencialmente bimestrais no território da PPT ou outro lugar mediante acordo:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Implementar, mediante Disposições, as Decisões do Conselho de Chefes de Estado e de Governo e as Resoluções do Conselho de Ministros das Relações Exteriores; Preparar reuniões do Conselho de Ministros, elaborar projetos de Decisões, Resoluções e Regulamentos; Compatibilizar e coordenar as iniciativas da UNASUL com outros projetos de integração regional e sub-regional; Conformar, coordenar e dar seguimento a Grupos de Trabalho, promover a participação cidadã e propor orçamento da Secretaria Geral com cotas diferenciadas dos países de acordo com suas capacidades econômicas. <p><i>Secretaria Geral, sede em Quito, no Equador, secretário designado pelo Conselho de Chefes de Estado e de Governo mediante proposta do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, mandato de 2 anos, renovável:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Apoiar os Conselhos e a Presidência <i>Pro Tempore</i>, participar com direito a voz e secretariar as reuniões dos órgãos da UNASUL, apresentar a Memória anual, servir como depositário dos Acordos e disponibilizar sua publicação, preparar projeto de orçamento e adotar medidas para sua boa execução, etc. <p>Nota: o Conselho Energético Sul-Americano, criado na Declaração de Margarita (17.04.2007) é parte da UNASUL.</p>
Controvérsia	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de negociação direta. No caso de não se alcançar uma solução, o Conselho de Delegados formulará uma recomendação dentro de 60 dias e ainda poderá elevar a controvérsia ao Conselho de Ministros.
Vigência	<ul style="list-style-type: none"> O Tratado entrará em vigência 30 dias após a data da recepção do nono instrumento de ratificação.

Espaço de Livre-Comércio na ALADI: longe do consenso

O objetivo de criação de um Espaço de Livre Comércio (ELC) no âmbito da ALADI⁸⁹ foi aprovado na XIII Reunião do Conselho de Ministros das Relações Exteriores desta organização em outubro de 2004. Naquela ocasião, previram-se o avanço na liberalização do comércio por meio da transformação dos acordos de preferências fixas atualmente existentes em acordos de livre-comércio e da adoção de programas de convergência, bem como da adoção de normas comuns, como regime de origem, salvaguardas e solução de controvérsias.

Na XIV Reunião do Conselho, que realizada em 11 de março de 2008, foram debatidos sete projetos de Resolução com o objetivo de avançar na construção do ELC:

- Acesso a mercados de bens ("Diretrizes para a Conferência de Avaliação e Convergência");
- Comércio de serviços;
- Regime de origem;
- Regime de salvaguardas;
- Mecanismo de solução de controvérsias;
- Plano de ação em favor dos países de menor desenvolvimento econômico relativo; e
- Diretrizes para o fortalecimento da integração produtiva regional, a promoção do comércio e uma maior participação da sociedade civil.

Apesar de contar com propostas detalhadas para avançar na constituição do ELC, a ALADI vem encontrando dificuldades para articular consensos mínimos entre seus membros e progredir nessa direção. Há pelo menos três visões distintas entre os países membros: (i) aqueles que já têm acordos de livre comércio com os Estados Unidos e que defendem que o ELC assuma o modelo do NAFTA; (ii) os que defendem modelos de liberalização mais modestos, entre os quais se encontra o MERCOSUL e (iii) os que não têm interesse em avançar na liberalização comercial e que defendem uma agenda alternativa para a integração regional.

De acordo com informações publicadas na Carta de Montevideu N° 5, a Reunião do Conselho de Ministros não conseguiu aprovar os projetos, pois Bolívia, Equador e Venezuela fizeram objeção ao texto sobre acesso a mercados. Pleitearam a necessidade de incorporar a questão social à agenda econômico-comercial em andamento na ALADI, com o objetivo de "promover processo mais equilibrado de integração".

Frente às divergências, os Ministros limitaram-se a encomendar ao Comitê de Representantes que prossiga com os trabalhos para a conformação progressiva do Espaço de Livre Comércio (ELC) e convoque, ainda para o segundo semestre de 2008, reunião de Vice-Ministros e reunião extraordinária do próprio Conselho, ocasiões em que aqueles sete projetos de Resolução, complementados por uma agenda social, voltarão a ser objeto de deliberação.

A evolução dos debates sobre o ELC na ALADI enfrenta processo semelhante ao observado no projeto de constituição da UNASUL: frente às dificuldades de convergência de posições nos temas econômicos e comerciais, busca-se a incorporação de outros temas na agenda.

⁸⁹ As informações sobre o ELC no âmbito da ALADI foram extraídas da Carta de Montevideu N° 3 e N° 5, MERCOSUL e ALADI: Informativo da Delegação do Brasil em Montevideu, dezembro de 2007 e maio de 2008.

Outras negociações sub-regionais

- Brasil-México -

O interesse manifestado pelo setor empresarial brasileiro em negociar o aprofundamento do ACE N° 53 - um acordo de preferências fixas que atualmente rege o comércio Brasil-México - é uma das principais novidades no ambiente de formulação da política comercial no Brasil.⁹⁰

A recente iniciativa de aproximação do setor privado brasileiro tem o objetivo caminhar para um acordo de livre-comércio bilateral em um período não superior a dez anos e representa uma importante mudança no posicionamento empresarial brasileiro em comparação com as posições dominantes no Brasil no período que antecedeu a assinatura do ACE N° 53, em 2002.

No início da década, quando estava em negociação o acordo atual, prevalecia no setor privado brasileiro a preocupação com o desequilíbrio nas condições de competitividade com os produtores mexicanos, tanto em função da participação do México no NAFTA, quanto pelos benefícios que as políticas de comércio exterior em vigência naquele país conferiam aos produtores locais. A percepção empresarial brasileira mudou nesses últimos quatro anos e atualmente prevalece a visão de que existem muitas oportunidades de negócios entre os dois países e que os produtores brasileiros estão em condições de aproveitá-las.

Após sua entrada para o NAFTA, o México adotou uma agressiva política de negociações comerciais, firmando acordos de livre comércio com a maioria dos países desenvolvidos e com muitas economias emergentes. Como resultado, os produtores brasileiros enfrentam condições de acesso menos favoráveis ao mercado mexicano que seus principais competidores, o que reforça o interesse na negociação de um acordo que nivele as condições de concorrência.

Em novembro de 2007, a Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) encaminhou ao governo brasileiro proposta para a negociação de um acordo de livre comércio com o México, a partir da ampliação e aprofundamento do ACE N° 53, que incorpora os seguintes elementos:

- * Desgravação tarifária completa em até dez anos;
- * Respeito aos níveis de preferências já negociados entre os países, com uma preferência mínima de 30% no primeiro ano do acordo;
- * Aplicação automática dos cronogramas de desgravação tarifária a todos os produtos;
- * Admissão de uma lista de produtos sensíveis que terá prazo de dez anos, com dois de carência, para a desgravação tarifária. Essa lista deverá respeitar o limite de 5% dos itens tarifários e do valor de comércio; e
- * Inclusão de capítulos sobre liberalização do comércio de serviços e proteção dos investimentos.

Também em novembro de 2007, o Ministro Celso Amorim esteve no México. A visita resultou na seguinte agenda de compromissos para 2008:

- * Programa de reuniões da Comissão Administradora do ACE N° 53 no primeiro semestre de 2008. A V Reunião dessa Comissão deverá ser realizada nos primeiros meses do próximo ano;

⁹⁰ Embora seja um acordo bilateral, o ACE N° 53 não compromete o objetivo de convergência para um acordo no formato 4+1 entre o MERCOSUL e o México. Como se sabe, os parceiros do bloco também mantêm acordos bilaterais com aquele país. Além disso, o ACE N° 54, assinado entre o MERCOSUL e o México, em julho de 2002, fornece o quadro institucional para o avanço desses acordos em direção ao livre comércio, mas até o presente não foi possível avançar nas negociações de um acordo de livre-comércio no formato 4+1.

- * Reuniões da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral em paralelo às reuniões da Comissão Administradora do ACE N° 53;
- * I Reunião do Grupo de Trabalho sobre Energia, no primeiro trimestre de 2008, para tratar da cooperação na área de biocombustíveis;
- * Visita ao Brasil do presidente do México, Felipe Calderón, no segundo semestre de 2008.

Em maio de 2008 foi enviada ao setor privado mexicano "a proposta da CEB para um Acordo de Segunda Geração", iniciando-se um processo de consultas entre os setores privados dos dois países. Embora alguns setores produtivos mexicanos tenham interesse em aprofundar as preferências negociadas no ACE N° 53, organizações empresariais de cúpula e representantes do governo mexicano vêm demonstrando pouco entusiasmo na negociação de um acordo mais abrangente.

Enquanto não prosperam os entendimentos para um acordo mais abrangente, os governos dos dois países têm trabalhado na ampliação das listas de produtos com preferências tarifárias no ACE N° 53. Para isso, têm incentivado os representantes de setores industriais dos dois países a buscarem acordos setoriais que possam ser incorporados ao acordo já existente. Trocas de listas de pedidos e ofertas têm sido realizadas entre os dois governos, com base em consultas ao setor privado de cada país.

No setor automotivo, a Comissão Administradora do ACE N° 55 deverá definir tratamento preferencial para ônibus e caminhões, como está previsto no 1° Protocolo Adicional ao acordo. Além disso, está em negociação o tratamento preferencial para uma lista de autopeças já acordadas entre os setores privados dos dois países. Há interesse mexicano na acumulação de origem para os produtos do setor automotivo.

O presidente do México, Felipe Calderón Inojosa, está com visita ao Brasil agendada para o mês de novembro de 2008. Espera-se que por ocasião dessa visita seja anunciada uma ampliação do ACE N° 53.

- Acordo de liberalização de serviços MERCOSUL-Chile -

Após mais de dois anos de negociação, os países do MERCOSUL e o Chile concluíram, em julho de 2008, o Protocolo sobre o Comércio de Serviços do ACE N° 35 que até essa data cobria apenas o comércio de bens. O Protocolo inclui compromissos de acesso a mercados e de tratamento nacional em setores importantes como serviços profissionais, serviços prestados a empresas, engenharia, distribuição, transporte e turismo. Esse é o primeiro acordo firmado pelo MERCOSUL sobre serviços com outro país.

- Acordo Peru - Estados Unidos: impactos para os interesses dos países do MERCOSUL -

Dado que o projeto de integração comercial regional na América do Sul enfrenta dificuldades em avançar, alguns países da região buscam implementar suas estratégias de inserção internacional negociando acordos de livre-comércio com países de fora da área, com impactos negativos para os interesses comerciais dos sócios do MERCOSUL.

Nos últimos meses de 2007, a Câmara de Representantes dos Estados Unidos ratificou o acordo bilateral de livre comércio assinado com o Peru. Como o MERCOSUL assinara, em agosto de 2003, um acordo de liberalização comercial com o Peru (ACE N° 58), o principal efeito do tratado EE.UU.-Peru sobre os interesses dos países do bloco será a erosão de preferências tarifárias concedidas pelo Peru aos membros do MERCOSUL. Além disso, o acordo bilateral de livre comércio pode afetar a posição competitiva dos prestadores de serviços e investidores, incluídos aqueles dos países membros do bloco.

O acordo EE.UU.-Peru reproduz o modelo de acordo de livre-comércio adotado nos últimos anos pelos EE.UU., com algumas adaptações nos temas trabalhista e ambiental, tornando as cláusulas nesses dois temas mais exigentes que os acordos anteriores firmados por aquele país. O acordo inclui uma grande variedade de temas comerciais e não diretamente comerciais e adota disciplinas OMC-*plus* em várias áreas: serviços, investimentos, propriedade intelectual, política da concorrência, entre outras.

Essa é uma diferença importante em relação ao ACE N° 58, que é um acordo limitado à área de bens. É difícil afirmar que essa diferença trará desvantagens para as empresas do MERCOSUL nos seus negócios com o Peru. De toda maneira, os prestadores de serviço e investidores norte-americanos terão garantias de acesso e níveis de proteção de seus interesses no Peru que outros empresários, incluídos os do MERCOSUL, não desfrutarão.

Na área de acesso a mercados para bens, o efeito principal para o MERCOSUL desse acordo bilateral EE.UU.-Peru é a erosão de preferências ao longo do tempo. Exercício realizado pela Confederação Nacional da Indústria⁹¹ para o caso do Brasil⁹² mostra que grande parte da erosão de preferências brasileiras junto ao mercado peruano se dará imediatamente: para 78% dos itens tarifários os EE.UU. receberão desgravação imediata, benefício que somente foi concedido ao Brasil para 11% dos itens tarifários.

QUADRO 23
ACORDO EE.UU.-PERU
SUMÁRIO DO ACORDO SEGUNDO CRONOGRAMA DE DESGRAVAÇÃO

Prazos	Produtos		Imp. totais do Peru - 2007	
	Itens	Part. %	US\$ milh.	Part. %
Imediata	5.415	78%	9.984	49%
2 anos	3	0%	0	0%
3 anos	14	0%	30	0%
5 anos	830	12%	991	5%
7 anos	44	1%	331	2%
8 anos	11	0%	0	0%
9 anos	1	0%	0	0%
10 anos	596	9%	4.611	23%
12 anos	3	0%	0	0%
15 anos	6	0%	1	0%
Prazos mais longos	47	1%	770	4%
Não localizados ^{a/}	-	-	3.748	18%
<i>Total</i>	<i>6.970</i>	<i>100%</i>	<i>20.464</i>	<i>100%</i>

Nota: ^{a/} Produtos não localizados no tradutor.

Fonte: Texto do acordo, World Trade Atlas.

⁹¹ Informações detalhadas podem ser obtidas na publicação *Comércio Exterior em Perspectiva*. Confederação Nacional da Indústria - Ano 17, N° 06 e 07, mar./abr. 2008.

⁹² Brasil e Argentina receberam tratamento mais desfavorável no acordo com o Peru do que Paraguai e Uruguai. Portanto, o caso do Brasil ilustra a pior situação entre os sócios do MERCOSUL no que se refere ao tratamento discriminatório em relação aos EE.UU.

QUADRO 24
MATRIZ COMPARATIVA ENTRE OS CRONOGRAMAS DE DESGRAVAÇÃO
DOS ACORDOS PERU-EE.UU. E PERU-BRASIL
(Cantidad de itens tarifários por ano de desgravação completa)

Ano de desgravação	Peru-Brasil						Total
	Peru-EEUU	2008	2010	2014	2019	Não localizados ^{a/}	
2008	5.415	761	57	3.984	591	22	5.415
2010	3	-	-	-	3	-	3
2014	844	21	7	687	120	9	844
2019	652	5		492	150	5	652
Prazos mais longos	56	-	-	1	51	4	56
Total	6.970	787	64	5.164	915	40	6.970

Nota: ^{a/} Produtos não localizados no tradutor.

Fonte: Texto do acordo, WTA.

Os produtos que terão desgravação imediata para as exportações dos EE.UU. representam praticamente a metade das importações totais do Peru, enquanto os produtos incluídos no ACE N° 58 para o Brasil com desgravação imediata representam apenas 7% das importações totais daquele país. De todo modo, como o acordo do MERCOSUL com o Peru está vigente desde 2006, alguma preferência tarifária os países do bloco já têm no mercado peruano.

A assimetria de tratamento dado pelo Peru aos produtos do MERCOSUL e dos EE.UU. vai se reduzir ao longo do tempo. Em 2014, as tarifas de 74% dos itens tarifários serão levadas a zero no ACE N° 58 para o Brasil, enquanto esse percentual será de 90% para os EE.UU. Quase 4,000 itens tarifários que terão desgravação imediata para os EE.UU. somente serão integralmente liberalizados para o Brasil em 2014. É nesse ano que se concentra grande parte da liberalização concedida pelo Peru ao Brasil.

Portanto, o acordo EE.UU.-Peru não somente provoca erosão de preferências que os sócios do MERCOSUL desfrutavam no mercado peruano por conta do ACE N° 58, mas conferirá tratamento privilegiado aos produtos norte-americanos durante os próximos anos. O mesmo deverá ocorrer com a Colômbia, caso o acordo firmado por esse país com os Estados Unidos seja aprovado pelo Congresso norte-americano.

No caso do Chile, país que vem adotando agressiva estratégia de negociação de acordos de livre-comércio com seus principais parceiros comerciais, os problemas para os países do MERCOSUL se concentram na erosão de preferências, uma vez que desde 2006 cerca de 97% dos produtos já estava completamente liberalizada.

D. A agenda de negociações extra-regionais

Desde meados da década passada, o MERCOSUL esteve envolvido em diversas iniciativas de negociações de acordos comerciais com os mais variados parceiros extra-regionais: a ALCA, a União Européia, Índia, União Aduaneira da África Austral (SACU), Canadá, Índia, Egito, Marrocos, Israel e países do Conselho de Cooperação do Golfo.

De todas essas iniciativas, o único acordo de livre-comércio concluído fora do âmbito sul-americano foi com Israel, em fins de 2007. Firmou-se também um acordo de preferências fixas com a Índia e mais recentemente anunciou-se a conclusão de negociações com SACU. Mas esses acordos são ambos muito limitados no seu escopo e nenhum dos dois está em vigência ainda.

MERCOSUL-Israel: primeiro acordo de livre-comércio extra-regional

O acordo de livre comércio entre MERCOSUL e Israel foi assinado no dia 18 de dezembro de 2007, durante a Cúpula do MERCOSUL em Montevideu. Esse resultado tem uma simbologia importante, uma vez que é o primeiro acordo de livre comércio fora da América do Sul em que o bloco participa. Israel, por outro lado, já implementou diversos acordos de livre comércio, tais como os acordos com os Estados Unidos, União Européia, Canadá e México.

A estratégia adotada pelo MERCOSUL era de negociar e assinar simultaneamente acordos de livre comércio com o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e Israel, para evitar sensibilidades no âmbito da política externa. Entretanto, as duas iniciativas apresentaram dinâmicas diferentes e, uma vez superadas as diferenças com Israel em um cenário em que as perspectivas com o CCG são incertas, o acordo com Israel foi assinado.

Esse é um acordo de acesso a mercados para bens que prevê a possibilidade de incorporação futura de serviços e investimentos. As regras comerciais previstas são as seguintes: programa de liberalização comercial em bens, regras de origem, salvaguardas, cooperação em normas técnicas e em normas sanitárias e fitossanitárias, cooperação técnica e tecnológica e cooperação aduaneira. O acordo prevê cestas de desgravação tarifária nas seguintes categorias: A (imediata); B (4 anos); C (8 anos); D (10 anos) e E (regimes especiais de quotas com preferências fixas).

Israel teve dificuldades em ofertar liberalização de produtos agrícolas, alegando que sua legislação interna limita concessões nos setores de carnes e lácteos, cuja produção é destinada ao mercado doméstico. Como resultado, Israel excluiu 866 códigos do programa de desgravação tarifária, enquanto o MERCOSUL excluiu 326 itens. O quadro a seguir mostra a cobertura das ofertas em termos de linhas tarifárias. A concentração de produtos excluídos por Israel da liberalização completa está no setor agroindustrial

QUADRO 25
NEGOCIAÇÃO MERCOSUL ISRAEL - SUMÁRIO DAS OFERTAS DE BENS
(Dezembro de 2007)

Cesta	Ofertas			
	MERCOSUL		Israel	
	Itens ^{1/}	Part.%	Itens ^{2/}	Part.%
Desgravação imediata	2.395 ^{a/}	24,6	6.674	75,7
Desgravação em 4 anos	927 ^{b/}	9,5	1.061	12,0
Desgravação em 8 anos	3.447 ^{c/}	35,3	136	1,5
Desgravação em 10 anos	2.606 ^{d/}	26,7	-	
Regimes diferenciados	375	3,8	995	10,8
Excluídos	326 ^{e/}	3,3	866 ^e	9,8
Total	9.750	100,0	8.866	100,0

Notas: ^{1/} Nomenclatura NCM; ^{2/} Nomenclatura Israel.

^{a/} 1(um) produto excluído pelo Brasil; ^{b/} 35; ^{c/} 52; ^{d/} 7 - Produtos com cestas diferentes da oferta do bloco; ^{e/} Esses produtos não constam das ofertas.

Os quadros a seguir mostram que Israel tem sido um destino pouco relevante para as exportações dos sócios do MERCOSUL: na média do último biênio, esse país foi destino de 0,27% das vendas totais do bloco. A participação de Israel nas exportações uruguaias é maior que nas dos demais países do MERCOSUL, mas ainda assim essa participação chegou a apenas 1,42% em 2006, caindo para 1% em 2007. Israel também não é um fornecedor relevante de produtos para o MERCOSUL: apenas 0,48% das importações totais do bloco têm o país como origem.

QUADRO 26
EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL PARA ISRAEL
(US\$ milhões FOB)

Países	Israel			Mundo		Participação	
	2005	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Argentina	208,409	134,854	212,511	45.756,509	54.851,046	0,29%	0,39%
Brasil	260,842	271,623	354,166	134.853,690	157.265,358	0,20%	0,23%
Paraguai ^{al}	13,475	16,221	8,900	1.903,530	2.122,658	0,85%	0,42%
Uruguai	25,892	56,574	44,914	3.974,683	4.494,430	1,42%	1,00%
<i>Total</i>	<i>508,618</i>	<i>479,272</i>	<i>620,491</i>	<i>186.488,412</i>	<i>218.733,492</i>	<i>0,26%</i>	<i>0,28%</i>

Nota: ^{al} Dados até agosto de 2007.

Fonte: ALADI.

QUADRO 27
IMPORTAÇÕES DO MERCOSUL DE ISRAEL
(US\$ milhões CIF)

Países	Israel			Mundo		Participação	
	2005	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Argentina	79,938	94,880	125,338	33.885,735	44.439,628	0,28%	0,28%
Brasil	508,102	511,499	737,270	95.822,566	126.652,030	0,53%	0,58%
Paraguai ^{al}	4,532	21,701	6,642	5.756,903	4.636,536	0,38%	0,14%
Uruguai	8,158	7,909	8,130	4.774,535	5.620,286	0,17%	0,14%
<i>Total</i>	<i>600,730</i>	<i>635,989</i>	<i>877,430</i>	<i>140.239,739</i>	<i>181.348,480</i>	<i>0,45%</i>	<i>0,48%</i>

Nota: ^{al} Dados até agosto de 2007.

Fonte: ALADI.

MERCOSUL-União Européia: vinculação à Rodada Doha

As negociações com vistas a um Acordo Birregional de Associação entre a União Européia e o MERCOSUL estão paralisadas há três anos. O impasse a que chegaram reflete a força dos interesses defensivos dos dois lados, mas também a percepção de que a conclusão das negociações birregionais dependeria de uma definição mais clara do que viria a ocorrer na esfera multilateral, no âmbito da Rodada Doha.

A principal área que liga as duas frentes de negociação é a liberalização da agricultura. Os negociadores europeus introduziram o conceito de *"single pocket"*, nos entendimentos birregionais, indicando que a União Européia tem um único bolso de onde devem sair as ofertas em agricultura nas duas frentes negociadoras - a multilateral e a birregional. Portanto, quanto maior for a oferta que fizerem no âmbito multilateral, menor será a capacidade de concessões no âmbito birregional.

Como a questão agrícola é um tema da maior relevância nas negociações birregionais, a "variável Doha" é um fator com elevado grau de influência sobre as perspectivas para essas negociações. Embora este seja um elemento relevante, a perda de interesse europeu no processo negociador com o MERCOSUL é evidente. A agenda de política comercial divulgada pela Comissão Européia em outubro de 2006 incluiu o MERCOSUL entre as prioridades para a negociação de acordos de livre comércio, mas explicita claramente que a nova estratégia européia está voltada para as grandes economias emergentes da Ásia.

Do lado do MERCOSUL, o interesse nessas negociações também não é uniforme. As autoridades brasileiras e uruguaias fizeram reiteradas declarações a favor da retomada das negociações. A Argentina manteve posturas mais reticentes. Entretanto, na Declaração Conjunta resultante da visita da Presidenta Cristina Kirchner ao Brasil, em 8 de setembro de 2008, foi inserido um parágrafo mencionando explicitamente a disposição dos dois países de retomar as negociações com o bloco europeu.

De todo modo, o futuro do acordo entre MERCOSUL e UE parece estar efetivamente ligado às perspectivas para a Rodada multilateral. Enquanto as negociações de Doha não se definirem - pela conclusão ou pela suspensão - os entendimentos birregionais deverão permanecer em compasso de espera. Após o colapso da reunião mini-ministerial da OMC em Genebra, em julho de 2008, houve diversas especulações sobre a possibilidade de retomada imediata das negociações entre os dois blocos. Mas, ainda não houve nenhuma iniciativa concreta nessa direção.

MERCOSUL - Conselho de Cooperação do Golfo (CCG): expectativas frustradas

O ano de 2007 começou sob forte expectativa de que o acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e o CCG fosse assinado na Reunião de Cúpula do MERCOSUL em janeiro. Essa expectativa não se concretizou e em lugar do acordo foi divulgada uma declaração conjunta que afirmava que a parte normativa estava pronta, incluindo o capítulo sobre comércio de bens, com parâmetros para a liberalização tarifária em 8 anos, e os capítulos sobre serviços e investimentos.

A declaração informava ainda que esse conjunto de instrumentos seria complementado por anexos sobre solução de controvérsias e salvaguardas, assim como por compromissos específicos sobre serviços e investimentos. Os anexos relativos aos cronogramas de desgravação tarifária e regras de origem haviam registrado avanços importantes e estariam por ser concluídos. A declaração terminava afirmando que o acordo com todos os textos e compromissos estaria concluído antes de junho de 2007.

Desde então não se observaram progressos nos entendimentos entre os dois blocos. As dificuldades nas negociações surgiram com a exclusão pelo MERCOSUL de produtos do complexo petroquímico de sua oferta. O CCG, em contrapartida, excluiu de sua oferta produtos relevantes para as exportações brasileiras para a região, como frangos, açúcar, cerâmica e produtos siderúrgicos. Em uma segunda etapa, as listas de exceção de ambos os blocos foram reduzidas. A lista do MERCOSUL, que era de 1600 produtos, caiu para 534 itens, dos quais 195 se referem ao setor petroquímico, setor que concentra os interesses dos países do CCG. O CCG, por sua vez, excluiu 222 itens de sua oferta, que incluem carnes, pescados, lácteos, tabaco, cerâmicas para revestimentos, refrigeradores e produtos siderúrgicos.

Outro tema sensível nos entendimentos com o CCG são as regras de origem. A proposta de que fosse adotado um regime de origem mais flexível do que o do MERCOSUL, baseado em regras de conteúdo regional de 35% (valor agregado) provocou fortes reações no setor privado brasileiro, que considera fundamental a adoção de regras de mudança de classificação tarifária e de regras específicas. Além disso, a adoção de regras de origem mais flexíveis no comércio extra-bloco do que as vigentes para o comércio intra-bloco não parece fazer sentido.

O dinamismo das economias do Oriente Médio e as oportunidades para exportações de bens e serviços despertam o interesse de diversos setores produtivos do MERCOSUL nesse acordo. Entretanto, as expectativas de que o acordo fosse concluído em 2007 foram revertidas pelas dificuldades de comunicação entre os dois blocos desde o início do ano. Assim como no caso da União Européia, parece ter havido um esfriamento no ânimo negociador dos países do CCG.

Índia e União Aduaneira Sul-Africana (SACU): acordos modestos e ainda sem vigência

No Acordo MERCOSUL-Índia, foram definidos três níveis de preferências: 10%, 20% e 100%. A lista de concessões do MERCOSUL ficou composta de 452 itens tarifários.⁹³ Os treze itens que foram outorgados pelo MERCOSUL com margem de preferência de 100%, têm tarifa aplicada de 0% no bloco. As demais concessões também foram feitas em produtos com média da tarifa externa do MERCOSUL entre 5% e 7,5%. Pelo lado da oferta da Índia, foram feitas concessões sobre 450 itens tarifários. As mais baixas preferências (10 e 20%) foram aplicadas sobre os produtos com tarifas mais altas, enquanto a preferência de 100% foi outorgada sobre produtos com tarifa média de 3,1%.

Em reunião intra-MERCOSUL, realizada no fim de junho de 2006, acordou-se proposta de modalidade para ampliação e aprofundamento do acordo, que inclui os seguintes aspectos: (1) Preferências de 10% e 30% já existentes no Acordo seriam ampliadas para 30% e 50%, respectivamente; e (2) Margem mínima de preferência de 20% seria outorgada para 50% do universo tarifário, mediante troca de listas de pedidos. Após definição de listas de ofertas, seriam indicados os produtos de interesse prioritário de cada lado para aprofundamento das margens de preferências em bases recíprocas.

A Índia veio, nestes dois últimos anos, condicionando as negociações para ampliação e o aprofundamento das preferências à entrada em vigência do acordo já negociado. Com a aprovação do Acordo pelo Congresso brasileiro, no mês de setembro de 2008, será possível retomar essas negociações.

As negociações entre o MERCOSUL e SACU foram iniciadas a partir dos entendimentos conduzidos por meio da Comissão Negociadora do Acordo Marco MERCOSUL-África do Sul, firmado em 15 de dezembro de 2000, objetivando a criação de uma área de livre comércio. Em outubro de 2003, as negociações passaram a incorporar todos os países integrantes da União Aduaneira SACU, formada pela África do Sul, Namíbia, Botswana, Lesoto e Suazilândia.

As negociações definiram preferências para o comércio sobre 1.900 itens, dos quais 958 outorgados pelo MERCOSUL na nomenclatura NCM e 951 outorgados pela SACU em sua nomenclatura. As margens de preferências são de 10%, 25%, 50% e 100%. Na oferta do MERCOSUL, a quase totalidade do valor de

⁹³ As concessões do MERCOSUL são responsáveis por metade das importações do Brasil daquele país. O Acordo de Comércio Preferencial entre o MERCOSUL e a República da Índia firmado em 2004 foi ratificado pelo Congresso brasileiro através do Decreto Legislativo (DLG) N° 221 de 3 de setembro de 2008, publicado no Diário Oficial de 4 de setembro de 2008. Segundo o artigo 30 do Acordo, este entrará em vigor trinta dias após a notificação formal dos países da conclusão dos procedimentos internos de homologação.

comércio foi outorgada com margem de preferência de 100%, contudo, a média da TEC para esses produtos é baixa: 1,7%. Na oferta de SACU, ocorreu fenômeno semelhante. Volume expressivo da oferta recebeu margem de preferência de 100%, mas conta com tarifas *ad valorem* baixas ou tarifas específicas.

Após doze rodadas negociadoras, os governos dos dois blocos assinaram um Comunicado Conjunto em junho de 2008, em Tucumán na Argentina, confirmando o encerramento das negociações de um Acordo de Preferências Tarifárias. Os governos devem agilizar os procedimentos internos para sua assinatura, que deverá ocorrer até o fim da presidência brasileira no MERCOSUL, em dezembro de 2008. O Acordo ainda deverá ser enviado ao Congresso dos países dos dois blocos para aprovação.

Em agosto de 2005 foi realizada a primeira reunião entre funcionários do MERCOSUL, SACU e Índia para estudar a possibilidade de assinatura de um acordo trilateral que, por iniciativa do MERCOSUL (Brasil), seria firmado incluindo acesso a mercados de bens e serviços e investimentos. Este acordo, em princípio de livre comércio, deverá cobrir 80% do comércio e as próximas etapas de estudos em cada país devem envolver a identificação de setores e produtos que possam compor as ofertas de acesso a mercados.

As dificuldades para avançar no aprofundamento dos acordos do MERCOSUL com Índia e África do Sul não autorizam expectativas muito otimistas para o projeto de constituição de uma área de livre comércio trilateral, que vem sendo estimulada pelos diálogos no âmbito da iniciativa IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).

Outras iniciativas de negociações em curso

Em 2004, foi assinado o **Acordo-Quadro MERCOSUL-Egito**. Este Acordo definiu a negociação em duas etapas: assinatura de um acordo de preferências fixas e negociação, posterior, de livre comércio. Não houve avanços nas negociações até agosto de 2008, quando em visita do Ministro de Comércio do Egito à Argentina e ao Brasil, negociadores brasileiros mencionaram a disposição de retomar as negociações que poderiam conduzir diretamente a uma área de livre-comércio.

Também em 2004, foi assinado o **Acordo-Quadro MERCOSUL-Marrocos** durante a visita do rei Mohammed VI ao Brasil, tendo também, como primeira etapa para o livre comércio, a negociação de um acordo de preferências fixas. Em abril de 2008, houve o primeiro contato entre as partes para avançar nas negociações, ocasião em que os representantes do MERCOSUL também manifestaram a pretensão de avançar diretamente para a constituição de uma área de livre-comércio. As autoridades marroquinas rejeitaram a proposta, alegando a necessidade de cumprir o estabelecido no Acordo-Quadro.

Em julho de 2006, na Reunião de Cúpula do MERCOSUL, em Córdoba, Argentina, foi assinado o **Acordo-Quadro de Comércio entre o MERCOSUL e o Paquistão**. Nesse Acordo foram fixadas as bases para o início de negociações de acordos preferenciais que conduzam, progressivamente, a um Acordo de Livre Comércio. O acordo determina a criação de um Comitê de Negociações que deverá trocar informações sobre tarifas e condições de acesso a mercados, bem como estabelecer critérios para a negociação de uma Área de Livre Comércio.

Foi realizada, em setembro de 2006, reunião intra-MERCOSUL para estudo de metodologia de negociação semelhante à que está sendo proposta à Índia. O Paquistão, pelo seu lado, já encaminhou lista de produtos de interesse exportador daquele país (1,024) para melhoria das condições de acesso a mercados no MERCOSUL, indicando que pode oferecer reciprocidade de tratamento.

Na última reunião de cúpula do MERCOSUL foram assinados dois acordos-quadro do bloco com a **Jordânia** (Decisão CMC 28/08) e com a **Turquia** (Decisão CMC 29/08). As duas decisões têm teor parecido: o objetivo de fortalecer as relações bilaterais por meio da promoção de comércio e do estabelecimento de condições para a negociação de uma área de livre comércio. Essas duas frentes de negociação representarão desafios importantes para alguns setores industriais do MERCOSUL, uma vez que os dois países são muito competitivos em algumas áreas em que os países do bloco têm sensibilidades (ex: setor têxtil).

Iniciativas de aproximação, sem mandato negociador

Por iniciativa da **Coréia do Sul**, foi realizado o Estudo de Factibilidade MERCOSUL-Coréia do Sul, finalizado em outubro de 2007. Desde então os países estão realizando consultas com os respectivos setores privados para identificar interesses na negociação de um acordo comercial. Os países do MERCOSUL têm interesse na abertura do mercado de produtos agrícolas da Coréia do Sul, setor altamente protegido naquele país por tarifas e barreiras não-tarifárias. Por outro lado, os produtos industriais coreanos são altamente competitivos, fazendo com que os setores industriais do MERCOSUL apresentem resistência na negociação de um acordo abrangente com aquele país.

O MERCOSUL vem manifestando interesse em lançar negociações de um acordo com o **Sistema de Integração Centro-Americana** (SICA). Em reunião a ser realizada em setembro de 2008 deverão ser analisados os instrumentos que poderiam conduzir a um acordo entre os dois blocos. Além disso, o MERCOSUL está subscrevendo um Convênio de Cooperação com a Federação Russa.

E. Perspectivas para a agenda externa do MERCOSUL

A agenda externa do MERCOSUL tem registrado escassos progressos. O aprofundamento da integração na América do Sul enfrenta dificuldades provenientes das tendências crescentemente divergentes nos modelos econômicos e nas estratégias de inserção internacional dos países da região. O colapso nas negociações da Rodada Doha, tema central na agenda externa do bloco, aumenta os questionamentos quanto à necessidade de avançar em acordos regionais e/ou bilaterais. Mas o MERCOSUL demonstra dificuldades em transitar no mundo dos acordos bilaterais.

As pressões protecionistas no comércio mundial tendem a se acirrar com o fracasso dos entendimentos na OMC. A desaceleração da economia mundial e a preocupação com questões de segurança alimentar suscitadas pela elevação dos preços internacionais dos alimentos devem fomentar iniciativas protecionistas em um ambiente de enfraquecimento da OMC.

Uma das tendências protecionistas que já se manifestam no comércio internacional é a introdução de normas e regulamentos técnicos e sanitários relativos a produtos e processos produtivos. Essas tendências aparecem vinculadas ao comércio de produtos agrícolas e agroindustriais, mas também de produtos industriais, particularmente relacionados a questões ambientais.⁹⁴ Essas medidas têm impactos relevantes sobre os interesses comerciais do MERCOSUL, fortemente centrados em produtos intensivos em recursos naturais.

Para avançar em negociações comerciais com países que possuem mercados de tamanho relevante, os membros do MERCOSUL precisam estar dispostos a oferecer concessões em áreas que sejam atraentes para

⁹⁴ Regulamentos e normas sobre o processo produtivo de produtos de determinados setores, como o caso do REACH na União Européia, começam a afetar as exportações de produtos químicos para o bloco europeu. Recentemente o bloco divulgou documento com normas para a produção e aceitação de biocombustíveis no mercado europeu.

os potenciais parceiros. Para isso será necessário ajustar as posições em relação a vários temas da agenda negociadora. O bloco tem evitado assumir compromissos em áreas não estritamente comerciais, com o objetivo de preservar o "*policy space*", ou seja, a capacidade de implementar políticas domésticas autônomas.

Também será necessário avaliar as prioridades da agenda externa do bloco. Como se viu, a prioridade para as negociações multilaterais não paralisou a agenda de negociações externas do bloco. Há diversas iniciativas em curso, mas a relevância dessas iniciativas é muito variada. Foco em algumas iniciativas de maior significado econômico e revisão das posições do bloco em alguns temas da agenda temática pode ser um caminho para ganhar mais eficiência na agenda externa.

Por fim, será necessário enfrentar a questão das flexibilidades na política comercial comum, para que seja possível progredir na agenda externa. Na realidade, algum grau de flexibilidade já vem sendo introduzido nos acordos que o bloco celebrou nos últimos cinco anos. Mas essa estratégia só é válida para as iniciativas em que há consenso por parte de todos os sócios.

BIBLIOGRAFÍA

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ABECEB. Apresentação em seminário *A economia argentina e as perspectivas das relações com Brasil e MERCOSUL*. Rio de Janeiro. 22 de agosto de 2008.

BAGEHOT, W. *Lombard Street. El mercado monetario de Londres*. México: FCE. 1968.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Nota sobre o Sistema de Pagamento em moeda local. Brasília. 2007.

_____. *Relatório de inflação*. Vários números. Brasília: BACEN. 2008.

BANCO CENTRAL DO PARAGUAY (BCP). *Informe económico*. Vários números. Asunción: BCP. 2008a.

_____. *Informe de inflación*. Vários números. Asunción: BCP. 2008b.

_____. "Avanza el sinceramiento de números del PIB". Comunicado do 30 de setembro de 2008. Asunción: BCP. 2008c.

_____. *Cuentas Nacionales Trimestrales. Primer y segundo trimestre de 2008*. Informes. Asunción: BCP. 2008d.

BANCO CENTRAL DA REPÚBLICA ARGENTINA (BCRA). *Informe de inflación*. Vários números. Buenos Aires: BCRA. 2008.

BANCO CENTRAL DO URUGUAY (BCU). *Informe de política monetaria. Tercer y cuarto trimestre de 2007*. Montevideo: BCU. 2007.

_____. *Comité de coordinación macroeconómica*. Vários números. Montevideo: BCU. 2008.

BORBA, LEONARDO E LUIS ALBERTO D'ORIO. *A new payment system's facility to improve Brazil - Argentina Trade*. Costa de Saúpe. 2007.

BOUZAS, ROBERTO. "¿Es posible sobrevivir a las buenas noticias?" *Todavía N° 19*. Agosto de 2008.

CARCIOFI, R E GAYÁ, R. *Una nota acerca de la expansión del comercio y las necesidades de infraestructura en América del Sur*. Carta Mensal INTAL N° 135. Buenos Aires: BID-INTAL. Outubro 2007.

CASAL, OSCAR. "Parlamento MERCOSUL: desafios para sua consolidação". *Pontes*, Vol. 4 N° 3. Genebra: International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD). Agosto de 2008.

CAPEHART, T. E J. RICHARDSON. *Food Price Inflation: Causes and Impacts*. Apresentação do CRS ao Congresso dos Estados Unidos. Washington: Congressional Research Service - The Library of Congress. 10 de abril de 2008.

CENTRO DE ESTUDOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CINDES). *O Brasil na América do Sul: promovendo a integração e a cooperação regionais*. Série Breves, N° 7. Rio de Janeiro. 2008.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2007*. Santiago de Chile: CEPAL. 2007.

_____. *Estudio económico de América Latina y el Caribe 2007-2008*. Santiago de Chile: CEPAL. 2008.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). *Comércio Exterior em Perspectiva*. Vários números. Brasília: CNI. 2007 e 2008.

_____. *Interesses Empresariais Brasileiros na América do Sul*. Brasília: CNI. 2007.

_____. *Informe MERCOSUL*. Vários números. Brasília: CNI. 2007 e 2008.

DELEGAÇÃO DO BRASIL EM MONTEVIDÉU. *Carta de Montevideú*. Vários números. 2008.

DR. ROSINHA. *Parlamento do MERCOSUL: Identidade Comum e Cidadania*. Mimeo. 2008.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI). *Balance of Payments Manual*. Washington D.C. FMI: 1993.

_____. *Uruguay: Article IV Consultation - Staff Report; Staff Statement; Public Information Notice on the Executive Board Discussion, and Statement by the Executive Director for Uruguay*. Washington D.C.: FMI. Fevereiro 2008a.

_____. *Paraguay: Fifth Review Under the Stand-By Arrangement - Staff Report; Press Release on the Executive Board Discussion, and Statement by the Executive Director for Paraguay*. Washington D.C.: FMI. Junho 2008b.

_____. *World Economic Outlook (WEO). Financial Stress, Downturns, and Recoveries*. Washington D.C.: FMI. Outubro 2008c.

GLOBAL TRADE INFORMATION SERVICES, INC. (GTI). *World Trade Atlas*. Banco de Dados elaborado pelo GTI.

IGLESIAS, ROBERTO. *Os interesses empresariais brasileiros na América do Sul: investimentos diretos no exterior*. Trabalho elaborado pela FUNCEX. Brasília: CNI. 2007.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS (ICONE). *Ícone na Imprensa*. Vários artigos. São Paulo.

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (BID-INTAL). *Informe MERCOSUL*. Série Relatórios Subregionais de Integração (vários números). Buenos Aires: BID-INTAL.

_____. *Informe MERCOSUL N° 11*. Série Relatórios Subregionais de Integração. Buenos Aires: BID-INTAL. 2006.

_____. *Informe MERCOSUL N° 12*. Série Relatórios Subregionais de Integração. Buenos Aires: BID-INTAL. 2007.

_____. *Revista Integración & Comercio N° 28*. Buenos Aires: BID-INTAL. 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Carta de conjuntura*. Vários números. Brasília - Rio de Janeiro: IPEA. 2008.

JOHNSON, K. *Food Price Inflation. Explanation and Policy Implications*. Maurice R. Greenberg Center for Geoeconomic Studies - Working Paper N° 3. Nova Iorque: Council on Foreign Relations. Julho de 2008.

JORNAL VALOR ECONÔMICO. "Bens de capital pedem regime comum". 15 de julho de 2008.

_____. Edição de 04 de agosto de 2008.

KINDLEBERGER, C.P. *Manias, Panics, and Crashes*. Nova Iorque: John Wiley. 2000.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). "Lamy presents "package of elements" from consultations with Ministers". 26 de julho de 2008. http://www.wto.org/english/news_e/news08_e/meet08_chair_26july08_e.htm

PEÑA, FELIX. *La flexibilidad en las negociaciones Comerciales*. Mimeo. Agosto de 2008.

PIGOU, A. C. *Industrial Fluctuations*. Londres: MacMillan. 1927.

PORTA, FERNANDO. *Integración Productiva en el MERCOSUR. Condiciones, Problemas y Perspectivas*. Mimeo. Agosto de 2007.

PROGRAMA INSERCIÓN AL COMERCIO INTERNACIONAL (ICI). *Los precios de los alimentos. Situación y perspectiva mundial. La incidencia en Uruguay*. Apresentação do ICI. Montevideu: BID/FOMIN. Junho de 2008.

SUMMERS, LAWRENCE. "America Needs to Make a New Case for Trade". *Financial Times*. 27 de abril de 2008a.

_____. "A Strategy to Promote Healthy Globalization". *Financial Times*. 4 de maio de 2008b.

UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA. *Una aproximación pragmática al concepto de integración productiva*. Mimeo. Sem data.

UNITED NATIONS. *World Economic Situation and Prospects (WESP) - 2008, Update as of mid-2008*. New York: UN. 15 de Maio de 2008.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). *Trade and Development Report 2008. Commodity Prices, Capital Flows and the Financing of Investment*. Nova Iorque e Genebra: UN. 2008

SITES

Banco Central do Brasil (BACEN) <http://www.bacen.gov.br>

Banco Central do Paraguay (BCP) <http://www.bcp.gov.py>

Banco Central da República Argentina (BCRA) <http://www.bcra.gov.ar>

Banco Central do Uruguay (BCU) <http://www.bcu.gub.uy>

Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES) <http://www.cindesbrasil.org>

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)	http://www.eclac.org
Felix Peña	http://www.felixpena.com.ar
Fundo Monetário Internacional (FMI)	http://www.imf.org
Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul Americana (IIRSA)	http://www.iirsa.org
Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Comerciais (ICONE)	http://www.iconebrasil.org.br
Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (BID-INTAL)	http://www.iadb.org/intal
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	http://www.ipea.gov.br
Ministério de Relações Externas da Argentina	http://www.mrecic.gov.ar
Portal de Notícias do Globo	http://www.g1.globo.com

PUBLICAÇÕES DO INTAL

Publicações Periódicas

Integración & Comercio. Revista semestral (espanhol e inglês) por assinatura o em forma individual.

INTAL Carta Mensal (espanhol, inglês e português - Internet).

Informes Subregionais de Integração

INFORME ANDINO. Publicação anual (espanhol). Versión en inglés: Internet.

CARICOM Report. Publicação anual (inglês).

INFORME CENTROAMERICANO. Publicação anual (espanhol). Versión en inglés: Internet.

INFORME MERCOSUR. Publicação anual (espanhol, inglês e português).

Informes Especiais

Desarrollo rural y comercio agropecuario en América Latina y el Caribe (espanhol, Internet). Paolo Giordano, César Falconi e José María Sumpsi (Comp.) Serie INTAL-INT. 2007

Raúl Prebisch: El poder, los principios y la ética del desarrollo (espanhol e inglês). Serie INTAL-ITD. 2006.

China y América Latina: nuevos enfoques sobre cooperación y desarrollo. ¿Una segunda ruta de la seda? (espanhol). Sergio Cesarin e Carlos Juan Moneta (Comp.). Serie INTAL-ITD. 2005.

Solución de Controversias Comerciales e Inter-Gubernamentales: Enfoques Regionales y Multilaterales (espanhol). Julho Lacarte e Jaime Granados. Serie INTAL-ITD. 2004.

Tributación en el MERCOSUR: Evolución, comparación y posibilidades de coordinación (espanhol). Alberto Barreix e Luiz Villela. 2003.

MERCOSUR: Impacto Fiscal de la Integración Económica (espanhol). Luiz Villela, Alberto Barreix e Juan José Taccone (eds.). 2003.

Perspectivas y Desafíos del Proceso de Integración Argentino-Chileno a Diez Años del ACE 16 (espanhol). 2002.

América Latina a principios del Siglo XXI: Integración, Identidad y Globalización. Actitudes y expectativas de las elites latinoamericanas (espanhol, Internet).

INTAL: 35 años de Compromiso con la Integración Regional (espanhol).

Impacto del TLCAN en las exportaciones de prendas de vestir de los países de América Central y República Dominicana (espanhol, Internet).

El impacto sectorial de la integración en el MERCOSUR (espanhol e português). Juan José Taccone e Luis Jorge Garay (Eds.) 1999.

Integración en el Sector Transporte en el Cono Sur (español):

Transporte Terrestre. José Alex Sant'Anna. 1997.

Puertos y vías navegables. Martín Sgut. 1997.

Los ferrocarriles y su contribución al comercio internacional. Ian Thomson. 1997.

Integración energética en el Cono Sur (español). Mario A. Wiegers. 1996.

Documentos de Trabalho

Las relaciones de comercio e inversión entre Colombia y Venezuela (español). Eglé Iturbe de Blanco. INTAL DT-03. 1997.

MERCOSUL e Comércio Agropecuario (português). Ives Chaloult e Guillermo Hillcoat. INTAL DT-02. 1997.

The Integration Movement in the Caribbean at Crossroads: Towards a New Approach of Integration (inglês). Uziel Nogueira. INTAL DT-01. 1997.

Documentos de Divulgação

El Tratado de Libre Comercio entre el Istmo Centroamericano y los Estados Unidos de América. Oportunidades, desafíos y riesgos (español). Eduardo Lizano e Anabel González. INTAL DD-09. 2003.

Los países pequeños: Su rol en los procesos de integración (español). Lincoln Bizzozero e Sergio Abreu. INTAL DD-08. 2000.

Capital social y cultura. Claves olvidadas del desarrollo (español). Bernardo Kliksberg. INTAL DD-07. 2000.

La dimensión cultural: base para el desarrollo de América Latina y el Caribe: desde la solidaridad hacia la integración (español). Alejandra Radl. INTAL DD-06. 2000.

Cómo expandir las exportaciones de los países dentro de una economía globalizada (español). Rubens Lopes Braga. INTAL DD-05. 1999.

Comercio Electrónico: Conceptos y reflexiones básicas (español). Gerardo Gariboldi. INTAL DD-04. 1999.

Evolución institucional y jurídica del MERCOSUR (español). Vicente Garnelo. INTAL DD-03. 1998.

Estado de evolución en la elaboración e implementación de las Normas ISO 14.000 y CODEX Alimentarius (español). Laura Berón. INTAL DD-02. 1997.

Integración y democracia en América Latina y el Caribe (español). Alvaro Tirado Mejía. INTAL DD-01. 1997.

Bases de Datos - Software

DATAINTAL (CD-ROM) Sistema de estadísticas de comercio de América.

Base INTAL MERCOSUR (BIM).

Base de datos bibliográficos (INTEG).

Directorio de las Relaciones Económicas de América Latina y el Caribe con Asia-Pacífico (CD-ROM).

Instrumentos básicos de integración económica en América Latina y el Caribe.

Rueda de Negocios.

SÉRIE Red INT

Rede INTAL de Centros de Pesquisa em Integração (RedINT)

Segunda Convocatória:

Visión microeconómica de los impactos de la integración regional en las inversiones inter e intrarregionales: El caso de la CAN (espanhol- Versão resumida e completa). 2003.

Integración regional e Inversión Extranjera Directa: El caso del MERCOSUR (espanhol- Versão resumida e completa). 2002.

Condiciones y efectos de la IED y del proceso de integración regional en México durante los años noventa: Una perspectiva macroeconómica (espanhol- Versão resumida). 2003.

Primera Convocatoria:

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en la Comunidad Andina: sector lácteo y sector textil (espanhol). 2000.

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en Centroamérica: sector lácteo y sector metalmecánico (aparatos eléctricos) (espanhol). 2000.

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en el MERCOSUR: sector calzado y sector farmacéutico (espanhol). 2000.

La industria láctea de México en el contexto del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) (espanhol). 2000.

PUBLICAÇÕES INTAL-INT

Documentos de Trabalho - Iniciativa Especial de Comercio e Integração (IECI)

The FTAA and the Political Economy of Protection in Brazil and the US (inglês, Internet). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-12. 2006.

Which "industrial policies" are meaningful for Latin America? (inglês, Internet). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-11. 2006.

Building Regional Infrastructure in Latin America (inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD WP-SITI-10. 2005.

La ventana europea: retos de la negociación del Tratado de Libre Comercio de México con la Unión Europea (espanhol e inglês). Jaime Zabłudovsky e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD WP-SITI-09. 2004.

Trade Liberalization and the Political Economy of Protection in Brazil since 1987 (inglês). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-08B. 2004.

The Political Economy of High Protection in Brazil before 1987 (inglês). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-08A. 2004.

The Food Industry in Brazil and the United States: The Effects of the FTAA on Trade and Investment (inglês). Paulo F. Azevedo, Fabio R. Chaddad e Elizabeth M.M.Q. Farina. INTAL-ITD SITI-WP-07. 2004.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. Agenda de institucionalización del MERCOSUR: Los desafíos de un proyecto en crisis (espanhol e inglês). Pedro da Motta Veiga. INTAL-ITD DT-IECI-06E. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. La inestabilidad cambiaria en el MERCOSUR: Causas, problemas y posibles soluciones (espanhol e inglês). José Luis Machinea. INTAL-ITD DT-IECI-06D. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. MERCOSUR: Dilemas y alternativas de la agenda comercial (espanhol e inglês). Sandra Polónia Rios. INTAL-ITD DT-IECI-06c. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. La inserción del MERCOSUR al mundo globalizado (espanhol e inglês). Juan Ignacio García Pelufo. INTAL-ITD DT-IECI-06b. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. Informe del relator (espanhol e inglês). Andrew Crawley. INTAL-ITD DT-IECI-06A. 2004.

Estudio sobre las condiciones y posibilidades políticas de la integración hemisférica (espanhol). Adalberto Rodríguez Giavarini. INTAL-ITD DT-IECI-05. 2003.

The Impacts of US Agricultural and Trade Policy on Trade Liberalization and Integration via a US-Central American Free Trade Agreement (inglês). Dale Hathaway. INTAL-ITD WP-SITI-04. 2003.

Agricultural Liberalization in Multilateral and Regional Trade Negotiations (inglês). Marcos Sawaya Jank, Ian Fuchsloch y Géraldine Kutas. INTAL-ITD WP-SITI-03. 2003.

Reciprocity in the FTAA: The Roles of Market Access, Institutions and Negotiating Capacity (inglês). Julio J. Nogués. INTAL-ITD-STA WP-SITI-02. 2003.

Alcances y límites de la negociación del Acuerdo de Libre Comercio de las Américas (espanhol e inglês). Herminio Blanco M. e Jaime Zabudovsky K. INTAL-ITD-STA DT-IECI-01. 2003.

Documentos de Trabalho

Integration Options for MERCOSUR: A Quantitative Analysis by the AMIDA Model (inglês, Internet). Renato G. Flôres Jr. e Masakazy Watanuki. INTAL-INT WP-36. 2007.

Nicaragua: inserción internacional en beneficio de la mayoría (espanhol, Internet). Ziga Vodusek, Erick Zeballos, Jaime Granados e Alberto Barreix. INTAL-INT DT-35. 2007.

Propuesta metodológica para la convergencia del Spaghetti Bowl de reglas de origen (espanhol e inglês, Internet). Rafael Cornejo e Jeremy Harris. INTAL-INT DT-34. 2007.

Fiscal Policy and Equity. Estimation of the Progressivity and Redistribute Capacity of Taxes and Social Public Expenditure in the Andean Countries (inglês, Internet). Alberto Barreix, Jerónimo Roca e Luiz Villela. INTAL-INT WP-33. 2007.

Costa Rica: ante un Nuevo Escenario en el Comercio Internacional (espanhol, Internet). Jaime Granados, Ziga Vodusek, Alberto Barreix, José Ernesto López Córdova e Christian Volpe. INTAL-INT DT-32. 2007.

Honduras: Desafíos de la Inserción en la Economía Internacional (espanhol, Internet). Jaime Granados, Paolo Giordano, José Ernesto López Córdova, Ziga Vodusek e Alberto Barreix. INTAL-INT DT-31. 2007.

Trade Costs and the Economic Fundamentals of the Initiative for Integration of Regional Infrastructure in South America (IIRSA) (inglês, Internet). Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD WP-30. 2007.

Regional Integration. What is in it for CARICOM? (inglês, Internet). Mauricio Mesquita Moreira e Eduardo Mendoza INTAL-ITD WP-29. 2007.

Emigration, Remittances and Labor Force Participation in Mexico (inglês, Internet). Gordon H. Hanson. INTAL-ITD WP-28. 2007.

La Cooperación al Desarrollo como Instrumento de la Política Comercial de la Unión Europea. Aplicaciones al Caso de América Latina (espanhol, Internet). Antonio Bonet Madurga. INTAL-ITD DT-27. 2007.

Mexican Microenterprise Investment and Employment: The Role of Remittances (inglês, Internet). Christopher Woodruff. INTAL-ITD WP-26. 2007.

Remittances and Healthcare Expenditure Patterns of Populations in Origin Communities: Evidence from Mexico (inglês, Internet). Catalina Amuedo-Dorantes, Tania Sainz e Susan Pozo. INTAL-ITD WP-25. 2007.

Leveraging Efforts on Remittances and Financial Intermediation (inglês, Internet). Manuel Orozco e Rachel Fedewa. INTAL-ITD WP-24. 2006.

Migration and Education Inequality in Rural Mexico (inglês, Internet). David McKenzie e Hillel Rapoport. INTAL-ITD WP-23. 2006.

How Do Rules of Origin Affect Investment Flows? Some Hypotheses and the Case of Mexico (inglês, Internet). Antoni Esteveadeordal, José Ernesto López-Córdova e Kati Suominen. INTAL-ITD WP-22. 2006.

Chile's Integration Strategy: Is There Room for Improvement? (inglês, Internet) Mauricio Mesquita Moreira e Juan Blyde. INTAL-ITD WP-21. 2006.

Globalization, Migration and Development: The Role of Mexican Migrant Remittances (inglês, Internet) Ernesto López-Córdova. INTAL-ITD WP-20. 2006.

El desafío fiscal del MERCOSUR (espanhol). Luiz Villela, Jerónimo Roca e Alberto Barreix. INTAL-ITD DT-19. 2005.

Improving the Access of MERCOSUR's Agriculture Exports to US: Lessons from NAFTA (inglês). Pablo Sanguinetti e Eduardo Bianchi. INTAL-ITD WP-18. 2004.

Premio INTAL - Segundo Concurso de Ensayos. La coordinación macroeconómica y la cooperación monetaria, sus costos, beneficios y aplicabilidad en acuerdos regionales de integración (espanhol, inglês e português). Mauricio de la Cuba; Diego Winkelried; Igor Barenboim; Louis Bertone; Alejandro Jacobo e James Loveday Laghi. INTAL-ITD DT-17. 2004.

Los exportadores agropecuarios en un mundo proteccionista: Revisión e implicancias de políticas de las barreras contra el MERCOSUR (espanhol e inglês). Julio J. Nogués. INTAL-ITD DT-16. 2004.

Rules of Origin in FTAs in Europe and in the Americas: Issues and Implications for the EU-Mercosur Inter-Regional Association Agreement (inglês). Antoni Esteveadeordal e Kati Suominen. INTAL-ITD WP-15. 2004.

Regional Integration and Productivity: The Experiences of Brazil and Mexico (inglês). Ernesto López-Córdova e Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD-STA WP-14. 2003.

Regional Banks and Regionalism: A New Frontier for Development Financing (inglês). Robert Devlin e Lucio Castro. INTAL-ITD-STA WP-13. 2002.

Métodos casuísticos de evaluación de impacto para negociaciones comerciales internacionales (espanhol). Antonio Bonet Madurga. INTAL-ITD-STA DT-12. 2002.

Las trabas no arancelarias en el comercio bilateral agroalimentario entre Venezuela y Colombia (espanhol). Alejandro Gutiérrez S. INTAL-ITD-STA DT-11. 2002.

The Outlier Sectors: Areas of Non-Free Trade in the North American Free Trade Agreement (inglês). Eric Miller. INTAL-ITD-STA WP-10. 2002.

A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica (português). Antonio José Ferreira Simões. INTAL-ITD-STA DT-09. 2002.

Metodología para el análisis de regímenes de origen. Aplicación en el caso de las Américas (espanhol). Luis J. Garay S. e Rafael Cornejo. INTAL-ITD-STA DT-08. 2001.

¿Qué hay de nuevo en el Nuevo Regionalismo en las Américas? (espanhol). Robert Devlin e Antoni Esteveadeordal. INTAL-ITD-STA DT-07. 2001.

What's New in the New Regionalism in the Americas? (inglês). Robert Devlin e Antoni Esteveadeordal. INTAL-ITD-STA WP-06. 2001.

The New Regionalism in the Americas: The Case of MERCOSUR. (inglês). Antoni Esteveadeordal, Junichi Goto e Raúl Saez. INTAL-ITD WP-05. 2000.

El ALCA y la OMC: Especulaciones en torno a su interacción (espanhol). Jaime Granados. INTAL-ITD DT-04. 1999.

Negotiating Preferential Market Access: The Case of NAFTA (inglês). Antoni Esteveadeordal. INTAL-ITD WP-03. 1999.

Towards an Evaluation of Regional Integration in Latin America in the 1990s (inglês). Robert Devlin e Ricardo Ffrench-Davis. INTAL-ITD WP-02. 1998.

Una evaluación de la homogeneidad macroeconómica y del desarrollo de la región centroamericana (espanhol). Florencio Ballester. INTAL-ITD DT-01. 1998.

Documentos de Divulgação - Iniciativa Especial de Comercio e Integração (IECI)

International Arbitration Claims against Domestic Tax Measures Deemed Expropriatory or Unfair and the Inequitable (inglês, Internet). Adrián Rodríguez. INTAL-ITD OP-SITI-11. 2006.

The Entrance to the European Union of 10 New Countries: Consequences for the Relations with MERCOSUR (inglês). Renato G. Flôres Jr. INTAL-ITD OP-SITI-10. 2005.

Principales retos de la negociación de un tratado de libre comercio con Estados Unidos: disciplinas en materia de inversión (espanhol). Jaime Zabłudovsky e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD DD-IECI-09. 2005.

The Production and Financing of Regional Public Goods (inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD OP-SITI-08. 2005.

La armonización de los impuestos indirectos en la Comunidad Andina (espanhol e inglês). Luis A. Arias, Alberto Barreix, Alexis Valencia e Luiz Villela. INTAL-ITD DD-IECI-07. 2005.

La globalización y la necesidad de una reforma fiscal en los países en desarrollo (espanhol e inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD DD-IECI-06. 2004.

La competitividad industrial de América Latina y el desafío de la globalización (espanhol e inglês). Sanjaya Lall, Manuel Albaladejo e Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD SITI-OP-05. 2004.

El nuevo interregionalismo trasatlántico: La asociación estratégica Unión Europea-América Latina (espanhol). Luis Xavier Grisanti. INTAL-ITD/SOE IECI-DD-04. 2004.

Una llave para la integración hemisférica (espanhol e inglês). Herminio Blanco M., Jaime Zabłudovsky K. e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD DD-IECI-03. 2004.

Una nueva inserción comercial para América Latina (espanhol e inglês). Martín Redrado e Hernán Lacunza. INTAL-ITD DD-IECI-02. 2004.

La coordinación y negociación conjunta de los países de la Comunidad Andina en el marco del ALCA y la OMC (espanhol). Victor Rico. INTAL-ITD DD-IECI-01. 2004.

Documentos de Divulgação

Agriculture in Brazil and China: Challenges and Opportunities (inglês, Internet) Mario Queiroz de Monteiro Jales, Marcos Sawaya Jank, Shunli Yao e Colin A. Carter. INTAL-ITD OP-44. 2006.

Apertura e inserción internacional en la estrategia de desarrollo de Uruguay (espanhol, Internet). Paolo Giordano e Fernando Quevedo. INTAL-ITD DD-43. 2006.

El proceso de negociación de un tratado de libre comercio con Estados Unidos: la experiencia del Tratado de Libre Comercio entre Centroamérica, Estados Unidos y República Dominicana (espanhol, Internet). Anabel González. INTAL-ITD DD-42. 2006.

International Remittances and Development: Existing Evidence, Policies and Recommendations (inglês, Internet). Ernesto López-Córdova e Alexandra Olmedo. INTAL-ITD OP-41. 2006.

Comercio bilateral Argentina-Brasil: Hechos estilizados de la evolución reciente (espanhol, Internet). Ricardo Carciofi e Romina Gayá. INTAL-ITD DD-40. 2006.

The Relative Revealed Competitiveness of China's Exports to the United States vis á vis other Countries in Asia, the Caribbean, Latin America and the OECD (inglês, Internet). Peter K. Schott. INTAL-ITD OP-39. 2006.

Logros, perspectivas y desafíos de la Cooperación Hemisférica (español e inglés, Internet). Roberto Iannelli. INTAL-ITD DD-38. 2006.

Libre Comercio en América Central: ¿Con quién y para qué? Las implicancias de CAFTA (español, Internet). Manuel Agosin e Ennio Rodríguez. INTAL-ITD DD-37. 2006.

Fear of China: Is there a Future for Manufacturing in Latin America? (inglés, Internet). Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD OP-36. 2006.

The Role of Geography and Size (inglés, Internet). David Hummels. INTAL-ITD OP-35. 2006.

Assessing the Impacts of Intellectual Property Rights on Trade Flows in Latin America (inglés, Internet). Juan S. Blyde. INTAL-ITD OP-34. 2006.

Recientes innovaciones en los regímenes de origen y su incidencia en el proceso de verificación: el caso del CAFTA. (español) Rafael Cornejo. INTAL-ITD DD-33. 2005.

Achievements and Challenges of Trade Capacity Building: A Practitioner's Analysis of the CAFTA Process and its Lessons for the Multilateral System (inglés) Eric T. Miller. INTAL-ITD OP-32. 2005.

Una aproximación a desarrollo institucional del MERCOSUR: sus fortalezas y debilidades (español) Celina Pena e Ricardo Rozemberg. INTAL-ITD DD-31. 2005.

Jamaica: Trade, Integration and the Quest for Growth (inglés). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-30. 2005.

Trade Related Capacity Building: An Overview in the Context of Latin American Trade Policy and the MERCOSUR-EU Association Agreement (inglés). Robert Devlin e Ziga Vodusek. INTAL-ITD OP-29. 2005

Barbados: Trade and Integration as a Strategy for Growth (inglés). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-28. 2004.

Mirando al MERCOSUR y al mundo: Estrategia de comercio e integración para Paraguay (español). Paolo Giordano. INTAL-ITD DD-27. 2004.

El tratamiento de las asimetrías en los acuerdos de integración regional (español). Paolo Giordano, Mauricio Mesquita Moreira e Fernando Quevedo. INTAL-ITD DD-26. 2004.

Centroamérica: La programación regional (2001) y las actividades del Banco (2001-2003) (español). Ennio Rodríguez. INTAL-ITD DD-25. 2004.

Brazil's Trade Liberalization and Growth: Has it Failed? (inglés). Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD OP-24. 2004.

Trinidad and Tobago: Trade Performance and Policy Issues in an Era of Growing Liberalization (inglés). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-23. 2004.

The Trade and Cooperation Nexus: How does Mercosur-EU Process Measure Up? (inglés). Robert Devlin, Antoni Estevadeordal e Ekaterina Krivonos. INTAL-ITD-STA OP-22. 2003.

Desigualdad regional y gasto público en México (español). Rafael Gamboa e Miguel Messmacher. INTAL-ITD-STA DD-21. 2003.

Zonas Francas y otros regímenes especiales en un contexto de negociaciones comerciales multilaterales y regionales (español e inglés). Jaime Granados. INTAL-ITD-STA DD-20. 2003.

The External Dimension of MERCOSUR: Prospects for North-South Integration with the European Union (inglés). Paolo Giordano. INTAL-ITD-STA OP-19. 2003.

Regional Aspects of Brazil's Trade Policy (inglés). Eduardo A. Haddad (Coord.), Edson P. Domínguez e Fernando S. Perobelli. INTAL-ITD-STA OP-18. 2002.

El proceso de integración Argentina-Brasil en perspectiva: El ciclo cambiario y la relación público-privada en Argentina (español). Ricardo Rozemberg e Gustavo Svarzman. INTAL-ITD-STA DD-17. 2002.

A Study on the Activities of IFIs in the Area of Export Credit Insurance and Export Finance (inglés). Malcom Stephens e Diana Smallridge. INTAL-ITD-STA OP-16. 2002.

Diseños institucionales y gestión de la política comercial exterior en América Latina (espanhol). Jacint Jordana e Carles Ramió. INTAL-ITD-STA DD-15. 2002.

Mercosul em sua primeira década (1991-2001): Uma avaliação política a partir do Brasil (português). Paulo Roberto de Almeida. INTAL-ITD-STA DD-14. 2002.

El proceso de formulación de la Política Comercial. Nivel uno de un juego de dos niveles: Estudios de países en el Hemisferio Occidental (espanhol e inglês). INTAL-ITD-STA OP-13. 2002.

Hacia una nueva alianza de comercio e inversión entre América Latina y Asia-Pacífico (espanhol, Internet). Mikio Kuwayama. INTAL-ITD-STA DD-12. 2001 (também disponível em inglês).

Regional Public Goods in Official Development Assistance (inglês). Marco Ferroni. INTAL-ITD-STA OP-11. 2001.

Breaking from Isolation: Suriname's Participation in Regional Integration Initiatives (inglês). Anneke Jessen e Andrew Katona. INTAL-ITD-STA OP-10. 2001.

NAFTA and the Mexican Economy: Analytical Issues and Lessons for the FTAA (inglês). J. Ernesto López-Córdova. INTAL-ITD-STA OP-09. 2001.

La integración comercial centroamericana: Un marco interpretativo y cursos de acción plausible (espanhol). Jaime Granados. INTAL-ITD-STA DD-08. 2001.

Negotiating Market Access between the European Union and MERCOSUR: Issues and Prospects (inglês). Antoni Esteveadeordal e Ekaterina Krivonos. INTAL-ITD OP-07. 2000.

The Free Trade Area of the Americas and MERCOSUR-European Union Free Trade Processes: Can they Learn from Each Other? (inglês). Robert Devlin. INTAL-ITD OP-06. 2000.

The FTAA: Some Longer Term Issues (inglês). Robert Devlin, Antoni Esteveadeordal e Luis Jorge Garay. INTAL-ITD OP-05. 1999.

Financial Services in the Trading System: Progress and Prospects (inglês). Eric Miller. INTAL-ITD OP-04. 1999.

Government Procurement and Free Trade in the Americas (inglês). Jorge Claro de la Maza e Roberto Cambolor. INTAL-ITD OP-03. 1999.

The Caribbean Community: Facing the Challenges of Regional and Global Integration (inglês). Anneke Jessen e Ennio Rodríguez. INTAL-ITD OP-02. 1999.

ALCA: Un proceso en marcha (espanhol). Nohra Rey de Marulanda. INTAL-ITD DD-01. 1998.

PUBLICAÇÕES INTAL-INT-SOE

Euro-Latin Study Network on Integration and Trade (ELSNIT)

Issues Papers. Third Annual Conference (inglês). INTAL-ITD-SOE. 2006.

Issues Papers. Second Annual Conference (inglês). INTAL-ITD-SOE. 2005.

Issues Papers. First Annual Conference (inglês). INTAL-ITD-SOE. 2004.

PUBLICAÇÕES DE INT

Documentos de Trabalho

La infraestructura de transporte en América Latina. Arturo Vera Aguirre. Documento de Trabajo # 220. Julho 1997, (também disponível em inglês).

Convergence and Divergence Between NAFTA, Chile, and MERCOSUR: Overcoming Dilemmas of North and South American Economic Integration. Raúl A. Hinojosa-Ojeda, Jeffrey D. Lewis e Sherman Robinson. Working Paper # 219. Maio 1997.

Hacia el libre comercio en el Hemisferio Occidental: El proceso del ALCA y el apoyo técnico del Banco Interamericano de Desarrollo. Enrique V. Iglesias. Documento de Trabajo # 218. Julho 1997 (também disponível em inglês).

Economic Integration and Equal Distribution. Willem Molle. Working Paper # 216. Maio 1997.

What can European Experience Teach Latin America About Integration. L.A. Winters. Working Paper # 215. Maio 1997.

Facts, Fallacies and Free Trade: A Note on Linking Trade Integration to Labor Standards. Donald J. Robbins. Working Paper # 214. Maio 1997.

MERCOSUR: Logros y desafíos. Carlos Sepúlveda e Arturo Vera Aguirre. Documento de Trabajo # 213. Setembro 1997 (também disponível em inglês).

De Miami a Cartagena: nueve enseñanzas y nueve desafíos. Robert Devlin e Luis Jorge Garay. Documento de Trabajo # 210. Julho 1996 (também disponível em inglês).

El Mercado Común del Sur: MERCOSUR. Martín Arocena. Documento de Trabajo # 203. Setembro 1995 (também disponível em inglês).

Publicações Especiais

Nota Periódica sobre Integración y Comercio en América (disponível em espanhol e inglês, e as versões 1997 disponível em português).

El Euro y su efecto sobre la economía y la integración en América Latina y el Caribe. Roberto Zahler. Trabalho apresentado en el seminario "El Euro y su impacto internacional" con ocasión de la 40ª Asamblea de Gobernadores do BID. Francia, Março 16, 1999 (também disponível em inglês).

Separata del Informe de 1996 sobre Progreso Económico y Social en América Latina. Parte II, Capítulo 2: Liberalización comercial. 1996 (também disponível em inglês).

Unión Económica y Monetaria Europea: Avances recientes y posibles implicaciones para América Latina y el Caribe. Março 1997 (também disponível em inglês).

Globalización e Integración Regional: consecuencias para América Latina. Discurso dado por Enrique V. Iglesias en el Seminario sobre "Una visión crítica de la globalidad", México D.F., Novembro 1997 (também disponível em inglês).

Protección, desgravación preferencial y normas de origen en las Américas. Luis Jorge Garay e Antoni Esteveordal. Junho 1995 (também disponível em inglês).

El nuevo rostro de la integración regional en América Latina y el Caribe. Discurso dado por Enrique V. Iglesias en la Conferencia Anual del Banco Mundial sobre Desarrollo en América Latina y el Caribe, Montevideo, Julho 1997 (também disponível em inglês).

El Área de Libre Comercio de las Américas: De Miami a Belo Horizonte. Discurso dado por Enrique V. Iglesias en el III Foro Empresarial de las Américas, Belo Horizonte, Maio 1997 (inglês, espanhol e português).

Asociación Transpacífica: El papel de América Latina. Discurso dado por Enrique V. Iglesias en la XII Reunión General Internacional del Consejo de Cooperación Económica del Pacífico (PECC XII), Santiago, Setembro 1997 (também disponível em inglês).

